

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

MARIAH FREITAS MONTEIRO

**A TRAJETÓRIA DO PARLATINO: UM PARLAMENTO REGIONAL SIMBÓLICO
(1964-2017)**

GOIÂNIA

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Mariah Freitas Monteiro

Título do trabalho: A TRAJETÓRIA DO PARLATINO: UM PARLAMENTO REGIONAL SIMBÓLICO (1964-2017)

3. Informações de acesso ao documento:


Concorda com a liberação total do documento **SIM** **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 09 / 04 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

MARIAH FREITAS MONTEIRO

**A TRAJETÓRIA DO PARLATINO: UM PARLAMENTO REGIONAL SIMBÓLICO
(1964-2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História.

Orientadora: Profa. Dra. Libertad Borges Bittencourt.

GOIÂNIA

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Monteiro, Mariah Freitas

A trajetória do Parlatino: [manuscrito] : Um parlamento regional simbólico (1964-2017) / Mariah Freitas Monteiro. - 2018.
154 f.

Orientador: Profa. Dra. Libertad Borges Bittencourt.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,
Goiânia, 2018.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, abreviaturas.

1. Parlatino. 2. Parlamento Latino-Americano e Caribenho. 3. América Latina. 4. Caribe. 5. Parlamento Regional. I. Bittencourt, Libertad Borges, orient. II. Título.

CDU 94(8)

Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Mariah Freitas Monteiro**. Aos 08 (oito) dias do mês de março de dois mil e dezoito (2018), com início às 14h, nas dependências da Faculdade de História, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Mariah Freitas Monteiro**, cujo título foi "A TRAJETÓRIA DO PARLATINO: UM PARLAMENTO REGIONAL SIMBÓLICO (1964-2017)". A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº012/18-PPGH, de 02 de março de 2018, pelos seguintes Professores Doutores: **Libertad Borges Bittencourt (Presidente)**, **Pedro Araújo Pietrafesa (PUC-GO)**, **Eugênio Rezende de Carvalho (UFG)** e, como suplentes, **Eduardo Reinato (PUC-GO)** e **Yussef Daibert Salomão de Campos (FH/UFG)**. Os Examinadores arguíram na ordem acima citada. Às 15 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido o

candidato aprovado

Prof. Dr. **Pedro Araújo Pietrafesa (PUC-GO)** Ass.: Pedro Araújo Pietrafesa

Decisão (APROVADO)

Prof. Dr. **Eugênio Rezende de Carvalho (UFG)** Ass.: Eugênio Rezende de Carvalho

Decisão (APROVADA)

Presidente da Banca Prof. Dra. **Libertad Borges Bittencourt**, Ass.: Libertad Borges Bittencourt

Decisão (APROVADO)

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Cintila Alves Garcia, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenadora: Fabiana de Souza Fredrigo
Prof. Dr. Fabiana de Souza Fredrigo

Secretária: Cintila Alves Garcia
Cintila Alves Garcia

*Aos meus pais,
que não medem esforços pela minha felicidade.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à professora Libertad Borges Bittencourt pela confiança depositada em mim e disposição para me orientar, fatores sem os quais esta dissertação não seria iniciada. Sou ainda grata à Libertad pelo apoio dado quando os obstáculos à minha pesquisa emergiram e pela forma atenciosa, respeitosa e compreensiva como se colocou frente ao meu trabalho e minhas escolhas quanto à condução do mesmo. Sem esses últimos fatores esta dissertação não seria concluída.

Outros professores forneceram contribuições precípuas. Ao professor Eugênio Carvalho, a quem conheço há muitos anos sou imensamente agradecida pela sempre pronta disponibilidade em me ajudar, além da infinidade de materiais que me forneceu e sugestões riquíssimas que ofereceu ao meu trabalho, em todo o itinerário de pesquisa e especialmente quando compôs a banca de qualificação e defesa. Esse primeiro posto também foi ocupado pela professora Denise Ferreira, que garantiu importantíssimos apontamentos para pesquisa e a quem também agradeço. Ao professor Pedro Pietrafesa, da PUC-GO, que participou como arguidor em minha banca de defesa, registro ainda minha enorme gratidão pela leitura minuciosa dissertação, bem como pelas sugestões preciosas, que se deveram tanto à sua formação no campo das Relações Internacionais como à sua atenção e respeito perante ao meu trabalho. À professora Regiane Bressan da Unifesp sou grata por ter disponibilizado um material de suma relevância sobre meu objeto de pesquisa, no mesmo dia em que me conheceu num evento do PROLAM em São Paulo; são raras atitudes como essas.

Agradeço aos meus pais, Giselle Freitas e Adalberto Monteiro por tudo, no sentido estrito da palavra. Eles não fizeram nada menos que tudo para que eu conseguisse conduzir e concluir este trabalho. Ao longo do itinerário da pesquisa e escrita, meu pai contribuiu ao me auxiliar a acessar fontes e bibliografias não arroladas a princípio, ao passo que minha mãe corrigiu e opinou nos meus trabalhos apresentados em eventos. De ambos recebi durante esses dois anos, assim como ao longo da minha vida, todo o amor, compreensão, acolhimento e paciência. Aliás, pela paciência, agradeço em especial à minha mãe. Por conviver diariamente comigo, suportou com serenidade o comportamento temperamental que assumi por tantas vezes em razão da condição de mestrandia.

Agradecer aos meus pais enseja um agradecimento especial a toda minha extensa família. Entre avós, tios, primos etc sempre pude contar com apoio pleno ao meu ingresso e permanência no mestrado. O incentivo familiar foi primordial para que chegasse até aqui.

À minha legião de amigos, sou profundamente grata. Em vista da qualidade, quantidade e diversidade de minhas amizades, estive sempre bem amparada e nutrida de alegria e paz, elementos que me permitem seguir com meus projetos, tais como essa dissertação. Cumpre-me sublinhar as contribuições dos amigos e colegas de profissão Tiago Zancopé e Sabrina Braga, que além da amizade, se envolveram diretamente com esta dissertação, se prestando à leitura de parte do seu conteúdo e compartilhando bibliografias e experiências.

Por último agradeço ao Dominic Krzyzanowski, pelo companheirismo, por respeitar, incentivar o meu trabalho e ainda pela compreensão com minha peculiar jornada laboral durante o andamento desta dissertação, que se estendeu às vezes por noites e ou dias inteiros, ocupando grande parte do pouquíssimo tempo em que podemos estar juntos.

O certo é que nossa latino-americanidade, tão evidente para os que nos olham de fora e veem nossa identidade macroétnica essencial, só ainda não faz de nós um ente político autônomo, uma nação ou uma federação de estados nacionais latino-americanos. Mas não é impossível que a história venha fazê-lo.

(Darcy Ribeiro, 1998)

RESUMO

Este trabalho tomou como objeto de pesquisa o Parlamento Latino-Americano e Caribenho, mais conhecido como Parlatino, que opera há mais de meio século. Essa instituição foi criada em 1964 e empreende importantes intercâmbios políticos e legislativos para seus países membros. Sua atuação perpassou momentos históricos significativos para América Latina, como o período de ditaduras militares e redemocratizações. Não obstante sua longa trajetória e valor histórico, há uma escassez de trabalhos acadêmicos sobre o Parlatino, especialmente no campo da historiografia. O objetivo deste estudo foi abordar essa lacuna, estabelecendo enfoque nessa notável instituição. O foco desta pesquisa foi apresentar o itinerário deste corpo político, desde sua concepção até um período atual; no ano 2017. Ao descrever a trajetória dessa instituição, este trabalho reflete sua ineficiência como uma entidade supranacional de integração regional. Também foram priorizados exames e reflexões sobre o histórico sociopolítico e até conceitual das regiões América Latina e Caribe. As fontes utilizadas na pesquisa foram coletadas a partir de documentos oficiais desta instituição, reportagens de jornais sobre episódios de sua trajetória. A bibliografia específica utilizada incluiu trabalhos acadêmicos das áreas de Ciência Política e Relações Internacionais, ao passo que a bibliografia complementar foi composta por obras da área de História da América e dados estatísticos diversos sobre a América Latina e Caribe. Esta dissertação consiste numa análise crítica e descritiva do Parlatino, que partiu do entrecruzamento dessas fontes e do material bibliográfico levantado. A narrativa ilustra os nexos entre o funcionamento desta instituição e momentos históricos estratégicos da América Latina e Caribe. Além disso, fornece uma análise dos avanços, mas também as limitações cruciais desta instituição.

Palavras-Chave: Parlatino. Parlamento Latino-Americano. Parlamento Latino-Americano e Caribenho. América Latina. Caribe. Parlamento Regional.

ABSTRACT

This work took as object of research the Latin American and Caribbean Parliament, known as Parlatino, has been operating for over half a century. This institution was created in 1964 and leads on key political and legislative exchanges for the involved countries. It has been in operation during Latin America significant historical moments such as the period of military dictatorships and re-democratizations. Notwithstanding its importance and historical value, there is a scarcity of scholarly works on the Parlatino, especially in the field of historiography. The aim of this study was to address this gap in knowledge and to shed some light in this remarkable institution. The focus of this research was to present the itinerary of this political body, from its conception to a current period; the year 2017. In describing the trajectory of this institution, this work reflects on its inefficiency as a supranational entity of regional integration. Priority was given to the analysis and exploration of the socio-political and conceptual history of Latin America and the Caribbean. Data for this work was gathered from official documents of this institution, newspaper reports on episodes of its trajectory and bibliographies. The specific bibliography used included academic works from the areas of Political Science and International Relations, while the complementary bibliography was composed by works of the area of History of America and various statistical data about Latin America and Caribe. This dissertation was made from the cross-linking of these sources and from the bibliographical material collected. This dissertation is the critical and descriptive analysis of these obtained materials and the chronicle of Parlatino. The narrative illustrates the links between operation of this intuition and strategic historical moments of Latin America and the Caribbean. Additionally, it provides a testimony of the advances but also the crucial limitations of this institution.

Keywords: Parlatino. Latin American Parliament. Latin American and Caribbean Parliament. Latin America. Caribbean. Regional Parliament.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio

APC- Assembleia Popular da China

APRA- Aliança Popular Revolucionária Americana

ARENA- Aliança Renovadora Nacional

BDC- Banco do Desenvolvimento Caribenho

BID – Banco Internacional de Desenvolvimento

CALC- Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento

CARICOM- Comunidade do Caribe

CECA- Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CELAC- Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

DEM- Democratas

DOPS-Departamento de Ordem Política e Social

EUA- Estados Unidos da América

FGV- Fundação Getulio Vargas

MDB- Movimento Democrático Brasileiro

MERCOSUL-Mercado Comum do Sul

NARA- National Archives and Records Administration

OEA- Organização dos Estados Americanos

ONU- Organização das Nações Unidas

PAP- Partido Aprista Peruano

PARLACEN- Parlamento Centro Americano⁷

PARLANDINO- Parlamento Andino

PARLASUL- Parlamento do Mercosul

PARLATINO- Parlamento Latino Americano

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PCdoB- Partido Comunista do Brasil

PFL- Partido da Frente Liberal

PMDB- Partido do Movimento Democrático

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRI- Partido Revolucionário Institucional

PSB- Partido Socialista Brasileiro

PSD- Partido Social Democrático

PT- Partido dos Trabalhadores

SINASSAN- Sistema Nacional para Soberania e Segurança Alimentícia e Nutricional

SNI-Serviço Nacional de Informações

UNB- Universidade Federal de Brasília

UNESP- Universidade Estadual Paulista

UNIFESP- Universidade Federal de São Paulo

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1- NASCE O PARLAMENTO LATINO-AMERICANO.....	25
1.1- A que veio o Parlatino.....	29
1.2- Os Referenciais Históricos.....	33
1.3- O Conceito de América Latina.....	39
1.4- O Parlatino e a Guerra Fria.....	47
1.5- Assembleias das décadas de 1960 e 1970.....	56
1.6- A institucionalização do Parlatino e a construção de sua sede.....	70
CAPÍTULO 2- UMA NOVA ETAPA PARA O PARLATINO.....	77
2.1- As Leis Modelo à luz da realidade latino-americana.....	78
2.2- A América Latina redemocratizada e o ideal integracionista.....	91
2.3- A mudança de sede.....	94
2.4- A aproximação com o governo da China.....	103
2.5-As relações com a CELAC.....	111
2.6- A mudança de nome e outras inovações.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
FONTES CONSULTADAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127
ANEXOS.....	138

INTRODUÇÃO

O Parlamento Latino-Americano, mais conhecido como Parlatino, constitui o objeto central do presente trabalho. Trata-se de uma instituição criada com o escopo de promover a integração latino-americana; foi justamente esse aspecto o determinante para a escolha desse organismo político como objeto de pesquisa. Este trabalho é fruto do interesse pelo tema integração latino-americana e suas manifestações no século XXI. Assinalamos que a instituição em questão foi criada segundo os moldes de atuação do Parlamento Europeu nos primeiros anos de funcionamento do mesmo e sob a finalidade precípua de deliberar sobre questões regionais e inter-regionais no continente, visando alcançar a qualidade de supranacional. Entretanto, após um início promissor, esse organismo não logrou êxito em se firmar entre os países-membros. Por essa razão, analisar de forma pormenorizada a trajetória desse organismo e perscrutar as causas dessa ineficácia é o propósito desta pesquisa. Antes de prosseguir com a descrição do itinerário do presente trabalho, apresentaremos brevemente nosso objeto.

A fundação do Parlamento Latino-Americano ocorreu em dezembro 1964, em Lima, evento que se originou dos esforços envidados por Andrés Townsend Ezcurra, deputado pelo Partido Aprista Peruano. Sublinha-se como digno de registro que André Franco Montoro também tomou iniciativa para a criação de um Parlamento composto por países da América Latina. Um projeto de resolução a esse respeito foi apresentado por ele no congresso brasileiro em 1963, porém sem êxito. No Peru, as articulações haviam começado em 1962, quando Townsend Ezcurra apresentou no encontro nacional de seu partido a proposta de criação do Parlamento Latino-Americano, cujo escopo era a integração latino-americana. Na ocasião, a célula parlamentar aprista firmou o compromisso de levar tal proposta ao congresso peruano e assim o fez, de modo que, em julho de 1964, sua iniciativa foi aprovada por unanimidade. Em seguida, políticos do país, alguns inclusive não vinculados ao PAP, se empenharam em garantir a adesão dos demais países da região. Na sessão inaugural, o Parlatino já era composto por treze países.

As promissoras conquistas do Parlatino ao fim da década de 1980 e ao longo da década de 1990 constituíam a coroação de uma longa trajetória, trilhada a passos lentos. Apesar de inaugurado em dezembro de 1964, o tratado internacional que selou sua institucionalização oficial foi assinado somente em 1987 e ratificado em 1988. Efetivamente, os golpes de estado que impuseram regimes militares aos países latino-americanos,

principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, dificultaram o funcionamento desse organismo e, por conseguinte, barraram possíveis avanços.

Inicialmente, por determinação de seu estatuto, acordado em 1965, os membros do Parlatino eram escolhidos indiretamente em reuniões internas de cada congresso nacional, porém era imprescindível que se tratasse de parlamentares eleitos por sufrágio universal. Com a instauração das ditaduras, o Parlatino foi premido a se adaptar ao novo contexto; o organismo contava então, entre seus membros, com exilados, perseguidos políticos, parlamentares destituídos de seus cargos. Durante a década de 1970, o organismo figurou como importante fórum de debates; suas assembleias eram marcadas por discursos de defesa à democracia e denúncias de violações dos direitos humanos pelos governos militares.

Os processos de redemocratização descortinaram novos horizontes que propiciaram avanços institucionais para o Parlatino. Em face da consolidação como instituição, observado no fim da década de 1980 e início da de 1990, o Parlamento Latino-Americano parecia caminhar rumo a consolidação como instituição supranacional de atuação expressiva, aos moldes do Parlamento Europeu, instituição que serviu de modelo para sua criação. Para tanto, era importante que seus membros fossem escolhidos diretamente pelos eleitores de cada país e, principalmente, que conquistassem função legislativa. Destaca-se que figuras importantes como o antropólogo Darcy Ribeiro, acreditavam plenamente que o Parlatino trilharia um caminho vitorioso como fez o Parlamento Europeu, principalmente no que diz respeito à conquista de relevância institucional. Ao falar da grande importância da fundação do Memorial da América Latina¹, Ribeiro, completou afirmando que:

Passo maior ainda foi a criação do Parlamento Latino-Americano dentro do Memorial, através de um ato de extrema sabedoria e astúcia diplomática dos paulistas. Ele representará nas próximas décadas, o que o Parlamento Europeu representa para a Comunidade Européia e fará de São Paulo a futura capital da Nação latino-americana. (RIBEIRO, 1998, p.13)

Efetivamente, a significativa adesão, as grandes expectativas depositadas na instituição, as várias décadas de existência transcorridas desde a sessão inaugural, o tratado de institucionalização oficial e a conquista de sede própria, não constituíram fatores suficientes para que esse organismo conseguisse se firmar como instituição representativa e atuar de forma relevante; por conseguinte, não alcançou significativa visibilidade.

¹ O memorial da América Latina trata-se de um centro cultural fundado em 1989 em São Paulo-SP, idealizado principalmente pelo antropólogo Darcy Ribeiro. Localizado no bairro da Barra Funda, conta com conjunto arquitetônico projetado por Oscar Niemayer. O Memorial é dedicado à exaltação da integração latino-americana.

Conforme ressaltado, o Parlatino enquanto parlamento regional tem como propósito legislar por meio de deliberações políticas, promovendo a integração da região, sobretudo no âmbito legislativo. Tais ações não se efetivaram, inviabilizando o caráter supranacional efetivo, que fortaleceria e garantiria legitimidade à instituição. Em razão disso, o “Parlatino existe atualmente de forma simbólica”, tal como ressaltam Malamud e Sousa (2005, p. 390). Conforme pressupõe o título, o Parlatino se trata de uma instituição simbólica, entretando não no sentido em que fundadores e entusiastas almejavam — um organismo símbolo da integração regional. O vize da palavra simbólico que melhor se aplica ao Parlatino, se refere à sua condição puramente alegórica, umbrática, à sua substancialidade limitada. Em face disso, ao me deparar com o histórico dessa instituição, avultou de imediato o contraste entre sua atuação inexpressiva e a longa trajetória de existência, além da expressiva adesão, quando me propus a perscrutar esse itinerário ainda recente e pouco conhecido no Brasil.

A adoção do Parlatino como objeto de reflexão decorreu entre outros fatores da autodenominação da instituição como mecanismo de integração regional, tema esse que é de suma importância do ponto de vista da historiografia. O ideal integracionista foi recorrente entre lideranças, intelectuais e movimentos populares na América Latina e permeia a própria história da região. As primeiras e mais significativas manifestações nesse sentido se revelaram pelos esforços de Simón Bolívar, ainda no século XIX, no contexto dos processos de independência dos países hispano-americanos. Recorrentemente reconhecidos pelo Parlatino como principais aspirações, “Simón Bolívar e o Congresso do Panamá continuam sendo fortes símbolos da unidade continental e, mais que isso, referências para propostas de integração posteriores.” (FIGUEIREDO, 2017, p.28).

Contudo, ressalta-se que além do Parlatino existem outros parlamentos regionais na América Latina; são eles: o Parlacen², o Parlandino³ e o Parlasul⁴. A opção pelo primeiro como objeto de pesquisa, em detrimento de outras entidades integracionistas existentes na região, se justifica por ser o mais antigo entre os parlamentos regionais, direcionado para toda a América Latina, diferente dos demais que se limitam à microrregiões e, por conseguinte, é

²Trata-se do Parlamento Centro Americano, fundado em 1991, composto atualmente por Guatemala, Honduras, Nicarágua, El Salvador, República Dominicana e Panamá.

³Trata-se do Parlamento Andino, criado em 1979, atualmente reúne Chile, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Consiste no órgão legislativo de uma entidade de integração maior denominada Comunidade Andina.

⁴Trata-se do Parlamento do Mercosul, conforme seu nome é o braço legislativo dessa instituição e seus membros são os mesmos, quais sejam Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

aquele que possui a maior adesão; atualmente, vinte e três⁵ países membros. Para além disso, observa-se que figuras marcantes para a instituição são brasileiras, a qual, inclusive, durante catorze anos esteve sediada no Brasil.

O mapeamento de bibliografia específica sobre nosso objeto de pesquisa nos levou a apenas quatro trabalhos acadêmicos que o contemplam, sendo que nenhum deles consiste em pesquisa historiográfica; estão vinculados à área de Ciências Políticas e Relações Internacionais. É importante ressaltar que esses trabalhos não tratam unicamente sobre o Parlatino; todos eles utilizam o método comparativo e, portanto, contrastam nosso objeto com outras instituições de integração existentes.

A bibliografia levantada mais antiga trata-se de um artigo acadêmico intitulado *Parlamentos Supranacionais na Europa e na América Latina: Entre o Fortalecimento e a Irrelevância* (2005), de autoria de Andrés Malamud e Luis de Sousa, ambos professores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, respectivamente vinculados como Investigador Principal e Investigador Auxiliar. Outros dois trabalhos arrolados são da área de Ciência Política elaborados por servidores da Câmara dos Deputados do Brasil; a instituição incentiva seu corpo de funcionários a realizar produções acadêmicas relacionadas à atividade legislativa e anualmente seleciona os melhores trabalhos e publica em compilação. Primeiramente temos a dissertação de mestrado *Parlamentos regionais e o processo de integração* (2009), vinculada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, de autoria de Norma Venâncio Pires. Contemporânea a esse trabalho, foi a tese de doutorado *O Parlamento Latino-Americano e a sua evolução institucional em perspectiva comparada com a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa* (2014), de Valéria Mergulhão, com a peculiaridade de ter sido produzida na Universidade de Lisboa, sob orientação de Andrés Malamud, anteriormente citado. Por fim, destacamos o artigo *Parlamentos Regionais na América Latina em estudo comparado* (2015), de autoria de três professores da área de Relações Internacionais, Regiane Bressan (UNIFESP), Karina Mariano (UNESP) e Bruno Luciano (FGV-RJ).

Com relação à bibliografia apresentada, observa-se que os dois artigos acadêmicos se dedicam a perscrutar hipóteses sobre a limitada expressividade de ação dos Parlamentos da América Latina, ao passo que a dissertação e a tese se dedicam a um trabalho mais descritivo;

⁵ Atualmente, compõem o Parlatino: Argentina, Aruba, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Curaçau, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Martinho, Suriname, Uruguai e Venezuela.

as reflexões realizadas tratam da comparação de atuação dos organismos integracionistas. Os episódios importantes da trajetória do Parlatino, quando constam nos referidos trabalhos, são citados, rasamente contextualizados e nunca aprofundados, mesmo porque nenhum desses trabalhos é voltado somente e diretamente para o Parlatino. Uma vez que são trabalhos vinculados ao campo das Ciências Políticas e Relações Internacionais, o enfoque consiste na associação dessas instituições analisadas a teorias de integração. Nesse sentido, a presente pesquisa busca responder alguns questionamentos básicos sobre a instituição não abordados nos trabalhos anteriores, sobretudo no que se refere à associação da trajetória do Parlatino a processos históricos. Neste trabalho oferecemos um exame da trajetória dessa instituição através da perspectiva historiográfica.

Dentre os questionamentos sobre o Parlamento Latino-Americano que ficaram em aberto na bibliografia levantada, buscaremos nesse trabalho responder aos seguintes: Quais foram os bastidores de sua criação, institucionalização e conquista da primeira sede bem como os principais atores envolvidos nesses processos? De que forma transcorreram suas atividades nos primeiros anos de funcionamento, coincidindo também com a época de vários regimes militares nos países da região? De modo geral, todos os trabalhos acadêmicos mapeados sobre nosso objeto assinalam que o grande mérito histórico da instituição se deu justamente nessa época devido ao status de porta-voz da democracia que a mesma adquiriu. Contudo, nenhum deles exemplifica como o organismo atuou nesse período. Além disso, buscaremos contextualizar o nascimento da instituição no contexto da América Latina na Guerra Fria, aspecto também inédito na bibliografia analisada. Após a institucionalização do Parlatino, os trabalhos elucidam que o mesmo passou a elaborar projetos de lei modelo e a partir desse ensejo, buscaremos responder como são produzidos esses Pls, quais e quantos são os temas abordados. Ademais, existe a necessidade de esclarecer por quais motivos o organismo mudou de país e de sede e quais foram as principais parcerias que firmou.

Os questionamentos apresentados anteriormente guiaram a narrativa sobre a trajetória do Parlatino que empreendemos nessa pesquisa; apesar de predominantemente descritiva, é pertinente, uma vez que se trata de uma reflexão historiográfica inédita. Ao longo dessa explanação, trabalhamos algumas hipóteses relativas às limitações de atuações do Parlatino e seu fracasso em se tornar uma instituição supranacional. A primeira hipótese se refere à concepção de América Latina, em um duplo exercício de compreensão, culminando no questionamento se a ineficácia do Parlatino poderia ser justificada pela fragilidade da ideia de uma América Latina unívoca. A segunda hipótese versa sobre a condição dos sistemas

democráticos latino-americanos como fator que desfavorece organizações de cunho regional integracionista. Tais sistemas são repletos de déficits e limitações que afetam o funcionamento de suas instituições internas, de âmbito nacional, que dirá as que se lançam em âmbitos mais amplos, tais como os parlamentos regionais. A terceira hipótese coloca em cheque o Parlatino como instituição de integração efetiva e, a partir dela, buscaremos definir em que âmbito se encaixam as ações do organismo. Por último, reconhecemos a enorme relevância do ideal integracionista latino-americano que atravessou séculos, pensado e cogitado em diversos moldes ao longo de sua trajetória. Nossa última hipótese é um questionamento sobre a permanência da pertinência desse ideal no século XXI.

Objetivando atender aos questionamentos e hipóteses estabelecidos, recorreremos a fontes diversas, das quais assinalamos primeiramente aquelas fornecidas pelo próprio Parlatino. Em seu endereço eletrônico encontra-se disponível grande diversidade de massa documental, incluindo tratados, códigos de conduta, atas de assembleias, comunicados, entre outros. Na biblioteca do Memorial da América Latina, com o qual o Parlatino dividiu terreno quando esteve sediado no Brasil, foram mantidas publicações da instituição que consistem na compilação de atas de eventos mais antigos, anteriores à institucionalização em 1988 e que não se encontram disponíveis online. Destacamos como fonte bibliográfica fundamental na realização deste trabalho um livro de memórias organizado pelo próprio Parlatino em comemoração ao seu 50º aniversário, intitulado *Parlamento Latino-Americano: Memórias y Esperanzas 1964-2014*. A compilação é composta por diversos depoimentos de políticos de várias nacionalidades, antigos e atuais membros da instituição, versando sobre tópicos retrospectivos a respeito da instituição, bem como as aspirações para o futuro do órgão, além de documentos anexos na íntegra.

Para além do vasto material documental disponibilizado pelo Parlatino para consulta online, além de suas publicações que compilam outras tantas fontes de tipologia diversa, foram consultados outros arquivos digitais de grande relevância. Destacamos primeiramente a *Administração Nacional de Arquivos e Registros dos Estados Unidos*⁶, que disponibiliza documentos diversos do Departamento de Estado estadunidense através de um endereço eletrônico específico do *Acesso a bancos de dados arquivados*⁷. Os documentos dessa entidade arquivística úteis ao nosso trabalho consistem em telegramas trocados por embaixadas estadunidenses nos países latino-americanos que relatam em linhas gerais como

⁶ No idioma original: *National Archives and Records Administration* (NARA).

⁷ No idioma original: *Access to Archival Databases* (AAD).

transcorreram assembleias ordinárias do Parlatino ao longo da década de 1970. Para narrar esses eventos foram fundamentais as hemerotecas digitais, tal como a da *Biblioteca Nacional* que guardam exemplares de periódicos que noticiaram e também relataram o conteúdo desses eventos. Do Brasil, foram consultados o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Última Hora*, *Correio Braziliense*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*. *El Informador* e *El Siglo Torreón* foram os periódicos mexicanos consultados. Da Colômbia, consultamos o jornal *El Tiempo*.

Outro recurso fundamental para o desenvolvimento das reflexões contidas nesse trabalho foi a bibliografia de apoio; a seguir citaremos algumas delas para situar resumidamente os autores que guiaram nossa linha de argumentação. Com relação às discussões sobre a criação do Parlatino no contexto da Guerra Fria na América Latina, foi utilizada o livro *América Latina – Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria* (1996), de Leslie Bethell e Ian Roxborough. Além de uma bibliografia mais recente de Patrice McSherry *Predatory States: Operation Condor and covert war in Latin America* (2010). Na parte dedicada às reflexões sobre o conceito de América Latina utilizamos a obra clássica *Génesis de la idea y el nombre de America Latina* (1980) de Arturo Ardao, o artigo *O conceito de América: conceito básico ou contra-conceito* (2008), de João Feres Júnior e ainda nos valem das contribuições teóricas do consagrado Reinhart Koselleck em *Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos* (1992) e *Futuro Passado* (2006). Para as reflexões quanto às condições atuais da democracia latino-americana, recorreremos ao artigo *Invenção da etnicidade nos estados-nações americanos nos séculos XIX e XX* (2008) de Federico Navarrete e a ainda a vários boletins informativos sobre os dados estatísticos dos problemas sociais da América Latina, publicados principalmente pela CEPAL e Anistia Internacional.

A ausência de bibliografia historiográfica específica sobre o Parlatino é um fator que leva ao questionamento com relação à pertinência de nosso trabalho. Sobre essa questão, assinalamos que os processos de criação e consolidação do Parlamento Latino-Americano, bem como aqueles relativos à sua realidade de atuação, tratam-se de fenômenos políticos. Estudá-los requer mecanismos que o método histórico pode oferecer proficuamente, conforme observa Moniz Bandeira:

O método histórico sempre me afigurou o melhor para o conhecimento dos fenômenos políticos, dado que há um infinito entrecruzamento de causas, e os fenômenos quando se manifestam, resultam de transformações quantitativas e qualitativas de tendências, que se delineiam e se desenvolvem ao longo do tempo. Dificilmente se pode compreender a política exterior e as relações internacionais de um país sem situá-las em sua concreticidade histórica, em seu encadeamento mediato, em sua condicionalidade essencial

e em sua contínua mutação. O passado, não o passado morto, mas o passado vivo, constitui a substância real do presente, que nada mais é que um permanente devenir (2010, p.40).

Uma vez que a experiência histórica do Parlatino é escassa em termos de bibliografia – entretanto, presente em documentos –, é fundamental em nossa pesquisa o diálogo entre as fontes e a bibliografia que propomos em nossa metodologia, já que a bibliografia nos fornece chaves conceituais essenciais para a pesquisa. Tal questão nos remete ao historiador alemão Jörn Rüsen, quando este afirma: “O conhecimento histórico não é construído apenas com informações das fontes que só são incorporadas nas conexões que dão sentido à história com ajuda do modelo de interpretação, que por sua vez não é encontrado nas fontes” (2007, p.25), ou ainda quando reforça: “Uma vez carregado de significado para o presente por meio da interpretação, o passado torna-se uma referência apta para orientar o agir e o sofrer humanos” (RÜSEN, 2011, p.271). Ainda que a bibliografia que trate diretamente do Parlatino seja escassa, a que selecionamos é capaz de nos auxiliar a “dar sentido” à experiência histórica do Parlatino.

Nesse sentido, assinala-se que não nos propusemos somente à análise de documentos oficiais do Parlatino, muito embora essa tarefa tenha sido fulcral para nossos propósitos. Houve um significativo enfoque sobre o contexto histórico em cada fase de atuação do organismo em questão. Ademais, foram abordadas questões de verticalização histórica, pertinentes ao estudo do objeto. É o caso de um tópico do primeiro capítulo, cujas reflexões contemplam o conceito de América Latina, visando explicar os motivos históricos pelos quais um conjunto de países são definidos como pertencentes a uma mesma região, denominada América Latina, visto que não existem determinações fisiográficas que delimitem tal território. Sublinha-se que tais questões sinalizam para a própria ideia de unidade continental explorada pelos projetos integracionistas.

A criação do Parlatino e seus primeiros anos de existência constituem basicamente o conteúdo do primeiro capítulo; portanto, o recorte temporal fundamental pode ser estabelecido entre o início da década de 1960 e o fim da década de 1980. Sublinha-se que alguns tópicos retroagem a períodos anteriores, porém o objetivo é puramente enriquecer as discussões relativas ao recorte temporal estabelecido. O enfoque inicial ressalta os esforços que urdiram a aprovação da proposta desse organismo no referido Congresso Peruano, bem como a articulação de países para adesão ao projeto. Nesse sentido, a assembleia inaugural e os principais referenciais de criação da instituição são assuntos fundamentais abordados no primeiro capítulo. O Parlatino contextualizado pela Guerra Fria trata-se de outro assunto

importante nesse capítulo; reflexões a esse respeito precedem a análise dos primeiros anos de atuação. Para tanto, o enfoque esteve voltado para algumas assembleias realizadas pelo organismo ao longo da década de 1970. A abordagem final do capítulo versa sobre o processo de institucionalização do organismo, bem como a conquista de sede própria.

Objetivando melhor compreender o fato de o Parlatino não ter logrado significativos avanços quanto à atuação supranacional, mesmo após oficialmente institucionalizado e dispondo de sede própria, este trabalho seguirá delineando seu itinerário na década de 1990 e anos 2000. Alguns elementos e eventos avultam nesse recorte e serão abordados no segundo capítulo deste trabalho.

Destaca-se que, em 1994, projetos de lei começaram a ser elaborados pelas comissões da instituição. Esses PLs constituem sugestões legislativas que o Parlatino oferece aos países membros. Até a atualidade eles vêm sendo produzidos; alguns deles, elaborados a partir de 2009 até 2016, foram analisados por nós. Esses documentos são importantes, pois os temas sobre os quais versam, revelam o quão inteirado o Parlatino está com relação às demandas da América Latina, bem como de que maneira se posiciona perante elas. Nesse sentido, essas fontes contribuem para a compreensão da atual condição da instituição, permitindo hipóteses sobre a atuação limitada dessa.

A produção de Leis Modelo somente passou a fazer parte das funções do Parlatino, quando o mesmo se estabeleceu em sede própria, em 1993. Ademais, as assembleias e reuniões, antes eventos itinerantes, passaram a ser realizados em local fixo, a partir da conquista da sede. Em face disso, um episódio de grande significância que avulta na história do Parlamento Latino-americano é a saída de sua sede do Brasil, por determinação do governo de São Paulo. Após catorze anos estabelecido na capital paulista, junto ao memorial da América Latina, foi transferido para a Cidade do Panamá em 2008, onde até 2013 permaneceu em sede improvisada. Destaca-se que o governo da China colaborou diretamente com os gastos da construção da nova sede, inaugurada em 2013 na capital panamenha. Nesse sentido, tópicos do segundo capítulo abordam a mudança de sede, bem como as relações entre o governo chinês e a instituição. Atualmente, as parcerias figuram como meios fundamentais de crescimento e fortalecimento institucional para o Parlatino. Destaca-se que mais recentemente a instituição busca vincular-se à Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC), se estabelecendo como seu órgão legislativo (BRESSAN; LUCIANO; MARIANO, 2015, p.15-16). Por essa razão, para buscar delinear as perspectivas futuras para

o organismo, nas discussões que finalizam esse trabalho, o enfoque considerou as relações colaborativas firmadas.

Em linhas gerais, o presente trabalho busca evidenciar as principais conquistas e desafios de uma instituição política que ainda vislumbra consolidar-se como Parlamento supranacional dos países latino-americanos. Destaca-se que, em paralelo à integração—seu escopo—essa instituição, desde o início, definiu como pautas primordiais de sua atuação a defesa dos direitos humanos, da democracia e da autonomia, em contraposição ao imperialismo. Sustentando esses propósitos, o Parlatino precisou lidar com duas Américas Latinas.

Primeiramente aquela impactada pelos cenários políticos conturbados que em muitos casos desdobraram em regimes militares que se instalaram em vários de seus países. A realidade de congressos fechados, perseguição política, exílio e terrorismo de Estado, significava limitações drásticas para a atuação de um organismo político ainda em consolidação. Naquele contexto, o Parlatino resistiu, manteve seu funcionamento conforme pôde, emergindo como fórum de debates que propiciava o intercâmbio político e as denúncias às ditaduras, em tempos de espaços reduzidos para as vozes mais críticas. A integração figurava naquele cenário como um atalho para a retomada da democracia, visto que fortaleceria a luta por esse ideal. Contudo, sua articulação efetiva era dificultada em razão das restrições que existiam justamente no âmbito político.

Num segundo momento o Parlatino tinha perante si uma América Latina composta por países redemocratizados, ao menos em tese. Nessa época, ele logrou suas principais conquistas institucionais, mas ainda haveria de lidar com os novos obstáculos impostos pela fragilidade democrática abafada pela celebração do fim dos tempos de exceção. A extrema desigualdade socioeconômica, fomentada pela marginalização de determinados grupos sociais; a preservação de estruturas autoritaristas e a dependência externa constituíam aspectos compartilhados pelos países latino-americanos. Ainda que restaurada a democracia, seu alcance no âmbito social foi limitado. Novamente o ideal integracionista se sustentava como caminho para a solução de problemas prementes, porém a questão passa a ser a quem interessa resolvê-los. As parcerias firmadas pela instituição, com efeito, são de suma importância para determinar perspectivas futuras profícuas.

Visto isso, este trabalho visa oferecer o exame dessa instituição e, dentro do possível, busca estabelecer um paralelo entre ela e o histórico sociopolítico da região. Mais

especificamente, trata-se de perscrutar o itinerário do Parlatino à luz da realidade latino-americana, em suas especificidades históricas.

1 NASCE O PARLAMENTO LATINO-AMERICANO

Em dezembro de 1964 foi realizada a assembleia inaugural do Parlamento Latino-Americano, na capital peruana, Lima. O evento contou com a participação de representantes de diversos países e instituições da região e nessa oportunidade um total de treze países expressaram sua adesão formal ao Parlatino. Um documento conhecido como Declaração de Lima foi aprovado na ocasião para selar a criação daquele novo organismo político. Seu texto buscava definir em que consistia o Parlatino, indicando, portanto, suas linhas de atuação e delineando os princípios que guiariam a entidade em seu escopo - a integração latino-americana.

A sessão inaugural representava a concretização de um projeto iniciado anos antes, idealizado principalmente por Andrés Townsend Ezcurra, político ligado ao Partido Aprista Peruano. O primeiro passo rumo à criação do Parlamento foi dado em abril de 1962, por ocasião do VI Congresso Nacional do Partido Aprista. No evento, Townsend Ezcurra propôs à célula parlamentarista aprista que fosse levado ao congresso peruano moções solicitando respaldo para a realização de convocatória às nações latino-americanas visando à criação de um parlamento regional⁸. A proposta foi aceita e, em junho de 1964, obteve sucesso junto à câmara dos deputados, viabilizando a convocatória de parlamentos latino-americanos para a fundação desse novo organismo político⁹. Desde agosto de 1964 os deputados peruanos de partidos diversos se organizaram em missões a vários países da região¹⁰. Em contato com corpos legislativos de cada nação, urdia-se o evento fundacional do Parlatino.

É importante ressaltar que, desde o início da década de 1960¹¹, Townsend Ezcurra se adiantara na aproximação com autoridades políticas por toda a Latina América em busca de apoio para seu projeto político. Dentre os parceiros mais importantes para seu intento estão o

⁸ “La iniciativa concreta dirigida a la creación del Parlamento Latinoamericano surgió del VI Congreso Nacional del Partido Aprista Peruano” (MÁLAGA, 1995, p.4).

⁹ “Firman la moción: Andrés Townsend Ezcurra, Andrés Echevarría Maúrtua, Víctor Freundt Rossell, Armando Villanueva del Campo y Luis F. Rodríguez Vildósola. La Moción fue aprobada unánimemente por el Senado y la Cámara de Diputados en la fecha indicada, 2 de junio de 1964.” (MÁLAGA, 1995, p.4).

¹⁰ “En las cámaras legislativas se nombra las comisiones bicamerales que irán a todos los confines del continente llevando la buena nueva.” (REVISTA PRESENTE, 1965, p.3).

¹¹ “En los primeros años de la década del 60 el senador peruano Dr. Andrés Townsend Ezcurra recorrió todos los países de América Latina entrevistando a sus líderes parlamentarios para instarlos a formar parte de la creación del Parlamento Latinoamericano, como una asociación de los Parlamentos nacionales tendiente a impulsar la formación de una comunidad latinoamericana de naciones. Los esfuerzos del Senador Townsend, acompañado por algunos parlamentarios argentinos y brasileños, se vieron coronados por El éxito El 10 de diciembre de 1964 cuando en Lima, Perú, se fundó el Parlamento Latinoamericano[...]” (PARLATINO, 2014a, p.161).

brasileiro Nelson Carneiro¹² e o argentino Luís León¹³, aliados que partilhavam do anseio por um organismo político com o objetivo de integração regional e colaborariam para levar adiante a fundação do Parlatino. Esses três nomes se consagraram como essenciais para a criação daquele organismo político, embora o maior destaque tenha sido dado a Townsend Ezcurra, o que se deve tanto ao seu esforço inicial quanto à sua dedicação como estudioso da integração latino-americana; ele vinculou sua carreira política com a de docente na área de História¹⁴, sendo autor de vários livros; observa-se que, após a criação do Parlatino, a integração latino-americana foi um tema recorrente em suas obras¹⁵, duas delas, inclusive, especificamente sobre Simón Bolívar, figura pioneira de maior relevância na história da integração regional.

Referências diretas tanto a Bolívar quanto ao Congresso do Panamá, convocado pelo libertador, estão presentes na Declaração de Lima, documento que ratificou a fundação do Parlatino; visto isso, depreende-se que os influxos da formação intelectual de Ezcurra embasaram as premissas de construção do Parlatino. De todo modo, soava coerente que o texto considerasse, ainda que tangencialmente, a densidade histórica que a concepção de integração regional abrigava. É pertinente reiterar que a integração não era uma pauta inédita na região, tampouco obsoleta. Esse segundo aspecto ficaria mais evidente a partir dos outros tópicos definidos pelo organismo como objetivos centrais, paralelos à integração regional.

A defesa da democracia e dos direitos humanos foram compromissos firmados pelo Parlatino, segundo seu documento de fundação. Tais questões eram prementes se considerada a realidade dos países latino-americanos que em muito se assemelhavam no tocante às suas mazelas. No pós-guerra, em meados de 1948, são observados expressivos ataques a essas

¹² Nelson Carneiro, político brasileiro que no momento de criação do Parlatino era deputado federal pelo extinto estado da Guanabara, vinculado ao PSD, muito embora tenha passado por muitos outros partidos políticos ao longo de sua trajetória política.

¹³ Luis León ao longo de sua trajetória política esteve vinculado ao partido esquerdista argentino Unión Cívica Radical (PARLATINO, 2014a, p.238), exercendo diversos cargos ao longo de seu itinerário político, tal como deputado e senador.

¹⁴ Quando Townsend Ezcurra se encontrava exilado no Panamá em 1949, foi convidado pelo governo da Guatemala para residir no país, a partir de então “fue catedrático de Historia Moderna y Contemporánea en la Universidad de San Carlos; investigador del Instituto de Antropología e Historia (1952)” (CONGRESO PERUANO, S/D, p.2).

¹⁵ Entre suas obras de destaque estão: “(...) Las Provincias Unidas de Centroamérica: fundación de la República (1973); Bolívar, alfarero de Repúblicas, premiado por la OEA (1973); El Perú en la integración jurídica de América Latina: Vidaurre en Panamá (1975); Las ideas de Bolívar en la integración de los pueblos latinoamericanos, obra premiada por la Comisión Nacional del Sesquicentenario de la Independencia del Perú (1975); El Congreso Anfictiónico de Panamá y su significación actual para los países latinoamericanos (1976); Cincuenta años de aprismo (1989); 27 años de lucha por la integración de América Latina: Memoria del secretario general del Parlamento Latinoamericano (1991); y Patria Grande: Pueblo, Parlamento e integración (1991). En esta última, Townsend analiza las iniciativas relacionadas con el proceso de integración continental, desde la época de Bolívar hasta la fecha de publicación del libro.” (CONGRESO PERUANO, S/D, p.4).

garantias na região, que examinaremos adiante. De todo modo, lograda a democracia nessas nações, esta sempre dispôs de uma estruturação frágil no âmbito político, mais ainda no aspecto social. A América Latina era uma das regiões mais desiguais socioeconomicamente do mundo. A limitação da democracia, por sua vez, imbricava a região para vias muito distantes daquelas indicadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Inclusive, as diretrizes que esta previa eram extremamente recentes, àquela altura não totalizavam duas décadas completas de existência; nesse sentido, convinha atenção especial a esse âmbito.

A autonomia se tratava de outro propósito significativo que o Parlatino assumiu, visto que o aparelho estatal dos países latino-americanos, recorrentemente buscava por auxílios econômicos externos. Com efeito, a extrema dependência financeira a países estrangeiros figurava como característica negativa das políticas na região. Sublinha-se que as implicações de tal característica prejudicavam o fortalecimento democrático, tendo em vista que o investimento externo apenas se efetivaria se criadas condições propícias, que o atraíssem. Tais condições tendiam a favorecer mais ao investidor estrangeiro que a própria população local.

Em suma, a América Latina efetivamente apresentava déficits quanto à democracia, aos direitos humanos e à autonomia. Ademais, a região ainda enfrentava o problema das intervenções estrangeiras majoritariamente em apoio às políticas socioeconômicas restritivas já adotadas pelas elites locais. De forma sintética, observa-se que no pós-guerra:

A América Latina era então, como é agora, a região mundial mais desigual em termos de distribuição de riqueza e renda e modelo de propriedade fundiária. Os legados do sistema colonial agrário, com suas elites reduzidas e amplos segmentos de camponeses e trabalhadores rurais, contribuíram para essa persistente desigualdade. Então, em muitos países foram estabelecidas tradições de governos autocráticos e elitistas que permaneciam indiferentes à situação de seus pobres. Milhões de pessoas, entre as classes trabalhadoras rurais e urbanas, viviam em casas ruins, condições de analfabetismo, desnutrição e altos índices de mortalidade infantil, com chances parcas de expressar suas insatisfações políticas ou efetuar uma reforma pacífica. Os movimentos para mudança foram freqüentemente de encontro a repressão. Os governos estrangeiros também tiveram parte nisso, especialmente os Estados Unidos, que apoiaram "amigavelmente" ditadores na região e muitas vezes enviaram fuzileiros navais para assegurar os interesses econômicos e políticos estadunidenses. (McSHERRY, 2005, p.2, tradução nossa¹⁶)

¹⁶ "Latin America was then, as it is now, the world region most unequal in terms of distribution of wealth and income and patterns land ownership. The legacies of the colonial hacienda system, with its tiny land-owning elites and vast rural worker and peasant sectors, contributed to this persisting inequality. So did traditions in many countries of autocratic and elitist governments that remained indifferent to the plight of their poor. Millions of of people among the rural and urban laboring classes lived in bad housing, in conditions of illiteracy, malnutrition, and high infant mortality, with little opportunity to express grievances politically or effect peaceful reform. Movements for change were often met with repression. Foreign governments also played a role, especially the United States, which had supported 'friendly' dictators in the region and often sent in the Marines to secure U.S.economic and political interests."

Tais questões figuravam entre os fatores que justificavam a pertinência da integração. As afinidades entre países latino-americanos se sustentam principalmente pela similaridade da maioria dos problemas que enfrentam. A integração, com efeito, emergia como uma via possível para a superação desses problemas e, portanto, tornou-se um ideal pautado em um paradoxo central. As questões que consistiam na razão de ser da integração constituíam também seus principais obstáculos.

Era preciso integrar para alcançar o ideal de nações cujos Estados fossem mais equânimes, mais democratizados, menos predatórios e menos dependentes de outros países. Como fazê-lo, se todos esses fatores indicavam a existência de nações ainda em construção. Efetivamente, se tratava de um desafio que países com tantos déficits internos conseguiriam transcender esses problemas para se organizarem e atuarem de forma integrada nos moldes de um parlamento regional. Nesse sentido, o comprometimento das nações com o projeto integracionista era apontado como primordial. Tal projeto consistia numa espécie de mecanismo de feedback positivo, uma vez que seria eficaz para a superação de mazelas comuns entre os países da região; porém tais problemas constituíam a raiz da necessidade e da possibilidade de integração.

Era preciso ainda considerar que as dificuldades que aproximavam tais nações são, em seu cerne, de natureza sociopolítica; as questões econômicas consistiam apenas em desdobramento dessas. Nesse tocante, há de se salientar que os mais diretamente afetados eram grupos situados à margem da sociedade, alijados da prioridade no enfoque do aparelho estatal, bem como das entidades a ele ligadas, como é o caso do Parlatino. Em face dessa característica, é válido considerar uma das principais lições adquiridas pelo Libertador, referencial importante desse organismo: nas revoluções independentistas que Bolívar protagonizou, ficou evidente a falta de apoio popular, decisiva para que o triunfo não fosse integralmente obtido. A contribuição e aprovação popular eram de suma importância e somente se realizaria caso “[...] a revolução tivesse algo a oferecer aos mais pobres.” (FIGUEIREDO, 2017, p.38).

Conseguiria um parlamento regional, efetivamente, lograr relevância política e, ao mesmo tempo, se ocupar de causas relativas a setores socialmente marginalizados? Tal combinação significaria consolidar apoio popular e também estabelecer vínculos expressivos com os governos latino-americanos dos países signatários e outras entidades políticas da região. O Parlatino, com efeito, se revelou um projeto ousado, no propósito de conciliar seu molde institucional com as demandas da região, uma questão desafiadora. Os anos seguintes à

sua inauguração tornariam ainda mais complicada a tarefa daquele organismo, em vista dos sucessivos golpes militares que assolaram a região. Assim sendo, os obstáculos encontrados por essa instituição se tornariam ainda mais complexos.

Em face dos diversos desafios que o Parlatino tomou para si desde que foi definido seu escopo, seus principais referenciais, seu contexto de criação, bem como a realidade de seus primeiros anos de funcionamento, o presente capítulo foi dividido em seis partes. Primeiramente, trataremos dos meandros relativos à sua fundação, bem como da definição de seus principais objetivos e aspirações. Posteriormente, focaremos os referenciais definidos por esse órgão. Nesse sentido, também se farão presentes reflexões sobre o próprio conceito de América Latina, visto que sua história e seus significados muito esclarecem sobre o ideal de integração da região. Em seguida, o enfoque estará voltado para o contexto de criação desse organismo, de modo que a América Latina na Guerra Fria será temática fundamental para tal discussão. Analisaremos também alguns eventos realizados pelo organismo, objetivando reflexões quanto a sua atuação ao longo da década de 1970. Por último, abordaremos seu processo de institucionalização, bem como a construção de sua primeira sede exclusiva e permanente.

1.1 A que veio o Parlatino

Por ocasião da assembleia constitutiva do Parlatino, realizada entre os dias 07 e 11 de dezembro de 1964, estiveram reunidas em Lima as delegações de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela e Uruguai, países que a partir de então se firmaram como membros; o evento, no entanto, não esteve limitado à participação dessas delegações. Também estiveram presentes “observadores assistentes”, representantes do México e de diversas instituições, dentre elas OEA, BID e CEPAL (PARLATINO, 2014a, p. 244-245).

Durante o evento, mais especificamente no dia 10 de dezembro, o documento fundacional do Parlatino foi assinado e ficou conhecido como Tratado de Lima ou Carta de Lima. Trata-se de um conjunto de resoluções, cujo texto contempla questões diversas relativas ao eixo de atuação desse organismo político, acordadas entre os países membros.

Apesar de formalizar a fundação do Parlatino, o Tratado de Lima não determinava parâmetros para sua institucionalização oficial, que somente se lograria após seus 23 anos de fundação, mais especificamente em 1987. O longo período que separa os dois eventos, seguramente se deve à conjuntura politicamente desfavorável, visto que ditaduras militares se

estabeleceram em diversos países do continente ao longo das décadas de 1960 e 1970. De todo modo, reiteramos a relevância dessa fonte, visto que apresenta os fundamentos que norteariam a atuação do Parlatino em suas primeiras décadas de funcionamento.

Dividido em três partes, esse documento, logo em seu começo, apresenta a definição básica do Parlatino como um organismo unicameral, composto apenas por membros de parlamentos nacionais¹⁷, eleitos por sufrágio universal. Em seguida são apresentadas outras resoluções importantes relativas ao seu funcionamento, tais como: a criação de uma secretaria-geral do Parlatino, que seria estabelecida em Lima; a realização anual de assembleias ordinárias; a elaboração de um Estatuto constitutivo; os idiomas oficiais da instituição definidos como espanhol e português. Destaca-se por último, nessa primeira parte, o indicativo de que a integração regional deveria abarcar diferentes âmbitos e as deliberações do Parlatino a esse respeito, expressas por meio de recomendações, conforme o seguinte trecho:

Serán atribuciones del Parlamento Latinoamericano, conocer debatir y resolver en forma de recomendaciones cualquier asunto, moción o proyecto que tenga relación con la integración política, económica, cultural y social de América Latina, o con problemas de interés común latinoamericano. (PARLATINO, 1964, p.875).

Tal questão é reiterada na segunda parte, que consiste numa breve resolução sobre a unidade latino-americana. O texto estabelece como função do Parlatino buscar a cooperação entre diferentes setores da sociedade, para promover a integração regional. São citados como exemplo os partidos políticos, universidades, governos federais, agremiações tanto de empresários como de trabalhadores, e a imprensa. A forma de colaboração sugerida varia conforme a natureza de cada setor, mas em linhas gerais se refere à adoção de pautas relativas à integração latino-americana, por exemplo, em seus programas, comissões, discussões etc.

Intitulado *Resolução sobre Integração de Latino-América*, o último tópico do documento apresenta reflexões sobre os principais fundamentos da integração regional almejada pelo organismo, bem como os desdobramentos esperados. Quanto ao primeiro - os princípios que guiavam o ideal da integração, o Parlatino assinala:

Convencido de la esencial afinidad de nuestros países, a los cuales la geografía, la historia, la cultura, una común vocación democrática y similitud de problemas, definen como una gran familia de pueblos, basada en el ejercicio de la soberanía nacional y popular, en el amor a la justicia y em

¹⁷ Os políticos que comporiam o Parlatino deveriam ser escolhidos internamente nos parlamentos nacionais, portanto eram escolhidos indiretamente. Contudo, era imprescindível que estes fossem parlamentares eleitos por meio do sufrágio universal em cada país.

el resuelto empeño de acelerar el desarrollo moral y material [...] (PARLATINO, 1964, p.876).

Posteriormente, o compromisso com aos direitos humanos¹⁸ e a democracia¹⁹ foram estabelecidos como questões-chave. A democracia foi um dos temas mais enfaticamente abordados nesse documento, de modo que entre as últimas considerações, o Parlatino sublinha “Su fe en la democracia ejercida en su integridad, com plenitud de derechos y garantías y contenido renovador y de justicia y su rechazo ele toda forma imperialista, dictatorial, colonialista u oligárquica de gobierno.” (PARLATINO, 1964, p.876).

Com relação aos objetivos da integração, destaca-se o desenvolvimento socioeconômico, visando o fortalecimento da região, que ampliaria a visibilidade e expressividade da mesma no cenário internacional. Quanto a essa questão, o organismo se declara convencido da urgência de se acelerar o processo de integração regional para:

[...] afirmar los derechos y aspiraciones de América Latina en un munclo caracterizarlo por la importancia decisoria de grandes coordinaciones continentales, frente a cuyo poderío nuestros países se encuentran, aisladamente, en situación de desventaja. (PARLATINO, 1964, p.876).

Enfatizamos que o desenvolvimento econômico almejado estava pautado na industrialização na região. Considerando a América Latina como uma região rica em matéria-primas, a industrialização seria a via para o fortalecimento da economia que, por sua vez, propiciaria melhorias da qualidade de vida, bem como a produtividade das maiorias populares²⁰.

A princípio, o expressivo enfoque conferido à democracia pelo Parlatino suscita questionamentos quanto ao real posicionamento político da instituição, uma vez que o apelo recorrente a tal questão poderia tender a certa neutralidade. Contudo, o contexto histórico

¹⁸ Segundo um trecho da Carta de Lima, o Parlatino se declarava “Resuelto a apoyar los ideales de paz, seguridad y relaciones amistosas que informan la Carta de las Naciones Unidas, así como la vigencia, sin recortes, ni limitaciones, de la Declaración Universal de los Derechos Humanos.” (PARLATINO, 1964, p.876).

¹⁹ A democracia trata-se de uma pauta tão presente no discurso do Parlatino, que referências a ela estão presentes inclusive em algumas autodefinições do organismo, tal como no trecho: “El Parlamento Latinoamericano, creado en la primera reunión de Lima y conforme a las bases fijadas en esta oportunidad, será la institución democrática, de carácter permanente, representativa de todas las tendencias políticas existentes en nuestros cuerpos legislativos; y estará encargada de promover, armonizar y canalizar el movimiento hacia la integración.” (PARLATINO, 1964, p.876).

²⁰ Tais questões foram diretamente tratadas no trecho do Tratado de Lima a seguir: “Interesado en crear las bases indispensables para una auténtica industrialización de América Latina; en organizar una concertada y eficaz defensa de los precios de sus materias primas; en forjar una planificación democrática en que todos nuestros países participen y en la fundación o refuerzo de aquellos organismos de cooperación, financiamiento y desarrollo que impulsen nuestro progreso y eleven el nivel de vida y productividad de nuestras mayorías populares, cuyo bienestar es preocupación fundamental de los Parlamentos de América Latina [...]” (PARLATINO, 1964).

justifica as menções frequentes ao fortalecimento democrático. O ano era 1964 e, àquela altura, o maior país da América Latina já vivia a realidade da ditadura militar; tensões políticas em outros países da região teriam como desdobramento também a via de golpes militares.

O próprio Townsend Ezcurra, idealizador do Parlatino, já havia sofrido perseguição política²¹ muito antes da década de 1960; a experiência do exílio foi um marco em sua trajetória pessoal. Tal particularidade reitera a necessidade da democracia como pauta tão essencial para o Parlatino, ocupando lugar equivalente à integração. A democracia, ainda que em moldes frágeis, era condição básica para a integração real que o Parlatino almejava articular.

Em resumo, os intentos do Parlatino expressos no Tratado de Lima indicavam que o organismo tinha como propósito fundamental ampliar a conexão continental, tendo como finalidade melhorias sociais e o desenvolvimento econômico, pautado na industrialização da região. Visto isso, o organismo firma compromisso com a democracia e os direitos humanos, tópicos fundamentais para a integração que o organismo propunha.

O enfoque nas questões sociais é um tema pertinente, em vista dos propósitos do Parlatino. Destaca-se que a finalidade da integração poderia estar voltada tão somente para o campo econômico. Se o fosse, o projeto permaneceria válido, haja vista que o fortalecimento econômico destacado de qualquer outra pauta social também se trata de um propósito relevante, sobretudo na região. Ocorre que, para manter coerência com relação aos referenciais históricos adotados pela instituição, as questões sociais deveriam ser priorizadas.

Definida a concepção que permeia o Parlatino, após analisar seu escopo, as justificativas em relação a ele, bem como os fundamentos escolhidos para nortear sua atuação, observa-se clareza por parte do organismo em relação à conjuntura na qual se encontrava a América Latina naquele momento, considerando seu passado recente e um futuro imediato, tão bem sintetizado pela situação de exceção em que se encontrava o Brasil. No tópico a seguir, o enfoque estará pautado nos nexos entre o nosso objeto de pesquisa e um passado mais longínquo, que diz respeito aos principais referenciais teóricos desse organismo. Nesse

²¹ Devido a sua atuação no Partido Aprista Peruano, Townsend Ezcurra sofreu perseguição política por parte de governos autoritários. Estas culminaram em exílio por duas vezes (antes da fundação do Parlatino), primeiramente em 1935, quando o Marechal Óscar Raymundo Benavides Larrea assumiu o governo do Peru e, posteriormente, durante o governo do general Manuel Arturo Odría Amoretti, em 1948. (CONGRESO PERUANO, S/D. p.1-2). Disponível em: <http://www.congreso.gob.pe/Docs/participacion/museo/congreso/files/files/andres_townsend.pdf. Acesso em: 10 jul. 2017.

sentido, buscaremos refletir sobre as significações do Congresso do Panamá e do legado de Bolívar, enquanto referências estabelecidas pelo Parlatino no Tratado de Lima. Ademais, estenderemos as reflexões ao conceito de América Latina, uma vez que o objetivo primordial da instituição era a integração regional, tornando-se relevante as discussões que priorizam compreender melhor o conteúdo que perpassa essa enunciação.

1.2 Os referenciais históricos

El Parlamento Latinoamericano, reunido en Lima en el centésimo cuadragésimo aniversario de la invitación al Congreso de Panamá por Simón Bolívar e de la batalla final de Ayacucho; Invocando El recuerdo común y glorioso de quienes dieron libertad a nuestros pueblos e quisieran consolidarla y enriquecerla a través de su unión; (PARLATINO, 1964).

São esses os dizeres que iniciam o último tópico de resoluções do Tratado de Lima. O Congresso do Panamá simbolizava o primeiro projeto de integração continental entre países da América Hispânica, enquanto a emblemática batalha final de Ayacucho constituía o evento que marcou o sucesso do processo de independência do Peru. Nesse contexto, nascia também o ideal integracionista, que perpassava os processos de independência dos países hispânicos, objetivando fortalecer os nascentes Estados Nações, tal como sublinham Figueiredo e Braga “O projeto de forjar a união dos estados da América de colonização ibérica é tão antigo quanto os primeiros movimentos pela independência.” (2017, p.310), mais especificamente observa-se que:

Ao longo da história independente da América Latina, o desígnio de unidade continental se revela indissociável da problemática da formação nacional, entendida como a superação do legado colonial substanciada na articulação entre dependência externa e assimetria social, visando consolidar as bases materiais, sociais, espaciais, políticas e culturais do Estado nacional. Em outras palavras, a unidade continental foi, desde Bolívar, projetada como uma estratégia defensiva, objetivando assegurar a soberania das jovens nações em um contexto internacional assimétrico e predatório. (SANTOS, 2016, p.273).

Sob esse ideário, Simón Bolívar (1783-1830) consagrou-se como ator histórico de importância, ímpar tanto como pioneiro do ideal integracionista²², quanto para os processos de independência da América Hispânica, quando não atuando diretamente nos mesmos, se fazia presente como entusiasta ou mesmo referencial. Para ele, a independência dos países da

²² O pensamento integracionista do século XIX no continente americano não foi uma exclusividade de Bolívar, porém tal concepção “[...] era parte do horizonte de possibilidades políticas do pós-independência a constituição de um arranjo institucional que aproximasse ou mesmo unisse os novos estados em uma entidade política mais ampla, continental. De todos esses projetos, o mais célebre e politicamente influente foi o de Simón Bolívar.” (BRAGA; FIGUEIREDO, 2017, p. 311).

América Hispânica não constituía o fim a ser alcançado; havia preocupação com o destino das nações emancipadas. Portanto, conforme aponta Figueiredo (2017, p.99) a integração figurava como via para a preservação e consolidação da independência e do modelo republicano. Ressalta o autor que ambos não eram consensos no cenário internacional da época, longe disso, eram elementos que contrariavam inclusive o que defendia a Santa Aliança (FIGUEIREDO, 2017, p.99). Nesse sentido, integrar serviria, entre outros fatores, para assegurar a sobrevivência das repúblicas recentemente emancipadas.

Efetivamente a excepcionalidade da vida e obra de *El Libertador* com relação ao ideal integracionista latino-americano, o torna referencial da maior relevância mesmo para os mais recentes projetos desse âmbito, como nosso objeto de pesquisa. Assim, nos cumpre assinalar também as críticas quanto à condução do projeto bolivariano de integração. Para tanto, nos reportaremos ao também consagrado José Martí (1853-1895), intelectual cubano contemporâneo a Bolívar e seu grande admirador. A vasta obra martíniana, conta com momentos de pujante exaltação do integracionista venezuelano, nos quais a trajetória do mesmo é narrada em tom de epopeia. Contudo, em outras ocasiões, apresenta posicionamento categoricamente crítico frente aos elementos do projeto de Bolívar que pendem para um elitismo e autoritarismo, conforme é possível constatar no trecho a seguir:

[...] acaso, temeroso de que las aspiraciones rivales le decorasen los pueblos recién nacidos, buscó en la sujeción, odiosa al hombre, el equilibrio político, sólo constante cuando se fía a la expansión, infalible en un régimen de justicia, y más firme cuanto más desatada. Acaso, en su sueño de gloria, para la América y para si, no vio que la unidad de espíritu, indispensable a la salvación y dicha de nuestros pueblos americanos, padecía, más que se ayudaba, con su unión en formas teóricas y artificiales que no se acomodaban sobre el seguro de la realidad: acaso el genio previsor que proclamó que la salvación de nuestra América está en la acción una y compacta de sus repúblicas, en cuanto a sus relaciones con el mundo y al sentido y conjunto de su porvenir, no pudo, por no tenerla en el redañó, ni venirle del hábito ni de la casta, conocer la fuerza moderadora del alma popular, de la pelea de todos en abierta lid, que salva, sin más ley que la libertad verdadera, a las repúblicas [...] (MARTÍ, 2011, 246).

Essas palavras de Martí identificam a grave falha do projeto bolivariano ao ter construído um governo tão centralizador que, aficionado em seu projeto integracionista, tendeu à imposição em detrimento do imprescindível apoio popular e de outras lideranças. A despeito disso, é reiterado que “[...] se revelaba el desacuerdo patente entre Bolívar, empeñado en unir bajo un gobierno central y distante los países de la revolución, y la revolución americana, nacida, con múltiples cabezas, del ansia del gobierno local y con la gente de la casa propia!” (MARTÍ, 2011, p.247). Essas considerações constituem um alerta

àqueles que se lançam a canalizar o ideal integracionista para projetos políticos. Em síntese, é basilar que haja uma identificação popular com os projetos de integração regional para que os mesmos obtenham algum ensejo de sucesso. Desse modo, após nos voltarmos brevemente para as considerações de José Martí, assinalamos que tomar Bolívar como referencial para o ideal integracionista, deve incluir também a reflexão sobre suas falhas.

Realizadas as devidas ressalvas, assinalamos que mais de um século depois após Bolívar, permanecia entre os países latino-americanos a necessidade de fortalecer os laços de reciprocidade; nesse sentido, considerando as semelhanças entre eles, emergia a integração regional como a via de superação dos problemas que atravancavam o desenvolvimento da região. Tais questões de origem foram trazidas à tona entre a década de 1950 e 1960, por meio de artigos produzidos por intelectuais peruanos vinculados ao partido aprista, como Haya de la Torre²³, Antenor Orrego²⁴, Luis Alberto Sanchez²⁵ e Townsend Ezcurra – o idealizador do Parlatino. A produção dos apristas, nesse sentido, significou um importante referencial para a criação do Parlamento Latino-Americano²⁶.

Sublinha-se que, na década de 1960, o organismo em questão não foi a primeira manifestação institucional latino-americana no tocante à integração. Em 1960 foi inaugurada a *Asociación Latinoamericana de Libre Comercio* (ALALC), objetivando, fundamentalmente, o desenvolvimento econômico e a criação de área de livre comércio; essa instituição estabeleceu linhas de atuação em moldes diferentes daqueles adotados pelo Parlatino. Fundada por Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, a ALALC posteriormente contou com adesão de Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela. Essa associação teve sua fundação ratificada pelo Tratado de Montevideu assinado em 1960, destaca-se que 20 anos depois, foi assinado um tratado omônimo que substituiu a ALALC, pela ALADI (Associação Latino-Americana de Integração). Esse novo tratado de 1980, não

²³ Victor Raúl Haya de La torre (1895-1971), foi um político peruano que ficou consagrado como líder aprista e um dos fundadores da APRA.

²⁴Antenor Orrego (1892-1960), foi um filósofo, periodista e político peruano, que se destacou pela sua atuação no Partido Aprista Peruano.

²⁵ Luis Alberto Sanchez (1900-1994) foi um advogado peruano, que se destacou na vida política através da APRA, partido pelo qual exerceu cargos relevantes no Peru.

²⁶ “La orientación política dirigida a la fundación de un Parlamento Latinoamericano tiene cuatro fuentes muy claras: los artículos publicados por Haya de la Torre desde 1959 en *La Tribuna* y diversos diarios del continente, invitando a los países de América Latina a emular el ejemplo unionista de Europa; los artículos de Antenor Orrego alertando sobre la necesidad de mirar el futuro inmediato en términos de “pueblos continentes”; los artículos de Luis Alberto Sánchez para su columna «Cuaderno de Bitácora» y para los *Cuadernos* publicados por el Congreso por la Libertad de la Cultura, invocando a la unidad continental para enfrentar los retos políticos y culturales de la llamada «Guerra Fría»; y finalmente los artículos de Andrés Townsend en *La Tribuna* y la revista *Presente*, proponiendo derroteros prácticos para hacer realidad las propuestas de Haya de la Torre.” (MÁLAGA, 1995, p.4).

significou uma mudança expressiva quanto aos ideais da instituição inicial, mas determinou mudanças na estrutura de funcionamento e agenda.

Segundo o ex-presidente da Câmara de Deputados do Brasil, Eduardo Henrique Alves, a proposta integracionista da extinta ALALC:

[...] estaba basada en fundamentos puramente económicos y era conducida exclusivamente por los Poderes Ejecutivos. El Parlatino no tenía ningún vínculo con la ALALC, pero uno de sus propósitos iniciales era estudiar los problemas de la integración económica y realizar una coordinación política entre los Parlamentos de América Latina. (PARLATINO, 2014a, p.85)

Assinala-se ainda que em 1963 foi apresentado na Câmara dos Deputados brasileira um projeto de lei que previa a criação de um organismo parlamentar latino-americano, objetivando a integração dos países da região. O projeto foi encaminhado pelo Deputado Franco Montoro²⁷; entretanto, sequer chegou a ser analisado.

Visto isso, depreende-se que a pauta integracionista suscitada pelo Parlatino não consiste em um fenômeno isolado na região durante a década de 1960. Contudo, não foi a América Latina a precursora dos projetos integracionistas na segunda metade do século XX; a Europa constituiu o cenário pioneiro desses projetos, ineditamente sob o molde institucional:

Após a segunda Grande Guerra foram muitos os movimentos federalistas na Europa, dentro os quais um dos propósitos era a criação de organizações para aproximar os países e tentar evitar um novo conflito. Surgem assim as primeiras organizações deste tipo: a Organização para a Cooperação Econômica em 1948 e o Conselho da Europa em 1949 (...) foi criada três anos depois a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço – CECA, como uma reação ao se perceber a falha de muitas organizações internacionais para manter as nações européias juntas. (MERGULHÃO, 2014, p.25).

Seguramente, a integração institucionalizada que passou a emergir no continente europeu após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi um influxo importante para movimentos da mesma natureza na América Latina. Sobre essa questão, a historiadora Maria Cláudia Drummond, sublinha:

A tendência europeia para o internacionalismo parlamentar é acompanhada prontamente pela América Latina, onde é criado, em 1964, o Parlamento Latino Americano (Parlatino), na esteira do estabelecimento de um organismo para a integração econômica da América Latina, a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), cujo tratado constitutivo fora assinado em 1960. (2010, p.82).

²⁷ “[...] el diputado Franco Montoro, [...] presentó en 1963, en la Cámara de Diputados, un proyecto de resolución que preveía la «creación de un organismo parlamentario latinoamericano, puesto que el ideal integracionista era compartido por parlamentarios de la región». Sin embargo, el proyecto no llegó a ser considerado.” (PARLATINO, 2014a, p.86).

O pioneirismo da Europa com relação ao surgimento de instituições integracionistas no século XX se deve principalmente aos efeitos devastadores da Segunda Grande Guerra. Uma vez a Guerra Fria em curso, a Europa iniciou esforços para se reconstruir, assegurada por incentivos financeiros daquela que agora emergia como a maior potência mundial²⁸. Do outro lado, a América Latina, região cujos países ainda apresentavam fragilidade democrática, além de grandes déficits sociais e econômicos.

Quanto à planificação econômica, a palavra-chave era precaução. Em seu entorno localizava-se a maior potência mundial, os EUA, que, em nome do anticomunismo e da segurança nacional, indicava possibilidade de intervenção externa, representando assim, ameaça ao desenvolvimento democrático latino-americano. Efetivamente, a criação do Parlatino apresentava nexos profundos com a realidade mundial determinada pela Guerra fria.

Não obstante, o Parlatino evocou como referencial os projetos integracionistas latino-americanos de outrora, conforme visto anteriormente no trecho que evoca a Carta de Lima. A referência a Bolívar, ao Congresso do Panamá e à batalha independentista do Peru, demonstrava que, apesar de norteado pelo integracionismo institucionalizado europeu, os vínculos com o passado da região eram de suma relevância. A permanência do ideal integracionista por mais de um século, fundamentava-se em uma premissa contundente, reiterando sua pertinência. Entretanto, a natureza dos problemas da América Latina havia se alterado e a via de resolução permanecia em novos moldes, esses sim, importados da Europa.

Evidentemente, o projeto integracionista de Bolívar em muitos aspectos era obsoleto com relação à realidade latino-americana da década de 1960. Contudo, não se tratava de anacronismo, pois o objetivo não era, por exemplo, resgatar o ideal de um governo centralizador forjado a partir de um ideal de virtude cívica²⁹, tal como foi o projeto bolivariano inicial. Reportar-se a Bolívar significava trazer à tona ideias fundamentais para o intento integracionista como o sentimento de pertencimento a uma coletividade (FIGUEIREDO, 2017, p.94).

Diferente da proposta de integração do Parlatino, a concepção de Simón Bolívar excluía o Brasil. A integração bolivariana incluía cinco Estados recém-emancipados: Peru,

²⁸ A través do Plano Marshall, os Estados Unidos injetou na Europa Ocidental cerca de 13 bilhões de dólares, entre 1948 e 1952 (McMAHON, 2012, p.130).

²⁹ De acordo com FIGUEIREDO (2017, p.99) esses elementos compunham, basicamente, o projeto bolivariano de governo.

Grã-Colômbia, Chile, República Centro Americana e México³⁰, ao passo que a do Parlatino objetivava incluir todo o território ao sul dos Estados Unidos, conhecido como América Latina, enunciação que naquele momento já incluía o Brasil, maior país da região o qual estava completamente excluído dos planos bolivarianos, como elucidada Bethell:

Bolívar acreditava que não apenas sua língua [do Brasil], história e cultura eram completamente diferentes, mas também sua economia e sociedade tinham base no tráfico negreiro, escravismo, que eram repudiados e/ou abolidos na maioria das repúblicas hispano-americanas. Sobretudo, o Brasil permanecia parte do sistema europeu que ele detestava e temia, devido à manutenção do sistema monárquico de governo. Pior ainda, o Brasil se considerava um Império e tinha ambições imperialistas em relação ao Rio da Prata. (BETHELL, 2009, p.294-295).

Tal declaração não era largamente utilizada mesmo nos anos de atuação de Bolívar, tampouco nas primeiras décadas após sua morte. No entanto, é relevante destacar que os processos de independência foram tão importantes para o projeto de Bolívar quanto para o surgimento do nome América Latina.

Essa denominação possui um longo itinerário, marcado por especificidades de seu surgimento, utilizações e ressignificações. Destaca-se que o arcabouço histórico que carrega faz com que sua função extrapole a noção de nomear algo; América Latina é uma enunciação que possui uma História e essa diz muito sobre a História da região a que se refere. Trata-se, portanto, de um conceito cujas ideias que lhe deram origem sustentam raízes no século XIX. Entretanto, somente passou a ser utilizado universalmente num período muito recente com relação à criação do Parlatino — no imediato pós-guerra³¹. Sua mundialização tardia, bem como os meandros de sua gênese, são fatores que sugerem a fragilidade do conceito, o que afetaria o Parlatino diretamente, inclinándolo de antemão ao fracasso. Em face disso, para melhor compreender o objeto primordial do Parlatino - a América Latina- realizaremos a seguir um exame, ainda que breve, sobre a trajetória desse conceito.

³⁰ Destaca-se que a República Centro Americana incluía: Guatemala, Nicarágua, El Salvador, Honduras e Costa Rica. Ao passo que a Grã Colômbia era composta pelos territórios que atualmente pertencem ao Panamá, Venezuela, Colômbia e Equador. O México dispunha de uma área bem maior, por exemplo aqueles que atualmente são territórios estadunidenses, os estados da Califórnia, Texas, Nevada, Novo México e Utah, além de partes do Colorado . (FIGUEIREDO, 2017, p.91).

³¹ Leslie Bethell considera que foi entre “[...] o fim da Segunda Guerra Mundial e do início da Guerra Fria, quando o Brasil passou a ser considerado pelos Estados Unidos e o restante do mundo como parte integrante da América Latina [...]” (2009, p.311).

1.3 O conceito de América Latina

Anteriormente a qualquer reflexão sobre o conceito de América Latina, é necessário definir do que se trata um conceito; para tanto recorreremos ao historiador alemão Reinhart Koselleck. Reconhecido pelo seu trabalho inovador na área de Teoria da História, que suscitou a viabilidade de produção de uma História dos conceitos. Para Koselleck um conceito

[...] é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela. [...] O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito. (2006, p.109).

Muitos fatores contribuem para que América Latina, mais que um nome, seja considerado um conceito; as especificidades de sua gênese é o primeiro deles. Visto isso, sublinha-se que a gênese do conceito América Latina foi tema de diversos trabalhos historiográficos. Para a presente reflexão, utilizaremos principalmente a obra *Genesis de la Idea y el nombre de America Latina*, de autoria do filósofo uruguaio Arturo Ardao, haja vista que se trata de um clássico no tocante ao assunto.

Ardao dividiu o itinerário que culminou no surgimento da enunciação América Latina em três etapas (ARDAO, 1980, p.25). A primeira delas se situa entre fim do século XIII até as primeiras décadas do século XIX, que corresponde ao período da maioria dos processos de independência nos países do continente americano. Durante esse intervalo de tempo, ainda não existia nem o nome, nem a ideia de América Latina, porém faz parte da trajetória do conceito, pois esses processos foram de suma relevância para sua segunda etapa - o surgimento da ideia de América Latina.

A etapa seguinte tem início em meados de 1830 e os acontecimentos a ela relacionados se passaram longe do continente americano, em território europeu, mais especificamente na França³². O livro *Lettres sur L'Amérique du Nord* (1936), de autoria do intelectual francês Michel Chevalier (1806-1879), pode ser considerado o marco inicial para o nascimento do conceito. Estavam presentes na obra assertivas que atentavam para a latinidade de parte do continente americano, em outras palavras, para existência de uma América

³² Por essa razão o artigo “A latinidade e as Luzes: a França, o Oriente e o lugar das Américas nas *Lettres sur l'Amérique du Nord*, de Michel Chevalier (1836)”, de autoria do historiador Valdir Donizete dos Santos Júnior, será um importante aparato para as reflexões relacionadas a essa etapa.

considerada “latina”. Tal noção, suscitada por Chevalier foi pioneira para a cunhagem do termo em questão. O próprio Ardao sustentou como uma das principais teses que uma ideia de América Latina precedeu o nome e tornou possível o surgimento do mesmo.

Considerar a França como o berço desse conceito se deve a uma série de elementos que extrapolam a obra de Chevalier, tal como enfatiza Ardao: “Protagonista de esa primera fase embrionaria seguirá siendo el pensamiento francés. (1980, p.55)”. O pensamento Saint-simoniano e a historiografia romântica francesa formam correntes intelectuais com as quais Chevalier mantinha vínculos e que nortearam sua obra (SANTOS JUNIOR, 2016, p. 338)³³; por conseguinte, constituíram também importantes referenciais para a construção da ideia de América Latina.

O Saint-simonianismo se constituía em uma doutrina complexa, autointitulada como vertente do socialismo, porém princípios da tecnocracia e meritocracia também eram englobados por essa corrente (SANTOS JUNIOR, 2016, p. 338). Ademais, destaca-se que o desenvolvimento industrial era questão central para seus seguidores, os quais o defendiam objetivando a interligação mundial e que, portanto, deveria ser pautado, sobretudo, na expansão dos meios de comunicação e de transporte (SANTOS JUNIOR, 2016, p. 339). Os Saint-simonianos eram entusiastas dos projetos de construção dos canais de Suez e do Panamá, mecanismos interoceânicos que aproximariam distintas regiões do globo. Segundo o autor, compreende-se, então, os motivos que fizeram da Escola Politécnica, local onde Chevalier formou-se engenheiro, um importante centro de difusão dessa doutrina.

Os ideais dos quais Chevalier compartilhava, ao advogarem pela interligação mundial, seja com o extremo oriente ou com o continente americano, enfatizavam a participação da França nesses processos (SANTOS JUNIOR, 2016, p.345). O país deveria tomar a frente dessa marcha para a interligação mundial; tal questão foi descrita por Ardao como “[...] designio sansimmoniano de la colonización industrial del globo, impulsada por la apertura de nuevas vias de comunicación.” (1980, p.48). Dentre a produção intelectual que serviu de referencial para Chevalier, observa-se ainda que a perspectiva Saint-simoniana do protagonismo francês avulta-se mais quando analisada em conjunto com elementos característicos da historiografia romântica francesa.

³³ Influxos relevantes para a produção de Chevalier se encontram nas obras Barthélemy Prosper Enfantin (1796-1864) e Jules Michelet (1798-1874), ambos constituíam nomes relevantes do Saint-simonianismo francês, com a ressalva de que as obras de Michelet evocavam preceitos dessa doutrina em conjunto com o romantismo historiográfico francês da primeira metade do século XIX. (SANTOS JUNIOR, 2016, p.340).

Na França, a historiografia romântica se ocupava, entre outros assuntos, de narrativas históricas sobre nações, evocando elementos grandiosos, capazes de conferir ao país prestígio que o destacariam com relação a outras nações. Para tanto, essas narrativas buscavam consolidar a imagem da França como “pátria das luzes”, berço da modernidade, que possibilitou ao restante do globo elementos propiciadores da civilização e do progresso. Ocorre que já não mais fazia parte da realidade francesa a condição magnânima de outrora. O prestígio do país fora enfraquecido pelas derrotas com relação às suas colônias em continente americano, bem como a ascensão inglesa e, sobretudo, da novíssima potência - os Estados Unidos da América.

Frente ao seu próprio declínio, houve reação francesa no sentido de buscar fortalecimento por meio da aproximação com outros países. No discurso de intelectuais e ou funcionários do Estado, essa reação se efetivou através da invocação da latinidade, asserção que previa a existência natural de laços com alguns países europeus. Itália, Portugal e Espanha eram países que, tal como a França, partilhavam elementos culturais cuja origem era latina. Para além disso, tratavam-se de nações que naquele momento não se encontravam no ápice de seu poderio frente ao cenário internacional e não nutriam rivalidades expressivas entre si, tal como destaca Walter Mignolo:

Los intelectuales y funcionarios franceses utilizaron el concepto de «latinidad» para tomar la delantera entre los países latinos que tenían intereses en América (Italia, España, Portugal y la propia Francia), pero también para enfrentarse a la continua expansión de Estados Unidos hacia el sur (que se hace evidente en la adquisición de Louisiana durante el gobierno de Napoleón y en la apropiación de amplias franjas de territorio mexicano). (2007, p.82)

A divisão dos povos europeus entre troncos étnicos era questão cujas raízes estavam fincadas na antiguidade. Eslavos, latinos (romanos) e os anglo-saxões eram as principais cepas, sendo que, sobretudo os dois últimos assumiram posicionamentos rivais ao longo da História. Ao se remeter a latinidade, a França também evocava tais antagonismos. É válido ressaltar que as discussões sobre origens nacionais e raças, tônica desse período do XIX, fomentaram a latinidade invocada pelo projeto francês. Por conseguinte, essa transcendia os aspectos culturais: as referências eram claras para a existência da raça latina.

O Novo Mundo, avultado pela perspectiva Saint-simoniana de integração mundial, figurava como território passível da extensão do projeto de unidade latina francês. A narrativa de Chevalier avançou quanto a essa possibilidade através das assertivas que indicavam a existência de uma América que poderia ser considerada latina, em contraste com a extensão norte do continente, classificada como saxônica. Essa perspectiva dual da América tornou-se

uma questão fulcral para a concepção do nome América Latina, uma vez que possui relação intrínseca com a criação do nome América Anglo-saxônica e vice-versa. A existência de um termo se justifica pela existência do outro, uma vez que definiam o contraste primordial de um mesmo continente:

El advenimiento histórico y el desarrollo de la expresión América Latina no se explica sin su relación dialéctica con la expresión América Sajona. Son conceptos correlacionados aunque por oposición; no pudieron aparecer y desenvolverse sino juntos, aunque a través de su contraste (ARDAO, 1980, p.24).

Em face disso, verifica-se que a França buscava, concomitantemente, fortalecer seus vínculos com países europeus e com os novos Estados independentes do continente americano, objetivando a unidade latina, cuja liderança francesa estava preestabelecida. O país arrogava para si o posto de liderança entre as nações que teriam a cepa latina. Efetivamente, a latinidade passou a ser invocada como premissa para a manutenção do prestígio da França no cenário internacional, visto que o país criara um projeto de unidade de países, dos quais já se autoconclamava previamente líder.

Em linhas gerais, compreende-se que intelectuais franceses voltaram seus olhares para o Novo Mundo, sob o efeito dos processos de independência no continente americano. Esse olhar fora guiado pelos princípios integracionistas, comuns entre Saint-simonianos franceses, pautados no desenvolvimento industrial para a construção de canais interoceânicos. Ademais, observa-se que, sob os influxos da historiografia romântica, houve evocação da latinidade que pressupunha os laços naturais entre a França e os países que compartilhavam da mesma suposta origem, dentre os quais se incluíam países do continente americano situados ao sul dos Estados Unidos. Sob os mesmos influxos, esses pensadores passaram a arrogar para a França o papel de protagonista nesses projetos integracionistas. A ideia de América Latina estava, portanto, através de Chevalier, claramente selada; a próxima etapa estava por vir.

Ao longo do século XIX o continente europeu tornou-se um destino muito visado por indivíduos de regiões diversas do mundo, que desejavam iniciar ou mesmo aprimorar suas carreiras intelectuais. Foi nesse contexto que escritores e intelectuais hispano-americanos, muitos deles morando em Paris e Madri (BETHELL, 2009), incorporaram a ideia de uma América composta primordialmente por elementos latinos, ou o próprio conceito de raça latina e passaram a adotar esse léxico. Ao reproduzirem a ideia da existência de uma América Latina, nasceu, enfim, por meio dos hispano-americanos, o conceito (ARDAO, 1980).

Segundo Bethell (2009), existem três grandes “candidatos” a terem feito o primeiro uso do termo América Latina: o colombiano José María Torres Caicedo³⁴, o chileno Francisco Bilbao³⁵ e o colombiano-panamenho Justo Arosemena³⁶. Vale destacar que o Brasil se encontrava excluído dessa nova enunciação que surgia³⁷.

Os aspectos elucidados quanto à gênese do termo América Latina apresentavam claramente o caráter exógeno de suas raízes. Oriunda de uma ideia cujos referenciais estão pautados no pensamento francês do primeiro terço do século XIX, tal enunciação poderia ser considerada artificial. O projeto integracionista da França, com base na latinidade, não obteve o êxito almejado; seu esforço de trazer à tona rivalidades étnicorregionais que remontavam à Idade Média, e até mesmo à Antiguidade, era forçado, beirava o anacronismo. Se a latinidade fosse um elemento tão expressivo na formação dos franceses, trata-se de uma questão intrigante que tal aspecto só tivesse sido exaltado tantos séculos depois, em uma história milenar. Nesse sentido, tais asserções remetem a Eric Hobsbawm, devido às discussões desenvolvidas em sua obra *A Invenção das Tradições*³⁸.

Nesse sentido, desponta a possibilidade de que o conceito de América Latina estava alicerçado numa ideia que habita o campo das tradições inventadas. Trata-se de uma questão complexa que suscita questionamentos quanto a pertinência da sua utilização; seria a escolha mais adequada? Tais indagações que irrompem a presente reflexão sugerem a necessidade de

³⁴ José María Torres Caicedo (1830-1889) nasceu na Colômbia, mas passou parte da vida na Europa. Entre suas principais atuações intelectuais, sublinhamos as funções de escritor e jornalista. Em sua trajetória de vida destaca-se seu desempenho como redator do periódico *El Correo Ultramar*. Enfatizamos sua obra *Unión latinoamericana pensamiento de Bolívar para formar una liga americana: su origen y sus desarrollos* (1865).

³⁵ Francisco Bilbao (1823-1865) foi um intelectual Chileno, entre suas principais atividades destaca-se como ensaísta, filósofo e político. Com enfoque no continente americano, destaca-se as obras *La América en peligro* (1862) e *El Evangelio americano* (1864).

³⁶ Justo Arosemena (1817-1896) foi um advogado e político panamenho que se dedicava a atividades intelectuais diversas, contribuiu para vários periódicos. *Estudios sobre la idea de una liga americana* (1864), é um exemplo da obra de Arosemena dedicada a temáticas relacionadas ao continente americano.

³⁷ O importante é que nenhum dos políticos, intelectuais e escritores hispano-americanos que primeiro utilizaram a expressão “América Latina” e nem seus equivalentes franceses e espanhóis, incluíam nela o Brasil. “América Latina” era simplesmente outro nome para América Espanhola [...] quando os escritores e intelectuais brasileiros se referiam ao mundo fora do Brasil, não pensavam na América Espanhola – de fato, não se consideravam parte da “América Latina” e sim da Europa, principalmente na França, ou, em casos mais raros, na América como um todo, incluindo os Estados Unidos. (BETHELL, 2009, p. 293).

³⁸ Segundo Eric Hobsbawm (1984, p. 9-10): “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado [...] Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória.”

uma importante ressalva: as asserções de Chevalier quanto ao continente americano foram formuladas a partir de argumentações superficiais, seja pela invocação abrupta de uma latinidade longínqua, ou mesmo quando reduziu uma região fundamentalmente mestiça à raça latina, suplantando assim a presença afrodescendente e indígena³⁹. Contudo, a observação fundamental de Chevalier, indicativa da existência de duas Américas claramente delimitadas, robusteceu a ideia que daria sustentação ao conceito.

Las das ramas, latina e germana, se han reproducido en el Nuevo Mundo. América del Sur ES, como la Europa meridional, católica e latina. La América del Norte pertenece a una población protestante e anglosajona. (CHEVALIER apud ARDAO, 1980, p.55).

Efetivamente, a religião e a colonização eram fatores que contribuíam para que a América constituísse um continente dividido por regiões muito distintas entre si, porém esse contraste se devia também a muitos outros elementos. Os desdobramentos dos processos de independência tornaram evidentes, para o ponto de vista internacional, a pluralidade do continente, cujo nome América não mais conseguia abranger essa extensão que ia de um polo ao outro do Globo. Ao norte, os Estados Unidos despontavam como potência mundial; ao sul os países recém-emancipados ainda buscavam caminhos para a reestruturação frente à nova condição em que se encontravam.

A renovação pela qual passava o continente americano exigia cada vez mais formas enunciativas que as expressassem. Os estadunidenses se adiantaram nesse sentido, a partir da máxima “América para os americanos”, que sintetizava a Doutrina Monroe, inaugurada em 1823. O recado dado pelos Estados Unidos era claro e servia tanto à Europa quanto aos outros países do continente americano. Segundo Feres Júnior (2008, p.18):

Os EUA, assim, reclamaram para si a exclusividade da experiência americana, ou pelo menos de sua forma mais autêntica, e tiveram a seu favor o fato de terem sido a primeira colônia a se libertar do jugo europeu, constituindo um exemplo para os outros movimentos de libertação. Não é coincidência que termos hifenizados como Hispano-América ou América Latina surgiram ou passaram a ser empregados com mais frequência somente a partir desse período, pois eles sintetizam duas funções: ao mesmo tempo em que afirmam uma identidade comum americana se contrapõem à identidade anglo-americana.

³⁹ Destaca-se que justamente por essa razão, as correntes decoloniais critiquem o conceito de América Latina; a exemplo disso, Walter Mignolo, sublinha que “La «latinidad», identidad reivindicada por los franceses y adoptada por las elites criollas, en última instancia, funcionó como un concepto que las ubicó por debajo de los angloamericanos y borró o degradó la identidad de los indios y los sudamericanos de origen africano.” (2007, p.20).

Sublinha-se que àquela altura, meados da década de 1820, a compra do território da Louisiana dos franceses já havia sido negociada pelos Estados Unidos e não tardaria para que começassem as disputas territoriais com o México. Esse seria o primeiro país entre as antigas colônias espanholas a sentir os efeitos da política expansionista estadunidense, manifestada a partir da década de 1840. Sublinhamos que esse avanço do norte para o sul do continente reiterava o contraste entre as regiões, tal como elucida Arturo Ardao (1980, p.103):

[...] en el sentido de conflictividad política internacional, en el seno de la independencia común, comienza a patentizarse aquella antítesis por las tempranas violencias de Estados Unidos sobre México; y asume francamente el carácter de continental, cuando esas violencias prosiguieron al Sur, con la inmediata meta del Istmo. (...) No se trataba ya de la imposición territorial fronteriza del más flirteo entre “dos países”, Estados Unidos y México; se trataba del enfrentamiento, también fronterizo, entre “dos Américas”. Como consciencia por primera vez colectiva –no ya de tal o cual personalidad individual –de un vasto antagonismo intra-hemisférico, constituía esto una verdadera novedad histórica. No podía dejar de influir en la concepción doctrinaria de la Unión de los Países del Sur.

Tendo em vista a reflexão aqui estabelecida, é possível inferir que Chevalier, ao atribuir a norte e sul da América, respectivamente, a qualidade de saxões e latinos, de maneira efetiva se valeu de argumentos rasos. No entanto, a noção de dualidade do continente reiterada por ele foi certa. Mesmo que seja uma projeção da dicotomia europeia para o continente americano, tal perspectiva foi capaz de sintetizar a realidade da América; acontecimentos futuros tornariam tal concepção ainda mais evidente. Uma crônica publicada pela *Revista Presente*, a qual Townsend Ezcurra, idealizador do Parlatino, integrava o conselho editorial, aborda essa dicotomia do continente americano. O texto critica os primeiros intelectuais hispano-americanos que reproduziam as ideias francesas ao utilizar o nome América Latina. É enfatizada a análise do antagonismo entre América Latina e Estados Unidos, sob a perspectiva do imperialismo; partiu primeiramente do aprista Haya de La Torre, cuja obra foi uma relevante referência para a criação do Parlatino:

La concepción emotiva o retórica, en que se llegó a plantear las diferencias entre Estados Unidos y Latinoamérica, fue propia de una etapa de romanticismo. Corresponde a lo que en la historia de las ideas políticas europeas se llamó el «socialismo utópico». Rodó, Ugarte y hasta Chocano y Darío fueron nuestros Saint Simon y nuestros Fourier. El primer planteamiento realista y exacto del carácter económico de esta pugna lo ofrece Haya de la Torre en su análisis del imperialismo (1924-1928) y en su postulación de crear un sistema defensivo que trate con el imperialismo mientras este exista, y que para hacerlo era indispensable y urgente la unión política y económica de América Latina. Del campo de las denuncias inspiradas en la estética se pasó al terreno efectivo de tratar con el

imperialismo en las condiciones más apropiadas para establecer un sistema conveniente de coexistencia económica. (REVISTA PRESENTE, 1965, p.4).

Ainda que a ideia que originou o conceito — e que está clara em sua pronúncia devido à evocação da latinidade — apresente fragilidades pontuais, essa enunciação esteve permanentemente aberta ao ter sua existência determinada por um conceito antagonista. Essa questão nos remete à Koselleck (1992, p.4), quando sublinha que todo conceito internaliza o teor das demandas de diferentes contextos históricos, pois “[...] está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos.” De modo que, acontecimentos futuros, relacionados à oposição entre as duas regiões foram por ela captados e consolidando-a cada vez mais. A progressão de seu uso foi fruto de escolhas e preferências que não nos cabe aqui mapear. Considerando que conceitos abrigam experiência histórica, eles são passíveis de alterações de sentido: ressignificações⁴⁰, visto que as experiências também são resignificáveis:

[...] a experiência contém recordações errôneas, que podem ser corrigidas, seja porque novas experiências abriram perspectivas diferentes. Aprendemos com o tempo, reunimos novas experiências. Portanto, também as experiências já adquiridas podem modificar-se com o tempo. (KOSELLECK, 2006, p.312).

Seja como América Hispânica, América Latina ou Nuestra América -enunciação mais inclusiva, celebrada pela concepção de José Martí- o cerne da questão era a necessidade de se referir a uma região delimitada não por referenciais geográficos, mas por circunstâncias sócio-políticas, econômicas e culturais. Tratava-se de uma extensão de terra que abrigava nações que continuamente buscavam o caminho para seu desenvolvimento, ora conscientes das semelhanças de suas mazelas, ora convictas de suas rivalidades. Nesse sentido, a integração como uma via de superação de problemas era por vezes invocada, por outras tantas esquecida, mas permanentemente latente desde a independência desses países.

O Brasil mais tarde seria inserido no conceito de América Latina. O fato de não ter sido comumente incluído nessa enunciação até o período que sucedeu o fim da II Guerra Mundial, não significa que os problemas brasileiros não se assemelhassem aos dos outros

⁴⁰ Em sua obra *Futuro Passado* (2006), Koselleck, assinala quanto à ressignificação de conceitos: “Há, por fim, os neologismos que surgem em certos momentos e que reagem a determinadas situações sociais ou políticas cujo ineditismo eles procuram registrar ou até mesmo provocar.” (KOSELLECK, 2006, p.107). “As alterações de sentido linguístico e as alterações dos fatos, as alterações das situações políticas e históricas e o impulso para a criação de neologismos que a elas correspondam relacionam-se entre si das mais diversas maneiras.” (KOSELLECK, 2006, p. 111), e o autor complementa: “a criação de neologismos que, com o uso frequente, acabaram por transformar o campo de experiência política e social, definindo novos horizontes de expectativas.” (KOSELLECK, 2006, p.101).

países da região. Entretanto, se deve, dentre outros tantos motivos, aos ímpetos de se sobrepor aos seus vizinhos, além de buscar a aproximação com os Estados Unidos e potências europeias, com as quais não conseguiria firmar parcerias que lhe conferissem vantagens expressivas.

Em suma, as raízes do conceito podem até ser exógenas, porém o conteúdo que o encorpou teve origens endógenas, cujas significações são mutáveis; novamente nos remetemos a Koselleck (1992), quando explica que:

Devemos partir teoricamente da possibilidade de que em cada uso pragmático da linguagem (*Sprachpragmatik*), que é sempre sincrônico, e relativo a uma situação específica, esteja contida também uma diacronia. Toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica, indicando temporalidades diversas que não posso alterar. E aqui situa-se o ponto que pode sustentar minha defesa de uma história dos conceitos: ela pode ser escrita, posto que em cada utilização específica (*situative Verwendung*) de um conceito, estão contidas forças diacrônicas sobre as quais eu não tenho nenhum poder e que se expressam pela semântica. As mudanças neste campo são muito mais lentas do que no campo do uso pragmático da língua. (KOSELLECK, 1992, p.8).

Essa consideração serve a dois propósitos: primeiramente constatar que o conceito de América Latina, cujo emprego é essencial para o Parlatino, apresenta plausibilidade, principalmente se considerar que o mesmo foi nutrido por novas significações ao longo do tempo; em segundo lugar, essas considerações servirão ao nosso próximo tópico, que tratará do contexto histórico da instituição e que, portanto, perpassará questões relativas ao embate sul-norte na América Latina. Sobretudo porque esse período se refere ao pós-guerra, momento no qual os Estados Unidos emergiu como maior potência mundial, fator que contribuiu diretamente para, enfim, a universalização do o conceito de América Latina.

1.4 O Parlatino e a Guerra Fria

As discussões sobre a concepção do Parlatino e seus primeiros anos de atuação não podem estar alheias às reflexões quanto ao período histórico em que esse acontecimento se situa. Durante a década de 1960, a Guerra Fria era uma realidade mundial, ainda que os papéis principais fossem atribuídos à União das Repúblicas Soviéticas e aos Estados Unidos da América. Em face disso, esse tópico tem por objetivo analisar a condição da América Latina nesse conflito, priorizando seus impactos sobre o Parlamento Latino-americano, que buscava se consolidar nesse contexto.

Sobre a relação de nosso objeto de pesquisa com essa conjuntura mundial, observa-se de antemão que eventos cujos desdobramentos foram engendrados pela lógica da Guerra Fria

trouxeram à tona tópicos que o Parlatino integraria como pautas prementes, tais como a defesa da democracia e dos direitos humanos. Ademais, o integracionismo institucional, inaugurado no continente europeu, também sob o impacto da Guerra Fria, figurou como modelo único para ele, que constituía um parlamento regional.

Como seguimento do tópico anterior, iniciaremos nossas discussões a partir de questões relativas ao conceito de América Latina, relevantes no tocante a esse período. Contudo, adiantamos que tal exposição se realizará mais brevemente se comparada à anterior.

De acordo com Leslie Bethell (2009, p.308), durante a Segunda Guerra Mundial, principalmente após seu término, um organismo de estudos geográficos criado pelo governo estadunidense⁴¹, “começou a [...] separar o mundo em continentes – com uma exceção: em vez de hemisfério ocidental, ou as Américas, ou América do Norte e América do Sul, criaram-se os Estados Unidos e a América Latina.” O autor destaca que tal instituição passou a incluir o Brasil no conceito de América Latina, atribuição que não era comum até então. Nesse sentido, devido à ligação da instituição com Washington, tal perspectiva foi absorvida pelo governo estadunidense, iniciando o consenso retórico de um Brasil também latino-americano.

Sob os efeitos dessa reafirmação da dicotomia continental e em vista da opção conceitual da instituição, a utilização do termo América Latina tornou-se mais recorrente em perspectiva mundial, muito embora na própria região a que se refere essa enunciação já fosse amplamente difundida. Tal pode ser observado por meio de periódicos, documentos oficiais e instituições diversas, sobretudo, estadunidenses e europeias, entre os anos finais e os que sucederam o conflito mundial. Em face disso, infere-se que durante esse período tal enunciação passou por um processo de universalização. Conforme exemplifica Bethell (2009, p.308):

Nos primeiros anos do pós-guerra e no início da Guerra Fria, a visão oficial dos Estados Unidos de que as 20 repúblicas ao sul do Rio Grande, incluindo o Brasil, formavam a América Latina influenciou outros governos, instituições multilaterais [...] ONGs, fundações e universidades nos Estados Unidos e na Europa, onde os “Latin American Studies” [...] cresciam cada vez mais, e aceleraram depois da Revolução Cubana.

O contraste do continente americano foi intensificado pela condição de maior potência mundial atribuída aos Estados Unidos. Para Bethell, é insuficiente estabelecer que a América

⁴¹ O organismo em questão se trata do “Ethnogeographic Board, que reunia especialistas do National Research Council, do American Council of Learned Societies, do Social Science Research Council e da Smithsonian Institution, e que teve como finalidade criar uma estrutura em torno da qual se organizariam as políticas e através da qual se desenvolveriam ensino e pesquisa.” (BETHELL, 2009, p.308). Tal instituição foi criada durante a Segunda Guerra Mundial objetivando auxiliar Washington quanto a “um melhor planejamento estratégico-militar e político.” (BETHELL, 2009, p.308).

Latina era vista como diferente dos Estados Unidos; é sublinhado por ele que, mais que isso, era tida como uma “[...] região problemática, e fazia parte do então chamado ‘Terceiro Mundo’ – econômica, social e culturalmente atrasado, politicamente violento e instável.” (BETHELL, 2009, p.308). Com efeito, no contexto de Guerra Fria, o nome América Latina servia para designar o representante do “Terceiro Mundo” no continente americano. A necessidade de distingui-lo por meio de um conceito devia-se muito ao fato de que a maior potência do mundo estava nesse mesmo continente. Portanto, era preciso selar em definitivo a existência de duas Américas, de modo que o Brasil, o qual buscara, ao longo de sua história, maior aproximação com os Estados Unidos, em detrimento dos países hispano-americanos, não pôde escapar da denominação de latino-americano a ele atribuída pelos próprios estadunidenses.

A América Latina não esteve alheia aos acontecimentos da Guerra Fria, ainda que não protagonizasse majoritariamente os episódios desse período. Tal região não apenas desempenhou papel de agente histórico passivo, que convivia com os desdobramentos das decisões das duas potências; ela protagonizou eventos relevantes nos meandros do conflito – eventos que modificariam de forma contundente a história da região.

É relevante enfatizar, no entanto, que as transformações verificadas no continente americano no período imediato pós Segunda Guerra Mundial não se limitaram ao fato de os Estados Unidos terem emergido como maior potência mundial, já que, na América Latina, a atmosfera também era de mudança. Não obstante, a nova condição dos EUA acentuaria o caráter arbitrário de sua política externa e a América Latina não seria uma exceção nesse tocante.

Para o historiador Gilbert Joseph (2004, p.81), a região experimentou “[...] la breve pero tumultuosa “primavera democrática” [...] en los años inmediatamente posteriores a la Segunda Guerra Mundial.” Sobre esse período, Bethell (1996, p.18) esclarece que começou “[...] em 1944, 1945 ou 1946 (dependendo do país em questão) e às vezes é extremamente breve, caracterizou-se por três fenômenos distintos, mas inter-relacionados: democratização, tendência à esquerda e militância trabalhista”. Efetivamente, demandas reformistas ganharam força, objetivando melhorias socioeconômicas, que poderiam se realizar através de

modificações da estrutura política vigente. A historiadora Patrice McSherry nota a inclinação ao nacionalismo presente nessa época, a qual identifica como “Ventos da mudança”⁴² :

A insatisfação social do pós-guerra se juntou à maré crescente de nacionalismo no Terceiro Mundo. Proeminentes líderes e intelectuais latino-americanos associavam o subdesenvolvimento no Terceiro Mundo às práticas neocoloniais dos principais Estados ocidentais e reivindicavam autonomia e controle de recursos nacionais. Os revolucionários e os nacionalistas da América Latina lançaram apelos fervorosos pela nacionalização de empresas estrangeiras, conjuntamente com maior participação política, reforma agrária, fim da repressão, educação gratuita e igualdade e justiça para os oprimidos. A visão de esquerda de uma sociedade socialmente justa encontrou ecos profundos na América Latina (MCSHERRY, 2010, p. 2, tradução nossa⁴³).

As forças contrárias aos avanços da democracia não tardaram a se revelar, de modo que entre 1945 e 1948, o fim da “primavera democrática” latino-americana já era realidade em muitos países da região. A postura reacionária fora tão austera que “Em 1954, uma década após o início da onda de democratização, só quatro países podiam ser razoavelmente considerados democráticos.” (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p.313), o que significava não apenas uma freada ao progresso democrático, mas uma regressão significativa.

Seguramente, essa reação autoritária imposta à maior parte do território latino-americano reforçou as perspectivas do Parlatino quanto à premente inclusão da defesa dos direitos humanos e da democracia em sua agenda. Conforme reiterado, o próprio Townsend Ezcurra, principal idealizador do Parlatino, havia sofrido diretamente os efeitos da onda autoritária que assolou a América Latina ao fim da década de 1940, seguindo exilado para o Panamá em razão do golpe de estado no Peru, em 1948 (CONGRESSO PERUANO, s/d, p.2). Tanto é que, essas pautas, desde a inauguração do Parlatino, já ocupavam espaço no debate, juntamente a integração regional. Enfatiza-se a fragilidade democrática como parte da realidade latino-americana antes dos acontecimentos das décadas de 1940 e 1950, porém esses últimos reiteraram pujança das raízes autoritárias na região. Ademais, os Estados Unidos

⁴²Tal denominação, no original “Winds of change in Latin America”, constitui o título de um dos tópicos (p.1-4) do capítulo “What was the Operation Condor”, da obra “Predatory States: Operation Condor and Covert War in Latin America” (MCSHERRY, 2010).

⁴³Trecho original: “Combined with postwar social dissatisfaction was the growing tide of Third World nationalism. Prominent Latin American leaders and intellectuals linked underdevelopment in the Third World to neocolonial practices by the major Western states and demanded self-determination and control of national resources. Revolutionaries and nationalists in Latin America issued passionate calls for nationalization of foreign-owned businesses, along with greater political participation, agrarian reform, an end to repression, free education, and equality and justice for the oppressed. The leftist vision of a socially just society found deep echoes in Latin America.” (MCSHERRY, 2010, p. 2).

tendiam para o lado do autoritarismo reacionário e qualquer apoio vindo da maior potência mundial era de suma relevância.

O posicionamento retórico de Washington permanecia inequívoco quanto à defesa da democracia e, de fato, a princípio não havia oposição aos progressos democráticos latino-americanos. Ocorre que a diversidade ideológica constitui característica fundamental da democracia e, tendo em vista esse princípio, era perfeitamente compreensível que a esquerda conquistasse lugar de destaque na América Latina, como de fato ocorreu. Contudo, a política anticomunista estadunidense sobrepujava a convicção democrática que teoricamente o país sustentava. Os golpes de Estado forjados por elites latino-americanas, militarmente amparadas, obtiveram prontamente o reconhecimento diplomático por parte de Washington, quando não seu envolvimento direto⁴⁴. Nesse sentido, a Guerra Fria e sua lógica bipolarizada, que propiciava a emergência de rivalidades revelou à América Latina um vizinho que, em nome da segurança nacional, tornava-se cada vez mais exigente e intolerante⁴⁵.

Destaca-se ainda que a radicalização da postura estadunidense, contrária ao comunismo, não ameaçava a democracia latino-americana apenas pela possibilidade de intervenção. Existiam nexos entre tal questão e a dependência aos programas econômicos de Washington. O aparelho estatal dos países latino-americanos, recorrentemente buscavam auxílios econômicos externos; durante a Segunda Guerra Mundial, o apoio era provindo majoritariamente dos Estados Unidos da América⁴⁶. Ao fim do conflito, buscou-se manter a ajuda do vizinho, mas para tanto era preciso “fazer por merecer”. Buscando “adequar” seus vizinhos no continente, de forma a torná-los propícios ao auxílio e investimento estrangeiro, os Estados latino-americanos, com respaldo das respectivas elites locais, assumiram posturas

⁴⁴ “No final de 1948 [...] os Estados Unidos apressaram-se a reconhecer [...] os regimes militares de Manuel Odría e Marcos Pérez Jiménez após a queda dos governos democraticamente eleitos do Peru e da Venezuela” (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p.53). Ademais, “Não se questiona porém o envolvimento direto dos Estados Unidos na queda da democracia na Guatemala, em 1954, o que está amplamente documentado.” (BETHELL;ROXBOROUGH, 1996, p.54).

⁴⁵ Segundo Bethell e Roxborough, conforme a Guerra Fria se consolidava no período pós-guerra imediato, cada vez mais as atividades comunistas na América Latina eram monitoradas por Washington, através de adidos oficiais de diversas áreas, entre eles agentes do FBI e da CIA (1996, p.48-49). Já no fim da década de 1940, crescia a hostilidade estadunidense com relação ao comunismo na América Latina. Ocorre que a multiplicidade de correntes ideológicas é traço fundamental da democracia e os EUA dava indícios que abriria mão do apoio à democracia na América Latina em nome do anticomunismo.

⁴⁶ Durante a Segunda Guerra Mundial “[...] os Estados Unidos e a América Latina (exceto a Argentina) estreitaram seus laços tanto econômicos quanto militares [...] Os norte-americanos haviam prestado assistência técnica e financeira à América Latina” (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p.43) Nesse sentido, “No fim da Guerra, diversos governos latino-americanos esperavam que os Estados Unidos preservassem ou mesmo ampliassem o papel que haviam desempenhado durante o conflito, fornecendo-lhes capital a longo prazo para seu desenvolvimento.” (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p.43). Contudo, esse apoio de Washington foi drasticamente reduzido, de forma que em 1950 a América Latina era a região do mundo que recebia o apoio financeiro mais modesto por parte dos EUA (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p.44).

autoritárias e arbitrárias⁴⁷. Visto isso, compreende-se que a autonomia latino-americana se constituía em outro propósito significativo para a região, que foi percebido pelo Parlatino e esteve incluído em sua agenda. Efetivamente, a defesa da democracia perpassava outros elementos, que a ameaçavam indiretamente.

A derrubada de governos eleitos democraticamente, antes mesmo da década de 1940, exemplifica a convergência de fatores externos e internos que tiveram como desdobramento o autoritarismo na América Latina. Em fins da década de 1950 e começo de 1960 foi observado ainda um curto período de democratização; em meados da década 1970 regimes militares se alastravam no continente; as poucas exceções conseguiram manter a democracia apenas de forma limitada (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p.313).

A partir dessa breve reflexão, buscou-se acentuar as transformações no cenário latino-americano em decorrência da Guerra Fria até a década de 1960. Em linhas gerais, esse constituiu um período desfavorável para a América Latina, que não foi beneficiada pelos auxílios econômicos de Washington e nem mesmo por seu discurso defensor da democracia. Ambos se tratavam de elementos da política externa estadunidense, positivamente eficaz em outras regiões do globo, como os países europeus. Tendo em vista a necessidade de reconstrução da Europa, bem como a proximidade, e até mesmo a presença soviética nesse continente, boa parte do apoio financeiro norte-americano foi direcionado para nações da Europa. Além da bandeira da democracia liberal, que reiterava o antagonismo estadunidense com relação à URSS, na América Latina o anticomunismo reforçado pelos Estados Unidos nutria as raízes autoritárias da região; o desdobramento foi o retrocesso de conquistas democráticas.

Nesse sentido, compreende-se o compromisso categórico do Parlatino com a democracia. Embora tenha sido inaugurado em um período de democratização, ainda que tímido, a Guerra Fria não constituía um período oportuno para instituições democráticas no

⁴⁷ “O avanço da democracia, a tendência à esquerda e a militância trabalhista [...]” constituem três elementos de suma relevância para descrever o cenário político latino-americano no pós-guerra, segundo Leslie Bethell e Ian Roxborough (1996, p.35), esse cenário deveria ser alterado caso houvesse interesse da região em manter um “clima” para investimentos estadunidenses. Para os mesmos autores, era preciso que os governos latino-americanos demonstrassem compromisso com desenvolvimento capitalista, liberal e com uma “ideologia de produção” (1996, p.44). Com efeito, o aparelho estatal latino-americano reagiu, aliado às elites locais, de forma que “Se uma janela de oportunidades para mudanças políticas e sociais na América Latina fora aberta ao fim da Segunda Guerra Mundial, ela foi violentamente fechada no final de 1948” (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p.311), nesse sentido a “No fim da Guerra, diversos governos latino-americanos esperavam que os Estados Unidos preservassem ou mesmo ampliassem o papel que haviam desempenhado durante o conflito, fornecendo-lhes capital a longo prazo para seu desenvolvimento.” (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p.43). Contudo, esse apoio de Washington foi drasticamente reduzido, de forma que em 1950 a América Latina era a região do mundo que recebia o apoio financeiro mais modesto por parte dos EUA (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p.44).

continente. A vulnerabilidade da democracia afetava outras instâncias relativas ao bem-estar das populações na região e ao desenvolvimento econômico, uma vez que permitia a violação dos direitos humanos e dificultava os avanços com relação às autonomias dos respectivos países.

A integração proposta pelo Parlatino serviria, portanto, para fortalecer os países da região quanto ao enfrentamento dos problemas que compartilhavam, problemas esses que as injunções de Guerra Fria reforçavam. Paradoxalmente, o integracionismo institucional europeu foi tomado como modelo para o Parlamento Latino-americano; ambas as regiões encontraram na integração vias de superação de seus problemas. Ocorre que, na Europa, esse processo foi favorecido pela Guerra Fria (MACMAHON, 2012, p.130) e, na América Latina, era necessário devido às condições desfavoráveis que o conflito ensejava.

Evidentemente, como reiterado, o Parlamento Europeu constituiu a principal referência institucional para a criação do Parlamento Latino-Americano, considerando que instituições integracionistas similares foram fundadas na Europa durante a Guerra Fria. Os sociólogos Malamud e Sousa (2010, p.387) observam:

O Parlamento Europeu tornou-se um modelo para aqueles que, em outras regiões, aspiram a institucionalizar os processos de integração em curso. Até a presente data, a América Latina é a região onde a sua influência se fez sentir com maior intensidade.

É importante enfatizar que “Se os Parlamentos subnacionais datam, pelo menos, do século XVIII [...] os Parlamentos supranacionais são criações recentes” (MALAMUD; SOUSA, 2005, p.369). “O primeiro Parlamento supranacional relevante foi o Parlamento Europeu” (MALAMUD; SOUSA, 2005, p.370)⁴⁸. Em face disso, e considerando que o Parlatino foi a segunda experiência desse tipo de parlamento, observa-se que as duas instituições firmaram relações de intercâmbio; destaca-se um acordo assinado entre ambos, objetivando a criação de um fórum de debates. Sobre o Parlatino destacam Malamud e Sousa (2005, p.389):

Em 1972, assinou um acordo com o Parlamento Europeu – que na época também era eleito indiretamente pelos Parlamentos nacionais – no sentido de estabelecer contatos permanentes e instituir uma Conferência Interparlamentar com periodicidade regular. A primeira ocorreu em Bogotá, em 1974, e a partir do ano seguinte seria repetida a cada dois anos com sede rotativa [...]. Até a presente data, foram organizados dezesseis encontros, tornando-se assim o fórum bilateral com maior durabilidade. Os debates e

⁴⁸ Segundo Malamud e Sousa (2005, p.377), o parlamento europeu teve, desde 1957, sua definição de supranacional; entretanto, “A legitimidade do parlamento Europeu baseia-se no sufrágio direto e universal dos membros – desde 1979 – e sua investidura tem uma duração de cinco anos”.

resoluções produzidos são testemunho dos assuntos que dominaram a agenda transatlântica, das suas deficiências e da sua evolução.

A despeito do intercâmbio entre essas duas instituições, bem como o fato de uma ter servido de modelo à outra, os caminhos da integração adotados por ambas, logo de imediato tomaram rumos muito distantes entre si. Observa-se que na Europa a integração institucional contribuiu para o fortalecimento de países que se reconstruíam, ao passo que, na América Latina, esse mecanismo estaria limitado pelas ditaduras militares paulatinamente impunham-se nos países da região.

A ameaça que o comunismo supostamente representava era o argumento que alicerçava e buscava justificar a necessidade de serem estabelecidos governos militares. Empunhando a mesma bandeira anticomunista, os Estados Unidos garantiram o apoio diplomático, econômico e militar, essencial para a permanência daqueles regimes cuja expressão máxima de autoritarismo se alicerçava no terrorismo de Estado.

Conforme assinalado, o Parlatino foi fundado em dezembro de 1964, quando o regime militar já era realidade no Brasil e, ainda que não tivesse assumido sua face mais repressiva - o que faria gradativamente - tratava-se de uma questão significativa para esse organismo político. O Brasil era um importante membro, além de constituir o maior país latino-americano e de possuir um parlamentar entre seus principais fundadores. A partir da década de 1970, a situação pioraria, visto que muitos outros países membros enfrentariam a mesma realidade de ditaduras, tais como Argentina (1976), Bolívia (1964), Chile (1973), Peru (1968), Uruguai (1973).

Nesse cenário, os regimes militares constituíram obstáculos expressivos para o Parlatino, uma vez que o corpo da instituição era formado por políticos oriundos de parlamentos nacionais, instituições que normalmente eram dissolvidas pelos governos autoritários. As perseguições políticas que se desdobravam em prisões arbitrárias e exílios repentinos figuravam como práticas corriqueiras desses regimes e afetavam diretamente os políticos destituídos de seus cargos.

Em face disso, algumas alterações na atuação do Parlatino foram observadas. Tal questão avultou num episódio que teve como cenário a Assembléia Ordinária do Parlatino de 1969, quando Andrés Townsend Ezcurra, primeiro secretário e fundador do Parlatino, propôs-se a entregar o cargo, em vista do regime militar peruano que o destituiria de seu mandato parlamentar, o que lhe impediria de exercer funções no Parlatino. Os membros da assembléia

então decidiram por unanimidade pela alteração dos estatutos para que Townsend Ezcurra pudesse permanecer desempenhando seu cargo de Primeiro-Secretário na instituição⁴⁹. Efetivamente, mais um percalço aproximava os representantes das nações latino-americanas: as ditaduras militares. Esses governos foram marcantes pela severa repressão, expressão das políticas fundamentadas no terrorismo de Estado, cujo maior alvo era, em tese, o comunismo, mas que em verdade foi estendido a todos aqueles que se opunham ao regime.

Em nome do anticomunismo, o terrorismo de Estado vigorava na América Latina, por meio de ditaduras apoiadas por Washington. Era importante para o governo dos EUA, sobretudo após a Revolução Cubana, que o avanço das ideias de esquerda fosse barrado no continente, ou melhor, que sequer chegassem até ele. Por isso, atitudes, em tese, preventivas, eram também consideradas necessárias para que o consenso do modelo capitalista prevalecesse. Nesse cômputo, as ditaduras militares podem ser consideradas como modelares, ao estabelecerem vínculos viscerais com a Guerra Fria. Tal assertiva é endossada pela historiadora Patrice McSherry (2005, p. 26, tradução nossa⁵⁰):

Com o fim da II Guerra Mundial e o estabelecimento da ONU, os formuladores de políticas dos Estados Unidos mudaram cada vez mais sua estratégia de política externa no mundo em desenvolvimento: da intervenção aberta para a secreta. Na década de 1960, as operações secretas dos EUA chegaram ao Brasil, Chile e Uruguai, entre outros países da América do Sul. O foco ideológico da Guerra Fria nos malefícios do comunismo, foi uma estratégia útil para justificar o apoio dos EUA aos ditadores anticomunistas (e antidemocráticos); também serviu como justificativa para perseguição dos interesses econômicos estadunidenses no mundo em desenvolvimento. A política externa dos EUA durante a Guerra Fria foi mais do que um projeto anti-soviético. Foi um esforço expansionista para globalizar a esfera de influência dos EUA e expandir a hegemonia dos Estados Unidos, espalhando o capitalismo de livre mercado e o liberalismo ao estilo estadunidense sob “um escudo militar” em todo o mundo.

⁴⁹ Townsend Ezcurra “En 1969 asistió a la IV Asamblea Plenaria del Parlamento 3 Latinoamericano, realizada en Bogotá, con la intención de entregar su cargo pues, debido al golpe de Estado encabezado por el general Juan Velasco Alvarado y a la disolución del Congreso, había dejado de ser parlamentario. Sin embargo, la Asamblea, por unanimidad, modificó los estatutos para permitir su reelección.” (CONGRESO PERUANO, S/D, p.2-3). Disponível em: < <http://www4.congreso.gob.pe/museo/presidentes/285-Andres-Townsend.pdf>>. Acesso em: 17 mai.2017.

⁵⁰ Trecho original: "With the close of World War II and the establishment of the UN, U.S. policymakers increasingly shifted their foreign policy strategy in the developing world: from overt to covert intervention. By the 1960s, U.S. covert operations reached Brazil, Chile, and Uruguay, among other South American countries. The Cold War ideological focus on the evils of communism was a useful strategy for justifying U.S. support for anticommunist (and antidemocratic) dictators; it also provided a rationale for the pursuit of U.S. economic interests in the developing world. U.S. foreign policy during the Cold War was more than an anti-Soviet project. It was an expansionist effort to globalize the U.S. sphere of influence and expand U.S. hegemony, spreading free market capitalism and U.S.-style liberalism under “a military shield” worldwide." (MCSHERRY, 2005, p. 26).

Novamente, a postura dos Estados Unidos com relação à Latino-América reforçava condições negativas para os países da região. O envolvimento estadunidense com as ditaduras no continente foi denunciado em assembleias da instituição ao longo da década de 1970. O tópico seguinte tratará de alguns desses eventos, com enfoque para os discursos proferidos e as repercussões dos mesmos na imprensa mexicana e em telegramas oficiais trocados entre embaixadas estadunidenses localizadas em diversos países da região.

1.5 Assembleias das décadas 1960 e 1970

Para Malamud e Sousa (2005), o maior préstimo de atuação do Parlatino se deu, curiosamente, antes de sua institucionalização oficial em 1987, no período anterior às redemocratizações, uma vez que havia consenso em lutar contra os traumáticos regimes de exceção em distintos países da região. Sobre a atuação dessa instituição, nas palavras desses sociólogos: “O seu mérito histórico foi o de constituir um reservatório de aspirações democráticas e procedimentos parlamentares durante a idade negra das ditaduras latino-americanas.” (MALAMUD; SOUSA, 2005, p.390). Nesse sentido, o organismo teve destaque ao contribuir para a denúncia da violação dos direitos humanos nesse período, que por sua vez significavam ataques marcantes à democracia na história da região.

Em face disso, nesse tópico abordaremos três assembleias do Parlatino ao longo das décadas de 1960 e 1970, visto que a disponibilidade de fontes com relação a esses eventos fica limitada à repercussão dos mesmos em meios externos. Adiantamos que a repercussão desses eventos se deveu às temáticas dos direitos humanos e da democracia, uma vez que o ataque a essas garantias eram a tônica da época em uma região assolada por ditaduras militares.

Os eventos arrolados são duas entre as assembleias ordinárias organizadas exclusivamente pela instituição; foram elas a terceira, a sétima e a nona, realizadas respectivamente em 1968, 1973 e 1979. Trataremos também da Primeira Assembleia Política Continental, que contou com a participação do Parlatino.

As assembleias são de extrema importância para o funcionamento do Parlatino como instituição política, pois através delas as delegações dos países membros se reúnem para deliberar os campos principais e prioritários de atuação desse organismo. A primeira se realizou no ano de 1965, em Caracas.

Estatutariamente, as assembleias ordinárias ocorreriam a cada ano; em princípio, não seguiam esta regra, além de que, não contavam com local fixo de realização. Tal questão enunciava inconstância na agenda do Parlatino, seguramente decorrida do momento político

conturbado que provocava instabilidade em muitos países membros. Ademais, sublinha-se que o organismo ainda passava por processo de consolidação; seus eventos internos, por exemplo, eram realizados de forma itinerante e apesar de se manter efetivamente em funcionamento, a institucionalização, até o fim da década de 1970, não havia sido efetivada.

No ano de 1968 foi realizada a III Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, sediada pelo país natal do então presidente da instituição, o deputado brasileiro Ulisses Guimarães. De antemão, avulta o fato da realização em pleno 1968 e em Brasília, de um evento do Parlatino — instituição que declaradamente defendia a restauração democrática e se posicionava contra os regimes militares no continente. Evidentemente a assembleia em questão ocorreu no período que precedeu o AI-5, documento que, após outorgado, dissolveu o congresso, além de determinar outras medidas autoritaristas que consolidavam de vez o regime militar ditatorial.

Em razão disso, o destino do regime ainda podia ser considerado incerto quando foram realizadas as atividades do Parlamento Latino-Americano no Brasil em 1968, porém vale salientar que desde o início daquele ano a repressão se intensificara, e em resposta ao tom mais enérgico dos militares, os protestos se multiplicavam no país. O encontro do Parlatino, apesar de suas formalidades e protocolos, não conseguiria ficar alheio a esse cenário de agitação política, tal como veremos adiante.

Entre os dias 20 e 23 de junho de 1968 em Brasília, mais especificamente no prédio do Congresso Nacional, se reuniram delegações de treze⁵¹ países membros do Parlatino. Na qualidade de observadores, participaram representantes de diversas entidades tais como o Congresso Nacional dos EUA, OEA, ONU, Mercado Comum Europeu, entre outros. O evento repercutiu entre os mais importantes jornais brasileiros, tais como *Correio Braziliense*⁵², *Jornal do Brasil*⁵³, *Última Hora*⁵⁴, *O Globo*⁵⁵, *Folha de São Paulo*⁵⁶ e *O Estado de São Paulo*⁵⁷ os quais podem atualmente ser acessados por meio de arquivos digitais. Destaca-se que são materiais fundamentais para narrar o evento. A repercussão também se

⁵¹ Participaram do evento Brasil, Peru, Uruguai, Equador, Colômbia, Chile, Venezuela, Honduras Nicarágua, Guatemala e Costa Rica, El Salvador, um total de 113 delegados sendo que haviam dois observadores representantes da Argentina que foram calorosamente recebidos pelos parlamentares reunidos (SOUZA, 1968, p.39), vale ressaltar que na ocasião a Argentina se encontrava num período de regime ditatorial militar e em decorrência disso o congresso estava fechado.

⁵² *Correio Braziliense* foi fundado em 1960, com sede em Brasília-DF.

⁵³ *Jornal do Brasil* foi criado em 1821, sediado no Rio de Janeiro-RJ.

⁵⁴ O *Última Hora*, era um jornal carioca criado em 1951.

⁵⁵ Sediado no Rio de Janeiro, *O Globo* foi inaugurado em 1925.

⁵⁶ *Folha de São Paulo* trata-se do jornal de maior circulação do Brasil atualmente, foi fundado em 1921.

⁵⁷ O *Estado de São Paulo* foi criado no ano de 1875.

estendeu ao meio acadêmico. Em face da realização da assembleia no Brasil, um relatório que objetivava definir o Parlamento Latino-Americano (1968) enquanto organismo político e também analisar sua III Assembleia Ordinária foi produzido pelo Prof. Sully Souza⁵⁸, do departamento de ciência política da UnB e publicado na *Revista de Informação Legislativa*. Ademais, todas as pautas da assembleia e moções aprovadas estão presentes numa compilação de documentos⁵⁹ do Parlatino publicada pela própria instituição, em 1991.

Durante os quatro dias em que estiveram reunidas delegações de países membros do Parlatino, foram aprovadas uma série de moções e recomendações. Estiveram em pauta questões bastante objetivas como recomendações para que os países membros padronizassem a demarcação de seu território marítimo e para criação de ministérios de ciência e tecnologia. Também estiveram em debate propostas ousadas como a criação de mercado e moeda comuns, as quais, porém, em vista da complexidade do assunto, foram postergadas para próxima assembleia, e as comissões competentes com relação ao tema ficaram encarregadas de elaborar estudos para que o assunto voltasse a compor as pautas do organismo no ano seguinte. Outra questão abordada foi a soberania e autonomia dos países latino-americanas. Foi aprovada uma moção de repúdio categórica com relação a uma proposta⁶⁰ do congresso estadunidense; tratava-se da resolução de número 560, que previa liberdade de intervenção em qualquer país latino-americano que implantasse sistema político ou econômico o qual os EUA não estivesse de acordo (SOUZA, 1968, p.38).

Entretanto, a tônica do encontro foram as moções sobre restauração democracia e direitos humanos. O Parlatino, através desses documentos, pedia pela restauração da democracia, para que os países membros não prestigiassem Estados sob regime ditatorial, pela diminuição de gastos militares, pela liberdade de expressão. Naqueles tempos de exceção, essas pautas eram coerentemente urgentes; o próprio Brasil que sediava o evento se encontrava sob esse regime. Em vista disso, foi inclusive acordado que poderiam representar países sob comando de regimes ditatoriais parlamentares democraticamente eleitos no último pleito realizado (SOUZA, 1968, p.35).

⁵⁸Sully Souza, falecido em 2007, era advogado e compôs o corpo docente do antigo Departamento de Política, do também antigo Instituto Central de Ciências Humanas (ICCH) da UnB.

⁵⁹ O material a que nos referimos é o livro intitulado “Documentos: declaraciones, acuerdo, resoluciones, recomendaciones, estatuto y reglamento - Parlamento Latino-americano 1964-1987”. A obra foi produzida pelo próprio Parlatino, sendo a compilação e revisão realizada por Herbert Mujica Rojas.

⁶⁰ No texto original da moção de repúdio, contido na compilação de documentos realizada pelo Parlatino, não especificada qual era a resolução, apenas constava que estava relacionada com a liberdade de intervenção estadunidense na América Latina.

Houve ainda a aprovação de um texto que trazia tópicos fundamentais para uma possível Carta Magna dos Povos Latino-Americanos⁶¹, documento que seria um dos pilares para consolidar a integração da região por meio do Parlatino. Logo no começo, o texto apresentava o repúdio absoluto ao colonialismo e seu conteúdo principal versava sobre a importância de fazer valer o Estado de Direito e a soberania popular. A partir dessas duas premissas, o documento atentava para a necessidade de assegurar os direitos humanos, assinalando questões específicas como direitos civis iguais para estrangeiros. Outros tópicos estavam relacionados diretamente à integração continental e determinavam desde questões mais complexas, como a criação de uma Corte Suprema Latino-americana e da nacionalidade latino-americana, até questões mais simples como a redução gradual de taxas aduaneiras e parcerias para defesa das fontes de energia.

O penúltimo dia de reuniões foi inadvertidamente marcado por acontecimentos que sintetizariam a situação que vivia o Brasil; trata-se de um episódio ímpar na trajetória do Parlatino que vale a pena ser narrado.

Na manhã de sábado, 23 de junho de 1968, delegações e observadores se encaminhavam ao edifício do Congresso Nacional para Sessão das Comissões Permanentes marcada para 9 horas; às 12 horas haveria almoço para os delegados e senhoras no Clube do Congresso (Anexo A- Correio Braziliense, 1968a, p.5). O almoço atrasaria, pois naquela mesma manhã, após a polícia ocupar o Campus da Universidade Brasília e muitos centros de ensino médio do Distrito Federal, estudantes secundaristas e universitários também se dirigiam para o prédio do Congresso, tornando excepcional a sessão do Parlatino. Os jovens acreditavam que ali poderiam denunciar resguardadamente os atos de arbitrariedade policial aos quais haviam sido submetidos.

Pouco foi noticiado nos periódicos mapeados sobre a situação dos Centros de Ensino Médio do Distrito Federal; os jornais *Última Hora*, *Folha de São Paulo* e *O Globo* informaram apenas que a maioria foi ocupada pela polícia e as aulas suspensas por tempo indeterminado. Quanto aos discentes da UnB, foi amplamente noticiado que cerca de 300 foram acordados em seus alojamentos por volta das seis horas da manhã pela polícia e

⁶¹ O referido texto, conta como “Carta Magna de los Pueblos de América Latina”, na bibliografia que corresponde a compilação de documentos organizada pela própria entidade (ROJAS, 1987, p.139-143). Em vista da enorme relevância que teria uma Carta Magna que condizia com a o status institucional do Parlatino, esclarecemos tal questão a partir do relatório do Prof. Sully Souza sobre a III Assembleia do Parlatino (SOUZA, 1968, p.39). Segundo essa última bibliografia, durante o evento o texto foi apresentado como “Bases e pontos de partida para elaboração de uma Carta Magna dos povos Latino-Americanos” e foi aprovado como primeira apreciação, também foi informado o observador argentino, o Prof. Carlos Sanchez Viamonte foi responsável por elaborar esse texto.

conduzidos a uma das quadras da UnB onde permaneceram retidos por algumas horas. Houve alunos que denunciaram mais tarde terem sofrido violência policial no momento da abordagem (Anexo B- Jornal do Brasil, 1968b, p. 30; Anexo C- O Estado de São Paulo, 1968, p.31; Anexo D- Última Hora, 1968, p.3; Anexo E- Folha de São Paulo, 1968, p.11).

A polícia fora chamada pelo próprio reitor que denunciara um processo de ocupação da universidade iniciado pelos discentes. Segundo ele, os estudantes se apossaram de veículos da instituição e depredaram o patrimônio, pintando frases contra o regime com tintas e pinceis que pertenciam ao almoxarifado (Anexo C- O Estado de São Paulo, 1968, p.31). O saldo final da ação policial na UnB foi a apreensão de explosivos caseiros, materiais considerados subversivos, e cerca de quinze estudantes detidos (Anexo F- O Globo, 1968a, p.3). Em vista da situação, aqueles liberados buscaram abrigo justamente no congresso nacional.

Por volta das dez horas da manhã, os jovens começavam a ocupar o congresso nacional brasileiro. A polícia, que acompanhava a agitação estudantil, cercou o prédio e passou a revistar todos que entravam. Por volta do mesmo horário, delegações de membros do Parlatino e observadores chegavam ao local e também foram submetidos à inspeção policial.

O cerco ao congresso foi rigoroso sendo que a polícia só permitiu a entrada de uma centena de delegados de todos os países latino-americanos àquele Poder da República, depois de interrogar os parlamentares e senhoras e exigir de cada um a identificação completa. Quanto aos brasileiros que por ali tivessem a desventura de transitar, não apenas ouviam ameaças contínuas de “teje preso”, como prenderam os menos avisados que protestavam diante da violência, pois nada havia de anormal em Brasília e o Brasil estava sob o Estado de Sítio. (CORREIO BRAZILIENSE, 1968b, p.3 Anexo G).

Muitos estudantes foram detidos no cerco, mas não somente; segundo o *Correio Brasiliense* (1968, p.3) um diretor do tribunal de justiça foi preso no cerco policial, bem como um representante do BID, segundo a Folha de São Paulo (1968, p.11 Anexo E). Dentro do congresso, estudantes começavam a ocupar as galerias e denunciavam aos presentes as situações de agressão policial sofridas. Em meio a complicada situação, os líderes do MDB Ari Alcântara e Ulisses Guimarães, esse último também presidente do Parlatino, telefonavam para outras autoridades para solicitar suspensão do cerco policial no congresso. Contudo, o cerco foi disperso para os arredores, sem que fosse efetivamente suspenso. (ANEXO E- FOLHA DE SÃO PAULO, 1968, p.11; ANEXO F- O GLOBO, 1968a, p.3).

O clima agitado não impediu que o Parlatino realizasse sua sessão, bastante atrasada, já era mais de meio dia quando os trabalhos foram iniciados, porém o que aconteceu foi uma espécie de sessão extraordinária, pois as lutas estudantis passaram a ocupar enfoque das discussões. Foi destaque na imprensa escrita os discursos do deputado Padre Nobre, do MDB:

Essa casa pelo menos ainda é do povo e não da polícia, para honra do Parlamento Latino-Americano deve ser resguardada e da democracia que defendemos até a morte, para honra da liberdade e em desagravo a essa mocidade que está presente e espera alguma coisa a seu favor. (CORREIO BRAZILIENSE, 1968b, p.3 Anexo G).

[...] o padre Nobre criticou em termos candentes o Governo e disse que o povo brasileiro se encontra hoje diante de um dilema: ou implanta de uma vez o regime democrático ou será esmagado pela ditadura militar. Estas palavras do padre Nobre foram recebidas por demorados aplausos do plenário e das galerias. (JORNAL DO BRASIL, 1968b, p.30 Anexo B).

O Jornal *Estado de São Paulo* destacou os discursos do Secretário Geral do Parlatino Townsend Ezcurra, do representante Jorge Villanueva e de Ulisses Guimarães, sendo esse último transcrito pelo Jornal do Brasil:

Os estudantes — disse ele — sabem que a Integração da América Latina será um instrumento para que a democracia e a liberdade sejam condições de vida normais para os que têm a ventura de viver na América Latina.” (JORNAL DO BRASIL, 1968b, p.30 Anexo B).

Outra fala que obteve repercussão nos periódicos brasileiros foi a do deputado chileno Luis Guastavino; o *Jornal do Brasil* destacou que era o único representante de um partido auto-intitulado comunista presente no evento. *O Estado de São Paulo* (1968, p.8) destacou que desde 1947 — quando o registro do PCB foi cassado — um membro de um partido comunista não falava na plenária do Congresso Nacional.

— Quem não aceita as lutas da Juventude — disse ele — não entende de integração. No nosso país, não temos presos políticos e os moços podem integrar-se num dos vários Partidos políticos ali existentes. Mas não conquistamos tal situação apenas com discursos. Solidarizamo-nos com a Juventude brasileira, no seu protesto. Vimos, com horror nos Jornais do Rio, meninas e meninos estirados no chão, com as mãos atrás da nuca e sob a vigilância policial. Aqui neste Congresso Latino-Americano, muitos representantes poderão discordar da maioria, pois para cá vieram delegados de ditadores e há, também inúmeros gorilas entre eles — A luta pela liberdade da América Latina deve ser indolor, mas quando fecham esse caminho o que os Governos ditatoriais querem é a violência como resposta. (JORNAL DO BRASIL, 1968b, p.30 Anexo B).

O posicionamento desse delegado do Chile foi polêmico, ele interveio em protesto quando o deputado Dnar Mendes da Arena classificou as moções em favor dos estudantes como “[...] intromissão de delegados estrangeiros em nossa política interna” (ANEXO G-CORREIO BRAZILIENSE, 1968b, p.3; ANEXO D- ÚLTIMA HORA, 1968, p.3). O clima de animosidade envolvendo Guastavino e deputados da Arena se estendeu para noite daquele sábado, na reunião da comissão de integração política. Mendes criticou o chileno pelo seu discurso em favor das lutas estudantis brasileiras na sessão que ocorrera à tarde,

argumentando que Guastavino seguia a orientação de Moscou, um regime não democrático. Ramon Lovera, presidente da câmara da Venezuela, protestou contra o discurso de Mendes, argumentando que o mesmo não ofendia somente o Chile com sua retórica, mas todos os delegados estrangeiros do Parlatino que não estavam ali para ser humilhados, mas para discutir ideias políticas independente da bandeira ideológica. Para piorar a situação, o senador Dinarte Mariz chegou e pedir a Ulisses Guimarães que expulsasse Guastavino e Lovera da Assembleia. (ANEXO H- JORNAL DO BRASIL, 1968a, p.18).

Outro momento tenso da Assembleia do Parlatino ocorreu quando, nas atividades do início da tarde, um agente do DOPS e dois do SNI foram identificados, infiltrados entre os estudantes e retirados da sessão. Segundo o *Correio Braziliense* (1968b, p.3, Anexo G), esses últimos eram um major e um capitão de exército; a *Folha de S. Paulo* (1968, p.11, Anexo E) noticiou que ambos foram identificados quando interpelavam o deputado David Lerer sobre cartazes que o mesmo exibiu no saguão do congresso juntamente a colegas do MDB que destacavam: “A oposição, de luto, denuncia ao mundo esse regime de terror” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1968, p.31). Lerer chamou a segurança do congresso para que detivesse os dois agentes, uma vez que foi insultado ao pedir informalmente que se retirassem do local; ambos ficaram retidos na sala de um dos deputados e posteriormente expulsos do local (ANEXO E- FOLHA DE SÃO PAULO, 1968, p.11).

Os estudantes permaneceram durante todo o dia no congresso⁶² e no fim da tarde resolveram pernoitar no local por segurança⁶³. A desocupação ocorreu na manhã de domingo segundo o jornal *O Globo* (1968b, p.4 Anexo I).

Segundo o *Correio Braziliense*, as atividades da VIII Assembleia do Parlatino se estenderam por mais dias na cidade do Rio de Janeiro, contudo não foram encontradas nem

⁶² Em vista da longa permanência dos estudantes no congresso, deputados do MDB se organizaram para providenciar alimentação para todos os jovens ali presentes (O Estado de São Paulo, 1968, p.31) e montaram uma comissão que se dirigiu a UnB, no próprio sábado, com o objetivo de dialogar com o reitor sobre a situação dos jovens (O GLOBO, 1968, p.4)

⁶³ Na conversa que os deputados tiveram com o reitor, o mesmo afirmou que era proibida a entrada de alunos no Campus aos fins de semana, exceto aqueles que lá residiam. Ao ser questionado se esses estudantes-moradores estavam resguardados de possíveis arbitrariedades policiais nas dependências da universidade, o reitor disse que sobre isso nada poderia garantir (*Correio Braziliense*, 1968, p.3). O cerco policial permaneceu até 18h30 de sábado, os deputados do MDB buscava negociar a desocupação do congresso. Dinarte Mariz, do Arena, serviu de porta-voz dos militares e garantiu que os estudantes não seriam presos quando deixassem o congresso, a menos que organizassem alguma manifestação, devido à essa exigência, devido a falta de garantias do reitor e por temerem represália em casa, os jovens optaram passar a noite no prédio do Congresso (FOLHA DE SÃO PAULO, 1968, p.11).

fontes a esse respeito. As conclusões finais sobre as atividades do Parlatino em Brasília, contidas no relatório do Prof. Sully Souza pontuam que:

Da nossa observação junto à Comissão Permanente de Integração Política e ao Plenário da Assembléia, podemos destacar êstes fatos:

- a) a existência de um clima de trabalho interessado em resolver os problemas da AL;
- b) a reprodução, em âmbito latino americano, das disputas partidárias de cada país, com a exposição franca das diversas correntes de opinião num ambiente sumamente democrático;
- c) o extravasamento de opiniões no sentido de o PLA enveredar pelo caminho de realizações concretas, das afirmações e dos compromissos, visando a obter resultados o mais rapidamente possível;
- d) um extraordinário interesse pelos aspectos da economia e da educação na AL;
- e) um sentimento de afirmação regional dirigido para a integração latino-americana. (SOUZA, 1968, p.40).

Efetivamente, a III Assembleia do Parlatino representou um importante momento de debate que seguramente evidenciou para a instituição a necessidade de avançar quanto às pautas da democracia e dos direitos humanos; os próximos eventos a serem assinalados tiveram essas duas pautas como tônica.

Os eventos que trataremos a seguir tornaram-se tema de telegramas trocados por embaixadas dos Estados Unidos em diversos países e ainda repercutiram na imprensa através de dois jornais mexicanos: *El Informador*⁶⁴ e *El siglo de Torreón*⁶⁵. Publicações nesses dois periódicos, bem como esses telegramas, constituem as fontes utilizadas nesse tópico.

As discussões na VII Assembleia do Parlatino estiveram voltadas para o Chile, país que desde 1973 vivia sob o regime militar de autoritarismo exacerbado. Vários telegramas sobre o evento foram enviados pela embaixada dos Estados Unidos em Caracas para a Secretaria de Estado de Washington; trataremos de um especificamente, que consistia em um relato detalhado a respeito da questão chilena como uma das principais pautas do evento.

De acordo com o telegrama⁶⁶, duas resoluções sobre a situação do Chile foram colocadas em votação. Uma delas apresentava um conteúdo comedido, advogando pelo restabelecimento do Parlamento chileno e a libertação de todos os parlamentares daquele país presos pelo regime militar, ao passo que a outra assumia um caráter mais enérgico, ao repudiar a violação dos direitos humanos, expressada pelos crimes de Estado, como assassinatos, prisões por razões políticas, tortura, estabelecimento de campos de concentração,

⁶⁴ Trata-se de um periódico da cidade de Guadalajara, capital do Estado Jalisco, oeste mexicano, em 1917.

⁶⁵ Esse periódico foi fundado em 1922 em Torreón, estado de Coahuila, situado no norte do México.

⁶⁶ Este documento foi originalmente classificado como uso limitado oficial e atualmente se encontra desclassificado (US Department of State, 1975, 1-5).

proibição de partidos políticos e julgamentos militares. Apesar da situação dramática no Chile, a resolução mais branda foi a vencedora e essa decisão se deveu principalmente aos votos de delegados de Argentina e Brasil.

O telegrama ainda apresentava um comentário do remetente, o qual considerou a postura do Parlamento como conservadora, devido às deliberações em relação à questão chilena. Sobre isso ainda foi destacada a repercussão negativa da assembleia na imprensa, como citado no jornal *El Nacional* de Caracas. De acordo com o telegrama, *El nacional* criticou o resultado da votação de medidas relacionadas ao Chile, pois o Parlatino apresentava potencial para uma condenação contundente da ditadura militar naquele país e, no entanto, terminou decidindo por medidas superficiais, limitadas a um pedido de restauração do Parlamento chileno, bem como da libertação de deputados presos. O jornal teria criticado também dois delegados do Parlatino, em especial o então recém-eleito presidente da instituição, Ítalo Luder e o senador nicaraguense Orlando Montenegro. *El nacional* não dispõe de arquivo digital, e por essa razão as informações contidas no telegrama não puderam ser verificadas.

Entretanto, a VII Assembleia do Parlatino não teve repercussão apenas na imprensa venezuelana e, por isso, através da hemeroteca digital do jornal mexicano *El Siglo de Torreón*, é possível constatar uma nota sobre a votação da resolução da questão chilena no evento. De acordo com a publicação (*El Siglo de Torreón*, 1975, p. 3 **Anexo N**), durante essa assembleia, uma resolução que condenaria incisivamente a ditadura no Chile havia sido aprovada pelo comitê de integração política do Parlatino e, inclusive, o presidente do comitê havia declarado condenar totalmente a junta militar chilena pelas afrontas aos direitos humanos. Contudo, apontou que tal resolução não alcançou os votos necessários. A nota mencionou ainda que, apurado o resultado, delegados chilenos vinculados à esquerda abandonaram o local da sessão.

A VII Assembleia do Parlatino em 1975 trouxe a discussão da violação dos direitos humanos por parte do governo ditatorial do Chile. Timidamente, através da pauta dos temas relacionados a essas garantias nos países da América Latina, as deliberações que abrangiam o coletivo começavam a se encaminhar. Muitos delegados expressaram apoio quanto à resolução que previa uma postura do Parlatino de oposição contundente em relação ao regime militar no Chile. Entretanto, a votação decidida principalmente por Brasil e Argentina frustrou as expectativas quanto à atuação incisiva do parlamento em defesa dos direitos humanos.

Na capital colombiana Bogotá, no ano de 1979, o Parlamento Latino-Americano esteve reunido com diversos políticos, incluindo exilados pelas ditaduras militares da América Latina, por ocasião da I Assembleia Política Continental, que aconteceu entre 16 e 20 de abril daquele ano. O mexicano vinculado ao Partido Revolucionário Institucional, Victor Manzanilla Schaffer, era, havia dois anos, presidente do Parlatino. Ele finalizaria o seu mandato naquele ano, mas antes que o fizesse esteve presente no evento. A sua participação foi marcante pelo discurso enérgico que fez sobre a defesa da democracia e dos direitos humanos no continente. A presença do presidente do Parlatino nesse evento também foi tema de telegramas endereçados principalmente à Secretaria de Estado de Washington, desta vez tendo como remetente a embaixada estadunidense de Bogotá.

Um dos telegramas⁶⁷ destaca que Victor Manzanilla Schaffer, logo na abertura da I Assembleia Política Continental, discursou enfaticamente, denunciando as oligarquias locais, que teriam estabelecido, através de uma conspiração capitalista, um monopólio dos meios de produção e do poder político. Teria ainda destacado que esses grupos estariam ligados ao “capital transnacional” e concluído o raciocínio culpando as relações de poder impostas pelas oligarquias de travarem esforços de integração econômica regional. Entretanto, as críticas mais ferrenhas tecidas por Manzanilla Schaffer foram lançadas contra os Estados Unidos.

Ao abordar a questão da violação dos direitos humanos, o então presidente do Parlatino, de forma incisiva, atacou o governo norte-americano, argumentando que as ditaduras militares da América Latina recebiam apoio econômico e militar de Washington. Nesse sentido, concluiu que o governo estadunidense também tinha parte no desrespeito aos direitos humanos no continente. O mexicano ironizou as declarações feitas por esse governo, relacionadas ao respeito pelos direitos humanos, colocando-as à prova ao afirmar que o país continuava a apoiar ditaduras neofascistas que submetiam cidadãos chilenos, argentinos, uruguaios e nicaraguenses às prisões, assassinatos e torturas.

As declarações de Manzanilla Schaffer eram endereçadas diretamente ao então presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, uma vez que a tônica da campanha eleitoral do mesmo foi a defesa dos direitos humanos. Entretanto, não foi nesse evento a primeira vez que Manzanilla Schaffer criticou o governo daquele país. No ano anterior, o jornal mexicano *El*

⁶⁷ Esse documento foi endereçado principalmente à Secretaria de Estado de Washington, mas também para as Embaixadas dos Estados Unidos em Cidade do México, Buenos Aires e Manágua. (US Department of State, 1979, p.1-3)

informador publicara uma nota⁶⁸, segundo a qual o presidente do Parlatino teria feito fortes denúncias contra o presidente Carter.

Também de acordo com o referido telegrama, as críticas direcionadas ao governo dos Estados Unidos não se limitaram às palavras proferidas pelo então presidente do Parlatino; também delegados argentinos e nicaraguenses – que naquele momento se encontravam exilados – condenaram a política estadunidense para a América Latina.

Houve destaque, nesse mesmo documento, para três delegados que participavam do evento, e dentre eles o colombiano Jorge Mario Eastman, então presidente da Câmara Colombiana de representantes, que viria a se tornar presidente do Parlatino naquele mesmo ano, após a conclusão do mandato de Schaffer. Eastman também teria criticado a Organização dos Estados Americanos (OEA), alegando que violações dos princípios mais elementares do respeito pelos indivíduos e da vontade popular eram recorrentemente ignoradas pela instituição.

A I Assembleia Política Continental foi tema de uma pequena publicação em *El siglo de Torréon*, e foi citado nessa nota (1979a, p.6 **Anexo O**) que Parlatino condenava as ditaduras no continente, mas o destaque foi para as críticas tecidas pela instituição e direcionadas à OEA. De acordo com o jornal, a OEA foi tachada pelo Parlatino de negligente, sob a alegação de que se tratava de uma organização de “ineficácia absoluta”, devido à postura que mantinha em relação às ditaduras militares na América Latina. Entretanto, não houve publicação nesse jornal que fizesse referência às críticas diretas de Manzanilla Schaffer contra o governo estadunidense, relatadas em um dos telegramas.

No mesmo ano da I Assembleia Política Continental, entre 16 e 18 de julho, aconteceu, na Cidade do México, a IX Assembleia do Parlatino. Em uma reportagem (*El Informador*, 1979c, p.13 **Anexo K**) publicada dias antes do começo do evento, *El informador* destacou tópicos mais importantes que faziam parte da pauta do evento, dentre os quais constavam os direitos humanos e a situação da democracia na América Latina. Novamente estes assuntos ocupavam o foco das discussões do Parlatino, sendo o cerne da Assembleia ordinária de 1979. O evento repercutiu também em *El Siglo de Torréon*.

⁶⁸ De acordo com a nota, cujo título era *Condenan que EU Venda armamento a Dictaduras*, publicada no jornal *El informador* em 30 de abril de 1978 (p. 12), Manzanilla havia denunciado o governo dos Estados Unidos por vender armamento pesado para países que violavam os direitos humanos, e ainda por comercializar produtos químicos para uso na agricultura e nocivos à saúde, inclusive proibidos pela “Food and Drugs administration”. Manzanilla teria completado, afirmando que os países membros do Parlamento Latino-Americano se dirigiram ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, pedindo que intervisse em ambas as denúncias. **Anexo J.**

Os dois referidos jornais mexicanos publicaram, no dia em que ocorreu a abertura da IX Assembleia do Parlatino, reportagens com trechos idênticos sobre declarações do presidente do México José Lopez Portillo quanto ao Parlatino. Segundo as publicações (El Informador, 1979a, p.11 **Anexo L**) (El Siglo de Torreón, 1979b, p.1 **Anexo P**), Portillo afirmara que naqueles momentos obscuros na América Latina, fazendo referência às ditaduras militares vigentes na região, o Parlamento Latino-Americano consistia em um “sinal otimista de uma união democrática”.

As mesmas publicações ainda destacaram a abordagem que o evento deu à questão da ditadura na Nicarágua; uma declaração sobre Manzanilla Schaffer também foi recorrente nos dois periódicos mexicanos. Ele era o então presidente do Parlatino, cujo mandato se concluiria logo após o encerramento do evento. De acordo com ambas as notas, teriam afirmado que “o genocídio na Nicarágua seria um estigma para todos aqueles que apoiaram o ditador Somoza”. No último dia da assembleia, *El informador* deu ênfase ainda para outro discurso de Manzanilla. Segundo a publicação (El Informador, 1979b, p.1-3, **Anexo M.**), o mexicano afirmava que a integração latino-americana, o objetivo do Parlatino, serviria para um posicionamento – entre outras coisas – contra as hegemonias e os governos que aprisionam e assassinam.

A partir dessas fontes da imprensa mexicana, verifica-se a permanência das denúncias contra as ditaduras militares por parte do Parlatino. O empenho da instituição quanto à defesa da democracia na região, bem como dos direitos humanos, havia se preservado. O tom de condenação enérgico de Manzanilla era condizente com as injustiças que vigoravam na América Latina, as quais o Parlatino se propunha a combater. Esse havia firmado um compromisso com as causas urgentes da época e se esforçava para se manter coerente com o mesmo, como confirmam as repercussões sobre a IX Assembleia da instituição.

As fontes aqui analisadas apontam a atmosfera politicamente plural no Parlatino durante a década de 1970. Evidencia-se a coexistência de diversas vertentes políticas, entretanto, de acordo com os eventos aqui examinados, fica perceptível que a postura política do presidente era essencial para determinar o encaminhamento predominante de tais eventos. Na VII assembleia do Parlatino, houve a substituição de Arturo Hernández Grisanti, membro da Ação Democrática venezuelana, pelo peronista Italo Luder. Essa mudança foi marcada pela adoção de uma postura branda em relação à ditadura chilena, em detrimento de medidas contundentes que apresentariam enfaticamente o repúdio do Parlatino em relação à situação

que vivia o Chile, o que conferia à instituição um papel expressivo na defesa da democracia e dos direitos humanos.

Em contrapartida, a I Assembleia Política Continental revelou que o Parlatino vivia novos ares, enquanto presidido pelo mexicano Victor Manzanilla Schaffer, integrante do Partido Revolucionário Institucional (PRI). O repúdio às ditaduras militares da América Latina foi energicamente manifestado durante as sessões do evento, não apenas pelo então presidente, como também por outros delegados presentes. A rejeição expressa nesse encontro, entretanto, não foi reservada apenas aos ditadores da América Latina, mas também àqueles que negligenciavam e se omitiam em relação às atrocidades das ditaduras, colaborando, assim, com a política repressiva desses governos militares. A OEA foi por diversas vezes acusada de ignorar o fato de que países latino-americanos viviam sob ditaduras que violavam os direitos humanos. E tal crítica também foi direcionada ao Estados Unidos, com o agravante de que esses teriam ainda atuado como colaboradores de tais governos.

Os discursos de membros do Parlatino que atacaram aos Estados Unidos, sobretudo os de Manzanilla Schaffer, buscavam afirmar que não estavam convencidos pela imagem de “defensor dos direitos humanos” que o governo do país se autoatribuía – forjada principalmente pela campanha eleitoral de Jimmy Carter, tal como enfatiza a historiadora Rosemary Foot (2010b, p. 457, tradução nossa⁶⁹):

Em meados da década de 1970, Jimmy Carter decidiu fazer dos direitos humanos uma parte central do seu apelo eleitoral. No debate sobre política externa com o presidente em exercício, Gerald R. Ford, Carter referiu-se em sete ocasiões ao golpe militar no Chile e subsequentes abusos contra os direitos humanos. Ele foi tão identificado com a causa dos direitos humanos na América Latina que, na véspera das eleições, com sua vitória praticamente garantida, representantes do governo militar uruguaio abandonaram abruptamente uma comemoração da eleição realizada na Embaixada dos EUA.

Ainda que o potencial persuasivo do discurso da defesa dos direitos humanos tenha tido êxito, desdobrando-se inclusive na eleição de Carter para presidente dos Estados Unidos, os delegados do Parlatino enfatizaram que o país não romperia facilmente, tampouco de imediato, com o estigma que carregava consigo de grande apoiador e patrocinador das ditaduras militares na América Latina. Tais regimes ditatoriais que abrigavam prisões ilegais,

⁶⁹ Trecho original: “In the mid-1970s, Jimmy Carter decided to make human rights a central part of his electoral appeal. In the debate on foreign policy with the incumbent president, Gerald R. Ford, Carter referred on seven occasions to the military coup in Chile and subsequent human rights abuses. He was so identified with the cause of human rights in Latin America that, on election eve, with his victory virtually guaranteed, members of the Uruguayan military regime abruptly left an election party held in the US Embassy.” (FOOT, 2010b, p. 457).

torturas e assassinatos por motivos políticos ainda vigoravam na região. O apoio estadunidense foi mais que financeiro. As técnicas de violência utilizadas nas práticas terroristas adotadas pelos Estados ditatoriais foram muitas vezes fruto de treinamento ministrado pelos Estados Unidos, tal como McSherry (2005, p.17, tradução nossa⁷⁰) aponta:

A doutrina e o treinamento de segurança nacional dos EUA foram transmitidos a dezenas de milhares de oficiais latino-americanos através de centros de treinamento dos EUA (como a Escola de Exército das Américas) e equipes de treinamento móvel (MTTs) no país, equipadas e financiadas através de Programas de Assistência Militar (MAP) e, mais tarde, Educação e Treinamento Militar Internacional (IMET). [...] MTTs especializados em guerra de contra-insurgência recomendavam táticas não convencionais como subversão, sabotagem e atividades terroristas contra insurgentes. A difusão do novo modelo organizacional de doutrina de segurança foi acompanhada por enormes gastos dos EUA para remodelar a arquitetura de segurança hemisférica e mobilizar seus parceiros em uma cruzada anticomunista liderada pelos EUA.

Nesse sentido, soava artificial, ao menos incoerente, que os Estados Unidos, agora aparentemente árdios defensores dos direitos humanos, nada fizessem para combater ditaduras militares, que seus governantes, até então, haviam apoiado e patrocinado.

Os eventos aqui arrolados evidenciam certo esforço do Parlatino em manter seu compromisso institucional com a restauração da democracia e a defesa dos direitos humanos e estes tópicos foram permanentes nas pautas das assembleias de 1973 e 1979, reiterados ora de forma mais branda, ora mais contundente. O Parlatino trouxe expressiva contribuição para a América Latina na segunda metade do século XX ao possibilitar que muitos países da região se reunissem para discutir, votar, deliberar e denunciar questões em favor da região, sobretudo no momento em que ditaduras militares assolavam diversos países latino-americanos. Enquanto os governos militares buscavam ocultar sua face criminoso e o governo dos Estados Unidos tergiversava ao eufemizar o apoio que lhes dava, poucos recursos existiam para dar voz aos silenciados pela repressão. Com efeito, o Parlatino se fazia presente enquanto instituição que advogava pela restauração da democracia na América Latina, bem como pela defesa dos direitos humanos.

⁷⁰ Trecho original: “U.S. national security doctrine and training were imparted to tens of thousands of Latin American officers through U.S. training centers (such as the Army School of the Americas) and in-country Mobile Training Teams (MTTs), equipped and financed through Military Assistance Programs (MAP) and, later, International Military Education and Training (IMET). [...] MTTs specializing in counterinsurgency warfare advocated unconventional tactics such as subversion, sabotage, and terrorist activities against insurgents. The diffusion of the new security doctrine and organizational model was accompanied by massive U.S. expenditures to reshape the hemispheric security architecture and mobilize its partners in a U.S.-led anticommunist crusade.” (McSHERRY, 2005, p.17).

Na década seguinte, mais especificamente em agosto de 1986, outro evento organizado pelo Parlatino se realizava na capital colombiana, Bogotá. Tratava-se da “Reunião Extraordinária da Junta Diretiva do Parlamento Latino-Americano”, seu objetivo era particularmente especial, tendo em vista a trajetória da instituição. Ali seria dado o primeiro passo rumo à tão esperada institucionalização do organismo. No próximo tópico abordaremos esse momento de suma relevância para o Parlatino, que corresponde ao processo que o tornaria oficialmente uma instituição.

1.6 A institucionalização do Parlatino e a construção de sua sede

Por largos años, una ofensiva anti democrática dejó sin Parlamento a varios países. La poderosa corriente de recuperación de las instituciones libres, hoy victoriosa, ha permitido que el Parlamento Latinoamericano se integre con el mayor número de Parlamentos nacionales de su historia: un total de 19. (PARLATINO, 2014a, p.352).

Essas palavras integravam o discurso do Parlatino por ocasião da “Reunião Extraordinária da Junta Diretiva do Parlamento Latino-Americano”. De fato, o organismo não podia se furtar à menção ao passado recente das ditaduras militares, visto que esse período atravancou sua consolidação efetiva, a ser coroada pela sua institucionalização oficial; a partir daquele evento, enfim sinalizava estar próxima.

A reunião fora convocada em razão da celebração do projeto de que tornaria o Parlatino oficialmente uma instituição, pois esse havia sido previamente aprovado e era, naquele evento, apresentado aos países membros. A proposta devia ser, na ocasião analisada pelos representantes de cada parlamento presente, para que então o acordo de institucionalização fosse finalmente firmado.

Quanto aos propósitos do organismo, o texto do projeto basicamente reiterava as questões elencadas na Carta de Lima - documento fundacional do Parlatino. Além da Integração em âmbito político, social-econômico e cultural, foram reafirmados os compromissos do organismo com relação à defesa da liberdade, democracia, justiça social, direitos humanos e independência nos países latino-americanos. A postura anti-imperialista e anticolonialista foi bastante enfatizada entre os objetivos da instituição.

Em linhas gerais, foi conferido às assembleias ordinárias o caráter anual, sendo assegurada a condição de personalidade jurídica ao Parlatino - aspecto mais significativo da proposta. Quanto às atribuições reservadas ao organismo foi sugerido:

[...] conocer, debatir resolver en forma de recomendaciones o resoluciones, según el caso, cualquier asunto, moción o proyecto que tenga relación con la integración política, económica, social y cultural de América Latina, o con cualesquiera otros tema de interés común y con los propósitos enunciados en este Tratado. (PARLATINO, 2014a, p.357).

Nesse sentido, observa-se que apesar de a institucionalização significar um importante passo para o Parlatino, não houve nenhuma sugestão no projeto que lhe conferisse competência para legislar, atribuição que fortaleceria o caráter supranacional dessa instituição; ademais, tal atribuição aumentaria sua relevância internacional, expandiria seu eixo de atuação, bem como sua visibilidade. Contudo, tal função dificilmente estaria passível de efetivação naquele momento, em vista da forma pela qual os membros de parlamentos nacionais eram escolhidos para compor o Parlatino. Tratava-se de uma eleição indireta, realizada internamente nas instituições parlamentares de cada país e tal condição era reafirmada pelo documento⁷¹. Portanto, não havia também, até aquele momento, horizonte que sinalizasse vias para a introdução do sufrágio universal em relação à definição dos membros desse organismo político⁷².

Um ano depois, em 1987, o tratado de institucionalização foi assinado e ratificado em 1988. Sublinha-se que o documento que garantia essa nova condição ao Parlatino apresentava texto muito mais enxuto em relação ao seu projeto pioneiro e também menos clareza, por exemplo, quanto às assembleias internas, sede, e desígnios da instituição, que não constavam em qualquer artigo. Esses desígnios seriam especificados posteriormente, quando fosse aprovado o novo Estatuto do Parlatino, em 1991, em Cartagena das Índias.

De todo modo, o Tratado de Institucionalização estabeleceu a existência de quatro órgãos principais para o Parlatino: Assembleia, Junta Diretiva, Comissões Permanentes e Secretaria General, sendo o primeiro o principal e aos quais os outros órgãos estariam submetidos⁷³. Quanto à eleição de membros por voto direto dos cidadãos de cada país,

⁷¹“Los representantes al Parlamento Latinoamericano serán designados por los Parlamentos nacionales de entre sus miembros, de acuerdo al procedimiento que cada uno de ellos adopte, respetándose la representación proporcional de las fuerzas políticas actuantes en su seno” (PARLATINO, 2014, p.355).

⁷² Anos mais tarde, dois países passaram a eleger diretamente seus representantes do Parlatino, ou seja, via sufrágio universal. São eles Venezuela e Bolívia (BRESSAN; LUCIANO; MARIANO, 2015, p.14). Contudo, não obtivemos acesso a material que aborde de forma pormenorizada em que condições essas eleições acontecem, por exemplo qual a adesão da população com relação a ela etc.

⁷³“La Asamblea será el órgano supremo del Parlamento y adoptará, de conformidad con el presente Tratado, el Estatuto del Parlamento en el que se dispondrá todo lo relativo a la composición, atribuciones y funcionamiento de sus órganos. La Asamblea tendrá, asimismo, la facultad de suspender a un Parlamento miembro, en su carácter de tal, cuando no se cumplan, en su caso, los requisitos establecidos en el presente Tratado.” (PARLATINO, 1987, p.2).

também não havia nenhuma menção; apenas era assegurado que o organismo seria composto por parlamentares eleitos diretamente para os parlamentos de cada país membro.

Destaca-se que o Parlatino é o único parlamento regional da região que, ao formalizar-se como instituição, não se vinculou a uma organização integracionista no modelo de Comunidade Regional. Geralmente um parlamento regional é criado com a finalidade de estabelecer como braço legislativo de uma organização integracionista de cunho socioeconômico, comercial etc, visto que órgãos parlamentares devem assumir competências legislativas. A institucionalização do Parlatino marcou a característica peculiar dessa entidade, de atuar como parlamento regional independente. (BRESSAN; LUCIANO; MARIANO, 2015, p.13).

Ainda que contasse com documento final bastante sintético e pouco elucidativo, a institucionalização do Parlatino obteve adesão significativa no dia 16 de novembro de 1987. O total de dezenove países assinou o documento que tornava o Parlatino oficialmente uma instituição, firmando-se como membros; são eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

O período de mais de duas décadas constitui o intervalo de tempo entre a inauguração desse organismo e essa importante conquista fundamental para o equacionamento no que se refere à sua estruturação formal. Sublinha-se esse acontecimento que colocava a integração latino-americana em condição inédita visto que:

Após vários anos funcionando como um Fórum de Alto Nível e tendo uma secretaria itinerante, o Parlatino foi a primeira Assembleia Parlamentar Regional da América Latina e também a primeira institucionalizada por meio de tratado internacional. (MERGULHAO, 2010, p.61).

Na década seguinte, outros passos importantes seriam dados. Em setembro de 1991 foi publicado na Folha de São Paulo um texto de autoria do então vice-governador do estado André Franco Montoro⁷⁴, o qual registrava um episódio acontecido em 1957, por ocasião do II Congresso Internacional da Democracia Cristã realizado na capital paulista. Tratava-se de uma discussão entre representantes de diversos países latino-americanos que, segundo

⁷⁴Franco Montoro (1916-1999) foi um jurista brasileiro que se dedicou à política como atividade principal de sua vida, ocupou vários cargos de relevância nesse âmbito como senador e governador do Estado de São Paulo. Foi um grande entusiasta da integração latino-americana, tema sobre o qual escreveu artigos, além de oferecer grandes incentivos ao Memorial da América Latina.

Montoro, teve início quando Clóvis Garcia⁷⁵, representando o Brasil no evento, em uma das sessões ressaltou dissensos e a falta de conexão na América do Sul:

[...] condenou em seu discurso a compra de um porta-aviões pelo governo [...] Seguiu-lhe a palavra o delegado argentino. Informou que, levantado o problema, seu país tratou rapidamente da compra de seu porta-aviões, com a condição de que ele seria entregue alguns meses antes da entrega do navio brasileiro. Falou [...] o delegado Chileno [...] “para nós chilenos não importa que o Brasil tenha ou não porta-aviões, mas a compra do porta-aviões argentino está levando setores da administração chilena a procurar recursos para adquirir a nova arma” [...] a seguir o representante do Peru [...] “a nós não importa que o Brasil ou a Argentina tenham porta-aviões, mas se o Chile adquirir um, o Peru fatalmente fará o mesmo.” [...] a continuar essa tendência teríamos 20 porta-aviões a embelezar nossos mares, e poderíamos definir a América Latina como conjunto de países subdesenvolvidos, cercado de porta-aviões por todos os lados. (Folha De São Paulo, 1991, p.1-3).

O episódio foi rememorado para ilustrar o histórico de relações entre os países da região, cujas rivalidades tendiam a sobrepor a aproximação, fomentando o isolacionismo que, por sua vez, mantinha inconclusa a perspectiva de integração. Montoro levantou essa discussão para prenunciar transformações no tocante às relações entre as nações latino-americanas, em face de uma reunião realizada entre elas no mês anterior. Tratava-se da XIII Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano - Parlatino, realizada na cidade colombiana de Cartagena das Índias, na qual 23 países se fizeram presentes. A expressiva participação no evento prenunciava uma ambiência de união e entendimento, segundo as observações de Franco Montoro. Ademais, ele sublinhou a relevância do evento para o Parlatino, pois naquela ocasião, após 27 anos de funcionamento itinerante, o organismo passaria finalmente a atuar em sede fixa, na cidade de São Paulo.

Na oportunidade desse evento em Cartagena seria firmado entre os membros da instituição o primeiro estatuto de funcionamento desde a institucionalização e, posteriormente, foram firmados acordos que asseguravam a construção de sua sede própria. O primeiro estatuto do Parlatino fora anteriormente aprovado, em 1965, por ocasião da I assembleia ordinária da instituição. Entretanto, devido às alterações formais sofridas em decorrência da institucionalização ocorrida em 1987, fez-se necessária uma reestruturação

⁷⁵Clóvis Garcia (1921-2012) apresenta uma trajetória de vida bastante diversificada, primeiramente destaca-se que foi pracinha durante a Segunda Guerra Mundial. Mais tarde se graduou em ciências jurídicas com Franco Montoro, ambos foram fundadores da Juventude Universitária Católica de São Paulo. Garcia ocupou na década de 1950 e 1960 cargos como procurador Instituto de Previdência do Estado e ainda coordenador da Comissão Nacional de Habitação, ligado ao Ministério do Trabalho presidido por Franco Montoro. Posteriormente, Garcia se dedicou ao teatro se tornou professor da área na USP e se consagrou como importante crítico teatral brasileiro.

interna. Desse modo, foi elaborado um novo Estatuto, em agosto de 1991, durante a realização da sua XIII Assembleia Ordinária, conforme como ressaltou o periódico colombiano *El Tiempo*⁷⁶:

El presidente del organismo, Humberto Peláez, de Colombia, dijo que la reforma de los estatutos es necesaria para ajustarla a los nuevos lineamientos políticos, económicos, culturales, ecológicos, jurídicos y de derechos humanos de los países miembros. (El Tiempo, 1991, sem paginação).

Tal documento seria ainda por seis vezes alterado em vista das novas demandas e condições que a maioria das instituições políticas comumente apresentam. A última atualização se deu recentemente, no ano de 2015. Nessa profícua assembleia ordinária, destaca-se ainda a adesão à entidade que foi fortalecida, sobretudo em razão da reincorporação de Chile e Panamá (El Tiempo, 1991, sem paginação). Destaca-se ainda que, nessa oportunidade, foi reiterado que os países membros envidariam esforços no sentido de estabelecer uma sede permanente para a instituição. Tal questão havia sido previamente discutida, ainda que de maneira informal, numa reunião da junta diretiva, no início daquele mesmo ano em Curaçau, conforme assinala Mergulhão (2014). Acrescenta-se que o Parlatino tendia a aceitar o convite do governo de São Paulo para estabelecer sua sede na capital, segundo esse mesmo autor:

Nesta reunião, o secretário de cultura Fernando Morais, representando o governador de São Paulo, Orestes Quércia, fez a explicação do Memorial da América Latina, que havia sido construído recentemente e exibiu um vídeo com vistas panorâmicas. Especificou que tanto o terreno quanto a construção do edifício oferecidos não implicariam gasto algum para o Parlatino. Sublinhou que a Organização gozaria de autonomia e *status* jurídico. Informou ainda que, a partir da aceitação do donativo, a sede seria construída em cinco meses. Visto que o governador terminaria o seu mandato em 15 de março esperava uma resposta urgente. (MERGULHÃO, 2014, p.63).

Dessa forma, já no ano seguinte tal questão estaria oficialmente solucionada, em vista de um acordo com o governo de São Paulo⁷⁷. Desde sua fundação, previa-se que o Parlatino teria sua sede no congresso peruano, em Lima; não se tratava de um prédio exclusivo para abrigar a instituição, mas apenas um endereço de referência para a mesma, uma vez que seus eventos não contavam com local fixo. Sublinha-se ainda que os países membros se revezavam

⁷⁶Trata-se de um dos jornais de maior circulação da Colômbia, criado em 1911 e mantém sua sede em Bogotá.

⁷⁷O acordo foi assistido pela Assembléia Legislativa de São Paulo, o documento na íntegra, pode ser consultado online. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1992/lei-8206-29.12.1992.html>>. Acesso em 15 ago.2017.

para sediar os encontros da instituição; o funcionamento era, portanto, itinerante. Na década de 1990, tal realidade se transformaria, mais especificamente “El 8 de julio de 1992, el Organismo suscribió Acuerdo de Sede con la República Federativa del Brasil, en virtud del cual se asentó en la ciudad de Sao Paulo hasta diciembre de 2007.” (PARLATINO, 2014a, p.33-34).

Destaca-se que a definição da sede foi fruto de esforços do governo de São Paulo, durante o mandato de Orestes Quércia⁷⁸ do PMDB. Em 1991, o governador propôs que a capital paulista sediasse o Parlamento Latino-Americano e ofereceu para financiar a construção do prédio que abrigaria a instituição, no mesmo terreno do Memorial da América Latina, fundado em 1989, situado no bairro da Barra Funda. Sublinha-se que “O prédio foi construído pelo Governo de São Paulo que, por meio de um acordo firmado com o Organismo, financiava também a manutenção do edifício.” (PIRES, 2009, p.79).

Em junho do ano de 1993⁷⁹ ocorreu a cerimônia de inauguração da nova casa do Parlatino; tratava-se de um enorme edifício circular revestido de vidro escuro e sua área de construção totalizava 5.568,10 m². O projeto arquitetônico da sede foi elaborado pelo consagrado arquiteto brasileiro Oscar Niemayer, que também havia projetado as demais construções do Memorial da América Latina, local com o qual o Parlamento Latino-Americano dividia terreno. A partir de então as atividades da instituição estiveram mais centralizadas; as Assembleias Ordinárias, por exemplo, passaram a ocorrer sempre em sua sede, bem como ao menos 50% das reuniões das comissões permanentes (MERGULHÃO, 2014, p.64).

Esses avanços do Parlamento Latino-americano, observados entre o fim da década de 1980 e começo da de 1990, revelavam a perseverança da instituição, que sobreviveu por duas décadas em meio às limitações impostas pela conjuntura política de muitos dos países membros. O Parlatino manteve seu funcionamento atuando como relevante fórum de debates; também foi preservado seu compromisso, firmado pelo Tratado de Lima, com a democracia e com os direitos humanos, buscando denunciar os regimes autoritaristas e suas forças predatórias.

⁷⁸Orestes Quércia (1938-2010) ao longo de sua vida política, sempre vinculado ao PMDB, foi vereador, deputado estadual, prefeito de Campinas, o ápice de sua carreira foi o cargo de governador de São Paulo (1987-1991).

⁷⁹ Quando o Parlatino foi inaugurado, Orestes Quércia já envidava esforços para que o organismo se estabelecesse em São Paulo, e já havia concluído seu mandato. Nesse sentido, na referida ocasião o governador de São Paulo era Luiz Antônio Fleury Filho, também do PMDB.

Esse organismo se empenhou para organizar encontros num momento histórico cuja tônica eram as tensões políticas. A instabilidade presente nos países da região prejudicava a realização de eventos internacionais de caráter político. Sobretudo aqueles organizados por uma instituição defensora da democracia plena, tendo em vista os múltiplos regimes militares estabelecidos na região. Ainda assim, o Parlatino conseguiu, com muito esforço, manter o intercâmbio de ideias entre os partícipes, acolhendo, inclusive, políticos que se encontravam em situação de exílio.

As conquistas da década de 1980 e 1990 selavam todo o empenho da instituição nas décadas anteriores. Novos desafios aguardavam o Parlatino ao longo da nova etapa inaugurada após sua institucionalização efetiva, bem como definidos seus estatutos e sede. O organismo havia tido um espaço específico na América Latina das ditaduras; agora a região se transformava em vista dos processos de redemocratização. Nesse sentido, cabia ao Parlatino encontrar o seu lugar referencial nesse novo cenário. O próximo capítulo tem como objetivo examinar de que forma essa instituição se insere como parlamento regional no contexto continental, enfatizando seus eixos de atuação, para melhor compreender seu significado perante aos países da região, bem como internacionalmente.

2 UMA NOVA ETAPA PARA O PARLATINO

A partir da institucionalização firmada em 1987 efetivamente se vislumbrava uma nova fase para o Parlatino, sobretudo, a partir da década de 1990, os efeitos da nova conquista se faziam presentes. Nessa época, a adesão à instituição aumentou, e seu local de sede foi definido e inaugurado. Ademais, a maioria dos regimes democráticos já havia sido restabelecidos nos países da região. Tal questão assegurava a existência do Parlatino, bem como favorecia sua atuação, visto que se tratava de um organismo político composto por membros dos parlamentos nacionais de cada país membro. Em face das mudanças na região, que possibilitaram certo crescimento ao Parlamento Latino-Americano, o enfoque deste capítulo será delinear o panorama de atuação da instituição desde meados da década de 1990 até o ano de 2016. Objetivamos aqui melhor compreender a situação em que se encontra tal instituição no tocante à sua prática, sublinhando seus avanços fundamentais, bem como suas limitações principais.

Para tanto, o enfoque em alguns eventos e elementos será fundamental. Primeiramente, abordaremos os projetos de lei que foram produzidos pelo organismo, delineando aspectos diversos de sua elaboração. Para melhor exemplificar esses PLs, analisaremos brevemente alguns deles. Compreende-se que constituem fontes importantes para averiguar de que forma esse organismo se coloca diante dos paradoxos continentais, se está a par, se coaduna às principais demandas compartilhadas pela maior parte dos países membros.

Buscaremos também refletir a respeito dos contextos regionais, depois de restituída a democracia, visto que esse período se afigurou, a princípio, como promissor para o desenvolvimento do Parlatino, sendo tal expectativa efetivada em parte. No entanto, inesperadamente esse período trouxe à instituição novos obstáculos, os quais, por sua vez, remetiam às questões anteriores, que já pautavam o enfoque da instituição.

As redemocratizações garantiram avanços importantes no tocante aos direitos políticos, contudo, deixavam ainda a desejar quanto aos direitos civis e sociais, de modo que antigos propósitos sustentados pelo Parlatino, no período das ditaduras militares, permaneceram, tais como a defesa da democracia, que não mais reivindicava o direito ao voto direto, mas agora se centrava sobre os direitos cidadãos mais básicos. Não asseguradas legalmente tais garantias, havia tendência à violação dos direitos humanos, tratada anteriormente pelo Parlatino, mas até então mais voltada para a denúncia ao terrorismo de Estado.

Para além da fragilidade democrática no continente e suas implicações para a atuação do Parlatino, um episódio marcou sua trajetória institucional negativamente. Esse organismo político se viu num entrave no ano de 2007, quando foi destituído de sua sede fixa, situada em São Paulo. Buscaremos examinar esse acontecimento e ainda perscrutar os processos que urdiram a definição da nova sede na Cidade do Panamá. Sublinha-se de antemão que um importante parceiro para seu estabelecimento no Panamá foi o governo da China, que concedeu à instituição auxílio financeiro para a construção da sede própria.

A parceria com o governo chinês sintetiza a relevância para o Parlatino de estabelecer acordos de cooperação. Esse possivelmente constitui um caminho profícuo para o fortalecimento institucional tão almejado. Os acordos firmados com outras instituições e governos constam entre os assuntos finais deste capítulo, que tratará por último da parceria mais importante almejada por esse organismo.

Ademais, vale ressaltar que desde 2011 o Parlatino pleiteia assumir o papel de órgão legislativo da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC). Nesse sentido, será averiguada a situação em que se encontram as relações entre ambas as instituições e as implicações de uma possível união entre as mesmas.

Entre as últimas observações também abordaremos algumas mudanças significativas na instituição; destaca-se que, em 2015, teve seu nome alterado, passando a se denominar Parlamento Latino-Americano e Caribenho. Além disso, houve alteração quanto aos idiomas oficiais: seu número foi dobrado.

2.1 As Leis Modelo à luz da realidade latino-americana

A institucionalização oficial, ao fim da década de 1980, bem como seu estabelecimento em sede própria, a partir de 1993, significou para o Parlatino o início de uma nova etapa. Apesar desse processo, observa-se que “[...] o Parlamento Latino-Americano não possui uma legislação ou poder legislativo no sentido tradicional do termo. As suas ações legislativas são traduzidas por meio de resoluções, moções, ou Leis Marco [...]” (MERGULHÃO, 2014, p.94).

Nesse sentido, os materiais produzidos pelo organismo figuram como fontes relevantes para explorar sua atuação nessa “nova fase”, sobretudo as Leis Marco, mais atualmente, chamadas de Leis Modelo. Elas consistem em projetos de leis que, depois de discutidos e aprovados pela instituição, seguem como sugestão para os países membros,

podendo ser ou não adotados pelos mesmos. Na presente reflexão, nos ocuparemos de alguns desses projetos de lei.

Esses Pls são produzidos desde 1994. A partir dessa data, até o ano de 2017, registra-se que se aprovaram internamente pelo Parlatino o total de 82 Leis Modelo. Os temas são diversificados, visto que a elaboração fica a cargo das comissões da instituição, compostas por representantes dos distintos países. No ano de 2017, observou-se a existência de 13 comissões permanentes, são elas comissões de *Agricultura, Pecuária e Pesca; Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional; Questões políticas, municipais e de integração; Políticas de direitos humanos, justiça e prisões; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Comunicação; Energia e Minas; Igualdade de Gênero, Infância e Juventude; Matérias trabalhistas e de segurança social; Ambiente e Turismo; Povos Indígenas e Grupos Étnicos; Saúde; Segurança Cidadã, Combate e Prevenção do Tráfico de Drogas, Terrorismo e Crime Organizado; Serviços Públicos e Defesa do Usuário e do Consumidor.*

O processo de elaboração, discussão e aprovação desses projetos propiciam uma espécie de intercâmbio legislativo entre as nações membro. Foi o caso da *Lei Marco para Defesa do Usuário e do Consumidor*, elaborada com base na legislação brasileira que versa sobre o tema, aprovada em 1997⁸⁰. A partir de então serviu de modelo para os demais países,⁸¹ dentre os quais se destaca o Uruguai (PIRES, 2009, p.77), cuja condição legislativa se encontrava obsoleta nesse tocante. A significativa contribuição dos PLs elaborados pelo Parlatino também é perceptível na República Dominicana. O corpo legislativo do país obteve referências para a criação do *Sistema Nacional para Soberania e Segurança Alimentícia e Nutricional* (SINASSAN) através de duas Leis Modelo que versam sobre tópicos relativos à segurança e direito à alimentação.⁸²

⁸⁰ Posteriormente, esse Pl foi atualizado e novamente aprovado em 2016 em assembleia realizada na Cidade do Panamá, o texto atualizado pode ser consultado online. Disponível em: <[www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/6F64DF6E8811DB8705257BA60074667C/\\$FILE/Proyecto_y_Publicacion_C3%B3n.pdf](http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/6F64DF6E8811DB8705257BA60074667C/$FILE/Proyecto_y_Publicacion_C3%B3n.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2017.

⁸¹ Tal informação é também destacada em uma reportagem do dia 08/05/2009 publicada no site de notícia da Câmara dos deputados Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/134369.html>> Acesso em: 10 Jul. 2017.

⁸² “El PARLATINO ya cuenta con dos otras leyes modelo ligadas a la seguridad alimentaria y nutricional: la Ley marco del derecho a la alimentación, seguridad y soberanía alimentaria de 2012, y la Ley marco de alimentación escolar, aprobada en 2013. República Dominicana se basó en ellas para crear su Sistema Nacional para la Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional (SINASSAN): “Nos dio una visión regional y los argumentos necesarios para sustentar la ley en el Congreso dominicano”, explicó Guadalupe Valdez, exdiputada de República Dominicana y Embajadora especial Hambre Cero de la FAO” (FAO, 2016) Disponível em: <<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/es/c/459723/>>. Acesso: 10 Jul. 2017.

Vale ressaltar que “Muitos desses projetos são desenvolvidos pela assessoria de agências especializadas das Nações Unidas e de organizações não governamentais.” (PIRES, 2009, p.74). Um exemplo recente dessas parcerias externas firmadas pelo Parlamento Latino-Americano teve como desdobramento a formulação da *Lei Modelo de Agricultura Familiar*. Aprovada em dezembro de 2016, contém recomendações e princípios que foram definidos junto a FAO *Food and Agriculture Organization of the United Nations*⁸³. Um dos principais objetivos desse projeto é estender a garantia do direito à alimentação; nesse sentido, visa fomentar a prática da agricultura familiar, garantindo meios para sua utilização de forma segura, emergindo como uma via importante para o enfrentamento do problema da fome na região. Sublinha-se que esse PL remete a um traço marcante da realidade dos países latino-americanos - a obstrução de direitos básicos a grande parte da população.

Em face disso, é relevante considerar que esses projetos de lei elaborados e aprovados pelas comissões do Parlatino expressam como ele responde às demandas da região. Nesse tocante, observa-se que os problemas sociais são priorizados. Os Pls aprovados são majoritariamente relacionados à manutenção e fortalecimento de direitos daqueles que ainda não contam com as garantias mais básicas, tais como saúde, educação, segurança e alimentação.

Ressalta-se que tais garantias são negadas principalmente a grupos inferiorizados, não somente no tocante às condições econômicas. É preciso enfatizar que estas estão relacionadas às condições sociais ligadas a fatores diversos como cultura, nacionalidade, etnia, gênero e religião. Esses grupos são recorrentemente enfoque dos PLs do Parlatino. Considerando as mais diversas formas de desigualdades como problema central da América Latina, priorizaremos, nas reflexões a seguir, os projetos de lei que versam sobre tais questões. Objetivando atestar a pertinência de cada projeto, os mesmos serão apresentados e cotejados com dados estatísticos da região relativos às temáticas por eles abordados.

O primeiro projeto de lei que elencamos trata-se da *Ley Marco de Renta Básica* (PARLATINO, 2012a), cujo escopo é erradicar a pobreza. Seu conteúdo consiste, em linhas gerais, na garantia a toda a população carente e cadastrada de um subsídio em dinheiro, a ser pago pelo Estado periodicamente, de acordo com a realidade econômica de cada país. Esse

⁸³Desde novembro de 2013 FAO e Parlatino tem firmado um acordo de cooperação (PARLATINO, 2014a, p.341). Um dos desdobramentos dessa aliança foi a elaboração na aprovação da Lei Modelo de Agricultura Familiar foi celebrada pela FAO, conforme assinala uma reportagem sobre o assunto publicada em seu site de notícias. Disponível em: < http://parlatino.org/pdf/leyes_marcos/leyes/ley-agricultura-familiar-pt.pdf >. Acesso em: Nov. 2017.

projeto visa a melhor distribuição de renda e a assegurar à sociedade, em sua totalidade, acesso aos recursos mais básicos para viverem com dignidade. Sublinha-se a possibilidade de implementação progressiva, de forma a contemplar prioritariamente os setores mais necessitados de cada país. Atualmente, o Alasca apresenta a única experiência desse sistema no mundo, muito embora ele se encontre em funcionamento em outras localidades de maneira mais restrita. (VAN PARIJS, 2002, p.82).

No tocante a esse tema, observa-se que o campo de debate vem se expandindo. No início do ano de 2017 a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) expressou apoio ao sistema de renda básica,⁸⁴ em evento realizado pela ONU,⁸⁵ que objetivava a discussão sobre esse sistema. Efetivamente, a Renda Básica avulta como caminho para amenizar a pobreza na maioria dos países da região. É relevante que os debates sobre esse tema se aprofundem cada vez mais, visto que na região esse problema é da maior relevância. Segundo um relatório da Cepal, dentre a população latino-americana, se encontravam em situação de pobreza “168 millones, de las cuales 70 millones se encontraban en situación de indigencia.” (CEPAL, 2015b, p.18).

O problema da pobreza na região torna-se mais pungente e dramático, quando considerado que compõe um cenário assimétrico. Dados estatísticos apontam que em 2014, a renda per capita da população latino-americana, que corresponde aos 10% com maiores rendimentos, foi 14 vezes superior à daqueles que pertencem aos 40% da população com menores rendimentos (CEPAL, 2015b, p.25). Segundo especialistas, a desigualdade econômica severa tem raízes na dependência do capital estrangeiro. No intercâmbio desigual entre os países latino-americanos e as grandes potências⁸⁶, o peso dos déficits é repassado aos mais pobres, para conservar a posição dos mais ricos. Em linhas gerais:

⁸⁴ Tal declaração foi dada pela secretária-executiva da Cepal Alicia Bárcena, de acordo com a reportagem intitulada “CEPAL defende renda básica universal para que América Latina abandone ‘cultura de privilégios’”, publicada em 28/03/2017 no portal de notícias da ONU-Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/cepal-defende-renda-basica-universal-para-que-america-latina-abandone-cultura-de-privilegios/>. Acesso em: 15 Jul. 2017.

⁸⁵ O evento intitulado “A Renda Básica Cidadã, a emancipação social e as novas políticas públicas com enfoque em direitos”, foi realizado no México na sede sub-regional da Cepal, sua organização foi fruto da parceria entre ONU e o periódico Nexus. Informações contidas na reportagem publicada em 03/03/2017 no portal de notícias da ONU-Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-quer-estimular-debates-sobre-renda-basica-universal-na-america-latina-e-caribe>. Acesso em: 20 Jul. 2017.

⁸⁶ “Desde o início, a América Latina constitui parte integrante e especializada do mercado mundial e permite, ao proporcionar condições para a diminuição do valor da força de trabalho, que os países centrais se concentrem na produção de bens cujo valor agregado é cada vez maior. Estabelece-se, então, o intercâmbio desigual entre as nações e mantém-se indefinidamente a dependência baseada na divisão internacional do trabalho.” (MENDONÇA, 2009 p.88).

O intercâmbio desigual, no entanto, não se limita à mera relação de preços e deteriorização dos termos de troca (diminuição dos preços das matérias-primas em relação aos preços das manufaturas mais intensivas em tecnologia). O aumento da exploração da força de trabalho (diminuição dos salários, precarização e aumento da jornada de trabalho) garante o padrão de consumo das classes mais altas. (MENDONÇA, 2009, p.89).

Com efeito, aqueles grupos mantidos por processos históricos diversos à margem da sociedade, são mais propensos aos trabalhos precários e aos salários baixos, visto sua gama de oportunidades reduzida. Deve-se, portanto, reiterar que as desigualdades econômicas e sociais estão entrelaçadas, muito embora as segundas apresentem implicações que transcendem o status econômico e alcançam questões relativas às violações dos Direitos Humanos. A seguir, trataremos de Leis Modelo voltadas para grupos recorrentemente segregados no interior da assimetria social característica da região.

Uma expressão recorrente da exclusão social advém das estruturações nacionais que limitam o direito à cidadania. A situação precária de estrangeiros, por exemplo, é realidade em vários países e, em vista dessa questão na América latina, foi elaborado o *Proyecto de Ley Marco sobre Migración en América Latina y el Caribe: Trabajadores, familias y grupos vulnerables* (PARLATINO, 2014b). No tocante a migração inter-regional, esse projeto sublinha a importância de diretrizes que facilitem a migração entre os países do continente, como fatores que propiciam a integração da região. Contudo, em linhas gerais, o objetivo desse PL constitui o fortalecimento do conteúdo legislativo nos países latino-americanos quanto à melhoria das condições dos imigrantes na região, uma vez que estrangeiros podem ser mais suscetíveis a abusos diversos. Nesse sentido, o enfoque é o fomento da humanização das relações que Estado e sociedade estabelecem com esses grupos, garantindo-lhes respeito aos direitos humanos e trabalhistas, facilitando a sua inserção no mercado de trabalho.

Alguns casos recentes que alcançaram repercussão internacional endossam a relevância desse PL. Por exemplo, um episódio que se passou na República Dominicana, no qual “muitas pessoas de ascendência haitiana continuaram sendo apátridas depois que, em 2013, uma sentença do Tribunal Constitucional lhes retirou a nacionalidade dominicana de forma arbitrária e retroativa.” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015, p.28). Outro evento de destaque se passou em 2015 na Venezuela, de onde foram deportados “quase 2.000 cidadãos colombianos, inclusive refugiados e pessoas em busca de asilo, [...] sem que tivessem a oportunidade de contestar sua expulsão ou juntar seus pertences. Houve alguns casos em que crianças foram separadas de seus pais.” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015, p.28).

Tais ocorrências evidenciam, com efeito, o potencial ostensivo subordinador do direito à nacionalidade. Desses encaminhamentos, emergem ou se reforçam processos de marginalização e exclusão, que culminam em ocorrências de abuso e violência contra estrangeiros imigrantes, sobretudo aqueles provenientes de países mais pobres e que compõem grupos historicamente discriminados. Na América Latina, aspectos étnicos emergem como argumento primordial para a subalternização de grupos, sendo os povos ameríndios e os afrodescendentes os alvos principais da exclusão social. O Parlatino também possui Leis Modelo direcionadas a ambos, algumas das quais serão aqui arroladas.

A *Ley Marco para afrodescendientes* (PARLATINO, 2013a), constitui-se no único projeto direcionado a esse grupo. Ela engloba tópicos sobre combate à discriminação racial e educação inclusiva. O texto destaca, dentre os objetivos principais, promover a igualdade racial e colaborar para a erradicação de todas as formas de discriminação contra afrodescendentes, por meio de ações dos setores público e privado, que garantam o cumprimento das normas internacionais de direitos humanos, relativas à igualdade de direitos. É enfatizada a relevância do registro de informações sobre afrodescendentes nos censos de cada país, questão que está em consonância com apontamentos contidos em um documento de organização do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o qual sublinha a dificuldade com a escassez de dados quanto à situação dessas populações na América Latina:

[...] impiden conocer con precisión las características más básicas de la población afrodescendiente, tales como el número de personas que la componen o cuáles son sus niveles de bienestar y de acceso a la educación y la salud, así como otras cuestiones vinculadas con la seguridad y el acceso a la justicia. (SAVINO, 2010, p.358).

No âmbito da educação, essa PL defende a implementação de cotas destinadas aos afrodescendentes em vários programas de formação e qualificação; sistemas de bolsas de estudo e apoio ao estudante em diferentes níveis educacionais; programas de educação e de formação de professores, para que incorporem o legado das comunidades negras na história, bem como seu passado de escravidão, tráfico e estigmatização; questão pertinente, uma vez que:

[...] Un mayor conocimiento y una mayor conciencia por parte de la población respecto de los aportes y la presencia de la población afrodescendiente contribuirían a la disminución del racismo y la discriminación. En efecto, estas iniciativas, junto con la mayor producción de estudios sobre la temática, permitirían avanzar en la lucha contra la discriminación cubierta y encubierta”. (SAVINO, 2010, p. 359).

Contudo, o PL foi elaborado de maneira considerada evasiva, estando muito aquém das propostas que, em geral, são mais detalhadas e substanciadas. Os demais projetos de lei aqui analisados apresentam embasamento teórico consistente, argumentação extensa e diretrizes claras. A maioria de seus textos são maiores e correspondem, em média, a cinco páginas, ao passo que o projeto de lei em questão consta de somente duas e é o único voltado para esse contingente étnico. A *Ley Marco para afrodescendientes* carece de mais detalhes sobre a realização de seus objetivos e melhores definições dos assuntos que trata, pois são diversos os problemas relativos a essa população, por exemplo, a “discriminação institucionalizada”, isto é, quando os organismos estatais reproduzem o preconceito racial, segundo o documento anteriormente citado da PNUD; a terceira maior ameaça ao cumprimento dos direitos dos afro andinos é o “Perfil racial e incitación al odio, violencia policial, cárceles” (SÁNCHEZ, 2010, p.154). O Estado também falha pela negligência no âmbito legislativo. Nesse cenário, o Chile apresenta o caso mais expressivo, pois “[...] no cuenta hasta la actualidad con legislación ni instancias institucionales orientadas al reconocimiento de los derechos del pueblo afrodescendiente.”(BECERRA et al., 2010, p.78), não obstante:

En todos los países de América Latina se observa una brecha de concreción entre el texto de los pactos y los convenios internacionales relacionados con los derechos de la población afrolatinoamericana, firmados por los países de la región, y el cumplimiento real y efectivo de sus disposiciones en cada uno de esos países. (SAVINO, 2010, p.358).

Nesse sentido, é relevante que os projetos de lei do Parlatino dediquem maior atenção à questão dos afrodescendentes e à situação de exclusão e marginalização em que estes se encontram; efetivamente, o estatuto jurídico contribui para que estes estejam em posição desfavorável, inclusive economicamente, tal como enfatiza Oakley (2001 apud SANCHÉZ, 2010, p.118):

No hay duda alguna [de] que la vasta mayoría de afrolatinos se encuentra entre los más pobres de la región. Los perfiles sociales, económicos y políticos de las repúblicas de América Latina dan fe de la patente falta de acceso de los afrolatinos a las jerarquías más altas de las sociedades en las que viven.

As causas indígenas, por outro lado, são mais satisfatoriamente contempladas pela instituição, visto que várias Leis Modelo são direcionadas para elas; destacaremos três. Primeiramente, sublinha-se o *Proyecto de Ley Marco para la Educación Intercultural Indígena (2011)*, que advoga por um formato de educação que abranja a diversidade étnica dos países latino-americanos, com enfoque na educação indígena. Atualmente, muitas são as

falhas em relação ao sistema educacional dos países latino-americanos no que tange à população indígena e o documento da Cepal enfatiza que essa população é afetada por uma discriminação estrutural, que se manifesta nas instituições educativas de diversas formas, como, por exemplo:

[...] oferta de serviços muito abaixo dos mínimos recomendados em comparação com os proporcionados a outros setores da população, dificuldades de acesso geográfico, infraestrutura deficiente, ausência de políticas educacionais culturalmente adequadas e falta de mecanismos de participação efetiva das comunidades nos projetos e processos de ensino e aprendizagem. (CEPAL, 2015a, p.98).

Esse projeto de lei busca eliminar esses déficits e ainda outros, uma vez que evoca um formato de educação embasado na diversidade e interculturalidade, visando estabelecer como componente curricular a recuperação de idiomas e de aspectos culturais de povos indígenas. Ademais, tem como objetivo garantir acesso à educação em todos os níveis: básico, médio e superior. A preservação desses idiomas é papel também da educação; entretanto, tal questão é recorrentemente negligenciada, o que contribui para processos de extinção de idiomas indígenas. Por essa razão é importante enfatizar que:

É essencial o papel que a educação e as políticas públicas podem desempenhar para mitigar e reverter estes processos, em resguardo da diversidade linguística e da riqueza cultural dos países da região. [...] Embora tenha havido avanços importantes quanto à adequação dos sistemas jurídicos e constitucionais dos países latino-americanos no sentido de reconhecer e promover o direito à educação dos povos indígenas, é indispensável que isto se plasme nas instituições, para fomentar a multiculturalidade e o bilinguismo em todos os níveis educacionais. (CEPAL, 2015a, p.99).

A questão dos idiomas indígenas, sublinhada de forma recorrente no referido documento da Cepal, é tema do segundo projeto de lei do Parlatino referente à população indígena, de 2012. Intitulado *Ley Marco para Rescatar, Preservar y Promover los idiomas indígenas nacionales* (PARLATINO, 2012c), ele prevê desde a instauração de políticas públicas relativas à preservação dos idiomas indígenas, até a obrigatoriedade do estabelecimento, por parte das instituições de carácter público, de programas diversos que atendam aos indígenas em seus próprios idiomas. Esse projeto estabelece apontamentos relativos à exclusão desses povos da esfera pública e busca solucionar o problema através de medidas que lhes garantam o acesso a serviços públicos de forma autônoma, bem como a valorização do idioma e cultura.

Outro projeto de lei, intitulado *Ley Marco sobre consulta previa e informada a los pueblos originarios y comunidades indígenas* (PARLATINO, 2013b), busca incluir os

indígenas nas decisões relacionadas aos seus territórios e terras a serem incorporados pelo Estado, visando o diálogo com essas populações, no qual as propostas sejam apresentadas de maneira clara e, caso necessário, com o suporte de intérprete, a ser escolhido pelos próprios indígenas. O conteúdo desse projeto ainda sinaliza para a responsabilização do Estado quanto aos danos causados a esses povos e comunidades, advindos de medidas tomadas sem consulta prévia e diálogo, e para a obrigatoriedade de medidas de reparação dos mesmos. Esse projeto é bastante pertinente, uma vez que “[...]. Os povos indígenas continuaram sendo removidos à força de suas próprias terras por atores estatais e não estatais – como empresas e proprietários de terras – em nome do desenvolvimento econômico.” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015, p.29).

É preciso enfatizar que, efetivamente, nas diversas regiões da América Latina as categorias de afrodescendentes e indígenas são expressivamente plurais; tal questão é englobada pelo conceito ‘Categorias Étnicas’⁸⁷ do historiador Federico Navarrete. Nesse sentido, seria problemático, no âmbito legislativo, buscar soluções para questões relativas a essas categorias de forma abrangente – em toda a extensão do território latino-americano - visto que cada região apresenta problemas específicos, relativos às categorias igualmente específicas. Para além das ressalvas do Parlatino, de que as Leis Modelo devem ser adaptadas à realidade de cada país, é importante destacar, a partir das contribuições de Navarrete, que os esforços de subalternização de determinada categoria étnica é uma condição ressignificada em distintos momentos históricos e tem seu cerne nas relações de poder e exploração. Nesse sentido, Navarrete (2008, p.98) afirma a pertinência do:

[...] conceito de categoria étnica para reconhecer a particularidade histórica destas constelações, evitando assim falsas analogias e buscando compreender melhor as particularidades de cada região e país. Ao mesmo tempo, esse conceito nos permite levar em conta que os sistemas mais amplos de dominação política, econômica e social e de relações interétnicas são precisamente os que dão sentido histórico e função social às categorias étnicas que existiram e existem em nossos países. Neste sentido, é importante enfatizar que as relações de exploração econômica e de classe tem sido e continuam sendo uma parte fundamental das estranhas constelações históricas que definem as categorias étnicas.

⁸⁷ Trata-se de categorias de indivíduos que apresentam múltiplas especificidades históricas que os unem. Nesse sentido, existem nas diversas regiões da América Latina várias categorias de afrodescendentes ou ameríndios. Isso se deve ao fato de que os elementos que determinam mais atualmente os significados sociais das diversas categorias étnicas possuem nexos com “vários passados” e também com o presente; essa perspectiva pode ser expressa pelo conceito de constelações históricas. Por sua vez, essas características que definem as particularidades da categoria emergem constantemente, conforme os meandros dos processos históricos; buscando explicá-las o autor propõe o conceito de diversidades emergentes. (NAVARRETE, 2008, p.97-98).

Embora, em cada país ou microrregião existam especificidades entre grupos étnicos semelhantes, como, por exemplo, os povos indígenas, os projetos de Lei Modelo parecem estar atentos a esse fator fundamental que os aproxima - relações de poder e exploração. Tal perspectiva se estende às questões dos imigrantes, já discutidas, e também aos conflitos de gênero, como será aqui assinalado.

A desigualdade de gênero constitui outra manifestação das assimetrias sociais mais expressivas na América Latina. No âmbito público e doméstico a desvalorização da mulher se apresenta desde a inferioridade salarial, até sua expressão máxima, a violência. Altas taxas de feminicídio fazem parte da realidade latino-americana, conforme indicam as estatísticas; trata-se, efetivamente, de um problema grave. De acordo com Manjoo (2014) um informe da ONU, sobre violência contra a mulher, aponta que:

[...] el patrón mundial de feminicidios/femicidios refleja que 66 mil mujeres perdieron la vida por el hecho de ser mujeres entre 2004 y 2009, lo que representa el 17% de todas las muertes por homicidios (396 mil). Más de la mitad de los 25 países con tasas altas y muy altas se encuentran en América Latina y el Caribe: 4 en el Caribe, 4 en Centroamérica y 6 en Sudamérica. (MANJOO, 2014, p.4).

Esta questão é abordada pelo Parlatino através do projeto de lei (PL) *Ley Marco para la Protección a las Mujeres y Niñas contra la Violencia Femicida* (PARLATINO, 2012b), que trata a violência contra a mulher de forma bem fundamentada. A apresentação de tal questão leva em consideração sua complexidade, visto que o texto é minucioso ao especificar as diversas formas que esse tipo de violência assume, ou ainda quando reconhecida a existência de dois tipos de vítimas - diretas e indiretas. Ademais, ao conteúdo desse projeto de lei estão inseridas questões relativas à prevenção, à punição e à formação de pessoal para atender às vítimas.

A desigualdade de gêneros, ao alcançar o âmbito político, estabelece sua principal estrutura. A representatividade feminina, politicamente diminuta, tem como desdobramento imediato a escassez de políticas públicas que fomentem a igualdade de gêneros. Na América Latina e Caribe o espaço político ocupado pelas mulheres segue sendo bastante reduzido; em média, a representação política feminina na região é muito inferior a 50%, número considerado desejável. Segundo o Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina (OIG), órgão vinculado à Cepal, em 2015, a média de mulheres eleitas para os parlamentos nacionais foi de 28,3% nos países latino-americanos e caribenhos (OIG, 2015) e a

participação de mulheres em gabinetes ministeriais não passou de 30% na maioria deles (OIG, 2016).

Objetivando minimizar o déficit que esses países apresentam quanto à representação e à participação da mulher politicamente, o Parlatino elaborou, em parceria com a *ONU Mulheres*, um projeto de lei intitulado *Norma Marco para consolidar la Democracia Paritaria* (2015). O enfoque desse PL está na igualdade de gêneros, no que se reporta à vida pública e política. Ele visa à equidade entre mulheres e homens, no âmbito das tomadas de decisão dos países latino-americanos e caribenhos. É assinalada no documento a relevância da presença quantitativa e qualitativa das mulheres nos poderes executivo, legislativo e judiciário. Para tanto, a proposta fundamental desse PL objetiva estabelecer a democracia paritária como política de Estado e diversos mecanismos que fomentam tal perspectiva são apontados. Destaca-se a inserção de tal temática nas instituições estatais, o que configuraria a criação de ministérios, secretarias e institutos, bancadas etc, direcionados para políticas que contemplem as mulheres, no tocante ao seu empoderamento e a igualdade de gênero. Ademais, o projeto prevê a regra paritária para a ocupação de cargos públicos por nomeação e de candidaturas nas eleições proporcionais.

As reflexões até aqui estabelecidas, com base no conteúdo de algumas Leis Modelo, revelam uma estrutura democrática frágil nos países latino-americanos, uma vez que alicerça Estados ineficazes com relação à garantia integral do exercício da cidadania. Contudo, tal como sublinha O'donnell (2007, p.3):

Ningún estado cumple plenamente estas condiciones. Pero hay una amplia gama de diferencias de caso a caso, que van desde estados razonablemente consistentes con la democracia hasta estados brutal y desnudamente represivos. América Latina, aunque con variaciones de país a país, se situa en una zona intermedia, con estados que cumplen sólo parcialmente, y en algunos casos con agudas deficiencias aquéllas condiciones.

Muitos foram os exemplos citados neste tópico de direitos civis e sociais⁸⁸ que não se fazem cumprir na América Latina devido à negligência do Estado. A última Lei Modelo que

⁸⁸ Segundo José Murilo de Carvalho, “Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei [...]. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. São eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual.” (CARVALHO, 2002, p.9). Para o mesmo autor “[...] os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo [...] Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social. (CARVALHO, 2002, p.20).

analisaremos também versa sobre violações a essas garantias; contudo, é mais difícil atribuir ao aparelho estatal tão somente o papel de displicente, visto que nesse tópico se trata de uma instituição subordinada ao Estado. Referimo-nos aqui à polícia. Para O'donnell (2007, p.15), as faces do Estado se evidenciam principalmente nas situações cotidianas e, muitas vezes exprimem “La indiferencia si no el maltrato dispensado en no pocas oficinas públicas y la presencia a veces temible de una policía que no es claro de qué lado de ley está [...]”.

Em face disso, o Parlatino aprovou o *Proyecto de profesionalización de fuerzas de Seguridad Ciudadana en el marco de las conflictividades sociales del siglo 21* (2014), que busca suprir falhas graves as quais os países latino-americanos enfrentam quanto à segurança pública, advindas principalmente de políticas de segurança defasadas, que implicam a formação de uma polícia despreparada e, frequentemente, atuante de modo repressivo. Para tanto, prevê um formato de polícia não militarizado, que conte com formação profissional adequada, enfatizando a necessidade de centros especializados de profissionalização policial, incluindo institutos de ensino superior, exclusivos para esse tipo de formação. Esse projeto ainda sugere a criação de serviço especializado para o atendimento de mulheres vítimas de violência, sendo categórico quanto à responsabilidade da polícia frente aos direitos da criança e do adolescente. São recorrentes as assertivas quanto à constituição das forças de segurança fundamentadas nos direitos humanos. Para o almejado sucesso dessas reformas, o processo de formação da polícia é a tônica desse PL.

Segundo uma pesquisa de 2008 sobre violência policial, realizada com 32.853 entrevistados, em 20 países da região, desenvolvida pelo (LAPOP) Latin America Public Opinion Project, da Universidade de Vanderbilt, entre 8,2% e 1,7% dos entrevistados reportaram ter sofrido maus-tratos por parte da polícia nos últimos doze meses em cada país; na maioria dos locais nos quais a pesquisa se concentrou, os entrevistados que declararam ter sofrido violência policial alcançou uma porcentagem maior ou igual a 4%. Outra pesquisa no mesmo ano, sobre confiança na polícia, realizada com 34.320 pessoas, em 21 países latino-americanos, revelou que:

Cerca del 44 por ciento de los entrevistados a nivel regional dijeron que su policía local está involucrada en la delincuencia, mientras que solamente el 38 por ciento dijo que la policía protegía a los ciudadanos. El resto (18 por ciento) dijo que la policía no protegía a la gente, pero que tampoco estaba involucrada en actividades criminales. (CRUZ, 2008, p.2).

O relatório anual da Anistia Internacional de 2015-2016 afirmou que “O uso excessivo da força pela polícia e outras forças de segurança foi registrado em países como Bahamas, Brasil, Chile, Equador, Guiana, Jamaica, República Dominicana, Trinidad e Tobago e Venezuela”. E outros dados apontam que no estado brasileiro do Rio de Janeiro, “em um período de 10 anos, entre 2005 e 2014, foram registrados [...] 8.466 ‘homicídios decorrentes de intervenção policial’, sendo 5.132 somente na capital.” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015, p.31). Sobre o caso brasileiro, José Murilo de Carvalho atenta para o caráter predatório da polícia brasileira, enfatizando a existência da polícia militar como conservação de uma estrutura das ditaduras militares:

A Constituição de 1988 apenas tirou do Exército o controle direto das polícias militares, transferindo-o para os governadores dos estados. [...] essa organização militarizada tem-se revelado inadequada para garantir a segurança dos cidadãos. O soldado da polícia [...] é preparado para combater e destruir inimigos e não para proteger cidadãos. [...]. Nem no combate ao crime as polícias militares têm-se revelado eficientes. Pelo contrário, nas grandes cidades e mesmo em certos estados da federação, policiais militares e civis têm-se envolvido com criminosos e participado de um número crescente de crimes. [...] Mesmo a polícia civil, que não tem treinamento militarizado, se vem mostrando incapaz de agir dentro das normas de uma sociedade democrática. (CARVALHO, 2002, p.213).

Uma vez que a polícia tem a função objetiva de promover a segurança dos cidadãos e, passa a atuar como organismo predatório, a competência conferida a esta instituição se desloca do âmbito da proteção para o da repressão. Se o Estado mantém uma instituição nessas condições, ciente de sua atuação, não se trata efetivamente de negligência; nesse caso é perceptível que a polícia serve a ele de forma satisfatória, segundo seus próprios parâmetros e diretrizes. Nesse sentido, nota-se uma tendência ao autoritarismo, cujas raízes fortes que sustenta na América Latina, suscitam questionamentos sobre o quão razoável foi a eficácia dos últimos grandes processos de redemocratização. Reflexões a esse respeito serão desenvolvidas no tópico a seguir.

Aqui finalizamos quanto às Leis Modelo, reiterando que começaram a ser elaboradas recentemente, na década de 1990. Nesse sentido, é possível que a instituição avance ainda mais quanto às pautas relativas à luta para minimizar as desigualdades existentes na região. É importante que o faça, pois ainda deixa muito a desejar em causas importantes como a dos afrodescendentes, por exemplo, uma vez que o projeto de lei direcionado a esse grupo apresenta muitas incompletudes. Ainda existe as causas relativas aos homossexuais, completamente excluídas das pautas dos PLs do Parlamento, porém também urgente, uma vez que discriminações e violências sofridas por essas pessoas são frequentes em muitos países da

América Latina e Caribe (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015, p.31). Para além das possíveis falhas, observa-se que a agenda do Parlatino não contou com expressivas alterações ao longo do tempo; os direitos humanos e a democracia permaneceram como pautas fundamentais, ainda que as demandas tenham se alterado drasticamente, tal como será ressaltado adiante.

2.2 A América Latina redemocratizada e o ideal integracionista

Tal como foi analisado no capítulo anterior, ao longo da década de 1970 a tônica da atuação do Parlamento Latino-Americano foi a denúncia dos crimes que os governos militares cometeram frequentemente com apoio dos Estados Unidos. Estes, indicavam a transgressão dos direitos humanos num cenário de democracia ausente. Mais atualmente, a instituição se ocupa de formular e sugerir aos países membros legislações que versam sobre a violação dessas garantias básicas, visando 91ombate-la, uma vez que essa ainda se expressa nas brechas dos regimes democráticos.

No que diz respeito aos direitos humanos na década de 1970, fazia parte da política de Estado – ainda que não oficialmente – transgredi-los, ao passo que, atualmente, as políticas governamentais se revelam ineficientes para garantir que esses sejam cumpridos adequadamente. Visto que a estrutura social extremamente assimétrica nos países da América Latina é um empecilho para atender a esses propósitos, o que por sua vez possui nexos com o fato de que as democracias latino-americanas – a maioria delas ainda recentes, devido aos anos de regime militar – não conseguem superar tais obstáculos. Nesse sentido, em perspectiva comparativa, é possível identificar que na década de 1970 o desafio do Parlatino quanto aos direitos humanos era lidar com Estados predatórios, que cometiam crimes contra a população civil, enquanto atualmente o desafio dessa instituição é lidar com Estados cujas democracias frágeis parecem estar ainda em processo de construção, pois agem de forma a negligenciar a superação da violação dos direitos humanos.

Essa perspectiva comparativa é de suma importância para pensar a atuação do Parlatino. Se no passado dos regimes militares a instituição teve sua atuação mais expressiva, devido ao consenso em torno da luta em defesa da democracia e dos direitos humanos, como reagir frente a uma realidade na qual esses elementos – ainda que não da forma dramática de outrora – se encontram restritos e tal situação é encoberta pelo consenso do dever cumprido, após as restituições das democracias ao longo década de 1980?

O fim das ditaduras no Cone Sul nos anos 1980 significou uma democratização limitada, caracterizada por continuidades econômicas e

sociais. A alternância política que sucedeu mal disfarçou os constrangimentos legados, intensificados com a difusão das políticas neoliberais no continente. (SANTOS, 2016, p. 289).

Seria possível a integração regional nessas condições? Seriam os argumentos da necessidade de integrar reforçados por elas? Essas questões são relevantes, visto que o ideal integracionista sustentado pelo Parlatino se embasa na construção de uma região mais igualitária e mais justa socialmente, pelo que denotam os projetos de lei analisados.

Devemos enfatizar que o histórico da integração na região remete à superação de problemas advindos de relações de poder, primeiramente da parte dos antigos colonizadores ibéricos e outros países Europa, posteriormente capitaneados pelos Estados Unidos, apoiados por elites regionais. As relações de poder culminaram, e culminam, na emergência de assimetrias sociais e econômicas muito severas, fomentadas pelo processo de marginalização de grupos por fatores como etnia, gênero, nacionalidade etc.

Efetivamente, a vulnerabilidade democrática e todas as suas implicações constituem um fator ambíguo para o Parlatino. Em razão dela, a necessidade da integração é reforçada e dificultada ao mesmo tempo. Para justificar o primeiro aspecto, sublinha-se que significaria uma possibilidade de solução em conjunto a um problema semelhante. Por outro lado, observa-se que países de estruturação política frágil teriam dificuldade em transcender essa realidade para estabelecer laços fortes com os demais países da região. O compromisso com a democracia e os direitos básicos parecem ter sido conservados, visto o conteúdo das Leis Modelo. Esses documentos evidenciam muito sobre os fundamentos e princípios, bem como os eixos de atuação do Parlatino, desde que foi criado.

Definido os principais desafios e as questões das quais se ocupa, bem como os eixos de atuação do Parlatino, deslocamos a discussão para a questão da relevância dessa instituição. Segundo Malamud e Sousa, em 2005 foi sintetizada a situação do Parlatino nesse tocante:

[...] mais uma instituição simbólica do que efetiva, capaz de acolher a deliberação de assuntos regionais e inter-regionais, mas sem qualquer perspectiva real de evolução para um órgão de decisão; de fato, carece de significado político e de enraizamento social. (MALAMUD; SOUSA, 2005, p.390).

Nesse sentido, para além dos desafios integracionistas e as demandas locais, sublinha-se o problema da visibilidade, que torna a atuação da instituição limitada, apesar das mais de cinco décadas de existência e significativa adesão. A seguir, buscaremos perscrutar fatores que possivelmente afastaram o Parlatino, já nos anos 2000, de lograr relevância institucional.

Fabio Luis Barbosa dos Santos enfatiza a criação recente de instituições de integração regional que fomentam as desigualdades na América Latina e que, embasadas em princípios neoliberais, visam à integração em um molde avesso ao seu histórico, buscando crescimento econômico não em confluência, mas em detrimento dos esforços de constituição de uma região mais igualitária (2016, p.285-290). O Parlatino, ao menos pelo que expressa em suas deliberações, em formato de projetos de lei, não apresenta esse tipo de posicionamento. Podemos observar que muitas Leis Modelo se ocupam de esforços pertinentes ao fortalecimento do caráter democrático dos Estados, cujas implicações muito se distanciam da agenda neoliberal latino-americana. Tal perspectiva possivelmente se deve a uma diversidade política presente nas assembleias e comissões do órgão, uma vez que são compostas por enviados pelo parlamento de cada país membro.

Entretanto, a instituição se mantém isolada do âmbito popular e, provavelmente, sua relevância política inexpressiva seja, em parte, um desdobramento disso. A aproximação de grupos de iniciativa popular, dedicados às causas de gênero, indígenas, afrodescendentes – pelas quais o organismo já sinalizou interesse – possivelmente seria um caminho para a ampliação de sua visibilidade. Entretanto, estaria esse parlamento regional, criado nos moldes do Parlamento Europeu, disposto a tal aproximação? Um parlamento regional seria condizente com as formas de política que a América Latina necessita para se tornar mais equânime e, ao mesmo tempo, mais integrada?

O Parlatino, ao trazer para o seu estreito campo de atuação questões relativas à redução de assimetrias socioeconômicas no continente, apresenta coerência com os propósitos que estabeleceu para si em seu tratado de institucionalização. O problema não está em fazê-lo. A questão central é que, ao fazê-lo, essa instituição se afasta de outra razão de sua própria existência que é se consolidar como um parlamento supranacional, visto que os governos dos países membros não manifestam interesse efetivo em fortalecer uma instituição significativamente voltada para questões sociais, como é o caso do Parlatino, ainda que façam parte dela. Com efeito, a instituição experimenta um dilema cujas possibilidades de solução são remotas se mantida alguma coerência quanto às suas razões de ser, quais sejam: se tornar um parlamento supranacional, trabalhar em favor dos direitos humanos e defender não apenas uma democracia pelo âmbito político, mas também social.

Sobre esse impasse, o conteúdo problematizado até aqui assinala que a importância da integração latino-americana para a região ocupa não apenas a visão retrospectiva, mas também prospectiva. Em outras palavras, a integração regional permanece pertinente a um

projeto continental mais inclusivo, mas também se mantém como um desafio. Em linhas gerais, observa-se que ao Parlatino urge lidar com as limitações democráticas de seus países membros bem como com seus dilemas institucionais. No tópico a seguir, será problematizado um evento que marcou a instituição negativamente, uma vez que ensejou uma atmosfera de crise institucional. Referimo-nos à saída da instituição de sua sede em São Paulo, determinada pelo governo estadual, na época ocupado por José Serra..

2.3 A mudança da sede

Quando completava quase catorze anos funcionando na capital paulista, o Parlatino foi comunicado oficialmente pelo governo de São Paulo que o convênio entre o estado e a instituição seria encerrado e, portanto, o edifício ocupado por ela deveria ser devolvido. Em vista da relevância desse evento para a história da instituição, o presente trabalho objetiva explorar o processo que levou à saída do Parlamento Latino-Americano de sua sede em São Paulo. Para tanto, buscaremos contrapor dados, análises e reflexões contidos nas fontes documentais e material bibliográfico, visando delinear os fatos que culminaram na ocorrência do episódio em questão.

As fontes utilizadas constituem discursos do ano de 2007 transcritos de manifestações dos deputados brasileiros, disponíveis online no endereço eletrônico oficial da Câmara dos Deputados⁸⁹; os relatos de atuais e ex-membros do Parlatino presentes na obra *Parlamento Latino-Americano: Memórias y Esperanzas (1964- 2014)*; materiais referentes à legislação estadual paulista, tais como leis e projetos de lei que fazem referência ao Parlatino, presentes do endereço eletrônico oficial da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo⁹⁰ também serão analisados. Ademais, constituem referenciais bibliográficos relevantes para a presente reflexão dois trabalhos acadêmicos que abordam o Parlamento Latino-Americano e consistem em pesquisas vinculadas à área de ciência política, oferecendo dados e reflexões de suma importância para este trabalho. São eles a dissertação de mestrado intitulada *Parlamentos regionais e o processo de integração* (2009), de autoria de Norma Pires e a tese de doutorado *O Parlamento Latino-Americano e a sua evolução institucional em perspectiva comparada com a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa* (2014). Sublinhamos a escassez bibliográfica quanto ao episódio em questão, ainda que aborde o Parlatino como objeto de pesquisa. Nesse sentido, as fontes documentais são elementos fulcrais para os trabalhos historiográficos que adotam como objeto a instituição em questão.

⁸⁹ Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

⁹⁰ Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-legislacao/>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

A determinação de reintegração de posse do prédio ocupado pelo Parlatino veio à tona em fevereiro de 2007, no começo do mandato de José Serra⁹¹, do PSDB, “[...] sob a alegação de que o local e os recursos para a sua manutenção deveriam ser fornecidos pelo Governo Federal, pois se tratava de um organismo internacional.” (PIRES, 2009, p.79). A deliberação foi categórica e não apresentava indicativo algum de negociação ou diálogo. No tocante ao assunto, o então presidente do Parlamento Latino-Americano, o chileno Jorge Pizarro⁹², escreveu a Eduardo Suplicy,⁹³ que exercia o cargo de senador à época. A carta foi divulgada durante um pronunciamento⁹⁴ de Suplicy no Senado Federal em novembro de 2007:

Desde o dia 7 de fevereiro de 2007, data em que recebemos o comunicado oficial do Governo Estadual de São Paulo, onde nos solicitava a entrega do Edifício-Sede e informava sobre a decisão de terminar o Convênio entre o Estado de São Paulo e o Parlamento Latino-Americano, fizemos todas as gestões possíveis, tentando reverter essa determinação. (...) Desde o dia 8 de março, quando tivemos a reunião com o Senhor Governador José Serra, oportunidade em que foi categórico no sentido de que deveríamos entregá-lhe o Edifício-Sede e que só nos dava um prazo até o dia 31 de dezembro próximo para desocupá-lo, não nos concedeu outra entrevista e nem sequer uma resposta às cartas enviadas. (BRASIL, 2007d, p. 41040).

Tratava-se de uma medida abrupta. Após a notificação da destituição do prédio, tal determinação deveria cumprir-se no prazo máximo de dez meses e, portanto, o Parlatino não disporia de tempo hábil para encontrar e se estabelecer em outra localidade. Sublinhamos que essa instituição somente veio a se fixar na cidade de São Paulo mediante o convite e insistência de Orestes Quércia (MERGULHÃO, 2014, p. 63), que durante seu mandato assegurou legalmente a presença da entidade na capital paulistana. A legitimidade da existência do Parlamento Latino-Americano no prédio situado junto ao Memorial da América Latina, bem como a isenção de impostos estaduais para a instituição enquanto permanecesse em São Paulo, foi selada por meio de lei estadual,⁹⁵ promulgada em 1992. Ademais, para além de fixar a instituição no estado em que governava, a gestão de Quércia assumiu o compromisso de trazê-la para território brasileiro. Nesse sentido, remover esse organismo

⁹¹ José Serra ocupou cargos de deputado federal, senador, prefeito e governador de São Paulo, sempre vinculado ao PSDB.

⁹² Eduardo Matarazzo Suplicy ao longo de sua trajetória política exerceu por diversas vezes cargos como deputado federal e senador, sempre vinculado ao PT. Enquanto era senador Suplicy participou ativamente da instituição atuando no intercâmbio legislativo que culminou na elaboração de projetos de lei modelo pela instituição.

⁹³ Jorge Pizarro é um político chileno vinculado ao PDC, exerceu cargos de deputado e senador em seu país e no Parlatino foi secretário geral e posteriormente presidente de 2006 a 2008.

⁹⁴ Pronunciamento realizado no dia 19.11.2007, publicado no dia 20.11.2007. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/diarios/BuscaPaginasDiario?codDiario=897&seqPaginaInicial=1&seqPaginaFinal=190>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

⁹⁵ Tratava-se da lei nº 8.206 de 29 de dezembro de 1992. (ESTADO DE SÃO PAULO, 1992)

político de sua sede consistia numa decisão cujos efeitos extrapolavam o âmbito dos convênios entre São Paulo e Parlatino. Os impactos atingiram também as relações entre a instituição e o Brasil, que esteve vinculado a ela desde que foi inaugurada, inclusive um de seus principais fundadores era um brasileiro.

Contudo, há de se salientar que existiam justificativas plausíveis para a insatisfação do governo do estado que levou à medida de remoção do organismo de seu prédio. Uma vez que o funcionamento na capital era mantido unicamente pelo governo paulista, sustentar o Parlamento Latino-Americano constituía uma tarefa onerosa. Considerando que eram esporádicos os eventos realizados na sede, os custos que a mesma gerava eram demasiado altos aos cofres do estado: o orçamento a ela destinado se fixava em torno de cinco milhões de reais por ano. Ademais, conforme anteriormente salientado, a permanência do Parlamento Latino-Americano na capital paulista tratava-se de uma questão significativa também no âmbito nacional; nesse sentido, seria justo que as verbas que o mantinham fossem, em parte, federais. Ainda que, no passado, o Estado de São Paulo tenha acordado unilateralmente em arcar na íntegra com os custos da instituição, na concepção da nova gestão não mais fazia parte da realidade orçamentária sustentar o Parlatino.

Há ainda quem entenda que o Memorial da América Latina não constituísse o local mais apropriado para abrigar o Parlamento. Anos após a saída definitiva da instituição de São Paulo, o cineasta João Batista de Andrade⁹⁶, diretor do Memorial entre 2012 e 2016, em entrevista (2014, p.8-15) à revista *Nossa América* estacou que “[...] a função do Memorial não é política, nunca foi. Ele não existe para resolver questões de relações exteriores. Sua função é cultural.” (ANDRADE, 2014, p.10). Na mesma entrevista, ao ser questionado quanto ao fracasso da “[...] ideia inicial do Memorial como centro de relacionamento político-econômico entre os países da América Latina?”, respondeu que:

Era irreal. Como é que se tira do Palácio do Planalto e do Palácio dos Bandeirantes o poder de relacionamento com outros países? No começo o Memorial tinha uma ala de relações exteriores, exclusiva para congressistas, o Parlatino - Parlamento Latino-Americano. Por que ele perdeu sentido? Porque o Memorial não consegue ser o centro nervoso das relações latino-americanas, estas são exclusividade do palácio do Planalto e dos Bandeirantes. O dos Bandeirantes, inclusive, tem uma assessoria internacional muito forte. Isso tudo obriga a gente a repensar o Memorial. (ANDRADE, 2014, p.9).

⁹⁶ Para além da carreira de cineasta, cujo filme de maior êxito foi “O homem que virou suco”, João Batista de Andrade teve algum envolvimento político, esteve vinculado ao PCB na década de 1960 e mais tarde ao PPS, partido no qual permaneceu até 2011. Mais recentemente assumiu o cargo interino de Secretário da Cultura do governo Temer, porém sua permanência nessa função foi breve, cerca de um mês após assumir pediu demissão.

A ideia de que o Memorial não era o local mais adequado para o Parlatino é uma questão para se examinar, mas retomando o ponto de vista pragmático, a argumentação da gestão de Serra era razoável. Contudo, a saída do Parlamento Latino-Americano de São Paulo poderia ter ocorrido de forma mais cordial, ou sequer teria ocorrido, se primeiramente o governo estadual tivesse recorrido às esferas federais e junto a elas solicitado envolvimento diplomático para resolução de tal questão. Quando o comunicado oficial que solicitava a saída da instituição foi recebido pelo presidente da mesma, a lei que lograva a cessão do prédio situado no Memorial da América Latina sequer havia sido revogada. Houve apenas um projeto de lei⁹⁷ para tal, apresentado em dezembro de 2006 por deputados estaduais de diversos partidos. Esse PL chegou a ser aprovado em julho de 2007, contudo a parte do texto que previa a revogação da lei destinada ao mantimento do Parlatino pelo Estado de São Paulo foi vetado; tal lei, até o final de 2017 não chegou a ser a revogada⁹⁸, questão que suscita dúvidas quanto a legitimidade da retirada dessa entidade de sua sede no Brasil.

Ao longo do ano de 2007, alguns parlamentares brasileiros, objetivando a permanência da instituição no país e em face da polêmica de seu processo de remoção, buscaram mobilizar colegas, a diplomacia brasileira e o governo federal para que fosse urdido um acordo que possibilitasse a permanência do Parlamento em São Paulo.

O primeiro apelo, formalmente apresentado foi da então deputada federal Vanessa Grazziotin⁹⁹. Em um discurso proferido em março¹⁰⁰ (BRASIL, 2007c, p. 10.200-10.485), ela destacou ser importante para o Brasil sediar a entidade, além de solicitar apoio dos demais parlamentares para o diálogo com José Serra, então governador de São Paulo. Grazziotin pautou sua linha argumentativa invocando o histórico do Parlatino no combate às ditaduras militares na América Latina, além de salientar o vínculo de décadas entre políticos brasileiros e essa instituição.

Entendemos que a manutenção da sede do Parlamento Latino-Americano no Brasil, no Estado de São Paulo e no Memorial da América Latina, é

⁹⁷ Tratava-se do Projeto de lei nº 740/2006, esse PL visava revogação de diversas leis especificadas em seu texto, compreendidas entre os anos de 1973 e 2002, incluindo a lei 8.206 de 1992 que firmava parceria do Governo de São Paulo com o Parlatino, na qual o primeiro concedia a sede ao segundo, bem como isentava de impostos. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=694299>. Acesso em: 21 ago. 2017.

⁹⁸ No endereço eletrônico oficial da Assembleia Legislativa de São Paulo, a descrição da situação da lei 8.206, consta a qualidade de "sem revogação expressa", indicativo de que em tese essa lei ainda possui validade. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=16465>. Acesso em: 21 ago. 2017.

⁹⁹ Vanessa Grazziotin durante toda sua trajetória política foi filiada ao PCdoB com base eleitoral no Amazonas. Foi por diversas legislaturas eleita deputada federal, ocupou a função de presidente do grupo brasileiro do Parlatino. Desde 2011 exerce o cargo de senadora.

¹⁰⁰ O discurso foi realizado em 15 de março de 2007, na sessão 033.1.53.O da Câmara dos Deputados.

fundamental. (...) Sabemos que muitos países gostariam de ter a sede do PARLATINO em sua Capital, mas ela está no Brasil, em São Paulo, e devemos lutar para que aqui permaneça. Concluo, Sr. Presidente, fazendo um apelo ao Governador José Serra, ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, e a todos os demais Parlamentares: travemos essa luta, porque é fundamental que a sede do PARLATINO permaneça no Brasil! Deveremos formar Comissão Mista para definir fórmulas e encaminhamentos a adotar para garantir que a importante sede da pioneira entidade parlamentar de integração da América Latina permaneça no Brasil. Para isso, peço o apoio de todas as minhas colegas e de todos os meus colegas Parlamentares. (BRASIL, 2007c, p.10284).

No mês de maio, o deputado Ribamar Alves¹⁰¹ fez uso da palavra em sessão na Câmara em favor da permanência do Parlatino em São Paulo¹⁰² (BRASIL, 2007a, p. 20.654-21.046). Recordando uma reunião que considerou profícua, realizada em Cuba, e da qual ele havia participado representando o Parlatino, Alves criticou de forma incisiva a atitude do governo paulista:

O Governador José Serra, de forma autoritária, autocrática, simplesmente banuiu o PARLATINO do Brasil. Os Deputados brasileiros e os Deputados que compõem o PARLATINO estão imbuídos do propósito de no Brasil haver essa representação de suma importância para que o País seja o símbolo da integração da América Latina. Estamos incorporando essa luta. (BRASIL, 2007a, p.20.996).

As manifestações contra a saída do Parlatino de sua sede em São Paulo continuavam; em agosto foi a vez do deputado Vital do Rêgo Filho¹⁰³ se pronunciar na Câmara sobre o tema¹⁰⁴ (BRASIL, 2007b, p. 43.160-43.783). A partir de uma argumentação demasiadamente entusiasmada, Rêgo Filho declarou:

Seria lastimável mirar aquele majestoso prédio desenhado pelo arquiteto Oscar Niemeyer para unir os povos da América em defesa de seus direitos e da sua soberania e, desoladamente, vê-lo preenchido em uma atividade alheia ao objetivo para o qual foi projetado. Desta excelsa tribuna legislativa do Brasil, clamo ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado de São Paulo, José Serra, no sentido de que reveja uma atitude que, com certeza, tamanho prejuízo traria para o Brasil e para São Paulo. (BRASIL, 2007b, p.43.623).

Rêgo Filho se reportou inclusive ao exílio de Serra no Chile, em razão da perseguição política que sofreu na década de 1970, quando era presidente da UNE, objetivando enfatizar a relevância da cooperação latino-americana e, nesse sentido, também a importância do

¹⁰¹ Ribamar Alves deputado federal representante do estado do Maranhão, pelo PSB.

¹⁰² O discurso em questão foi proferido no dia 03 de maio de 2007, durante a sessão da Câmara dos Deputados de número:095.1.53.

¹⁰³ Vital do Rêgo Filho foi por dois mandatos Deputado Federal vinculado ao PMDB pelo estado da Paraíba, tornando-se senador a partir de 2011.

¹⁰⁴ O discurso foi proferido em 29 de agosto de 2007, durante a sessão 222.1.53.

Parlatino. Em seu apelo final, utilizando recursos retóricos quase passionais, o deputado falou diretamente a José Serra:

Governador, nas veias latino-americanas circula o sangue que oxigena a criação de nosso futuro no panorama das nações. Esvaí-lo sem rumo pelo continente, ameaçar a sua permanência, tal qual um nômade a pairar por aqui e por ali, buscando o ponto em que, definitivamente, seja, um dia, abrigado, não contribui para o porvir. (BRASIL, 2007b, p.43.623).

Por fim, destacamos o empenho final de Dr. Rosinha¹⁰⁵ e Eduardo Suplicy, que na época ocupavam, respectivamente, os cargos de deputado e senador. Ambos concentraram esforços para conseguir verba que mantivesse o Parlatino em São Paulo, uma vez que o governo estadual não mais o faria. Em vista da tramitação da Lei Orçamentária no Senado, esses parlamentares buscavam junto a esse órgão incluir a verba de 2,5 milhões anuais para o Parlatino, possibilitando que o mesmo continuasse fixado em sua sede em São Paulo. Sublinhamos que esse valor estabelecido correspondia à metade da quantia com a qual a entidade contava anteriormente. Mesmo assim, houve concordância que funcionasse com essa quantia menor, visto que a instituição buscava atenuar os transtornos que àquela altura eram inevitáveis. Negociar a permanência no prédio, ainda que dispendo de um orçamento menor para funcionar, significaria um fôlego para a instituição que poderia então ponderar melhor sobre seu destino no tocante à sede. Apesar da negociação, o Parlatino julgaria inviável a permanência no Brasil.

Os esforços para a permanência do Parlatino no Brasil foram em vão. De modo que ao fim de 2007 a instituição já se movimentava para encontrar um novo país no qual pudesse se estabelecer. Segundo um antigo membro do Parlatino, Humberto Pelaéz Gutierrez¹⁰⁶, em depoimento contido no livro *Parlamento Latino-Americano Memorias y Esperanzas* (1964-2014):

Cuando era inminente que la sede saliera de Sao Paulo y del Brasil, porque el gobernador del Estado ya no quería financiar la permanencia de la sede del Parlatino en la ciudad de Sao Paulo, y lo ofrecido por el Gobierno Federal (irnos a Brasilia) era inacceptable, el presidente del Parlatino, senador de Chile, Jorge Pizarro, me encomendó una misión «secreta»: viajar a Panamá para conversar con nuestros buenos amigos Elías Castillo, Jerry Wilson, Carlos «Titi» Alvarado, Pedro Miguel González y otros, y conseguir que nos ofrecieran tener la sede en este país, donde por gestión de los nombrados ya teníamos una subsede. Así se hizo, y por la respuesta

¹⁰⁵ Florisvaldo Fier é mais conhecido como Dr. Rosinha, foi eleito deputado federal em vários mandatos representando o estado do Paraná. Ele é um dos fundadores do PT, partido ao qual é vinculado até a atualidade.

¹⁰⁶ Gutierrez é político colombiano, exerceu por diversas vezes a função de deputado e senador em seu país. Como membro do Parlatino exerceu diversos cargos importantes, chegando a ocupar a presidência da instituição de 1988 a 1991.

afirmativa conseguida, se iniciaron las gestiones ante el Gobierno de Panamá con miras a ese objetivo. (PARLATINO, 2014a, p.175).

O retorno positivo manifestado prontamente pelo Panamá sinalizava para o fim das incertezas com relação ao local que abrigaria o Parlatino; a instituição vislumbrava a partir dali o início de uma nova fase em sua longa trajetória. Destacamos ainda:

[...] com o anúncio da saída da Sede do Brasil, vários países se ofereceram para sediar o organismo, tendo sido escolhido o Panamá como sede efetiva a partir de janeiro de 2008. Oficialmente, além do Panamá, também a Colômbia e a Nicarágua se candidataram para sediar, mas a Mesa Diretora decidiu, por unanimidade, pelas condições que apresentava o Panamá. (MERGULHÃO, 2014, p.70).

Mesmo assim, o processo de retirada da instituição de São Paulo contribuiu negativamente para as relações entre Parlatino e Brasil, devido a forma indelicada com que havia sido conduzido. Outros depoimentos contidos no livro do cinquentenário da instituição fazem referência ao episódio que marcou a saída da Parlatino de São Paulo. Elías Castillo¹⁰⁷, ex-presidente do Parlatino, ao narrar a busca da instituição por outro país que pudesse sediá-la, atribui a saída da sede anterior a “[...] problemas de interpretación que se confrontaba con el gobernador de São Paulo, Brasil [...]” (PARLATINO, 2014a, p.26). De forma mais resoluto, o ex-deputado brasileiro Ney Lopes,¹⁰⁸ que também presidira a instituição, declarou que a saída de São Paulo ocorreu devido a uma “[...] decisión tomada unilateralmente y sin diálogo por el entonces gobernador José Serra [...]” (PARLATINO, 2014a, p.196).

Em 2008, o Parlatino foi oficialmente transferido para a cidade do Panamá, estabelecido em dois prédios antigos destinados anteriormente a fuzileiros navais americanos. A entidade passou a funcionar logo no mês de janeiro. A permanência em território panamenho foi assegurada por lei nacional de dezembro de 2007. Há que salientar: anteriormente à legislação, já existia um acordo de sede entre Parlatino e Panamá desde agosto daquele mesmo ano (PARLATINO, 2014a, p.139). Tal questão foi explorada pelo político colombiano Humberto Pelaés Gutierrez¹⁰⁹ na obra *Parlamento Latino-Americano Memorias y Esperanzas: 1964-2004* (PARLATINO, 2014^a, p.173-176). Gutierrez, que

¹⁰⁷ Elías Ariel Castillo González é um político panamenho vinculado ao Partido Revolucionário Democrático, foi deputado em seu país em vários mandatos. No Parlatino por duas vezes presidente e reeleito para o terceiro mandato em 2017.

¹⁰⁸ Ney Lopes é um político brasileiro que foi eleito em vários mandatos para deputado federal, atualmente está vinculado ao PSD do Rio Grande do Norte, mas no passado esteve nos extintos partidos ARENA e PFL. Foi presidente do Parlatino de 2002 a 2006.

¹⁰⁹ Humberto Pelaés Gutierrez é um político colombiano, no Parlatino já exerceu cargos de presidente, diretor-geral e diretor-executivo. Gutierrez já esteve vinculado ao Partido Cambio Radical, mas atualmente se encontra no Partido Liberal da Colômbia.

ocupara cargos de presidente e secretário-geral no Parlatino, relatou que, em 2007, quando era secretário-executivo do organismo, partira em missão “secreta” ao Panamá para falar sobre o problema da sede a pedido de Jorge Pizarro, então presidente da entidade.

Segundo Gutierrez, àquela altura era iminente que a permanência em São Paulo seria findada; o pedido categórico do governador do Estado pela retirada da instituição gerou uma atmosfera de animosidade entre a instituição e o Brasil. Embora o Governo Federal tivesse oferecido espaço improvisado em algum prédio do governo em Brasília, a entidade estava inclinada a deixar o país, e para tanto, era preciso se apressar para encontrar uma nova casa. Em sua missão no Panamá, Gutierrez esteve reunido com políticos panamenhos, entre eles Ellias Castillo, que viria a ser presidente da instituição. Ao final dos encontros, foi oferecido ao Parlamento Latino-Americano que se estabelecesse no Panamá. Aprovou-se um acordo de sede entre as partes, conforme anteriormente mencionado; a confirmação oficial somente aconteceria através da lei que foi promulgada em dezembro.

As primeiras instalações disponibilizadas no Panamá eram, no entanto desconfortáveis e pouco adequadas para abrigar uma entidade como o Parlatino. Passou então a ser cogitada a construção de um prédio exclusivo, porém, naquele momento, não havia disponibilidade de verba para financiar a construção de um edifício. Em vista disso, recorreram à Assembleia Popular da China, que já há alguns anos tinha convênio firmado com o Parlatino. Após muitos trâmites, uma comissão esteve na China em julho de 2009, a convite do governo, e lá foi informada sobre a doação de quatro milhões de dólares destinados à construção da nova sede. O terreno foi doado pelo governo do Panamá. Oficialmente foi fixado que o novo edifício seria construído com orçamento de 6.265.000 dólares, sendo uma parte suprida pelo valor doado pela China e o restante proveniente de economias feitas durante os anos em que o Parlatino esteve sediado Brasil, totalizando 2.265.000 dólares (PARLATINO, 2009c, p.5). Contudo, de acordo com o depoimento anteriormente referido de Pelaéz Gutierrez (PARLATINO, 2014a, p.176) Equador, México e Panamá também contribuíram com uma grande ajuda financeira.

Em dezembro de 2009 realizou-se uma cerimônia para marcar o início da construção da nova casa do Parlamento Latino-Americano, na qual uma placa comemorativa foi apresentada com os seguintes dizeres:

Parlamento Latinoamericano: El día 3 de diciembre de 2009 fue colocada en Amador, Corregimiento de Ancón, en la Ciudad de Panamá, esta piedra conmemorativa del inicio de la construcción de la Sede Permanente del Parlamento Latinoamericano. Sen. JORGE PIZARRO Presidente. (PARLATINO, 2009c, p.7).

O prédio novo levou cerca de quatro anos para ficar pronto. No dia 18 de outubro de 2013 a nova sede do Parlatino foi inaugurada. Logo no primeiro dia de funcionamento o novo edifício recebeu dois eventos, a XXIX Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano e XXIII Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno (PARLATINO, 2013c, p.1).

2.4 A aproximação com o Governo da China

Conforme mencionado, quando a China forneceu o auxílio financeiro para a construção da nova sede do Parlatino no Panamá, já existia um acordo de cooperação firmado entre o país e a entidade. Mais especificamente desde 2004 foi firmada a parceria do Parlamento Latino-Americano com a Assembleia Popular da China. Nessa época, a instituição era presidida pelo deputado brasileiro Ney Lopes¹¹⁰. Sobre esse assunto e em reflexão sobre sua trajetória na instituição, Lopes declarou:

Considero que la mayor conquista durante mi presidencia en el Parlatino, es la cooperación con la Asamblea Nacional y el Gobierno de La República Popular China; iniciativa y trabajo que desarrollé paso a paso y con la ayuda de los compañeros del Parlamento (...) el 12 de marzo de 2004 firmé en nombre del Parlamento Latinoamericano el convenio de cooperación interinstitucional con el Comité Permanente de La Asamblea Popular Nacional de la República Popular China, través del cual ambos organismos acordaron colaborar en el campo parlamentario y realizar intercambios, visitas recíprocas, actividades y proyectos de interés común, tales como foros, seminarios, conferencias; y también intercambiar informaciones, conocimientos y experiencias, en materia de política y de programas, proyectos y actividades en todos los ámbitos relacionados con los objetivos de cooperación, desarrollo e integración. (PARLATINO, 2014a, p.194).

Segundo Ney Lopes, em 2002 no começo de seu mandato como presidente do Parlamento Latino-Americano, que foram realizados os primeiros movimentos de aproximação entre China e o organismo político em questão. A iniciativa teria partido do próprio Lopes que enviou um ofício para um embaixador chinês comunicando interesse por parte da entidade em estreitar relações com aquele país. Na mesma época, o parlamento de Taiwan havia solicitado enviar representantes como observadores para as atividades do Parlatino. Lopes assinalou que países da América Central apoiavam Taiwan, porém ele continuava — em detrimento desse último — a defender as parcerias com os chineses. No final daquele ano, em votação no Parlatino foi dado o aval para que a China se tornasse observador permanente da instituição. (PARLATINO, 2014a, p.195).

O documento que firmava tal decisão, no entanto foi assinado somente em 2004; tratava-se de um acordo de cooperação entre o Parlatino e a Assembleia Popular Nacional da República Popular China (PARLATINO, 2004, p1-2), órgão legislativo supremo representante do poder estatal do país. Na introdução do documento, a realização do acordo foi resumidamente justificada pelo propósito de fortalecer o intercâmbio e a cooperação entre

¹¹⁰ Na época em que presidiu o Parlatino, Ney Lopes era deputado federal representando o Estado do Rio Grande do Norte pelo antigo PFL. Ao longo de sua trajetória política Ney Lopes, esteve em partidos. considerados direitistas como ARENA, PDS e DEM, atualmente está filiado ao PSD.

os envolvidos, tornando oficiais os laços já estabelecidos entre ambos. Ademais, o convênio também visava impulsionar o desenvolvimento integral das relações entre a China e a América Latina (PARLATINO, 2004, p.1). A primeira das quatro cláusulas do acordo em questão firmava compromisso entre as partes em:

1. Colaborar entre sí en el campo parlamentario y llevar a cabo intercambios, visitas recíprocas y actividades y proyectos de cooperación que sean de interés común, tales como foros, seminarios, conferencias, etc.
2. Intercambiar informaciones, conocimientos y experiencias, en materia política y de programas, proyectos y actividades, en todos los ámbitos que tengan relación con los objetivos de cooperación, desarrollo e integración.
3. Otorgar a la otra Parte la exclusividad, o sea, reconociendo el Parlatino al Gobierno de la República Popular China como el único gobierno legítimo representante de toda China, y el Comité Permanente de la Asamblea Popular Nacional al Parlatino como el único representante de las organizaciones interparlamentarias de Latinoamérica.
4. Designar, por cada una de las partes, los respectivos enlaces de alto nivel para el seguimiento conjunto de programas de intercambio y cooperación. (PARLATINO, 2004, p.1).

Em síntese, as outras cláusulas versavam sobre o comprometimento da Assembleia Popular da China em incrementar a capacidade operativa do Parlatino, sempre que tais estivessem ao seu alcance, e sobre informativos das liberdades de ambas as partes em encerrar a parceria quando assim desejassem. Não foi estipulada validade para o acordo que se encontra em vigor até a atualidade (PARLATINO, 2004, p.1).

Após firmar a parceria, a primeira manifestação mais expressiva do Parlamento Latino-Americano aconteceu em maio de 2005, por ocasião da III Conferencia Interparlamentaria Latinoamericana de la Salud, sediada na capital de São Paulo. Entre os assuntos mais debatidos no evento esteve a Medicina Tradicional e Complementar (PARLATINO, 2014a, p.195), tema pelo qual se interessavam muitos países latino-americanos e sobre o qual a China em muito podia contribuir, em vista da já consolidada utilização na saúde pública da consagrada medicina tradicional chinesa. Após esse episódio de intercâmbio legislativo, tal tema permaneceu entre as pautas do Parlatino e em 2009 foi aprovada a *Lei Modelo sobre medicina Tradicional* (PARLATINO, 2009b), elaborada pela Comissão de Saúde da instituição, que versava sobre adoção nos sistemas públicos de saúde da medicina tradicional complementar, objetivando a diminuição de custos em consonância com métodos curativos eficientes.

Ainda em 2005 houve uma doação de material informático da China para o Parlatino (PARLATINO, 2009a, p.1). Entretanto, em 2009 ocorreu a maior comprovação de que o convênio entre os dois países fora fundamental; conforme anteriormente abordamos, somente

foi possível a construção da nova sede do Parlatino devido ao apoio dos chineses que doaram quatro milhões de dólares. Em 2009 uma comissão do Parlatino esteve em território chinês a convite do governo local. Sobre essa visita foi publicado um documento intitulado *Informe de la visita oficial de la Mesa Directiva del Parlamento Latinoamericano a la República Popular China* (PARLATINO, 2017b), cujo conteúdo primeiramente consistia em uma breve retrospectiva das relações entre ambos. Posteriormente, foram elaborados um relatório e reflexões quanto à visita, especificando o itinerário da mesa diretiva, bem como suas atividades, além de elogios à agenda escolhida pelo governo para a comissão do Parlatino na ocasião da visita. O documento foi finalizado com conclusões e agradecimentos que consideravam a visita como profícua e assinalavam a hospitalidade do governo e do povo chinês, elogiavam a forma de planejamento dos chineses e, por fim, houve retribuição do convite para 2010, tendo sido destacada a expectativa de que naquele ano a construção da nova sede do Parlatino estivesse em curso e que as previsões orçamentárias correspondentes ao referido ano já estariam sendo tomadas.

Assinala-se que, sobretudo a partir do século XIX, a China vem se empenhando para estreitar seus laços com a América Latina multilateralmente, de modo que estabelece relações em diversos âmbitos com países e instituições da região. Nesse sentido, é de suma importância frisar que a aproximação entre China e Parlatino faz parte de um esforço desse país, que tem como enfoque a América Latina em geral. A seguir buscaremos elucidar brevemente os laços sino-latino-americanos.

Os processos que culminam nas parcerias sino-latino-americanas vêm se tornando expressivos na trajetória atual das nações envolvidas. Em face disso, já se encontra disponível um número razoável de material bibliográfico sobre o assunto, desenvolvido principalmente por acadêmicos da Economia, Ciência Política e Relações Internacionais¹¹¹. A China inclusive

¹¹¹ Dentre a bibliografia mapeada sobre as relações sino latino-americanas destaca-se três materiais encomendados por instituições da região que reúnem artigos acadêmicos sobre o assunto em questão de áreas como ciências políticas, sociais, econômicas e relações internacionais. São eles: *El impacto de China en América Latina: Comercio e Inversiones (2015)* do Banco de Desenvolvimento Latino-Americano, organizado por Sória e García, respectivamente secretário General da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais com formação em relações internacionais e Profa. da Universidade do Chile no instituto de estudos internacionais; A Cepal possui uma publicação com o título de *Relaciones económicas entre América Latina y el Caribe y China: oportunidades y desafíos(2016)*, essa obra foi organizada por Sebastián Herreros, mestre em política internacional e Oficial de Assuntos Econômicos da Unidade de Integração Econômica da Divisão de Comércio Internacional e Integração da Cepal. Por último a obra; *China en América Latina y el Caribe: Escenarios estratégicos subregionales (2012)* da série RedMercosur, organizada por Gustavo Bittencourt, professor de economia da Universidade da República do Uruguai. Outro material bibliográfico relevante é a obra “*O que a China quer*, organizada por Matias Spektor, que não aborda diretamente as relações sino latino-americanas especificamente, mas contém trechos a respeito visto apresenta um exame da ascensão chinesa e as mudanças

já publicou dois Livros Brancos¹¹², documentos que tratam das políticas chinesas para a América Latina e Caribe, o primeiro em 2008¹¹³ e o segundo em 2016. No primeiro documento, a China sinaliza o interesse na América Latina por ser uma região em desenvolvimento que dispõe de grande riqueza em matérias-primas, em especial, fontes energéticas. Ambos os documentos apresentam um leque de possibilidades para cooperação sino-latino-americana que vai muito além do âmbito econômico: cultura, sociedade, segurança, saúde são apenas alguns dos campos. O segundo traz como destaque o acordo de cooperação entre China e CELAC.

Observa-se que para os países latino-americanos estabelecer ligações com a China avulta como um fator vantajoso, devido ao potencial desse país como parceiro comercial e econômico, uma vez que:

En los últimos años, China se convierte en un motor importante para el crecimiento económico de América Latina, que ve a China como un mercado de gran potencialidad, con una amplia perspectiva para su exportación, y deposita gran expectativa en la capacidad china de inversión externa y en la cooperación tecnológica. La CEPAL considera a la economía china como el mayor motor del crecimiento económico mundial y un mercado potencial para la exportación latinoamericana. (XIAOPING, 2015, p.54).

Em contrapartida, também existem motivos razoáveis para que a China invista na região e, em síntese, o interesse chinês pela América Latina parte:

[...] primeiramente, de uma dimensão política, no intuito de reduzir as bases de apoio a Taiwan no cenário internacional, devido ao elevado número de países na região que reconheciam Taiwan. Posteriormente, associou-se uma dimensão econômica, com a crescente necessidade de procura de novos mercados para exportar os seus produtos manufaturados, e, para adquirir matérias-primas e *commodities* necessárias para continuar o seu crescimento, em particular, fontes energéticas. (RODRIGUEZ, 2016, p.5).

Efetivamente, para além dos motivos econômicos, a China possui motivos políticos para buscar parcerias em território latino-americano; tal como veremos adiante as relações exteriores vem se estabelecendo como tema da maior importância para o país nas últimas

políticas, inclusive da política externa, decorrentes da mesma. Existe ainda uma tese de mestrado intitulada *A complexa influência Chinesa na América Latina: desafios e oportunidades para a região*, de Ivana Rodríguez que esteve vinculada à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

¹¹² Livros Brancos são documentos oficiais e públicos que expõem a visão do governo sobre um determinado tema a ser apresentado à comunidade nacional e internacional.

¹¹³ Sobre os objetivos desse documento foi definido no conteúdo do mesmo que “La elaboración por parte del Gobierno chino del Documento sobre la Política hacia América Latina y el Caribe tiene como propósito manifestar con mayor claridad los objetivos de la política china hacia la región, plantear los principios rectores de la cooperación en las diversas áreas durante un determinado período del futuro y promover el continuo desarrollo sano, estable e integral de las relaciones sino-latinoamericanas y sino-caribeñas.” Texto na íntegra disponível em: < <http://www.fmprc.gov.cn/esp/zxxx/t521035.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

décadas. Ao longo do século XXI, a China vem se consolidando como grande potência mundial. Para se efetivar nesse posto, necessita construir uma boa imagem perante o cenário internacional, de modo que, enquanto grande potência, não seja percebida como ameaça, mas como parceiro confiável.

A postura desse país no passado, mais especificamente durante a Guerra Fria, culminou para que se estabelecesse certo consenso de desconfiança com relação ao seu comportamento na nova ordem mundial capitalista. Sobre o passado da China em perspectiva internacional, Rosemary Foot afiança:

[...] nos anos 1950 e 1960, o comportamento chinês tendeu a ser predominantemente interpretado como reflexo do desejo de articular novas concepções de sociedade internacional e não como uma tentativa de entrar no clube das grandes potências. Sua diplomacia tradicional foi insuficiente para acabar com a imagem da China como o mais radical dos países revolucionários. Foi nos anos 1970 e 1980 que a China passaria a ser vista mais como “mantenedora” ou “exploradora” do sistema do que como “opositora”. (FOOT, 2010a, p.12-13).

A manutenção, mesmo que em tese, da liderança do Partido Comunista, bem como a oposição hostil a Taiwan, são aspectos que reforçam a insegurança quanto à credibilidade da China atualmente. Nesse sentido, destaca-se que a América Latina não constitui a única região com a qual Pequim tem buscado aproximação; há um esforço sistemático no sentido de conquistar parcerias por todo o globo. A China tem investido em melhorar sua reputação; os laços com outros países são essenciais para sua perspectivação como Grande Potência Mundial, bem como para obter reconhecimento tão necessário para que não haja o fortalecimento de Taiwan.

A investigadora Isabel Rodríguez Aranda¹¹⁴ (2015, p.357) aponta que na busca por melhorar a reputação da China, Hu Jintao - presidente entre 2003 e 2013 - elaborou uma teoria de desenvolvimento harmonioso que guia as relações internacionais do país até hoje; tais aspectos em muito explicam a forma como a China se relaciona com a América Latina desde meados de 2005. Dentre os elementos destacados está a ascensão pacífica sem agressões ou guerras; uma política pragmática que respeite a diversidade política dos outros países; a cooperação e coordenação voltada para uma perspectiva multilateral em um sistema multipolar que possui várias potências heterogêneas.

Há que salientar a existência de uma base diplomática como elemento complementar, porém imprescindível para o sucesso da aproximação da China com outros países, inclusive

¹¹⁴ Isabel Rodriguez Aranda é PhD. em Ciencia Política e Sociologia e investigadora associada ao Centro de Estudos Internacionais da Universidad del Desarrollo, localizada no Chile.

os latino-americanos. Efetivamente, o âmbito político-econômico é cerne do intento chinês em estabelecer laços com outros países; para tanto, a diplomacia é um fator chave, através dela o país busca se apresentar como Grande Potência sim, porém uma Grande Potência cordial, pacífica, passível de diálogo e aproximação e, acima de tudo, confiável (BRESLIN, 2010, p.27).

Políticos chineses percebem que a retórica (e, às vezes, a atitude) oficial reforçou visões do país como uma potência revisionista e alimentou preocupações existentes sobre as conseqüências da ascensão chinesa. [...] A tarefa, então era caracterizar a China como uma “grande potência responsável” [...] que não ameaça os interesses dos demais, não desafia a ordem global existente e provê uma oportunidade para contínua prosperidade econômica regional (e de fato global) [...] (BRESLIN, 2010, p.27).

Em vista disso, observa-se que dentre as principais estratégias da política internacional chinesa está a Diplomacia Pública¹¹⁵ (RODRÍGUEZ ARANDA, 2015, p.350). Segundo Breslin (2010, p.28), a diplomacia pública:

É um projeto organizado – o que Kurlantzick¹¹⁶ e outros chamam de “ofensiva do charme” – que busca estabelecer uma imagem favorável da China. Nisso se inclui a promoção de um novo grupo de diplomatas, particularmente em posições dentro da região, que conhecem a língua e a cultura de seus anfitriões e que têm a tarefa de estabelecer essa nova imagem nas suas interações com o povo local.

Observa-se ainda outros esforços da China para aproximação com outros países; destacaremos alguns relativos à América Latina, nosso enfoque de pesquisa. Meios de comunicação chineses estabelecidos nos países latino-americanos constituem uma forma de difundir a influência que o país vem capitalizando na região¹¹⁷. Por outro lado, instituições objetivam os estudos sobre a América Latina, que em número expressivo vêm sendo estabelecidos na China ao longo do século XXI¹¹⁸. Por fim, destacamos “[...] que China mira

¹¹⁵Em 2004 foi criada no Departamento de Informação do Ministério de Relações Exteriores a “Divisão para Diplomacia Pública” e em 2010 foi criado o primeiro centro de investigação dedicado ao estudo da diplomacia pública na Universidade de Estudos Internacionais de Pequim, os estudos desenvolvidos nesse centro serve de apoio para o governo desde então. (RODRÍGUEZ ARANDA, 2015, p.350).

¹¹⁶Joshua Kurlantzick é pesquisador como foco em política do Sudeste Asiático do Conselho de Relações Internacionais com sede nos Estados Unidos.

¹¹⁷ “El gigante asiático ha ampliado su influencia en la región de igual forma a través de sus medios de comunicación, principalmente a partir del trabajo del canal de televisión CCTV, la agencia de noticias Xinhua, el Diario del Pueblo y otros medios chinos que tienen hace años filiales con muchos países latinoamericanos. Se han desarrollado además importantes avances a nivel de “paradiplomacia” sino-latinoamericana, con el hermanamiento de ciudades y/o provincias entre China y la región [...]” (RODRÍGUEZ ARANDA, 2015, p.351).

¹¹⁸ “[...] se destaca el establecimiento de cada vez más instituciones en China con el objetivo de estudiar América Latina, especialmente el Instituto de América Latina de la Academia China de Ciencias Sociales (CASS), y el Instituto de Estudios de América Latina del Instituto de Relaciones Internacionales Contemporáneas (CICIR), dando cuenta de su interés por mejorar las relaciones sino-latinoamericanas a través de una mayor comprensión mutua.” (RODRÍGUEZ ARANDA, 2015, p.351).

nuestras instituciones y nuestros procesos de integración, y participa de ellos como miembro observador en su mayoría. (RODRÍGUEZ ARANDA, 2015, p.351). Esse interesse foi ressaltado no primeiro Livro Branco da China para América Latina de 2008:

El Gobierno chino aprecia el papel relevante que desempeñan las organizaciones regionales y subregionales de América Latina y el Caribe en la salvaguardia de la paz y la estabilidad regionales y la promoción de la unidad y el desarrollo así como la integración de la región y las apoya a que pongan en juego su positiva influencia en los asuntos regionales e internacionales. (GOVERNO CHINÉS, 2008, S/P).

De fato, esse aspecto das inclinações da política externa China vem se concretizando; abaixo alguns exemplos de entidades regionais às quais o país se associou:

O papel da China na América Latina foi bastante limitado no passado. (...) No entanto, na última década isso mudou drasticamente e a China agora tem uma presença significativa na América Latina. O comércio, o investimento e a ajuda à região aumentaram exponencialmente. [...] A China também se aproximou de várias instituições regionais importantes para a América Latina. Em 2004, a China tornou-se observadora permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Parlamento Latino-Americano (PARLATINO). Em 2008, a China se juntou ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Banco do Desenvolvimento Caribenho (CDB). A China também estabeleceu relações formais com três blocos comerciais sub-regionais - o MERCOSUL, a Comunidade dos Andes e a Comunidade do Caribe (CARICOM) - e tornou-se membro do Fórum para a Cooperação da Ásia Oriental e América Latina. (ADAMS, 2015, p.180¹¹⁹).

Foi justamente através desse grande projeto chinês para as relações externas, que ensejou a aproximação entre nosso objeto de pesquisa e o país em questão. Na qualidade de observadores, os representantes chineses têm buscado projetar essa imagem pacífica e cordial de seu país, postura que se mantém coerente com as estratégias para as relações exteriores, brevemente assinaladas nos parágrafos anteriores. Na XXI Assembleia Ordinária do Parlatino, que aconteceu em 2005, em sua primeira sede em São Paulo, compareceram alguns representantes da China e o discurso de Wang Yulong, que na época era uma autoridade da

¹¹⁹ Tradução nossa do original “China’s role in Latin America was fairly limited in the past. [...] However, over the past decade this has changed dramatically and China now has a significant presence in Latin America. Trade, investment, and aid to the región have all increased exponentially. [...] China also joined various regional institutions important to Latin America. In 2004 China became a permanent observer to the Organization of American States (OAS) and the Latin American Parliament (PARLATINO). In 2008 China joined both the Inter-American Development Bank (IDB) and the Caribben Debelopment Bank (CDB). China also established formal relations with three sub-regional trading blocs—MERCOSUR, the Anden Community, and the Caribben Community (CARICOM)—and became a member of the Forum for East Asia-Latin American Cooperation.” (ADAMS, 2015, p.180)

Assembleia Popular da China¹²⁰, foi assinalado na ata do evento; segundo o documento Yulong:

[...] Se refirió a la importancia que tiene el Parlatino para la conformación y desarrollo de la agenda internacional y regional y a la trascendencia del Acuerdo entre los dos organismos, pues ello fortalece las relaciones de amistad y cooperación entre China y América Latina. Señaló que su país y nuestra región persiguen los mismos objetivos y enfrentan problemas similares. China trabaja esencialmente por la paz, la prosperidad y el desarrollo del mundo. Anotó que la cuestión de Taiwán es un asunto interno del pueblo chino y que será resuelto por vías pacíficas. Finalmente hizo una invitación a los presentes para que visiten a la República Popular China, inclusive aquellos que pertenecen a países con los que no existen relaciones diplomáticas, con el fin de fortalecer los lazos de amistad en función del bienestar de sus pueblos. (PARLATINO, 2005, p.3).

A partir da última verificação de documentos antes do encerramento deste trabalho, constatamos que persiste a aproximação entre China e Parlatino. Na última Assembleia Ordinária da instituição, realizada em junho de 2017, seis observadores parlamentares da China estiveram presentes (PARLATINO, 2017a, p.1), também se fez presente o vice-presidente do país, Cao Weizho (PARLATINO, 2017d, p.12). Em discurso, reafirmaram o interesse em manter a parceria, exaltando sua proficuidade, e a bandeira do país ficou hasteada por três dias no Parlatino. A última atividade do ano entre a entidade e o país aconteceu em 15 de dezembro de 2017 (PARLATINO, 2017b, s/p), quando o embaixador da China no Panamá visitou a sede do organismo e as duas partes reiteraram as relações já consolidadas entre ambas, bem como sua relevância.

Em vista das reflexões realizadas sobre como Pequim tem conduzido as relações exteriores, bem como os elementos que expressam a parceria entre Parlatino e China, observa-se que se trata de uma parceria profícua. O organismo político em questão encontrou na China um importante entusiasta e investidor. Quando a instituição perdeu sua sede e, ainda que tenha encontrado um país disposto a abrigá-la, não dispunha de verba para construção de uma nova - efetivamente um dos momentos mais críticos da trajetória da instituição - a China apoiou o Parlatino. A grande quantia doada pelo país foi decisiva para que fosse construído o novo prédio, o que indica que em pouco tempo de parceria a China já deixava sua marca na história da instituição. Tal questão remete diretamente à imagem que a China se empenha para construir de si mesma, conforme foi anteriormente discutido: a impressão de um país amistoso e benévolo.

¹²⁰ Na época em que se realizou a XXI Assembleia do Parlatino, Wang Yulong era membro do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da China e Subsecretario Geral do Comité Permanente da APN da China. (PARLATINO, 2005, p.6).

A China identificou no Parlamento Latino-Americano uma importante base a ser estabelecida. O pouco prestígio internacional desse organismo político não foi impedimento para tal; é possível que justamente seu caráter modesto tenha sido um fomento, em razão da facilidade razoável de aproximação. Ademais, trata-se do mais antigo entre os parlamentos regionais da América Latina, além de reunir o número significativo de 23 países membros, via dos quais a China, através dessa instituição, encontra uma possibilidade de se aproximar dos demais do continente.

Para além disso, o Parlatino constitui um importante fórum de debates da região; tal como foi sublinhado em capítulos anteriores, nele se manifesta a diversidade política da América Latina. Ademais, os estudos realizados pelas comissões do Parlatino sobre a região para produção de Leis Modelo envolvem a identificação e reflexão de múltiplos elementos da realidade latino-americana atual. Na qualidade de país observador e parceira, a China pode acessar tais discussões e então se inteirar das principais demandas da região, bem como das reflexões a respeito das mesmas elaboradas por aqueles que desempenham o papel de legisladores.

2.5 As relações com a CELAC

Ao longo de sua trajetória o Parlatino firmou muitas parcerias com entidades e países, dentre as mais profícuas destacamos o convênio com a Assembleia Popular da China, firmado em 2004. Sete anos mais tarde, o organismo se via novamente empenhado em esforços para lograr outra parceria fulcral. Desde 2011, o Parlatino se empenha em estreitar relações com a então recém-fundada Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), declaradamente objetivando tornar-se órgão legislativo dessa instância.

Tal intento foi formalizado através de um documento intitulado *Propuesta del Parlamento Latinoamericano para ser considerada en la Cumbre de Jefes de Estado y Gobierno de América Latina y Caribe a efectuarse en la República Bolivariana de Venezuela* (PARLATINO, 2011a, p1-6). Esse registro foi redigido em 2011, em vista da criação da CELAC, que seria ratificada num evento em Caracas, em dezembro daquele ano. No texto, o Parlatino apresenta aos chefes de Estado da região sua proposta para que seja considerado como parte dos organismos que comporiam a CELAC. Para tanto, se compromete a realizar todas as adaptações necessárias para atuar em conformidade com essa nova instância, o que inclui, por exemplo, a alteração de suas bases legais e adequações de suas comissões e eventos para atender à agenda da CELAC. Durante a XXVIII Assembleia Ordinária do

Parlamento Latino-Americano e Caribenho, em 2012, Ellias Castillo, então presidente da instituição, reiterou a intenção do Parlatino em se tornar entidade legislativa da CELAC. Castillo defendeu a competência ímpar do organismo para exercer tal posto, argumentando seu discurso com base na exaltação da longa trajetória histórica do Parlatino.

Durante toda sua existência, o Parlatino atuou de forma independente, não estando vinculado à organização econômica regional alguma. Destaca-se que os demais parlamentos regionais existentes na América Latina são conectados a uma entidade maior de integração, visto que a função parlamentar deve se restringir ao âmbito legislativo. Por exemplo, o Parlandino é um órgão ligado à Comunidade Andina; o Parlasul, por sua vez, está vinculado ao MERCOSUL. O próprio Parlamento Europeu, que foi a primeira entidade parlamentar de âmbito regional e serviu de exemplo aos demais, está vinculado à União Europeia. Nesse sentido, assinala-se que o Parlatino é uma exceção ao formato dos demais parlamentos regionais existentes.

No artigo *Parlamentos Regionais na América Latina em estudo comparado*, Bressan, Mariano e Luciano (2015, p.13) ressaltam sobre o Parlatino que “Sua criação foi contemporânea à ALALC (Associação Latino Americana de Livre Comércio) e pretendia ser uma instância política de acompanhamento dessa experiência, mas isso nunca se concretizou”. De fato, a trajetória inicial do organismo político em questão foi tumultuada pelos regimes militares estabelecidos em muitos países e isso prejudicou os possíveis avanços institucionais que culminariam no estabelecimento de vínculo com ALALC. Posteriormente, na década de 1980, a forma escolhida pela entidade para consolidação institucional formal foi um tratado internacional.

Em face disso, assinala-se o modelo de atuação independente do Parlatino como uma peculiaridade que “[...] denota a fragilidade e dificuldade na aplicação de suas decisões e desenvolvimento de suas atividades.” (BRESSAN; LUCIANO; MARIANO, 2015, p.13). Seguramente essas limitações atribuídas ao seu formato de atuação foram fatores determinantes para que o organismo decidisse se reinventar e, para tanto, iniciado esforços para se incorporar à jovem CELAC. Devido ao caráter significativo da transformação para a qual o Parlatino se encaminha, a seguir buscaremos realizar uma breve apresentação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, para melhor compreender os novos rumos que nosso objeto de pesquisa intenta seguir.

A criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos foi determinada pelo *Tratado de Cancún* (CELAC, 2010, p.1-12), redigido em fevereiro de 2010,

como desdobramento das discussões realizadas no evento intitulado *Cúpula da Unidade*¹²¹, convocado pelo Grupo do Rio e pela Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC). A reunião aconteceu entre os dias 22 e 23 daquele mês e ano, na Riviera Maya, México. Segundo o site oficial do Itamaraty:

No evento, foi aprovada a ideia de reunir progressivamente o Grupo do Rio e a CALC no marco de um único foro, intitulado Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Com a Cúpula de Caracas, em dezembro de 2011, deu-se início ao funcionamento da CELAC. (ITAMARATY, 2016, não paginado).

Em face disso, assinala-se que a criação da CELAC foi fruto da convergência de duas organizações integracionistas que já existiam, sendo o Grupo do Rio o mais antigo, a CALC mais recente, tendo sua primeira edição em 2008. O trecho a seguir traz uma apresentação resumida de ambos:

[...] Grupo do Rio foi criado em 1986, na cidade do mesmo nome, por representantes de oito países – Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela. Atualmente o Grupo do Rio está integrado por 23 países e um representante do Caribe Oriental. Paralelamente, a CALC foi criada na cimeira de Costa de Sauipe, em 2008. Em ambos os casos, trata-se de conclave que permitem aos países, povos e blocos sub-regionais abordar assuntos de interesse comum [...] Parece interessante destacar que uma das mais importantes virtudes do Grupo do Rio é sua abrangência. Observe-se que se trata do único foro político-diplomático que reúne, em princípio, a todos os 33 Estados que integram a “nossa América.”. (AVILA, 2010, p.1)

Em dezembro de 2011 a fundação da CELAC foi efetivada por ocasião do III CALC e através da *Declaração de Caracas* (CELAC, 2011, s/p). A primeira cúpula da organização se realizou em 2013, em Santiago do Chile. Atualmente a CELAC reúne o expressivo número de 33 Estados Latino-Americanos. De acordo com as análises de José Antonio Sanahuja:¹²²

La relevancia de CELAC radica, en primer lugar, en su alcance regional, como entidad que agrupa al conjunto de América Latina y el Caribe, con la intención declarada de actuar como marco común de concertación y cooperación de los distintos países y agrupamientos subregionales en los que se organiza América Latina y el Caribe, tratando de formular acuerdos y estrategias comunes hasta donde lo permita la pluralidad de visiones y estrategias políticas, económicas y sociales que hoy coexisten en la región. De ahí el lema “unidad en la diversidad”, elegido por los líderes para expresar qué representa la CELAC. (SANAHUJA, 2014, p.93).

¹²¹ Concomitantemente à Cúpula da Unidade acontecia outros dois eventos. Foram eles a II edição da Cúpula da América Latina e o Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, da CALC de a XXI Cúpula do Grupo do Rio

¹²² José Antonio Sanahuja Perales é graduado em História e PhD em Relações internacionais, atualmente trabalha como professor e diretor do departamento de Estudos Internacionais da Universidade Complutense de Madrid.

Sanahuja (2014) assinala ainda que o fator diversidade como princípio fundamental da CELAC encontra sua expressão plena no caso de Cuba. Em 2013 o país assumiu a presidência temporária da CELAC. Em 2014, a II Cúpula da entidade foi sediada em Havana, o que não afetou a adesão ao evento, visto que trinta dos trinta e três países membros compareceram. Em face disso, o autor considera que a criação dessa nova instância integracionista constitui um marco do retorno cubano aos fóruns regionais, fator que, por sua vez, demonstra autonomia da entidade com relação aos Estados Unidos.

A proximidade amistosa com relação a Cuba também é uma característica do Parlatino, que admitiu o país como seu membro em 1985 (PARLATINO, 2014a, p.174). Desde então, esse organismo político se posiciona declaradamente contra as políticas restritivas dos Estados Unidos contra a ilha. A última manifestação da instituição a esse respeito aconteceu em 23 de junho 2017, por meio de um documento: *Resolución Sobre el Recrudescimiento del Bloqueo Estadounidense Contra Cuba* (PARLATINO, 2017c, p.1-2) que rechaça o bloqueio comercial, econômico e financeiro imposto pelos Estados Unidos, em vista dos últimos anúncios do Governo Trump que prometem enrijecer as barreiras a Cuba. O Parlatino considera o posicionamento do presidente um retrocesso, visto que vai na contramão daquele que vinha sendo desenvolvido pelo governo Obama; nesse sentido, ainda que muito timidamente, estava inclinado para o afrouxamento do isolamento imposto a Cuba. Documento rechaçante semelhante intitulado *Declaración Especial 8: sobre la necesidad de poner fin al bloqueo económico, comercial y financiero de los Estados Unidos de América contra Cuba* (CELAC, 2017, p.1-2) também foi produzido pela CELAC, em sua última reunião realizada em 2017, em Punta Cana.

Outra característica comum entre o Parlatino e a CELAC consiste no estabelecimento de significativas parcerias com a China. Desde 2004, o Parlatino mantém um profícuo vínculo com a Assembleia Popular Nacional da China - conforme ressaltamos neste trabalho, cuja expressão máxima foi o financiamento da sede do organismo no Panamá. No caso da CELAC, o convênio foi primeiramente efetuado através da criação do Fórum China-CELAC, o mesmo se reuniu pela primeira vez em 2015 em Pequim e por ocasião do evento foi assinado pelas duas partes o Plano de Cooperação 2015-2019.

A Comunidade dos Estados Americanos e Caribenhos, tal como o Parlatino, consiste num esforço integracionista de abrangência ampla. Tal fator deve ser enfatizado, visto que existem outras organizações de mesmo cunho, mas que, no entanto, possuem enfoque microrregional; a exemplo disso estão as entidades de integração exclusivas para países sul-

americanos, andinos e caribenhos. Constitui uma postura coerente do Parlatino buscar fundir-se a uma organização integracionista que também está voltada para toda a América Latina.

Quando finalmente pôde iniciar os esforços de institucionalização no período das redemocratizações no fim dos anos 1980, possivelmente o Parlatino não encontrou organização integracionista alguma que considerasse suficientemente compatível com seu formato. Essa é uma hipótese para que esse parlamento regional tenha optado por permanecer independente. Destaca-se que se o Parlatino de fato pretendia se fundir à antiga ALALC, conforme defendem Bressan, Matiano e Luciano (2015, p.13), a possibilidade foi descartada, em vista da baixa adesão que essa associação possuía e ainda possui, agora sob a denominação de ALADI. Apesar da atuação pouco expressiva, o Parlatino gradualmente contou com número significativo de países membros, número esse que somente é inferior ao da CELAC, que mantém vínculo com 33 nações.

Ao optar pela CELAC, o Parlatino também demonstra acreditar na compatibilidade em relação a ela. Nos parágrafos anteriores, pudemos confirmar tal questão com alguns exemplos de afinidade entre as duas entidades. Contraditoriamente, o Parlatino constitui uma das entidades integracionistas mais antigas da região, ao passo que a CELAC está entre as mais recentemente criadas. Essa peculiaridade pode significar um fator positivo, visto que é vantajoso para a jovem organização dispor de um órgão legislativo que possui lugar proeminente, experiência de atuação, bem como uma estrutura de funcionamento já consolidada, além de comprometida a realizar qualquer adaptação necessária para se viabilizar amplamente. Por sua vez, a CELAC consiste num meio viável para que o Parlatino adeque sua estrutura àquela comum aos demais parlamentos regionais; deixando de ser independente, o organismo encontra nesse convênio uma possibilidade de renovação e da tão almejada visibilidade. Assinalamos que ao buscar se incorporar à CELAC, o Parlatino efetivamente reconhece que o modelo independente não obteve sucesso e assume a necessidade de transformação de sua estrutura.

Contudo, cumpre lembrar que a CELAC é uma entidade ainda em construção e esse fator deve ser considerado nas reflexões prognósticas quanto à proficuidade da incorporação do Parlatino a essa entidade. Sanahuja aponta, em perspectiva prognóstica, que a consolidação de sua viabilidade, relevância, efetividade e legitimidade vai depender, entre outras variáveis:

[...] de su capacidad de conformar un espacio político compartido y generar los incentivos antes descritos para todos los países, de forma que sean compatibles con los intereses y objetivos de las potencias regionales, como México y Brasil (...) resolviendo adecuadamente los problemas derivados de sus importantes asimetrías internas y las inquietudes de otros países respecto

esos liderazgos. Pero el desafío más importante radica, posiblemente, en la capacidad (...) de CELAC para facilitar la concertación de políticas y la gestación de consensos regionales, dotar a cada uno de sus agrupamientos de la condición de actores internacionales (actorness) de cara a socios externos y a los foros multilaterales, y al tiempo contar con la flexibilidad necesaria para acomodar la diversidad y heterogeneidad existentes en la región, y en particular las estrategias de inserción internacional de hub and spoke de los países de la Alianza del Pacífico, así como los que integran Mercosur u otros esquemas “post-liberales” como ALBA-TCP. (SANAHUJA, 2014, p.100-101).

Até a finalização deste trabalho não houve nenhuma atualização sobre a incorporação do Parlatino como braço legislativo da CELAC; tal questão segue habitando o campo das expectativas. Ademais, o Parlatino continua firmando parceria com diversas entidades e países, no entanto nenhuma efetivamente significativa e/ou dotada de potencial transformador para o organismo político em questão.

2.6 A mudança de nome e outras novidades

Desde o início do século XXI, o Parlatino passou por reviravoltas significativas. O pedido de reintegração de posse da sede que ocupava em São Paulo, a mudança às pressas para o Panamá, a inauguração da sede nova. A antiga instituição, apesar de suas limitações, não apresentou indicativos de paralisação ou diminuição de sua atividade, longe disso, sinaliza estar sempre disposta a renovações e transformações. Tais aspectos se confirmam primordialmente a partir de sua proposta para se tornar braço legislativo da CELAC, conforme foi discutido anteriormente. O organismo conta ainda com outras novidades significativas que cumpre assinalar.

Em 2014, ano de aniversário da instituição, foi criada a *Parlatino Web TV*¹²³. Esse mecanismo online promove a transmissão ao vivo de eventos diversos do organismo, tais como assembleias e reuniões, além de notícias e debates relacionados às atividades e áreas de interesse da instituição. Todo conteúdo exibido fica arquivado no endereço eletrônico destinado exclusivamente a esse recurso de mídia. É louvável que a instituição invista no incremento de seu aparato midiático, visto que ainda carece de visibilidade e popularidade. Além disso, esses registros constituem uma nova forma de documentação da história do Parlatino.

Na XXXI Assembleia Ordinária de 2015, outras novidades de suma relevância foram definidas, a começar pelo próprio nome do organismo, que foi alterado para Parlamento

¹²³ A Parlatino Web Tv conta com endereço eletrônico próprio, qual seja: <http://www.parlatinotvonline.tv/es/>

Latino-Americano e Caribenho. Nenhuma justificativa foi apresentada para tal nos documentos disponíveis online, incluindo a ata da assembleia na qual a mudança nominal foi anunciada. Em face disso, nos cabe tão somente fornecer explicações de âmbito hipotético para tal, ainda que embasadas em considerações consistentes.

Primeiramente, destacamos alguns países da região mais amplamente considerados como Caribe já fazem parte do Parlatino¹²⁴, são eles Aruba, Cuba, Curaçau, República Dominicana e São Martinho; nesse sentido, presumivelmente, a adoção do novo nome visa tornar a denominação do organismo mais coerente com sua realidade de membros, questão que pode ter partido tanto de avaliações internas gerais ou reivindicações desses países que se consideram caribenhos. Observa-se que, acompanhando a maior abrangência territorial expressa pelo nome atualizado da instituição, houve inserção de mais idiomas dentre os oficiais¹²⁵. Essa instância antes composta pelo português e o espanhol foi complementada com francês e inglês, línguas que estão entre as oficiais de alguns países caribenhos membros da instituição. Ademais, sublinha-se que essas últimas e substanciais transformações do Parlatino possivelmente denotam uma sinalização da abertura e interesse desse organismo com relação à adesão de outros países caribenhos.

Ao incluir a dimensão caribenha, o nome da instituição passou a abrigar em si duas denominações bastante complexas. Conforme discutido no início deste trabalho, a América Latina trata-se de um conceito, cujos significados tornam-se passíveis de serem perscrutados a depender da disponibilidade em aprofundar na sua longa trajetória histórica. Nesse sentido, o que foi empreendido aqui a esse respeito tratou-se apenas de um exame breve para que fosse atestado nosso posicionamento quanto à viabilidade desse conceito. Não menos labiríntico é o itinerário da enunciação Caribe; contudo sua complexidade não nos levou a cogitar que a possível inviabilidade ou fragilidade desse conceito interferisse diretamente no sucesso ou fracasso do organismo político em questão, pois a denominação só foi adicionada à instituição após a mesma já estar consolidada. Ademais, essa denominação abarca apenas alguns países que compõem o Parlatino, que por vezes também são considerados, *grosso modo*, latino-americanos, ainda que não compartilhem da herança linguística e colonial ibérica. Por esses motivos, não empreendemos aqui analisar o conceito de Caribe tal como fizemos como o de

¹²⁴ Visto que a definição de quais países fazem do Caribe não é consenso, a listagem que fornecemos no texto segue a concepção do próprio Parlatino obtida no seu endereço eletrônico. Nele, os países membros são apresentados, divididos em três categorias: América Central, Caribe e América do Sul. Disponível em: <<http://parlatino.org/informacion-paises-miembros/#>>. Acesso em 10 Jan. 2018.

¹²⁵ Essa alteração, tal como a mudança de nome da instituição, foi anunciada na ata da XXXI Assembleia do Parlatino. (PARLATINO, 2015b, p.1-34).

América Latina, porém, para nos situar frente a essa nova dimensão enunciativa de nosso objeto de pesquisa, considerando a necessidade de defini-la, apresentaremos brevemente algumas considerações sobre o conceito de Caribe.

Em perspectiva etimológica, o historiador porto-riquenho Antonio Gaztambide Géigel assinala que a utilização do termo em questão remonta aos tempos da chegada de Cristovão Colombo ao Novo Mundo. Por volta de 1492, nos escritos do navegador genovês, indígenas foram mencionados como canibais ou caribes. Os mesmos habitavam, entre outras regiões, as Antilhas Menores, tal como são conhecidas recentemente.

Hoy vemos que, comenzando con el propio Colón, los europeos bautizaron «caribes» a los aborígenes que resistieron la conquista de sus tierras ancestrales en las Antillas. Luego les sumaron otros amerindios a quienes querían “rescatar para la evangelización”, léase esclavizar en sus minas, pesquerías de perlas y siembras. Al redefinir el término, los españoles mezclaron mitos americanos y europeos con algo de realidad. (GÉISEL-GAZTAMBIDE, 1996, p.77).

Desde então, considerando essa primeira etapa como a gênese da palavra - ao menos em perspectiva documental - a enunciação percorreu outros âmbitos. Já no século XIX, quando mares, golfos e oceanos passaram por um processo de nomeação, verifica-se que indivíduos da Europa e dos Estados Unidos - ainda em formação - passaram a utilizar a expressão *Caribbean Sea* (GÉISEL-GAZTAMBIDE, 1996, p.79). No contexto da expansão estadunidense e paulatina perda de poder europeu sobre a região das Américas, a expressão Caribe passou a remeter à ideia de fronteira intercontinental.

Essas referências primárias culminaram na posterior atribuição da expressão Caribe à dimensão de região geográfica, já no século XX. Tal dimensão, porém, não remete à definição única. (GÉISEL-GAZTAMBIDE, 1996, p.84). Três definições de Caribe são apresentadas por Géisel-Gaztambide. A concepção de Caribe Etno-histórico¹²⁶, Caribe Geopolítico¹²⁷ e Caribe Terceiromundista¹²⁸. O ponto comum entre essas dimensões se concentra no passado escravocrata das *plantations*; nesse sentido, em um panorama cultural,

¹²⁶ O Caribe Etno-histórico se coloca como sinônimo de Índias Ocidentais e Antilhas, abrangendo países como Belize e Guianas, além do arquipélago das bermudas. É assinalado que essa concepção é a que mais, antiga e também a mais utilizada. (GÉISEL-GAZTAMBIDE, 1996, p.84-86).

¹²⁷ A noção de Caribe Geopolítico, se refere a América Central e Panamá, trata-se uma concepção que reforçada a partir de 1945, possui a peculiaridade de ter sido formulada unilateralmente pelos estadunidenses que recorrentemente em seu aparato diplomático se referiam a esse Caribe, utilizando a enunciação América Latina. (GÉISEL-GAZTAMBIDE, 1996, p.87-88).

¹²⁸ Caribe Terceiromundista é uma definição mais ampla e recente, abarcando as duas anteriores, adicionando parte da Venezuela e Colômbia. (GÉISEL-GAZTAMBIDE, 1996, p.89).

Caribe se refere ao território que está ao sul dos Estados Unidos até o norte brasileiro, um espaço substancialmente afro-americano (GÉISEL-GAZTAMBIDE, 1996, p.91-92).

Outras observações de suma relevância sobre o tema são de autoria do jamaicano Norman Girvan. Professor e pesquisador da área de relações internacionais, Girvan dedicou muitas obras para discussão de temáticas relativas ao Caribe. Nas palavras do autor, de forma sintética, a visão acadêmica de Caribe o considera como “[...] una categoría socio-histórica que nombra a una zona cultural caracterizada por el legado esclavista y el sistema de plantación.” (GIRVAN, 1999, p.7). Em vista da trajetória desse conceito, com ênfase para as múltiplas definições do mesmo no que se refere a uma região geográfica, Girvan (1999, p.10), alerta que “[...] la noción de Caribe ha sido—y está siendo—continuamente redefinida y reinterpretada, en función del interés por ofrecer respuestas a las influencias externas y a los procesos internos.” E, enfatiza essa concepção através da assertiva: “Si el Caribe fue una invención del siglo XX, es evidente que será reinterpretado y quizá trascendido en el siglo XXI” (GIRVAN, 1999, p.31).

Norman Girvan, quando fala de uma transcendência do Caribe se refere a uma convicção prospectiva quanto à integração plena das nações caribenhas¹²⁹. O século XXI se encontra ainda em seu início e, nesse sentido, os prognósticos de Girvan ainda dispõem de espaço temporal extenso para se realizarem; nessa perspectiva, o destino do Caribe como enunciação, região e projeto integrado, continua em aberto. O caso da mudança de nome do Parlatino sinaliza que o Caribe se impõe como lugar específico, e mesmo ao tender caminhar juntamente à América Latina nos projetos de integração, exige-se uma posição destacada que assinale suas especificidades. Ainda que América Latina constitua muito mais que uma região de características latinas, essa adjetivação substantivada com a consolidação do termo em muito afastava os caribenhos.

Essa ampliação enunciativa sinaliza que o Caribe, mesmo quando disposto a atuar em cooperação com a América Latina, apresenta uma tendência de resistência com relação a estar diluído na primeira enunciação, reivindicando, dessa forma, seu próprio espaço. Outro aspecto evidenciado na reflexão sobre a mudança nominal desse organismo, consiste na postura da instituição bem receptiva às possibilidades e necessidades de transformações. Em síntese o

¹²⁹Considerações finais de seu artigo *Reinterpretar al Caribe* (1999), o autor assinala suas considerações prospectivas sobre o Caribe, assinalando convicção na tendência do Caribe em transcender-se, tornando-se mais que uma enunciação que se refere a uma região geográfica. Girvan apresenta convicção na consolidação de uma comunidade caribenha de nações capaz de compartilhar estratégias sociais, políticas e econômicas. (GIRVAN, 1999, p.31)

referido aspecto sinaliza que, apesar de suas limitações, o Parlatino não se entregou a uma inércia institucional. Os esforços que desdobraram na conquista de uma nova sede, o vínculo chinês, os movimentos para integrar a CELAC, se tratam de outros fatores que sinalizam ainda para uma dinamicidade na forma de atuação do Parlatino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vislumbrando melhor compreender o panorama da integração regional na América Latina nesse início do século XXI, tomamos o Parlamento Latino Americano e Caribenho como objeto. Em vista da grande disponibilidade de fontes, em contraste com a escassa produção historiográfica a respeito da instituição, nos ocupamos neste trabalho de narrar a história desse que é o parlamento regional mais antigo da América Latina. Através desse exame, buscamos contextualizar o surgimento da instituição, identificar seus principais desafios e campos de atuação visando perscrutar os fatores que levaram ao seu fracasso institucional. Conforme reiterado, o Parlatino não alcançou a supranacionalidade que pretendia e tampouco conseguiu alcançar a integração regional, seu escopo.

Assinalamos que os primeiros anos de existência do Parlatino, ao coincidirem com o período das ditaduras continentais, consistiram num hiato em seu itinerário de evolução institucional formal. Desde que foi criado nos anos 1960, até o final da década de 1980, o organismo esteve impossibilitado de avançar com relação aos processos de institucionalização formal, em razão do momento político conturbado, marcado pelo cerceamento da democracia e fechamento dos congressos em vários países da região. Durante esse tempo, o Parlatino prosseguiu na continuidade de suas atividades, atuando de forma itinerante; realizou assembleias ordinárias, ainda que não conseguisse manter a assiduidade anual. O intercâmbio com o Parlamento Europeu também foi estabelecido nessa época.

Em contrapartida, os trabalhos mais relevantes que abordam o Parlatino, ainda que não como tema central, concordam que foi justamente na época das ditaduras que esse organismo realizou suas atividades de maior relevância. Para MALAMUD e SOUZA “O seu mérito histórico foi o de constituir um reservatório de aspirações democráticas e procedimentos parlamentares durante a idade negra das ditaduras latino-americanas” (2005, p.390). Outros trabalhos assinalam:

[...] o Parlatino assumiu-se como uma instituição com um forte componente de integração política. Com efeito, numa primeira fase e até o final dos anos de 1980, momento em que foram iniciados os processos de redemocratização na América Latina, o Parlatino foi também um instrumento de propagação e defesa da democracia. Sendo um fórum parlamentar itinerante, serviu como instrumento e canal de voz para os parlamentares na luta contra as ditaduras e pelo restabelecimento dos direitos civis dos cidadãos. (MERGULHÃO, 2014, p.3).

O Parlatino teve um grande significado político na defesa da representação e do pluralismo político em um momento em que a América Latina enfrentou duras rupturas de

institucionalidade democrática em vários Estados da região ao longo da segunda metade do século XX. (BRESSAN; LUCIANO; MARIANO, 2015, p.13).

Neste trabalho compartilhamos dessa visão e, para melhor justificá-la, procedemos à narrativa de alguns episódios da história do Parlatino ocorridos nos anos em que múltiplos regimes militares estavam estabelecidos na América Latina. Essa etapa confirmou o posicionamento contido nos trabalhos elencados através de fontes pioneiramente consultadas em hemerotecas digitais e no endereço eletrônico do Administração Nacional de Arquivos e Registros dos Estados Unidos (NARA). Seja pela narrativa da fervorosa III Assembleia Ordinária, realizada em pleno ano de 1968 em Brasília, ou sobre os eventos da década de 1970, marcados pelos discursos do ex-presidente da instituição, Manzanilla Schaffer, ficou clara a postura de aversão categórica do Parlatino aos regimes militares, diretamente declarada. Foi durante essa época que o organismo passou a atuar como um fórum de debates, forma com a qual - lamentavelmente para aqueles que acreditavam em sua evolução - opera até a atualidade.

Quando finalmente o sistema democrático foi consolidado e se tornou possível dar seguimento aos avanços de institucionalização formal, o organismo optou por seguir independente e se consolidou institucionalmente através de um tratado internacional elaborado em 1987 e ratificado em 1988. Esse fator seguramente contribuiu para que o mesmo não alcançasse visibilidade e seguisse sua atuação legislativa de forma simbólica por meio da elaboração das Leis Modelo, tal como defendem Bressan, Luciano e Mariano (2015, p.14-15). Contudo, destaca-se que o Parlatino certamente não encontrou uma instituição a qual pudesse se incorporar como braço legislativo no fim dos anos 1980 e também foi incapaz de criar uma instituição nos moldes de comunidade regional.

Para Malamud e Sousa (2005, p.390), se o Parlatino empreendeu ações relevantes no período das ditaduras, seu declínio insurgiu justamente quando findados os regimes militares, pois seus serviços de porta-voz da democracia se tornaram desnecessários, conforme o trecho a seguir: “A relevância deste fórum diminuiu à medida que a democracia se consolidou e se estendeu à quase totalidade dos países da América Latina e os Parlamentos nacionais viram a sua existência e continuidade salvaguardadas”. Na concepção de Bressan, Luciano e Mariano (2015), a relevância do Parlatino decaiu após as ditaduras, pois foi nesse momento que o organismo empreendeu seus esforços de institucionalização e o problema estava na forma com que foi realizada. Esses autores observaram que o processo de institucionalização

coincide com o declínio não só do Parlatino, mas de outros parlamentos regionais da América Latina:

[...] a ênfase na lógica institucional intergovernamental desses projetos diminui o interesse sobre a função e a eficiência desses Parlamentos. Verificamos que à medida que há uma consolidação institucional, há um processo inversamente proporcional de desgaste e um constante distanciamento do processo decisório. (BRESSAN; LUCIANO; MARIANO, 2015, p.6).

Nosso posicionamento neste trabalho considera os dois apontamentos corretos; na realidade, tratam-se de ideias complementares. Contudo, enfatizamos que, findadas as ditaduras militares, muitos outros fatores comuns aos países da região justificam a existência da integração. As estruturas democráticas estabelecidas nas nações latino-americanas não são capazes de garantir à população direitos básicos. Na região, a desigualdade socioeconômica vigora como uma das mais acentuadas do mundo. A aproximação dos países para encontrarem soluções legislativas para problemas comuns poderia significar grande avanço nesse âmbito. O Parlatino promove esse movimento, contudo de maneira simbólica; não legisla diretamente, apenas propõe legislações. As Leis Modelo elaboradas pelo Parlatino, analisadas nesse trabalho, são exemplos que expõem claramente a pertinência da integração da região na esfera legislativa. A integração econômica também possui múltiplas justificativas, em vista, por exemplo, das significativas reservas minerais e energéticas que os países da região abrigam. Contudo, não aprofundaremos esse âmbito, pois não é o enfoque do presente trabalho, apenas mencionamos esse aspecto porque falta ao Parlatino uma organização integracionista para se vincular, uma espécie de Comunidade Latino-Americana; destacamos que também há pertinência para formação de entidades nesse sentido.

A questão da institucionalização formal coincidir com o declínio do Parlatino e outros parlamentos regionais, em contraste com a contínua pertinência da integração discutida no parágrafo anterior, nos leva a uma importante consideração. A integração é de fato conveniente e relevante para a América Latina, porém até o momento, não foi encontrado um formato que a comporte. Em face disso, concordamos que o Parlatino partiu de premissas acertadas, porém existe uma dificuldade não só desse organismo, mas de todos os parlamentos regionais da América Latina, em acondicionar o ideal da integração em perspectiva institucional.

Quando foi fundado em 1964, o Parlamento Latino-Americano se lançou com a proposta promissora de integração regional. A formulação desse organismo consistia basicamente na evocação de um ideal de tempos longínquos, canalizado para um formato

novato de instituição. O modelo de parlamento regional foi inspirado pela experiência do Parlamento Europeu, ao passo que seu escopo - a integração latino-americana - fora inspirada em projetos oriundos do século XIX, celebrados pela trajetória de vida e a obra de Bolívar. A esse respeito, avulta uma questão que habita o campo dos paradoxos.

Na Europa, o ideal integracionista que abrange toda extensão do continente, é contemporâneo à Segunda Guerra Mundial. Uma vez que o mesmo surgiu, rapidamente se acomodou ao modelo institucional e triunfou. Sobrevivendo por largos anos, entre expansões e crises, segue avançando pela primeira década do século XXI. A integração da América Latina - ou qualquer que seja o nome utilizado para identificar o continente americano ao sul dos Estados Unidos - atravessou dois séculos como ideal, habitando o imaginário de indivíduos de diferentes tempos e projetos de diversos formatos. Entretanto, nunca foi encontrado um que comportasse esse intento a fim de tornar a integração uma proposta concretizada. O modelo de parlamento regional não foi exceção, visto que seu sucesso está diretamente ligado à nunca alcançada supranacionalidade. Até mesmo os processos integracionistas mais “enxutos”, que buscam articular “micro” regiões da América Latina, tais como América do Sul, Andes e Caribe, não alcançam atuação expressiva.

O fracasso ou, em alguns casos, a expressividade limitada dos processos de integração latino-americana, a que se inclui nosso objeto de pesquisa, levou-nos, no início do primeiro capítulo, a refletir sobre a própria existência da América Latina. Empreendemos então a tarefa de esmiuçar esse conceito, e ao fim, norreamos esse trabalho convictos de sua viabilidade. Se existe a América Latina e juntamente a ela, motivos para integração, por que esta não se efetiva? Para tal questão não nos atrevemos a elaborar uma conclusão, mas sim algumas reflexões. No encontro da CELAC de 2014, o ex-presidente uruguaio Pepe Mujica forneceu um importante apontamento:

Hay que entender que la Integración necesita aparatos especializados, preocupación permanente, pero necesitan en nosotros sembrar una Cultura, porque aquello que no está prendido en el Corazón de los Pueblos es apenas un acto de Dirigentes, y los Dirigentes no cambian la Historia de la Humanidad. La Historia de la Humanidad la pueden cambiar solo los Pueblos! (MUJICA, 2014, 10:18 – 10:46¹³⁰).

Se integração no caso da América Latina necessita então do protagonismo das massas, onde encontrar a expressão das mesmas nesse sentido? Efetivamente, nos parlamentos, sobretudo nos parlamentos regionais, que contam com baixíssima popularidade, sendo essa

¹³⁰ Texto transcrito de vídeo publicado no canal da teleSur TV no youtube (Mujica, 2014), transcrição nossa.

possibilidade de expressão muito remota. Então seria nos movimentos sociais? Em que medida os movimentos sociais e de massas de maior expressividade se identificam com a integração latino-americana? Esse seria um tema profícuo para um trabalho futuro. Contudo, de antemão podemos citar apenas a nível de exemplo uma importante mobilização nesse âmbito na região, o Exército Zapatista de Libertação Nacional. Em seus discursos estabelecem como interlocutores “Pueblos de México y el mundo” ou “Al pueblo de México: A los pueblos y gobiernos del mundo”¹³¹. Esse aspecto dos discursos do ELZN nos leva a refletir sobre as novas tendências para movimentos dessa esfera, que falam ao mundo todo; nesse sentido, a integração tende mais a um panorama global, em detrimento de um horizonte puramente latino-americano.

Efetivamente, ao pensar o que aproxima esse conjunto de países para que sejam reconhecidos pela enunciação América Latina, diretamente ocorre a questão das demandas sociais e econômicas. Assim sendo, uma integração latino-americana interessaria àqueles que mais sofrem com esses problemas, certamente sujeitos que não ocupam locais como parlamentos nacionais ou regionais. Constitui, portanto, o apontamento de Pepe Mujica uma possibilidade coerente através da assertiva de que a integração para se consolidar necessita do envolvimento das massas. Contudo, as demandas socioeconômicas que aproximam as nações da América Latina estão presentes no mundo todo; a possível identificação regional é advinda de processos históricos semelhantes e proximidade territorial. É preciso cogitar que as atuais tecnologias vêm diminuindo as distâncias e se talvez a proximidade territorial seja um argumento a menos, permanece o peso histórico.

A exemplo do ELZN, somos levados a considerar que movimentos de massa podem projetar uma integração, mas em perspectiva global e não latino-americana; atualmente a distância e a diferença linguística deixaram de ser um obstáculo para movimentos bem articulados. Esse, entretanto, é apenas um elemento para confirmar o quão complexo é pensar a integração latino-americana.

Finalizamos nossas considerações assinalando que a tendência de aproximação global também alcança o âmbito das instituições integracionistas como o Parlatino. Conforme analisamos no segundo capítulo, atualmente as relações sino-latino-americanas constituem um movimento de suma importância. Ao buscar nessa faixa do continente parceiros comerciais, claramente interessada nas fontes energéticas e reservas minerais, a China apresenta atenção

¹³¹ Os discursos do EZLN estão disponíveis em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/category/archivo-historico/2017>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

para com a amistosidade das relações com os países da região. Além de grandes parcerias econômicas, o país busca construir sua autoimagem como confiável e cordial, e para tanto, tem se dedicado vigorosamente. Uma importante peculiaridade da aproximação chinesa consiste no seu interesse pelos projetos integracionistas da região. Atualmente, um dos parceiros mais importantes do Parlatino, a China tornou viável a construção da nova sede da instituição. O país também se prontificou a estabelecer relações com a CELAC, organização com a qual o Parlatino busca se vincular. Seguramente, com uma América Latina organizada em um bloco integrado, a aproximação da China seria menos onerosa para os chineses, visto que poderia dialogar mais facilmente com os vários países ao mesmo tempo, em um só movimento.

Em face do itinerário do Parlatino, distante de ser um símbolo importante da integração regional, mas simbólico no sentido sua visibilidade irrisória, as considerações finais deste trabalho estariam categoricamente inclinadas a indicativos pessimistas para o organismo em perspectiva prospectiva. No entanto, são justamente aspectos muito recentes de sua trajetória que nos cumprem observar alguma possibilidade de modificações rumo a um futuro novamente promissor para a instituição. Efetivamente, o convênio com a China consiste numa concreta possibilidade de transformações significativas para o Parlatino que podem retirar a instituição da condição de ostracismo na qual se encontra. A depender da evolução da CELAC, o Parlatino poderá vislumbrar uma revolução em seu formato, pois enfim poderá se incorporar a uma comunidade regional integracionista.

O futuro do Parlatino fica, assim, a mercê de terceiros. Atuando sozinho, é estreita a área de movimentação da instituição rumo a uma revolução interna que a torne mais visível. A supranacionalidade atualmente se manifesta como uma possibilidade tão remota que beira o campo da utopia. Contudo, uma possibilidade viável para o Parlatino atuando por si mesmo consiste em se assumir como fórum de debates e buscar popularizar-se e expandir-se nessa condição. Assim sendo, o Parlatino precisaria se reconhecer como entidade não de integração, mas de intercâmbio legislativo. Numa América Latina de democracia ainda retraída, os esforços em estabelecer locais de debate e intercâmbio de ideias políticas ainda se trata de uma iniciativa louvável.

FONTES CONSULTADAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Francis. China: Power, Wealth, Interests. In: _____. **Bilateral aid to Latin America: Foreign Economic Assistance from Major Donor Nations**. New York: Cambria Press, 2015. p. 177-200.

ANDRADE, J. B. de. Memorial amadurece e se recria. **Nossa América**, São Paulo, n. 40, p.08-15, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.memorial.org.br/wp-content/uploads/2007/03/revista50-port.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Você matou meu filho**: Homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf>. Acesso em: 26 set. 2016.

ARDAO, Arturo. **Génesis de la idea y el nombre de América Latina**. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Romulo Gallegos, 1980.

A REUNIÃO do Parlamento Latino-Americano. **Folha de São Paulo**. São Paulo, Caderno 1, p.3. 16 set.1991. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1991/09/16/2/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. A cúpula de Cancun e a recomposição do Grupo do Rio: Apontamentos para um debate. **Revista Mundorama: Divulgação Científica em Relações Internacionais**, Brasília, v. 4, n. 30, p.1-3, fev. 2010. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?article=a-cupula-de-cancun-e-a-recomposicao-do-grupo-do-rio-apontamentos-para-um-debate-por-carlos-federico-dominguez-avila>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

BANDEIRA, MONIZ. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BECERRA, M. J. et al. Implementación de los pactos y los convenios internacionales relacionados con los derechos civiles, culturales, económicos, políticos y sociales de la población afrodescendiente de Argentina, Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay. In: PNUD (Org.). **Erechos de la población afrodescendiente de América Latina**: Desafíos para su implementación. Panamá, 2010. p. 17-88. Disponível em: <http://www.afrodescendientesundp.org/FCKeditor_files/File/DER_AFR0_ARG_A_URU.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 285-596, jul./dez. 2009.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ano LXII, n. 80, p. 20.654-21.046, 04 maio 2007a. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD04MAI2007.pdf#page=346>>. Acesso em: 09 out. 2017. Discurso do deputado Ribamar Alves.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ano LXII, n. 155, p. 43.160-43.783, 29 agosto 2007b. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD30AGO2007.pdf#page=467>>. Acesso em: 09 out. 2017. Discurso do deputado Vital do Rêgo Filho.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ano LXII, n. 48, p. 10.200-10.485, 16 de março de 2007c. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD16MAR2007.pdf#page=88>>. Acesso em: 09 out. 2017. Discurso da deputada Vanessa Grazziotin.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Diário do Senado Federal**, Brasília, ano LXII, n. 187, p. 40.945-41.095, 20 novembro 2007d. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/diarios/BuscaPaginasDiario?codDiario=897&seqPaginaInicial=1&seqPaginaFinal=190>>. Acesso em: 09 out. 2017. Discurso do Senador Eduardo Suplicy.

BRESLIN, Shaun. O poder chinês e a ideia de um país responsável. In: SPEKTOR, Matias; NEDAL, Dani (Org.). **O que a China quer?** Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2010. p. 23-40. (Coleção FGV de Bolso). Ebook.

BRESSAN, Regiane Nitsch; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello; LUCIANO, Bruno Theodoro. Parlaментos Regionais na América Latina em estudo comparado. In: II ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2015, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2015. p. 1-19. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/site/anaispdpp2015/st05.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no brasil: Longo caminho**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CELAC. **Declaración Especial 8: Sobre La Necesidad De Poner Fin Al Bloqueo Económico, Comercial Y Financiero De Los Estados Unidos De América Contra Cuba**. 2017. p.1-2. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_CELAC/DECLLESP8.2017.ESP.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2017.

_____. **Declaração de Caracas**. 2011. s/p. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2890-i-cupula-da-comunidade-dos-estados-latinoamericanos-e-caribenhos-celac-caracas-2-e-3-de-dezembro-de-2011-documentos-aprovados#doc2>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

_____. **Declaración de Cancún**. 2010. p.1-12. Disponível em: <<https://revistas.unlp.edu.ar/aportes/article/view/3394/3249>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

CEPAL. **O Estado dos direitos humanos no mundo**. Rio de Janeiro: Grafitto. 2016. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Informe2016_Final_Web-1.pdf>. Acesso em: 26 de set. 2016.

_____. O direito ao bem-estar dos povos indígenas. In: CEPAL. **Os povos indígenas na América Latina: Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos**. 2015a. p. 77-104. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/S1420764_pt.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 set. 2016.

_____. Pobreza y desigualdad en América Latina. In: CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. 2015b. p. 13-47. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39965/4/S1600175_es.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

CONDENAN que EU Venda Armamento a Dictaduras. **El Informador**. Guadalajara, p.12, 30. abr. 1978.

CONGRESSO PERUANO. **Andrés Townsend Ezcurra**. S/D. p.1-6. Disponível em: <http://www.congreso.gob.pe/Docs/participacion/museo/congreso/files/files/andres_townsend.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2017

CRUZ, José Miguel. **Mala conducta policial y democracia en América Latina**. LAPOP, 2010. Disponível em: <<http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/I0833es.pdf>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

_____. **Maltrato policial en América Latina**. LAPOP, 2008. Disponível em: <<http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/I0811es.pdf>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

DRUMMOND, Maria Claudia. **A democracia desconstruída: o déficit democrático nas relações internacionais e os parlamentos da integração**. 2010. 415 f. Tese (Doutorado em História) - Curso de História das Relações Internacionais, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/221254/000904577.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

EL PARLAMENTO Latino también denuncia la ineficacia de la OEA. **El Siglo de Torreón**. Torreón, p.6. 19 abr.1979.

ESTUDANTES acampam no Congresso. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p.31. 23 jun.1968. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/publicados/1968/06/23/g/19680623-28589-nac-0031-999-31-not-aaexsw.jpg>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

FERES JUNIOR, *João*. *O conceito de América: conceito básico ou contra-conceito?* **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas** (Anuário de História da América Latina), Böhlau, Alemanha, v. 45, p. 9-29, 2008.

FIGUEIREDO, Alexandre Ganan de Brites; BRAGA, Márcio Bobik. Simón Bolívar e o Congresso do Panamá: o primeiro integracionismo latino-americano. **Passagens**, [s.l.], v. 9, n. 2, p.308-329, mai. 2017. Disponível em: <<http://www.revistapassagens.uff.br/index.php/Passagens/article/view/141/147> . Acesso em: 09 jul. 2017.

_____. **Bolívar: Fundações e Trajetórias da Integração Latino-Americana**. São Paulo: AnnaBlume, 2017.

FOOT, Rosemary. O poder chinês e a ideia de um país responsável. In: SPEKTOR, Matias; NEDAL, Dani (Org.). **O que a China quer?** Rio de Janeiro: FGV, 2010a. p. 8-22. (Coleção FGV de Bolso). Ebook.

_____. The Cold War and Human Rights. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (Org.). **History of the Cold War. v.3: Endings**. Cambridge: Cambridge, 2010b. p. 446-465.

GAVIRIA Instala Sesiones Del Parlamento Latinoamericano. **El Tiempo**. Bogotá, sem paginação. 31 jul. 1991. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-129166>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

GAZTAMBIDE-GEIGEL, Antonio. La invención del Caribe en el siglo XX: Las definiciones del caribe como problema histórico y metodológico. **Revista Mexicana del Caribe**, Chetumal, v.1, n. 1, p. 74-96, Semestral. 1996.

GIRVAN, N. Reinterpretar el Caribe. **Revista Mexicana del Caribe**, Chetumal, Año 4, v.4, n. 7, p. 6-34. Semestral. 1999.

GORVERNO CHINÊS. **Documento sobre la Política de China hacia América Latina y el Caribe**. 2008. s/p. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/esp/zxxx/t521035.shtml>> . Acesso em: 18 dez. 2017.

HOBSBAWM, Eric J. Introdução: A invenção das Tradições. In: HOBSBAWM, E. J.; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

HORAS Oscuras para América Latina: JLP. **El Informador**. Guadalajara, p.11. 17 jul. 1979a.

INSTALA-SE a III Assembleia do PLA. **Correio Braziliense**. Brasília, p.5. 20 jun. 1968a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/34204>. Acesso em: 09 nov. 2017.

ITAMARATY. **Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos**. 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/689-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

JOSEPH, Gilbert M. Lo que lo sabemos e lo que deberíamos saber: la nueva relevancia de América Latina en los estudios sobre guerra fría. In: SPENCER, Daniela (Coord.). **Espejos de la guerra fría: México, América Central y el Caribe**. México DF: Ciesas/Porrúa, 2004. p.67-92.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146. Quadrimestral. 1992

LP INAUGURÓ IX Asamblea del Parlamento Latinoamericano. **El Siglo de Torrón**. Torrón, p.1. 17 jul.1979.

MÁLAGA, Hugo Vallenás. Aproximándonos a la vida y obra de Andrés Townsend Ezcurra, fundador del Parlamento Latinoamericano. In: INSTITUTO ANDRÉS TOWNSEND EZCURRA (Org.). **Andrés Townsend Ezcurra: Trayectoria de um Pensamiento**. Lima: I.a.t.e, 1995. p. 1-13.

MALAMUD, Andrés; SOUSA, Luís de. Paramentos Supranacionais na Europa e na América Latina: Entre o Fortalecimento e a Irrelevância. **Revista Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 369-409, jul. /dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292005000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 24 set. 2015.

MANJOO, Rashida. Patrones de Violencia contra las Mujeres en América Latina y el Caribe: Informe presentado a la Relatora de la ONU sobre Violencia contra la Mujer, sus Causas y Consecuencias. In: ANTONY, Carmen; MILLER, Gladys; CEPEDA, Zobeyada. (Org.). **Patrones de Violencia contra las Mujeres en América Latina y el Caribe**. Lima: Sonimágenes del Perú, 2014. p. 3-6. Disponível em: <<http://www.ifj.org/fileadmin/images/Gender/Informe-Relatoria-de-Violencia.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

MARIZ propõe expulsão de 2 delegados. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Caderno 1, Terceiro Clichê, p.18. 23 jun. 1968a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/117360>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MARTÍ, José. Hispano-Americanos. In: CENTRO DE ESTUDIOS MARTIANOS (Comp.). **José Martí: obras completas**. vol.8. Nuestra América.7 La Habana: Editorial de Ciencias Sociales/karisma Digital, 2011. p. 135-256. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Cuba/cem-cu/20150114043708/Vol08.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

MCMAHON, Robert J. **Guerra Fria**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

MCSHERRY, Patrice. What Was Operation Condor? In: _____. **Predatory States: Operation Condor and covert war in Latin America**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2005. p. 1-25.

MENDONÇA, Luiz Jorge V. Pessoa de. América Latina: da desigualdade social à desigualdade econômica. **Argumentum**, Vitória, v. 1, n. 1, p.78-91, Jul/dez. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/14/16>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

MERGULHÃO, Silvia Valéria Lima. **O parlamento latino-americano e a sua evolução institucional em perspectiva comparada com a assembleia parlamentar do conselho da europa**. 2014. 179 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Curso de Ciência Política, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em:

<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/15499/1/ulsd069388_td_Silvia_Mergulhao.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2017.

MIGNOLO, Walter D. **La Idea de America Latina: La herida colonial e la opcion decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.

MONTORO, André Franco. A Reunião do Parlamento Latino-Americano. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 set., Primeiro Caderno, p. 1-3. 1991. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1991/09/16/2//4900431>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

MUJICA, Pepe. **Discurso de José Pepe Mujica ante II Cumbre CELAC**, 2014. Transcrição nossa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DQBRATU2SHo>>. Acesso em: 10 dez. 2017

NAVARRETE, Federico. A invenção da etnicidade nos estados-nações americanos nos séculos XIX e XX. In: HARRIS, Marluza M.; HEINZ, Flávio M. **A História e seus territórios**. São Leopoldo (RS): Oikus/ ANPUH, 2008. p. 89-114. Livro de Conferências do XXIV Simpósio Nacional de História.

O'DONNELL, Guillermo. **Notas sobre el Estado y la Democracia**. San Martín. 2007. p.1-15. Disponível em:< <http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/odonnell.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2016.

OIG. CEPAL. **Poder Executivo: porcentagem de mulheres nos gabinetes ministeriais**. 2015. Disponível em: <<http://oig.cepal.org/pt/indicadores/poder-executivo-porcentagem-mulheres-nos-gabinetes-ministeriais>>. Acesso em: 22 set. 2016.

OIG. **Poder Legislativo: porcentagem de mulheres no órgão legislativo nacional: Câmara baixa ou única**. 2015. Disponível em:<<http://oig.cepal.org/pt/indicadores/poder-legislativo-porcentagem-mulheres-no-orgao-legislativo-nacional-camara-baixa-ou>>. Acesso em: 22 set. 2016.

PADRE condena violências contra PLA. **Correio Braziliense**. Brasília, p.3. 23.jun.1968b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/34270>. Acesso em: 10 nov. 2017.

PARLAMENTO da A.L propõe anistia. **O Globo**. Rio de Janeiro, p.3. 24.jun.1968a.

POLÍCIA cerca congresso durante algumas horas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, Caderno1, p.11. 23 jun.1968. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/06/23/2//5186443>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

POLÍCIA cerca Congresso e ocupa Universidade. **Última Hora**. São Paulo, p.3. 24.jun.1968. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4240>. Acesso em: 09 nov. 2017.

POLÍCIA cercou o congresso por horas para prender estudantes. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Caderno 1, p. 30. 23 jun. 1968b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/117372>. Acesso em: 10 Nov. 2017.

PARLATINO. **Delegación de la República Popular China.** 2017a. s/p. Disponible em: <<http://parlatino.org/delegacion-de-la-republica-popular-china/>>. Acceso em: 18 dez 2017.

_____. **Embajador de la República Popular China visita el PARLATINO.** 2017b. s/p. Disponible em: <<http://parlatino.org/news/embajador-la-republica-popular-china-visita-parlatino/>>. Acceso em: 18 dez. 2017.

_____. **Resolución Sobre El Recrudescimiento Del Bloqueo Estadounidese Contra Cuba.** 2017c. p.1-2. Disponible em: <<http://parlatino.org/pdf/organos-principales/otras-instancias/mesa-directiva/declaraciones/resoluciones/resolucion-bloqueo-cuba-23-jun.pdf>>. Acceso em: 18 dez. 2017.

_____. **XXXIII Asamblea Ordinaria Del Parlamento Latinoamericano Y Caribeño: Acta De La Reunión.** 2017d. p. 1-17. Disponible em: <<http://parlatino.org/pdf/organos-principales/asamblea/actas/xxxiii-acta-pma-9jun2017.pdf>>. Acceso em: 18 dez. 2017.

_____. **Norma Marco para consolidar la Democracia Paritaria.** 2015a. Disponible em: <http://parlatino.org/pdf/leyes_marcos/leyes/consolidar-democracia-paritaria-pma-27-nov-2015.pdf>. Acceso em: 20 set. 2016.

_____. **XXXI Asamblea Ordinaria Del Parlamento Latinoamericano: Acta De La Reunión.** 2015b. p.1-34. Disponible em: <http://parlatino.org/pdf/organos-principales/asamblea/actas/xxxi-acta-pma-27-11-15.pdf>>. Acceso em: 20 dez. 2017.

_____. PARLATINO. (Org.). **Parlamento Latinoamericano Memorias y Esperanzas: 1964-2014.** Panamá: Imprenta Albacrome, 2014a.

_____. **Proyecto de Ley Marco sobre Migración en América Latina y el Caribe: Trabajadores, familias y grupos vulnerables.** 2014b. Disponible em: <http://parlatino.org/pdf/leyes_marcos/leyes/proyecto-migracion-alamatina-caribe-may-2014.pdf>. Acceso em: 20 de set. 2016.

_____. **Proyecto de profesionalización de fuerzas de Seguridad Ciudadana en el marco de las conflictividades sociales del siglo 21.** 2014c. Disponible em: <http://parlatino.org/pdf/leyes_marcos/leyes/proyecto-fuerzas-seguridad-jul-2014.pdf>. Acceso em: 09 de set. 2016.

_____. **Ley Marco para Afrodescendientes.** 2013a. Disponible em: <http://parlatino.org/pdf/leyes_marcos/leyes/ley-marco-afrodescendientes.pdf>. Acceso em: 20 set. 2016.

_____. **Ley Marco sobre consulta previa e informada a los pueblos originarios y comunidades indígenas.** 2013b. Disponible em: <http://parlatino.org/pdf/leyes_marcos/leyes/ley-marco-consulta-previa.pdf>. Acceso em: 20 set. 2016.

_____. **XXIX Asamblea Ordinaria Parlamento Latinoamericano: Acta De La Reunión.** 2013c. p. 1-16. Disponible em: <<http://parlatino.org/pdf/organos-principales/asamblea/actas/xxix-asamblea-pma-18-10-2013.pdf>>. Acceso em: 18 dez. 2017. Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno.

_____. **Ley Marco de Renta Basica.** 2012a. Disponible em: <<http://www.senado.gov.ar/upload/12042.pdf>>. Acceso em: 20 set. 2016.

_____. **Ley Marco para la Protección a las Mujeres y Niñas contra la Violencia Femicida.** 2012b. Disponible em: <http://parlatino.org/pdf/leyes_marcos/leyes/ley-proteccion-mujeres-ninas-pma-30-nov-2012.pdf>. Acceso em: 15 set. 2016.

_____. **Ley Marco para Rescatar, Preservar y Promover los idiomas indígenas nacionales.** 2012c. Disponible em: <http://parlatino.org/pdf/leyes_marcos/leyes/ley-rescatar-preservar-idioma-pma-30-nov-2012.pdf>. Acceso em: 20 set. 2016.

_____. **Propuesta del Parlamento Latinoamericano para ser considerada en la Cumbre de Jefes de Estado y Gobierno de América Latina y Caribe a efectuarse en la República Bolivariana de Venezuela: Exposición de Motivos.** 2011a. p.1-6. Disponible em: <<http://parlatino.org/pdf/comunidad-estados/propuesta-aprobada-2-7-11.pdf>>. Acceso em: 18 dez. 2017.

_____. **Proyecto de Ley Marco para la Educación Intercultural Indígena.** 2011b. Disponible em: <https://parlatino.org/pdf/leyes_marcos/leyes/ley-educacion-indigena-pma-2-dic-2011.pdf>. Acceso em: 20 set. 2016.

_____. **Informe de la visita oficial de la Mesa Directiva del Parlamento Latinoamericano a la República Popular China.** 2009a. p.1-6. Disponible em: <<http://parlatino.org/pdf/organos-principales/otras-instancias/mesa-directiva/informes/visita-mesa-republica-china.pdf>>. Acceso em: 18 dez. 2017.

_____. **Lei Modelo Sobre Medicina Tradicional.** 2009b. p.1-13. Disponible em: <http://parlatino.org/pdf/leyes_marcos/leyes/ley-materia-medicina-tradicional-portugues-pma-3-dic-2010.pdf>. Acceso em: 18 dez. 2017

_____. **XXV Asamblea Ordinaria Parlamento Latinoamericano: Acta De La Reunión.** 2009c. p.1-51. Disponible em: <http://parlatino.org/pdf/organos-principales/asamblea/actas/xxv_asamblea-pma-3-12-2009.pdf>. Acceso em: 18 dez. 2017.

_____. **XXIV Asamblea Ordinaria Del Parlamento Latinoamericano: Acta De La Reunión.** 2008. p.1-16. Disponible em: <<http://parlatino.org/pdf/organos-principales/asamblea/actas/XXIV-asamblea-pma-5-12-2008.pdf>>. Acceso em: 18 dez. 2017.

_____. **Acta de la XXI Asamblea Ordinaria del Parlamento Latinoamericano.** 2005, p.1-10. Disponible em: <<http://parlatino.org/pdf/organos-principales/asamblea/actas/XXI-asamblea-brasil-25-11-2005.pdf>>. Acceso em: 18 dez. 2017.

_____. **Acuerdo de Cooperación entre el Comité Permanente de la Asamblea Popular Nacional de la Republica Popular China y el Parlamento Latinoamericano.** 2004. p.1-2. Disponible em: <<http://www.parlatino.org/pdf/convenios/2004/acuerdo-comite-asamblea-china-parlatino-2004.pdf>>. Acceso em: 18 dez. 2017.

_____. **Tratado de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano.** 1987. Disponível em: <<http://parlatino.org/pdf/documentos/tratado-institucionalizacion-parlatino-portugues.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

PIRES, Norma da Silva Venancio. **Parlamentos regionais e o processo de integração.** 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PROIBIDA Passeata Hoje em Brasília. **O Globo.** Rio de Janeiro, p.4. 24 jun. 1968b.

RECHAZÁN voto de confianza a la junta militar de Chile. **El Siglo de Torreón.** Torreón, p.3. 21 fev.1975.

RECHAZO Parlamentario a Todo Tipo de Presiones. **El Informador.** Guadalajara, p.3A. 19 jul. 1979b.

REVISTA PRESENTE. **Hacia la Patria Grande:** el Parlamento Latinoamericano. Lima, n. 100, p.4-9, mar.1965.

RIBEIRO, Darcy. In: BRITO, José Domingos de (Org.). **América Latina Nação:** Coletânea de textos de Darcy Ribeiro. São Paulo: Gráfica do Parlatino, 1998. (Cadernos do Parlatino nº 13).

RODRÍGUEZ ARANDA, Isabel. Un diagnóstico de las relaciones entre China y América: La política exterior de Xi Jinping. In: SORIA, Adrián Bonilla; GARCÍA, Paz Milet (Ed.). **China en América Latina y el Caribe:** Escenarios estratégicos subregionales. San José: Caf, 2015. p. 339-356. Disponível em: <<http://www.flacso.org/sites/default/files/Documentos/libros/secretaria-general/China en América Latina y el Caribe.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

RODRÍGUEZ, Ivana. **A complexa influência Chinesa na América Latina:** Desafios e Oportunidades para região. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Políticos de Área, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <[https://run.unl.pt/bitstream/10362/20183/1/dissertação 3.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/20183/1/dissertação%203.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2017.

ROJAS, Herbert Mujica (Comp.). **Parlamento Latino Americano:** Documentos, Declaraciones, Acuerdos Resoluciones, Recomendaciones, Estatuto y Reglamento (1964-1987). Lima: Editorial Escuela Nueva S.A, 1987.

RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação de passado em história. In: SALOMON, Marlon (Org.). **História, verdade e tempo.** Chapecó: Argos, 2011.p. 259- 290.

_____. **Reconstrução do Passado.** Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: UnB, 2007.

SANAHUJA, José Antonio. Enfoques diferenciados y marcos comunes en el regionalismo latinoamericano: Alcance y perspectivas de UNASUR y CELAC. **Pensamiento propio,** Buenos Aires, v.14, n.39, p.75-108, enero-junio, 2014.

SÁNCHEZ, Jhon A.; FELLNER, Miguel Ángel R. Implementación de los pactos y los convenios internacionales relacionados con los derechos civiles, culturales, económicos, políticos y sociales de la población afrodescendiente de Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela. In: PNUD (Org.). **Derechos de la población afrodescendiente de América Latina: Desafíos para su implementación**. Panamá. 2010. p. 92-169. Disponível em: <http://www.afrodescendientesundp.org/FCKeditor_files/File/der_afro_col_a_ven.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. Atualidade da noção de América Latina: diálogo crítico com Leslie Bethell. **Revista Eletrônica da Anphlac**, São Paulo, n. 21, p. 261-297, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/2484/2269>>. Acesso em: 19 set. 2016.

SANTOS JÚNIOR, Valdir Donizete dos. A Latinidade e as Luzes: a França, o Oriente e o lugar das Américas nas Lettres sur l'Amérique du Nord, de Michel Chevalier (1836). **Dimensões**, Vitória, v. 36, n. 40, p.335-356, Jan-Jun. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/13854/9808>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

SÃO PAULO. Lei nº 8.206, de 29 de dezembro de 1992. Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo com o Parlamento Latino-Americano, concede isenção de impostos estaduais àquela entidade internacional e dá providências correlatas. **Assembleia Legislativa de São Paulo**: Departamento de Documentação e Informação. São Paulo, SP, Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1992/lei-8206-29.12.1992.html>>. Acesso em: 09 out. 2017.

SAVINO, Silvia B. G.. A modo de conclusão. In: PNUD (Org.). **Derechos de la población afrodescendiente de América Latina: Desafíos para su implementación**. Panamá. 2010. p. 358-371. Disponível em: <http://www.afrodescendientes-undp.org/FCKeditor_files/File/DER_AFR0_CONCLUSIONES.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

SOLICITARÁN Preferencia Para Nuevos Productos. **El Informador**. Guadalajara, p.13. 13jul.1979c.

SOUZA, Sully Alvez de. Parlamento Latino-Americano: Sua natureza, composição, atividades, assuntos tratados nas reuniões e assembléias. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 5, n. 20, p.23-42, out./dez. 1968. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180767/000349384.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

US Department of State. **Human Rights: President Of Latin American Parliament Attacks Usg For Alleged Support Of Dictatorships**. 18 abr. 1979. Disponível em: <<https://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=12702&dt=2776&dl=2169>> .Acesso em: 11 mai. 2017.

US Department of State. **Latin American Parliament Censures Chile And Expresses Concern Over U.S. Trade Act**. 20 fev.1975. Disponível em: <<https://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=90709&dt=2476&dl=1345>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

VAN PARIJS, Philippe. Renda Básica: Por que, como e quando nos países dos hemisférios norte e sul?. **Econômica**, Niterói, v. 4, n. 1, p.75-93, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v4n1/philippe.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

XIAOPING, Song. China y América Latina en un mundo en transformación: Una visión desde China. In: SORIA, Adrián Bonilla; GARCÍA, Paz Milet (Ed.). **China en América Latina y el Caribe: Escenarios estratégicos subregionales**. San José: Caf, 2015. p. 51-74. Disponível em: <[http://www.flacso.org/sites/default/files/Documentos/libros/secretaria-general/China en América Latina y el Caribe.pdf](http://www.flacso.org/sites/default/files/Documentos/libros/secretaria-general/China%20en%20América%20Latina%20y%20el%20Caribe.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2017.

ANEXOS

Anexo B Polícia cercou o congresso por horas para prender estudantes. Jornal do Brasil, 23/06/1968b, p. 30

30 — 1.º Cad. Jornal do Brasil, domingo, 23-6-68



Brasília

Acordados em seus alojamentos às 4h30m pela Polícia, quatro horas depois de haverem ocupado o pichado e a Biblioteca, cerca de 200 estudantes da Universidade de Brasília foram presos e levados para a quadra de basquete do campus, de onde saíram, à exceção de 15, para o Congresso, e fim de comunicar a "arbitrariedade e violência" da PM aos parlamentares que se preparavam para uma sessão do Parlamento Latino-Americano. No meio da tarde o Congresso foi cercado pela PM e DOPS, que prendiam todos os estudantes na saída, gerando um início de crise só contornado às 18 horas, quando, por ordem do Gabinete Militar da Presidência da República, o cerco foi suspenso.

REPERCUSSÃO



Os estudantes foram à Câmara para explicar o seu protesto ao Parlamento Latino-Americano

Professores protestam contra arbitrariedade

transformar em aula sua denúncia por arbitrariedade a cultura e liberdade de expressão em ato de desobediência à autoridade acadêmica da universidade. O protesto ocorreu na quadra de basquete do campus universitário, onde cerca de 200 estudantes se reuniram para discutir o assunto.

INFORMAÇÃO CULTURAL

Os professores reclamaram ainda que "a impiedade destruiu qualquer trabalho no regime de ensino sob o qual a Universidade de Brasília se desenvolveu".

Alunos da UnB foram presos no dormitório

Quando o silêncio de participação aumentou — disse o Diretor — foi tomado um serviço de alto-falantes, que conduziu os alunos a locais formados em quadras de basquete do campus, depois que o Diretor denunciou a Recreação de Engenharia a ocupação e o planejamento da Biblioteca por um grupo de alunos, comunista e marxista.

INVALADO

Segundo o Diretor Celso Benedito Dina, por volta das duas horas um grupo de estudantes invadiu a Biblioteca da Universidade, acionando-se de alguns minutos, entre as duas e três horas, que em sucessivas vagas foram utilizadas para promover uma concentração em frente à Biblioteca. Em seguida, encaminhados a quadras de basquete, tiveram vista e pôde-se que passaram a discutir as funções dos prédios da Universidade, ao mesmo tempo em que interromperam as comunicações telefônicas no seu bloco.

DEBATE



Os alunos da Universidade de Brasília debateram no Congresso a invação do campus universitário

Polícia cercou Congresso por horas para prender estudantes

Brasília (Securam) — O Gabinete Militar da Presidência da República emitiu ordem às 18 horas a suspensão do cerco de horas policiais ao Congresso, onde estavam cerca de mil estudantes que haviam ido assistir à sessão plenária do Parlamento Latino-Americano convocada para a noite na quadra de basquete da Universidade de Brasília.

LUTO

Quando os estudantes começaram a chegar ao Congresso, encontraram no hall principal os Deputados Cavaleiro Lima Filho e Di Lacerda, vestidos de preto e segurando um cartaz em que se lia a seguinte inscrição: "A Opacidade da Luta Brasileira ao Mundo Fair Regime de Terceiro".

PEQUENO COMÍCIO

Com a presença de dezesseis estudantes, improvisou-se na escadaria do hall da entrada do Congresso um pequeno comício, tendo o Presidente da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília reconhecido que os estudantes se organizaram em grupos de cinco, por classe, curso ou mesmo pelas atividades e graus de amizade, a fim de modernizar o ensino e sair com maior segurança do Congresso.

PM afirma que tinha autorização do Reitor

A Polícia Militar de Distrito Federal divulgou ontem a tarde a seguinte versão: "Os alunos invadiram a Biblioteca e outras dependências da Universidade de Brasília, obediendo a ordem dada pelo Reitor Celso Benedito Dina, em nome do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da Universidade de Brasília, para que fossem tomadas as providências necessárias para a realização de uma sessão plenária do Parlamento Latino-Americano, convocada para a noite na quadra de basquete do campus universitário".

ESTUDANTES NAS CALÇADAS

Foi sob ambiente de tensão, numa Câmara em sessão, que o cerco policial aos estudantes se iniciou. Os estudantes estavam em suas salas de aula, quando a Polícia passou a prender todos os que saíram. Em certo momento, os carros do DOPS encostaram no prédio, mas não suspenderam o cerco, apesar das promessas feitas então pelo General Jaime Portes, do Gabinete Militar.

ESTUDANTES NAS CALÇADAS

Por sob ambiente de tensão, numa Câmara em sessão, que o cerco policial aos estudantes se iniciou. Os estudantes estavam em suas salas de aula, quando a Polícia passou a prender todos os que saíram. Em certo momento, os carros do DOPS encostaram no prédio, mas não suspenderam o cerco, apesar das promessas feitas então pelo General Jaime Portes, do Gabinete Militar.

ESTUDANTES NAS CALÇADAS

Por sob ambiente de tensão, numa Câmara em sessão, que o cerco policial aos estudantes se iniciou. Os estudantes estavam em suas salas de aula, quando a Polícia passou a prender todos os que saíram. Em certo momento, os carros do DOPS encostaram no prédio, mas não suspenderam o cerco, apesar das promessas feitas então pelo General Jaime Portes, do Gabinete Militar.

ESTUDANTES NAS CALÇADAS

Por sob ambiente de tensão, numa Câmara em sessão, que o cerco policial aos estudantes se iniciou. Os estudantes estavam em suas salas de aula, quando a Polícia passou a prender todos os que saíram. Em certo momento, os carros do DOPS encostaram no prédio, mas não suspenderam o cerco, apesar das promessas feitas então pelo General Jaime Portes, do Gabinete Militar.

ESTUDANTES NAS CALÇADAS

Por sob ambiente de tensão, numa Câmara em sessão, que o cerco policial aos estudantes se iniciou. Os estudantes estavam em suas salas de aula, quando a Polícia passou a prender todos os que saíram. Em certo momento, os carros do DOPS encostaram no prédio, mas não suspenderam o cerco, apesar das promessas feitas então pelo General Jaime Portes, do Gabinete Militar.

ESTUDANTES NAS CALÇADAS

Por sob ambiente de tensão, numa Câmara em sessão, que o cerco policial aos estudantes se iniciou. Os estudantes estavam em suas salas de aula, quando a Polícia passou a prender todos os que saíram. Em certo momento, os carros do DOPS encostaram no prédio, mas não suspenderam o cerco, apesar das promessas feitas então pelo General Jaime Portes, do Gabinete Militar.

ESTUDANTES NAS CALÇADAS

Por sob ambiente de tensão, numa Câmara em sessão, que o cerco policial aos estudantes se iniciou. Os estudantes estavam em suas salas de aula, quando a Polícia passou a prender todos os que saíram. Em certo momento, os carros do DOPS encostaram no prédio, mas não suspenderam o cerco, apesar das promessas feitas então pelo General Jaime Portes, do Gabinete Militar.

ESTUDANTES NAS CALÇADAS

Por sob ambiente de tensão, numa Câmara em sessão, que o cerco policial aos estudantes se iniciou. Os estudantes estavam em suas salas de aula, quando a Polícia passou a prender todos os que saíram. Em certo momento, os carros do DOPS encostaram no prédio, mas não suspenderam o cerco, apesar das promessas feitas então pelo General Jaime Portes, do Gabinete Militar.

ESTUDANTES NAS CALÇADAS

Por sob ambiente de tensão, numa Câmara em sessão, que o cerco policial aos estudantes se iniciou. Os estudantes estavam em suas salas de aula, quando a Polícia passou a prender todos os que saíram. Em certo momento, os carros do DOPS encostaram no prédio, mas não suspenderam o cerco, apesar das promessas feitas então pelo General Jaime Portes, do Gabinete Militar.

ESTUDANTES NAS CALÇADAS

Por sob ambiente de tensão, numa Câmara em sessão, que o cerco policial aos estudantes se iniciou. Os estudantes estavam em suas salas de aula, quando a Polícia passou a prender todos os que saíram. Em certo momento, os carros do DOPS encostaram no prédio, mas não suspenderam o cerco, apesar das promessas feitas então pelo General Jaime Portes, do Gabinete Militar.

ESTUDANTES NAS CALÇADAS

Por sob ambiente de tensão, numa Câmara em sessão, que o cerco policial aos estudantes se iniciou. Os estudantes estavam em suas salas de aula, quando a Polícia passou a prender todos os que saíram. Em certo momento, os carros do DOPS encostaram no prédio, mas não suspenderam o cerco, apesar das promessas feitas então pelo General Jaime Portes, do Gabinete Militar.

ESTUDANTES NAS CALÇADAS

Por sob ambiente de tensão, numa Câmara em sessão, que o cerco policial aos estudantes se iniciou. Os estudantes estavam em suas salas de aula, quando a Polícia passou a prender todos os que saíram. Em certo momento, os carros do DOPS encostaram no prédio, mas não suspenderam o cerco, apesar das promessas feitas então pelo General Jaime Portes, do Gabinete Militar.

ESTUDANTES NAS CALÇADAS

Por sob ambiente de tensão, numa Câmara em sessão, que o cerco policial aos estudantes se iniciou. Os estudantes estavam em suas salas de aula, quando a Polícia passou a prender todos os que saíram. Em certo momento, os carros do DOPS encostaram no prédio, mas não suspenderam o cerco, apesar das promessas feitas então pelo General Jaime Portes, do Gabinete Militar.

ESTUDANTES NAS CALÇADAS

Por sob ambiente de tensão, numa Câmara em sessão, que o cerco policial aos estudantes se iniciou. Os estudantes estavam em suas salas de aula, quando a Polícia passou a prender todos os que saíram. Em certo momento, os carros do DOPS encostaram no prédio, mas não suspenderam o cerco, apesar das promessas feitas então pelo General Jaime Portes, do Gabinete Militar.

ESTUDANTES NAS CALÇADAS

Por sob ambiente de tensão, numa Câmara em sessão, que o cerco policial aos estudantes se iniciou. Os estudantes estavam em suas salas de aula, quando a Polícia passou a prender todos os que saíram. Em certo momento, os carros do DOPS encostaram no prédio, mas não suspenderam o cerco, apesar das promessas feitas então pelo General Jaime Portes, do Gabinete Militar.

ESTUDANTES NAS CALÇADAS

Por sob ambiente de tensão, numa Câmara em sessão, que o cerco policial aos estudantes se iniciou. Os estudantes estavam em suas salas de aula, quando a Polícia passou a prender todos os que saíram. Em certo momento, os carros do DOPS encostaram no prédio, mas não suspenderam o cerco, apesar das promessas feitas então pelo General Jaime Portes, do Gabinete Militar.

CAUSAS

As causas da situação são atribuídas a uma série de fatores, incluindo a falta de comunicação entre os departamentos da universidade e a falta de planejamento adequado para a realização de eventos de grande porte.

CAUSAS

As causas da situação são atribuídas a uma série de fatores, incluindo a falta de comunicação entre os departamentos da universidade e a falta de planejamento adequado para a realização de eventos de grande porte.

CAUSAS

As causas da situação são atribuídas a uma série de fatores, incluindo a falta de comunicação entre os departamentos da universidade e a falta de planejamento adequado para a realização de eventos de grande porte.

CAUSAS

As causas da situação são atribuídas a uma série de fatores, incluindo a falta de comunicação entre os departamentos da universidade e a falta de planejamento adequado para a realização de eventos de grande porte.

CAUSAS

As causas da situação são atribuídas a uma série de fatores, incluindo a falta de comunicação entre os departamentos da universidade e a falta de planejamento adequado para a realização de eventos de grande porte.

Na noite anterior a Polícia Militar acordou repasses e refeições aos estudantes detidos no sereno

Anexo D Polícia cerca Congresso e ocupa Universidade. Última Hora, 24/06/1968, p.3.

Arquivo Público do Estado de São Paulo
Jornal Última Hora
http://www.arquivoestado.sp.gov.br

Crise estudantil passa a ser nacional

— As idéias socialistas, dentro da escola que lhes é imposta, não se restringem a um círculo restrito de estudantes universitários e compreendem a maioria das escolas de ensino médio e técnico, desde o Rio de Janeiro até Brasília, havendo disseminação e repercussão no movimento estudantil do Rio de Janeiro.

— As últimas reuniões dos líderes da UNE, UNEC, DCEB e UFREC, em Brasília, e a presença da UME, UFMG, UFRJ e UFRS, em Belo Horizonte, foram realizadas em caráter reservado e com o intuito de estabelecer uma comissão de estudos para estudar a situação dos estudantes de outras cidades, tendo sido aprovada uma resolução que pede ao Conselho Nacional de Educação a criação de um órgão de estudos para estudar a situação dos estudantes de outras cidades, tendo sido aprovada uma resolução que pede ao Conselho Nacional de Educação a criação de um órgão de estudos para estudar a situação dos estudantes de outras cidades.

Diretor Régis e Elton Ruffo — Ato presidencial da Frente Única dos Trabalhadores do Colégio — foi preso, embora o presidente Régis, tendo sido autorizado a sair do edifício, não pôde sair e se refugiou no banheiro.

— Para a DOPB, os três principais líderes do movimento estudantil são: Elton Ruffo, diretor da Frente Única dos Trabalhadores do Colégio; Régis, diretor da Frente Única dos Trabalhadores do Colégio; e Régis, diretor da Frente Única dos Trabalhadores do Colégio.

DOPS NAO CRE EM MARIA MORTA

Polícias do DOPS afirmaram ontem a LUI que o jovem recluso de bairros próximos do Embaixador Americano, durante os conflitos de sexta-feira, foi provavelmente assassinado em algum hospital de Estado sob identidade diferente, o que ocorreu no local onde se encontrava, resultando do mistério do "monstro do Inverno da Rua Anicel Ribeiro".

Polícia cerca Congresso e ocupa a Universidade

BRASÍLIA, 24 (U) — Os Presidentes da Câmara de Deputados e do Senado Federal foram impedidos de sair do Congresso Nacional.

Em nota oficial, o Departamento de Polícia Federal informou que os deputados e senadores foram impedidos de sair do Congresso Nacional.

BRASÍLIA, 24 (U) — O Presidente da Câmara de Deputados, Elton Ruffo, e o Presidente do Senado Federal, Régis, foram impedidos de sair do Congresso Nacional.

BRASÍLIA, 24 (U) — O Presidente da Câmara de Deputados, Elton Ruffo, e o Presidente do Senado Federal, Régis, foram impedidos de sair do Congresso Nacional.

Líderes estudam hoje prosseguimento da luta

Os líderes estudantis de São Paulo estudam hoje o prosseguimento da luta. Os líderes estudantis de São Paulo estudam hoje o prosseguimento da luta.

SOCORRIDA NO IPASÉ

Um rapaz, no entanto, foi socorrido no IPASÉ. Um rapaz, no entanto, foi socorrido no IPASÉ.

INVARIAVEL

Um rapaz, no entanto, foi socorrido no IPASÉ. Um rapaz, no entanto, foi socorrido no IPASÉ.

DEPUTADOS INTERVEM

Deputados intervieram no Congresso. Deputados intervieram no Congresso.

NA ASSEMBLEIA CARIOCA

Na Assembleia Carioca, houve discussões. Na Assembleia Carioca, houve discussões.

Paulistas fazem passeata e condenam violência policial

Uma passeata em São Paulo condenou a violência policial. Uma passeata em São Paulo condenou a violência policial.

PREÇOS

Preços de alimentos aumentaram. Preços de alimentos aumentaram.

RESTRIBUICAO

Restribuição de impostos. Restribuição de impostos.

RESTRIBUICAO

Restribuição de impostos. Restribuição de impostos.

RESTRIBUICAO

Restribuição de impostos. Restribuição de impostos.

Vladimir se defende sozinho se for preso

Vladimir se defende sozinho se for preso. Vladimir se defende sozinho se for preso.

OUTRO CORTEIRO, PRESO

Outro corteiro, preso. Outro corteiro, preso.

OUTRO CORTEIRO, PRESO

Outro corteiro, preso. Outro corteiro, preso.

OUTRO CORTEIRO, PRESO

Outro corteiro, preso. Outro corteiro, preso.

OUTRO CORTEIRO, PRESO

Outro corteiro, preso. Outro corteiro, preso.

Artistas unidos para libertar Flávio Rangel

Artistas unidos para libertar Flávio Rangel. Artistas unidos para libertar Flávio Rangel.

ARTISTAS UNIDOS PARA LIBERTAR FLAVIO RANGEL

Artistas unidos para libertar Flávio Rangel. Artistas unidos para libertar Flávio Rangel.

ARTISTAS UNIDOS PARA LIBERTAR FLAVIO RANGEL

Artistas unidos para libertar Flávio Rangel. Artistas unidos para libertar Flávio Rangel.

ARTISTAS UNIDOS PARA LIBERTAR FLAVIO RANGEL

Artistas unidos para libertar Flávio Rangel. Artistas unidos para libertar Flávio Rangel.

ARTISTAS UNIDOS PARA LIBERTAR FLAVIO RANGEL

Artistas unidos para libertar Flávio Rangel. Artistas unidos para libertar Flávio Rangel.

Ambiente pesado no enterro do PM

Ambiente pesado no enterro do PM. Ambiente pesado no enterro do PM.

AMBIENTE PESADO NO ENTERRO DO PM

Ambiente pesado no enterro do PM. Ambiente pesado no enterro do PM.

AMBIENTE PESADO NO ENTERRO DO PM

Ambiente pesado no enterro do PM. Ambiente pesado no enterro do PM.

AMBIENTE PESADO NO ENTERRO DO PM

Ambiente pesado no enterro do PM. Ambiente pesado no enterro do PM.

AMBIENTE PESADO NO ENTERRO DO PM

Ambiente pesado no enterro do PM. Ambiente pesado no enterro do PM.

Anexo E

Polícia cerca congresso durante algumas horas. Folha de São Paulo, 23.06.1968, p.11.

Domingo, 23 de Junho de 1968

FOLHA DE S. PAULO

1.º caderno - 11

Polícia cerca Congresso durante algumas horas

BRASÍLIA (FOLHA) — Cheques da Polícia Militar... o Palácio do Congresso Nacional... estudantes da Universidade de Brasília...

Logo se reuniram e combinaram a realização de uma passeata amanhã. Foram organizados grupos para ornam e movimento e promover a entrada em seus universitários e secundaristas.

ALIMENTAÇÃO — Após ser ordenada a suspensão do cerco, sem que as autoridades oferecessem garantia inalterável, as suas residências... ALIMENTAÇÃO — Após ser ordenada a suspensão do cerco, sem que as autoridades oferecessem garantia inalterável, as suas residências...

LUTO — Nas colunas do salão de assembleia do MDB... AGENTES SÃO PRISOS — Para volta de 12 horas, os líderes do MDB...

COMANDO — Os policiais à porta da Câmara estavam sob o comando do delegado Washington Vargas Labatut...

COMUNICADO AOS NOSSOS CLIENTES. Visite-nos nesta semana ou solicite a visita de um nosso representante. Excelente oportunidade para aplicação em LETRAS IMOBILIÁRIAS: alta rentabilidade.

STI são paulo/minas s.a. Crédito, Financiamento e Investimentos. Rua Líbero Badur, 293 21º Andar - Cx. 213 Fone: 25-4444 e 24-3100

CERCO E PRISÕES — Os deputados Alt Alencar... O deputado José Benedito... O deputado José Benedito...

NA UNIVERSIDADE — Uma comissão do MDB... O secretário da Segurança de Brasília...

COMANDO — Os policiais à porta da Câmara estavam sob o comando do delegado Washington Vargas Labatut...

COMUNICADO AOS NOSSOS CLIENTES. Visite-nos nesta semana ou solicite a visita de um nosso representante. Excelente oportunidade para aplicação em LETRAS IMOBILIÁRIAS: alta rentabilidade.

COMANDO — Os policiais à porta da Câmara estavam sob o comando do delegado Washington Vargas Labatut...

COMUNICADO AOS NOSSOS CLIENTES. Visite-nos nesta semana ou solicite a visita de um nosso representante. Excelente oportunidade para aplicação em LETRAS IMOBILIÁRIAS: alta rentabilidade.

COMANDO — Os policiais à porta da Câmara estavam sob o comando do delegado Washington Vargas Labatut...

consagrados pela TRADIÇÃO OLINA. Essência de vida. Para a vida, indispensável em todos os momentos.

Em Brasília, 300 estudantes são acordados e presos pela Polícia. Brasília (Folha) — Até ontem à tarde, 300 estudantes tinham sido presos sendo conduzidos ao estudo de futebol e ao Banalhão de Polícia do Exército...

Em Brasília, 300 estudantes são acordados e presos pela Polícia. Brasília (Folha) — Até ontem à tarde, 300 estudantes tinham sido presos sendo conduzidos ao estudo de futebol e ao Banalhão de Polícia do Exército...

2140% de valorização para o investimento que você faz no Condomínio DELTEC há 7 anos. É este o presente de aniversário que o Condomínio DELTEC dá aos seus clientes...

FIEBERLIN. Para anunciar basta telefonar e pagar depois. 220-3105 220-4105 - 220-5105

Morrem em desastre esposa e 2 filhas de Virgílio Lopes da Silva. Duas filhas e a esposa de sr. Virgílio Lopes da Silva, esposa de senador e ex-secretário do Departamento Federal de Segurança Pública...

Morrem em desastre esposa e 2 filhas de Virgílio Lopes da Silva. Duas filhas e a esposa de sr. Virgílio Lopes da Silva, esposa de senador e ex-secretário do Departamento Federal de Segurança Pública...

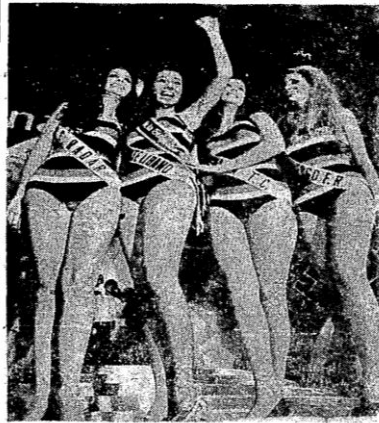
Como isso foi possível? Diversificando suas aplicações, através de uma orientação segura a cargo de pessoal altamente especializado. O Condomínio DELTEC tem as suas aplicações distribuídas em dezenas e dezenas de sólidas organizações. Em empresas que proporcionam rentabilidade nos setores industrial, comercial e bancário...

Anexo F

Parlamento da A.L propõe anistia. O Globo, 24.06.1968a, p.3

O GLOBO ☆ 24-6-68 ☆ Página 3

o Reduz a 4 os Sobreviventes



As Quatro Mais Belas

Miss Guanabara 68 acena para o público, sempre sorrindo e chorando, tendo à sua direita a segunda colocada, Regina Maria de Carvalho Melo, e à esquerda, a quarta colocada, Denussa Costa de Carvalho, seguida de Tânia Drummond, terceira colocada

Parlamento da AL Propõe Anistia

BRASÍLIA (O GLOBO) — A Terceira Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, em reunião terminada na madrugada de ontem, decidiu, em plenário, recomendar os países-membros a criação de um organismo supremo eleitoral, independente de poderes políticos, capaz de organizar, dirigir e fiscalizar, de forma permanente, o processo eleitoral, por considerar o sufrágio um direito e garantia constitucional do cidadão. A Secretaria-Geral do Parlamento resolveu ainda remeter aos países-membros a legislação eleitoral vigente em todos os países da América Latina, a fim de aperfeiçoar os respectivos sistemas eleitorais e recomendar a criação de um órgão de controle político. Ao iniciar-se a sessão, o Presidente do Parlamento, Deputado Ulisses Guimarães, anunciou que estavam em condições de ser discutidas e votadas, em plenário, nada menos de 32 moções. Uma das primeiras a serem aprovadas foi o apelo aos países-membros para que conjuguem seus esforços a fim de adotar um sistema internacional de preços de paridade, que garanta relação apropriada entre os preços dos produtos primários exportados e os das manufaturas importadas.

Protesto — Aproveou-se, a seguir, moção referente às projetadas restrições à importação de produtos primários, tendo o plenário decidido protestar firme e decididamente contra os projetos de lei restritivos apresentados no Senado dos Estados Unidos, pelas graves consequências que eles trazem ao progresso e bem-estar a que os povos da América Latina aspiram com toda justiça. Entre dezenas de moções

aprovadas, foram destacadas: a que recomenda medidas para que seja regulamentada a legislação sobre portos livres, a fim de evitar o comércio ilícito; a recomendação a todos os países-membros latino-americanos para que fixem seu mar territorial em 200 milhas, a exceção dos que já o fizeram; redução de um projeto de tratado sobre os direitos do autor; que consulte no propósito de encontrar normas comuns para a América Latina; e formação de uma frente comum para a defesa da indústria do rádio e de outros setores de crias; reafirmação de convite ao Congresso norte-americano para um entendimento em nível parlamentar, na cidade de Caracas, quando serão discutidos os problemas do comércio interamericano, tais como a deterioração dos preços de intercâmbio, as tarifas preferenciais para os produtos básicos da América Latina e outros assuntos afins; recomendação para a criação de um órgão político (havia duas moções nesse sentido, que foram aprovadas conjuntamente); e recomendação para a criação de um órgão permanente junto aos difíceis parlamentos latino-americanos, para dar continuidade aos trabalhos dos países integrantes.

Colômbia, a Nova Sede — Os países participantes do Parlamento Latino-Americano escolheram a Colômbia para a sede da IV Assembleia do organismo. Os trabalhos foram encerrados com a eleição do Deputado colombiano Ramiro Andrade para presidente do Parlamento, na fase que agora se inicia.

Monte Libano Ganha Pela 2ª Vez Coroa de Miss GB

Pela segunda vez nesta década — a primeira foi Vera Lúcia Saba, em 62 — o Clube Monte Libano, a Miss Guanabara 68, Maria da Glória Carvalho, eleita no Maracanãzinho entre 27 outras candidatas. No segundo pósto classificou-se a representante do BO Radar, Regina Maria de Carvalho Melo; no terceiro, o Botafogo FT, Tânia Drummond, e em quarto, a do Mar 70, Januss Costa de Carvalho. Além dessas foram apontadas ainda como semifinalistas Ione Silva Fernandes, do Renascença Clube; Maria Emília da Costa, do Telefônica; Rosângela dos Santos Collier, do Paquetá Iate Clube; e Elizabeth Lister Bottecour Vazquez, do Clube Sirio e Libanês.

O resultado final foi recebido pelo público que compareceu ao Maracanãzinho com aplausos convencionais, que traduziram o pouco interesse demonstrado pelo concurso deste ano entre os clubes da cidade. Multa inclusive o compositor Billy Blanco, consideraram um equívoco a não-convocação de Ione Fernandes entre as finalistas e a das Misses Paquetá e Clube Naval, Marielina Finkler, entre as semifinalistas.

O Desfile — Tendo como mestres-decerimônias os locutores Paulo Max e Maril Bueno, o desfile, cujo início fora marcado para as 21 horas, teve início 30 minutos depois, apresentando-se as candidatas em conjunto, e a seguir individualmente, em tarde de sobre. A seguir, as candidatas apresentaram-se convergendo vistas, mais com faixas horizontais de cores azul, branco e vermelho. A essa altura, excetuando-se as estereótipos das torcidas organizadas — que foram em número reduzido, resultando daí os poucos instantes da vibração que o concurso apresenta — as candidatas mais aplaudidas foram as do Clube Naval, Paquetá Iate Clube, Monte Libano, Telefônica AC e do Renascença. A rigor, foram das duas últimas as torcidas mais numerosas e ruidosas vistas durante toda a festa.

Alguns emissores de rádio, após realizarem ligeiras entrevistas com as damas presentes, anunciavam que a assistência feminina evitava aplaudir as candidatas devido à falta de beleza plástica das concorrentes. Outras asseguravam que muitas candidatas desfilavam mal, e explicavam os aplausos dos homens, alegando que esses eram menos exigentes e mais "compreensivos".

As Perguntas — O teste de desembarço das candidatas, feito logo depois de serem anunciadas as semifinalistas do concurso, consistiu nas seguintes perguntas: Paulo Max — Qual a sua filosofia de vida? Miss Radar — Recober a vida como ela é. Paulo Max — Se você fosse mãe, gostaria de ter uma filha igual a você mesma? Por quê? Misses hesitar alguns instantes, Maria da Glória Carvalho respondeu: — Sim eu gostaria. Gostaria porque eu não sou má filha porque eu não sou má filha. Paulo Max — Você acha que atualmente a mulher ainda pode ser considerada sexo frágil? Miss Sirio — A mulher continua a ser sexo frágil, pois na prática a sua missão é a de ajudar ao homem. Paulo Max — Você seria capaz de apertar sua própria mão, isto é, você está ou não casando mesma?

raís no que ele afirma que a juventude atual tem cabelos longos e idéias curtas? Miss Botafogo — Acho que a juventude atual tem cabelos longos mas não idéias curtas. Marly Bueno — Se você fosse mãe e tivesse à mão uma varinha de condão o que faria com ela? Ione Botafogo — Faz para toda a humanidade. Paulo Max — Sua filha tem a mesma idade que você? Miss Telefônica — Paulo, dizem que os olhos são o espelho da alma dia gente, logo eu tenho a idade dos meus olhos. — Ione, qual a dor que dói mais, a dor de dentes ou a de ceder? Ione — Ambas doem muito. Mas, dependendo da hora, uma dói mais que a outra. Paulo Max — Se você fosse membro do júri votaria em você mesma? Ione Botafogo — Se eu fosse do júri eu não estaria aqui, logo teria que votar em outra pessoa. Paulo Max — Depusa, você acredita em horóscopo e por quê? Miss Mará — Leio diariamente meu horóscopo, mas na verdade eu não sei por que. Paulo Max — Você tem mais medo da morte ou da vida? Miss Mará — Eu não tenho medo da morte, mas eu amo a vida. Marly Bueno — Qual o papel da mulher moderna na vida do homem? Miss Mará — A mulher de hoje não tem um papel definido já que ela compete com o homem em todos os setores. Marly Bueno — A beleza não ser humano é fundamental? Miss Paquetá — Não, no homem a beleza não é fundamental e sim complemento de outros atributos. Marly Bueno — Qual o homem ideal? Miss Paquetá — Aquela que completa a vida do homem. Paulo Max — O que você gostaria de ter de Ted Kennedy, Omar Sharif, Jorge Guinle, Chico Buarque e Pelé? Miss Paquetá — Tudo de bom que Ted Kennedy possa ter, o talento de Omar Sharif, o dinheiro de Jorge Guinle, o lirismo de Chico Buarque, e a humildade de Pelé.

"Flashes" — Depois de anunciado o resultado do presidente do Sirio e Libanês Sr. Demétrio Habib, indagava, embora dizendo-se antipático com o resultado, qual a razão que impediu os clubes de grande expressão de participarem do concurso e por que a Secretaria de Turismo não se encarregava de organizar o curso, que a essa altura, devido à sua expressão na vida social da cidade, deixou de ser iniciativa de uma pessoa ou de grupos. Acreditada o presidente que assim se eliminava, de uma vez por todas, as dúvidas que poderiam pairar sobre os resultados dos futuros certames. afirmou ainda que essa foi a primeira vez que o Sirio Libanês participou do concurso e que na sua gestão o clube dificilmente lançará outra candidata.

Paulo Max, por sua vez, explicava que os clubes estavam se abstendo de lançar candidatas devido às vultosas quantias que têm de depender com suas representantes, que atualmente não cuidam sequer de seus gastos com guarda-roupa, exigindo o sempre o melhor e o mais caro tudo, uma tela ou panela de torneio, cabelos e olhos castanhos.

Foquete especial revestido de papel dourado, tendo como fundo uma tela ou panela laminada prateada e meias-luas do mesmo material, compunha a decoração do

Paquetá com relação à sua fortuna. Salomão Saad, presidente do Monte Libano, ao ser indagado sobre a razão pela qual somente depois de 6 anos seu clube tentou outra vitória no certame, afirmou que "o Monte Libano só entra no certame quando tem certeza de que pode vencer". Disse o presidente que apostou com um amigo na vitória de Maria da Glória e que está disposto a apostar mais NCr\$ 10 mil como prêmio para a Secretária de Turismo. Sr. Heio Amado, Sr. Lúcia Castro Neves e a Professora Mariana de Moraes Miranda.

Terminado o concurso, Billy Blanco lamentou que Miss Renascença não estivesse entre as finalistas. Contudo, ao fazer um balanço de sua primeira experiência, o autor achou proveitosa sua participação no júri, dizendo que como arquero importava-se bastante com a estética que o espetáculo lhe apresentou.

Embora considerasse o espetáculo num nível bastante inferior ao do ano passado, o público não votou as candidatas, tem mesmo quando Miss Guanabara, no teste de desembarço, começou a gaguejar. Para adquirir as medidas desejáveis, Ione Fernandes submeteu-se, durante três dias, desde quinta-feira, a rígido regime alimentar, sauna e massagens.

A Sra. Maria Cristina Riddi Katar, Miss Guanabara, substituiu este ano Maria Augusta no teste de desfile, conforme este ano Maria Augusta, na passada ao lhe passar o bastão. Após o concurso, Maria da Glória foi levada ao Monte Libano, onde foi cumprimentada pelo Secretário de Turismo, Deputado Levy Neves, que chegou atrasado ao Monte Libano, e pelo Embaixador do Libano, Sr. Farid Habib. Como prêmio, ela recebeu um título de propriedade no valor de ... NCr\$ 4 mil.

Coube a Vera Lúcia Castro, Miss Guanabara 67, coroar sua substituta. Despedindo-se das passarelas, Verinha desfilou conduzindo nos braços duas rosas amarelas. Durante a festa foram consumidos 4 mil refrigerantes, 4 mil doces, 5 mil salgados, entre camarões recheados, croquetes de sirio, pamonhas, e pastéis. Como nos anos anteriores, o serviço de buffet esteve a cargo dos mestres Benigno Pereira e José Fernandez, ambos da Colômbia. A unânime manifestação do público em favor da candidata do Monte Libano evitou que houvesse falas na proclamação do resultado final, pela estranheza do público em não ver a Miss Renascença entre as primeiras colocadas. Chegou a haver um câmbio de apupos, logo abastado pelos aplausos com que o público acolheu a classificação de Maria da Glória. Miss Guanabara 66 tem 173 de altura, pesa 60.500 quilos, tem 62 cm de cintura, 94 cm de busto e quadril, 33 cm de coxa e 23 cm de tornozelo, cabelos e olhos castanhos.

Anexo G

Padre condena violências contra PLA. Correio Braziliense, 23.06.1968b, p.3

PADRE CONDENA VIOLÊNCIAS CONTRA PLA

Correio Braziliense, 23 de junho de 1968

A polícia civil de Brasília, volta das 11 horas de ontem... Padre Nobre, em discurso no Congresso Nacional...

INFLITRAÇÃO Um major e um capitão do exército foram detidos pelo Serviço de Segurança da Câmara...

Os dois militares foram identificados pelos estudantes que os apontaram ao deputado David Lacerda...

Após entendimentos com o Sr. Ary Alcântara, retiraram-se...

COMISSO DO PLA A Comissão de Deputados que foi à Universidade de Brasília...

Quando fomos chegando à Universidade o nosso carro foi detido por um grupo de pessoas...

Final conseguimos que um jornalista nos fizesse introduzir...



Estudantes brasileiros no Congresso desde a manhã de ontem, aguardando a sessão plenária do PLA.

PRIMEIRA SESSÃO Do PL A Em face do ódio político e das acusações de partidismo...

PRIMEIRA SESSÃO A primeira sessão plenária do PLA, ontem, pela manhã...

MFM MONTEPIO da Família Militar. Andradás, 1258 - Pôrto Alegre - RS.

De tribuna, o Padre Nobre reiterou o procedimento para a exigir identificação de todos quanto ao ingresso no Congresso Nacional...

ção e afirmando que "os estudantes são pacíficos e não se dedicam a atos de violência... A aprovação dessa moção será em nome da liberdade...

BOLETIM INFORMATIVO ESPECIAL. O Montepio da Família Militar comunica aos seus associados e ao público em geral...

SECURITY. Segurança e proteção. Telemobil B.A. Edifício JH, loja 3 Tel. 2-2000 Brasília, DF.

TV BRASILIA CANAL 6. 14.00 - O Vale do Oeste. 14.30 - Tardy, Esporvino - Notícias e XV de Novembro.

BRINQUEDOS PARA TODAS AS IDADES. M. B. BRINQUEDOS. Rua Maranhão, 100 - Pôrto Alegre.

ROBERT F. KENNEDY "LUTA POR UM MUNDO MELHOR" COMUNICADO. Tendo em vista o extraordinário sucesso de vendas obtido pelo livro LUTA POR UM MUNDO MELHOR...

Racumin. INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL. A CIA. FABIO BASTOS. Comércio Indústria e American Breeders Service têm a satisfação de convidar os senhores médicos veterinários...

AMAZONIA. 14.30 - Abertura. 14.35 - TV Especial. 15.10 - O Vale do Oeste. 15.30 - Carnaval. 15.30 - Festival de Aracaju.

EDITORIA EXPRESSÃO E CULTURA. Rua Pira, Caixa de Correios 100, 20.01, RJ.

Divantex. POLYESTER. QUALIDADE. Divantex.

Anexo H

Mariz propõe expulsão de 2 delegados. Jornal do Brasil, 3/06/1968a, p.18

18 — 1.º Cad., Jornal do Brasil, domingo, 23-6-68 — TERCEIRO CLICHÊ

Mariz propõe expulsão de 2 delegados

O Senador Dinarte Mariz, da delegação brasileira, chegou a propor ao Sr. Ulisses Guimarães a expulsão dos representantes do Chile e da Venezuela na **III** Assembléia do Parlamento Latino-Americano, que se realiza em Brasília, após violentos discursos pronunciados ontem à noite na Comissão de Integração Política do conclave.

Na reunião, o brasileiro Dnar Mendes repudiou violentamente o discurso feito à tarde pelo Deputado comunista chileno Luis Gustavino, em defesa dos estudantes brasileiros espancados pela Polícia carioca.

Disse o Sr. Dnar Mendes, pai do estudante Raimundo Mendes, que se encontra prêso em Minas, que não podia aceitar críticas de "um elemento que segue a orientação de Moscou, de um regime sem qualquer liberdade de expressão".

O Presidente da Câmara dos Deputados da Venezuela, Sr. Ramon Lovera protestou contra o discurso do Sr. Dnar Mendes, afirmando que suas palavras ofenderam não só o representante do Chile, mas a todos os delegados, que não vieram a Brasília para sofrer humilhações, mas sim para trocar idéias, independentemente de qualquer bandeira ideológica.

Anexo I

Proibida Passeata Hoje em Brasília. O Globo, 24.06.1968b, p.4

Desloca-se Para São Paulo o Centro da Agitação

Antes de ontem informava-se de São Paulo que as autoridades locais haviam sido alertadas para a chegada ali de líderes estudantes Vladimir Palmeira, Elinor Brito e Dircceu Régis, que, viajando de automóvel, teriam burinado a vigilância da polícia carioca, em seu deslocamento desde os últimos acontecimentos que agitarão a Guanabara. A presença dos três na capital paulista, coincidindo com a programação concentrando estudantes em São Paulo, parece ter lugar ali na tarde de hoje, para confirmar que inquestionavelmente o centro das manifestações se deslocou do Rio para São Paulo, onde o comandante do II Exército, General Carvalho Lisboa, em entrevista na noite passada, já advertiu que "as Forças Armadas responderão com a máxima violência em ataques às instituições democráticas e tradicionais do País", acrescentando "que um desfilio que acatamos com prazer, pois

sonos profissionais da brigada e da luta". Enquanto isto, na Guanabara, onde os estudantes, desconhecendo o apelo do Governador no sentido de uma trégua para exames da situação, já anunciam outra concentração para depois de amanhã, as autoridades esperam que a decretação do recesso escolar e a antecipação das férias de julho contribuam para acalmá-los os ânimos. Simultaneamente, em outros pontos do País as autoridades estão atentas à realização de manifestações de rua, notadamente em Brasília, onde depois da invasão da Universidade pelo Povo, que ali se efectuou mais de 400 prisioneiros e apreensões, exigindo assistência, fôrto material subversivo, inclusive "coquetéis à Molotov", produtos químicos para fabricação de explosivos, além de outros instrumentos de luta, está programada para hoje uma passeata que os responsáveis pela segurança pública já declararam não permitir com hipótese alguma.



Em Busca da Solução
O Governador Negrão da Lima e o Reitor João Filipe Filho, de cima, (em primeiro plano). Ao fundo, o Vice-Reitor Cleonilton Faria Filho, o Diretor Faria Filho e o Reitor João Filipe Filho, no final de reunião de ontem.

Companhia do Povo do II Exército determinou a suspensão de todas as atividades rodoviárias e telefônicas, e a suspensão de todas as atividades de comunicação social, incluindo a imprensa, a rádio e a televisão. A suspensão das atividades de comunicação social, incluindo a imprensa, a rádio e a televisão, foi decretada pelo governador Negrão da Lima, em um decreto assinado por ele mesmo. O decreto também determinou a suspensão de todas as atividades de comunicação social, incluindo a imprensa, a rádio e a televisão, e a suspensão de todas as atividades de comunicação social, incluindo a imprensa, a rádio e a televisão.

Avérida da possibilidade de decretação de estado de sítio. Segundo se sabe, os poderes estaduais não têm o direito de decretar estado de sítio, e que isso só pode ser decretado pelo governador de um estado. A possibilidade de decretação de estado de sítio, segundo se sabe, é uma possibilidade que não pode ser exercida pelos poderes estaduais. A possibilidade de decretação de estado de sítio, segundo se sabe, é uma possibilidade que não pode ser exercida pelos poderes estaduais.

SÃO PAULO: CONCENTRAÇÃO HOJE

Ao longo do dia, em São Paulo, haverá uma reunião de líderes estudantes em São Paulo, onde se discutirá a situação atual e as perspectivas futuras. A reunião será realizada no Hotel Copacabana Palace, onde se encontra hospedado o governador Negrão da Lima. A reunião será presidida pelo governador Negrão da Lima, e terá como participantes os líderes estudantes e representantes das instituições de ensino superior de São Paulo. A reunião é considerada de grande importância, pois poderá definir a estratégia das manifestações e a forma de atuação dos estudantes em São Paulo.

MINISTRO FALOU A NACÃO

O Ministro Paulo Duarte fez importante pronunciamento ao povo brasileiro, afirmando que o Brasil está passando por um momento de crise, mas que a solução para os problemas do país está nas mãos do povo brasileiro. O ministro afirmou que o governo está comprometido com a democracia e com a liberdade de expressão, e que não permitirá que ninguém interfira no curso normal das instituições democráticas. O ministro também afirmou que o governo está trabalhando para melhorar a situação econômica do país e para promover o desenvolvimento social. O pronunciamento do ministro foi recebido com atenção pelo povo brasileiro, que espera que o governo continue a trabalhar para a solução dos problemas do país.

PROIBIDA PASSEATA HOJE EM BRASÍLIA

Brasília (O Globo) — O governador Negrão da Lima, nesta manhã, após 12 horas de reunião com o Conselho de Segurança Pública, proibiu a realização de passeatas em Brasília hoje. O governador afirmou que a realização de passeatas poderia prejudicar a segurança pública e a ordem normal da cidade. O governador também afirmou que a realização de passeatas poderia ser interpretada como uma afronta às autoridades locais. O governador pediu que o povo brasileiro continue a trabalhar para a solução dos problemas do país e que não se envolva em atividades que possam prejudicar a segurança pública. A proibição de passeatas é considerada uma medida necessária para garantir a segurança pública em Brasília.

Alas Suspensas

As 18 barras de ordem do Conselho Nacional de Educação foram suspensas em decorrência da greve dos professores. O Conselho Nacional de Educação afirmou que a suspensão das barras de ordem é uma medida necessária para garantir a normalidade do ensino superior. O Conselho também afirmou que a suspensão das barras de ordem é uma medida temporária, e que será retomada assim que a greve dos professores acabar. A suspensão das barras de ordem é considerada uma medida necessária para garantir a normalidade do ensino superior.

Cercos Suspensos

Por volta das 14 horas de ontem, o cerco que se estabeleceu em torno do Congresso Nacional foi suspenso. O Congresso Nacional afirmou que a suspensão do cerco é uma medida necessária para garantir a normalidade das atividades legislativas. O Congresso também afirmou que a suspensão do cerco é uma medida temporária, e que será retomado assim que a situação de segurança pública melhorar. A suspensão do cerco é considerada uma medida necessária para garantir a normalidade das atividades legislativas.

REUNIÃO NO MEC DEPOIS DE AMANHÃ

Uma reunião do Conselho Nacional de Educação será realizada no MEC de amanhã. A reunião será presidida pelo ministro Paulo Duarte, e terá como participantes os membros do Conselho Nacional de Educação. A reunião é considerada de grande importância, pois poderá definir a estratégia das manifestações e a forma de atuação dos estudantes em São Paulo. A reunião será realizada no MEC, onde se encontra o Conselho Nacional de Educação.

EXERCÍCIO CÍVIL O DESAFIO

O Exército Brasileiro está realizando o exercício civil em São Paulo, onde se encontra o 11º Regimento Militar. O exercício civil é considerado uma medida necessária para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade. O Exército afirmou que o exercício civil é uma medida temporária, e que será retomado assim que a situação de segurança pública melhorar. O exercício civil é considerado uma medida necessária para garantir a segurança pública.

País e Procura Dos Filhos

O Brasil está procurando os filhos dos estudantes que foram sequestrados durante as manifestações em São Paulo. O governo afirmou que a busca dos filhos dos estudantes é uma medida necessária para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade. O governo também afirmou que a busca dos filhos dos estudantes é uma medida temporária, e que será retomada assim que a situação de segurança pública melhorar. A busca dos filhos dos estudantes é considerada uma medida necessária para garantir a segurança pública.

Matéria Apreendida

Uma matéria explosiva foi apreendida em São Paulo durante as manifestações. A polícia afirmou que a matéria explosiva foi encontrada em um apartamento de um dos manifestantes. A polícia também afirmou que a matéria explosiva foi utilizada para a fabricação de bombas. A apreensão da matéria explosiva é considerada uma medida necessária para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade.

Cartões

Cartões de identificação foram distribuídos para os estudantes em São Paulo. O governo afirmou que a distribuição de cartões de identificação é uma medida necessária para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade. O governo também afirmou que a distribuição de cartões de identificação é uma medida temporária, e que será retomada assim que a situação de segurança pública melhorar. A distribuição de cartões de identificação é considerada uma medida necessária para garantir a segurança pública.

REITORIA ACHA GRAVE A SITUAÇÃO

O Reitor João Filipe Filho afirmou que a situação atual em São Paulo é grave e que requer a intervenção das autoridades locais. O reitor afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade. O reitor também afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade.

Nota da Retirada

Uma nota de retirada foi publicada pelo Conselho Nacional de Educação. A nota afirmou que o Conselho Nacional de Educação não se responsabiliza pelas manifestações realizadas em São Paulo. A nota também afirmou que o Conselho Nacional de Educação não se responsabiliza pelas consequências das manifestações realizadas em São Paulo. A nota de retirada é considerada uma medida necessária para garantir a normalidade das atividades do Conselho Nacional de Educação.

País e Procura Dos Filhos

O Brasil está procurando os filhos dos estudantes que foram sequestrados durante as manifestações em São Paulo. O governo afirmou que a busca dos filhos dos estudantes é uma medida necessária para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade. O governo também afirmou que a busca dos filhos dos estudantes é uma medida temporária, e que será retomada assim que a situação de segurança pública melhorar. A busca dos filhos dos estudantes é considerada uma medida necessária para garantir a segurança pública.

País e Procura Dos Filhos

O Brasil está procurando os filhos dos estudantes que foram sequestrados durante as manifestações em São Paulo. O governo afirmou que a busca dos filhos dos estudantes é uma medida necessária para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade. O governo também afirmou que a busca dos filhos dos estudantes é uma medida temporária, e que será retomada assim que a situação de segurança pública melhorar. A busca dos filhos dos estudantes é considerada uma medida necessária para garantir a segurança pública.

País e Procura Dos Filhos

O Brasil está procurando os filhos dos estudantes que foram sequestrados durante as manifestações em São Paulo. O governo afirmou que a busca dos filhos dos estudantes é uma medida necessária para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade. O governo também afirmou que a busca dos filhos dos estudantes é uma medida temporária, e que será retomada assim que a situação de segurança pública melhorar. A busca dos filhos dos estudantes é considerada uma medida necessária para garantir a segurança pública.

Situação Difícil

A situação atual em São Paulo é considerada difícil pelas autoridades locais. O governador Negrão da Lima afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade. O governador também afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade.

Situação Difícil

A situação atual em São Paulo é considerada difícil pelas autoridades locais. O governador Negrão da Lima afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade. O governador também afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade.

Situação Difícil

A situação atual em São Paulo é considerada difícil pelas autoridades locais. O governador Negrão da Lima afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade. O governador também afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade.

Situação Difícil

A situação atual em São Paulo é considerada difícil pelas autoridades locais. O governador Negrão da Lima afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade. O governador também afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade.

Situação Difícil

A situação atual em São Paulo é considerada difícil pelas autoridades locais. O governador Negrão da Lima afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade. O governador também afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade.

Situação Difícil

A situação atual em São Paulo é considerada difícil pelas autoridades locais. O governador Negrão da Lima afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade. O governador também afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade.

Situação Difícil

A situação atual em São Paulo é considerada difícil pelas autoridades locais. O governador Negrão da Lima afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade. O governador também afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade.

Situação Difícil

A situação atual em São Paulo é considerada difícil pelas autoridades locais. O governador Negrão da Lima afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade. O governador também afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade.

Situação Difícil

A situação atual em São Paulo é considerada difícil pelas autoridades locais. O governador Negrão da Lima afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade. O governador também afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade.

Situação Difícil

A situação atual em São Paulo é considerada difícil pelas autoridades locais. O governador Negrão da Lima afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade. O governador também afirmou que a situação atual em São Paulo é uma situação de emergência, e que requer a intervenção das autoridades locais para garantir a segurança pública e a ordem normal da cidade.

Enterrado Como Herói o PM Nelson Barros

Pol apaludado no Brasil, o herói Nelson Barros, morto em um acidente de trânsito em São Paulo, foi enterrado com honras militares em Brasília. O governador Negrão da Lima afirmou que a morte de Nelson Barros foi uma tragédia para o Brasil, e que ele foi um herói que morreu em defesa da democracia. O governador também afirmou que a morte de Nelson Barros foi uma tragédia para o Brasil, e que ele foi um herói que morreu em defesa da democracia.

Pol apaludado no Brasil, o herói Nelson Barros, morto em um acidente de trânsito em São Paulo, foi enterrado com honras militares em Brasília. O governador Negrão da Lima afirmou que a morte de Nelson Barros foi uma tragédia para o Brasil, e que ele foi um herói que morreu em defesa da democracia. O governador também afirmou que a morte de Nelson Barros foi uma tragédia para o Brasil, e que ele foi um herói que morreu em defesa da democracia.

Pol apaludado no Brasil, o herói Nelson Barros, morto em um acidente de trânsito em São Paulo, foi enterrado com honras militares em Brasília. O governador Negrão da Lima afirmou que a morte de Nelson Barros foi uma tragédia para o Brasil, e que ele foi um herói que morreu em defesa da democracia. O governador também afirmou que a morte de Nelson Barros foi uma tragédia para o Brasil, e que ele foi um herói que morreu em defesa da democracia.

Pol apaludado no Brasil, o herói Nelson Barros, morto em um acidente de trânsito em São Paulo, foi enterrado com honras militares em Brasília. O governador Negrão da Lima afirmou que a morte de Nelson Barros foi uma tragédia para o Brasil, e que ele foi um herói que morreu em defesa da democracia. O governador também afirmou que a morte de Nelson Barros foi uma tragédia para o Brasil, e que ele foi um herói que morreu em defesa da democracia.

Pol apaludado no Brasil, o herói Nelson Barros, morto em um acidente de trânsito em São Paulo, foi enterrado com honras militares em Brasília. O governador Negrão da Lima afirmou que a morte de Nelson Barros foi uma tragédia para o Brasil, e que ele foi um herói que morreu em defesa da democracia. O governador também afirmou que a morte de Nelson Barros foi uma tragédia para o Brasil, e que ele foi um herói que morreu em defesa da democracia.

Pol apaludado no Brasil, o herói Nelson Barros, morto em um acidente de trânsito em São Paulo, foi enterrado com honras militares em Brasília. O governador Negrão da Lima afirmou que a morte de Nelson Barros foi uma tragédia para o Brasil, e que ele foi um herói que morreu em defesa da democracia. O governador também afirmou que a morte de Nelson Barros foi uma tragédia para o Brasil, e que ele foi um herói que morreu em defesa da democracia.

Pol apaludado no Brasil, o herói Nelson Barros, morto em um acidente de trânsito em São Paulo, foi enterrado com honras militares em Brasília. O governador Negrão da Lima afirmou que a morte de Nelson Barros foi uma tragédia para o Brasil, e que ele foi um herói que morreu em defesa da democracia. O governador também afirmou que a morte de Nelson Barros foi uma tragédia para o Brasil, e que ele foi um herói que morreu em defesa da democracia.

Avérida da possibilidade de decretação de estado de sítio. Segundo se sabe, os poderes estaduais não têm o direito de decretar estado de sítio, e que isso só pode ser decretado pelo governador de um estado. A possibilidade de decretação de estado de sítio, segundo se sabe, é uma possibilidade que não pode ser exercida pelos poderes estaduais.

Avérida da possibilidade de decretação de estado de sítio. Segundo se sabe, os poderes estaduais não têm o direito de decretar estado de sítio, e que isso só pode ser decretado pelo governador de um estado. A possibilidade de decretação de estado de sítio, segundo se sabe, é uma possibilidade que não pode ser exercida pelos poderes estaduais.

Avérida da possibilidade de decretação de estado de sítio. Segundo se sabe, os poderes estaduais não têm o direito de decretar estado de sítio, e que isso só pode ser decretado pelo governador de um estado. A possibilidade de decretação de estado de sítio, segundo se sabe, é uma possibilidade que não pode ser exercida pelos poderes estaduais.

Avérida da possibilidade de decretação de estado de sítio. Segundo se sabe, os poderes estaduais não têm o direito de decretar estado de sítio, e que isso só pode ser decretado pelo governador de um estado. A possibilidade de decretação de estado de sítio, segundo se sabe, é uma possibilidade que não pode ser exercida pelos poderes estaduais.

Avérida da possibilidade de decretação de estado de sítio. Segundo se sabe, os poderes estaduais não têm o direito de decretar estado de sítio, e que isso só pode ser decretado pelo governador de um estado. A possibilidade de decretação de estado de sítio, segundo se sabe, é uma possibilidade que não pode ser exercida pelos poderes estaduais.

Avérida da possibilidade de decretação de estado de sítio. Segundo se sabe, os poderes estaduais não têm o direito de decretar estado de sítio, e que isso só pode ser decretado pelo governador de um estado. A possibilidade de decretação de estado de sítio, segundo se sabe, é uma possibilidade que não pode ser exercida pelos poderes estaduais.

Avérida da possibilidade de decretação de estado de sítio. Segundo se sabe, os poderes estaduais não têm o direito de decretar estado de sítio, e que isso só pode ser decretado pelo governador de um estado. A possibilidade de decretação de estado de sítio, segundo se sabe, é uma possibilidade que não pode ser exercida pelos poderes estaduais.

Avérida da possibilidade de decretação de estado de sítio. Segundo se sabe, os poderes estaduais não têm o direito de decretar estado de sítio, e que isso só pode ser decretado pelo governador de um estado. A possibilidade de decretação de estado de sítio, segundo se sabe, é uma possibilidade que não pode ser exercida pelos poderes estaduais.

Avérida da possibilidade de decretação de estado de sítio. Segundo se sabe, os poderes estaduais não têm o direito de decretar estado de sítio, e que isso só pode ser decretado pelo governador de um estado. A possibilidade de decretação de estado de sítio, segundo se sabe, é uma possibilidade que não pode ser exercida pelos poderes estaduais.

Avérida da possibilidade de decretação de estado de sítio. Segundo se sabe, os poderes estaduais não têm o direito de decretar estado de sítio, e que isso só pode ser decretado pelo governador de um estado. A possibilidade de decretação de estado de sítio, segundo se sabe, é uma possibilidade que não pode ser exercida pelos poderes estaduais.

Avérida da possibilidade de decretação de estado de sítio. Segundo se sabe, os poderes estaduais não têm o direito de decretar estado de sítio, e que isso só pode ser decretado pelo governador de um estado. A possibilidade de decretação de estado de sítio, segundo se sabe, é uma possibilidade que não pode ser exercida pelos poderes estaduais.

Avérida da possibilidade de decretação de estado de sítio. Segundo se sabe, os poderes estaduais não têm o direito de decretar estado de sítio, e que isso só pode ser decretado pelo governador de um estado. A possibilidade de decretação de estado de sítio, segundo se sabe, é uma possibilidade que não pode ser exercida pelos poderes estaduais.

Avérida da possibilidade de decretação de estado de sítio. Segundo se sabe, os poderes estaduais não têm o direito de decretar estado de sítio, e que isso só pode ser decretado pelo governador de um estado. A possibilidade de decretação de estado de sítio, segundo se sabe, é uma possibilidade que não pode ser exercida pelos poderes estaduais.

Avérida da possibilidade de decretação de estado de sítio. Segundo se sabe, os poderes estaduais não têm o direito de decretar estado de sítio, e que isso só pode ser decretado pelo governador de um estado. A possibilidade de decretação de estado de sítio, segundo se sabe, é uma possibilidade que não pode ser exercida pelos poderes estaduais.

Avérida da possibilidade de decretação de estado de sítio. Segundo se sabe, os poderes estaduais não têm o direito de decretar estado de sítio, e que isso só pode ser decretado pelo governador de um estado. A possibilidade de decretação de estado de sítio, segundo se sabe, é uma possibilidade que não pode ser exercida pelos poderes estaduais.

Anexo J

Condenan que EU Venda Armamento a Dictaduras. El Informador. 30.04.1978, p.12

Condenan que EU Venda Armamento a Dictaduras

MEXICO, D. F., abril 29 (Exc-AEE). — El Parlamento Latinoamericano presentó una enérgica protesta al Presidente James Carter, porque Estados Unidos ha vendido armas de alto poder a países que violan los derechos humanos, informó el presidente del Parlamento Latinoamericano, diputado Victor Manzanilla Schaffer.

Se cuestiona al mandatario norteamericano, en la misma comunicación, por qué Estados Unidos ha seguido comerciando con productos químicos para la agricultura, que producen consecuencias nocivas para la salud, a pesar de que la Food and Drug Administration ha prohibido su uso.

Manzanilla dijo que los países miembros del Parlamento Latinoamericano se dirigieron al Secretario General de las Naciones Unidas, Kurt Waldheim, pidiéndole su intervención en ambas protestas.

A Waldheim se le presentó la queja por la existencia de una base para el lanzamiento de cohetes en la aldea de Kourou, en la Guayana Francesa. Al considerar que la existencia de dicha base constituye un grave riesgo para Latinoamérica, y debido a que la Comisión de Derechos Humanos del propio Parlamento ha reaccionado con enorme preocupación, se pidió al más alto foro internacional su intervención ante el gobierno francés, dijo Manzanilla.

Anexo K

Solicitarán Preferencia Para Nuevos Productos. El Informador. 13.07.1979c. p.13.

EL INFORMADOR

Solicitarán Preferencia Para Nuevos Productos

MEXICO, D. F., julio 12 (Exc.-AEE). — Los países latinoamericanos, incluido México, solicitarán a Estados Unidos la incorporación de nuevos productos de la región al Sistema General de Preferencias; también rechazaron en forma unánime las cláusulas por las cuales se excluye a Ecuador y Venezuela de ese mecanismo preferencial.

El Director General de Negociaciones Internacionales, Heceñedo Abel Garrido Ruiz, señaló lo anterior, hoy en la Secretaría de Comercio, añadió: Algunos de los acuerdos

tomados durante la decimocuarta reunión del grupo ad hoc de la Comisión Especial de Consulta y Negociación del Consejo Interamericano Económico Social, fueron los anteriores. Además, dijo, las resoluciones adoptadas serán discutidas en el seno del CIES — institución dependiente de la OEA —, ya que su implementación coadyuvará al mejoramiento de las relaciones comerciales entre los países de la región y Estados Unidos.

MEXICO, D. F., julio 12 (Exc.-AEE). — Hoy quedó integrada la delegación mexicana que asistirá a la

Novena Asamblea Ordinaria del **Parlamento Latinoamericano**, igualmente, se formaron las comisiones de legisladores que expondrán sus puntos de vista sobre los temas y problemas más importantes de la actualidad.

Con ese propósito, el Presidente de la Gran Comisión de la Cámara de Senadores y de Diputados, Joaquín Gamboa Pascoe y Antonio Riva Palacio, respectivamente reunieron hoy con senadores y diputados que asistirán como delegados titulares y delegados alternos al mencionado evento que tendrá lugar del próximo dieciséis al dieciocho de julio en la Secretaría de Relaciones Exteriores.

En la comisión política, los senadores Joaquín Gamboa Pascoe y Humberto Lugo Gil, y los diputados Enrique Álvarez del Castillo y Jaime Aguilar Álvarez, serán los ponentes.

Los diputados Antonio Riva Palacio y Julio Zamora Batis y los senadores Gilberto Ruiz Almada y Ángel Ventura Valle, forman la comisión económica.

En la comisión legislativa figuran los senadores Martha Chávez Padrón y Jesús Cabrera Muñoz Ledo y los diputados Enrique Álvarez del Castillo y Eduardo Thomas Domínguez.

En la Comisión Cultural y de Educación, los ponentes serán los senadores Jesús Cabrera Muñoz Ledo y Mario Carballo Pazos y los diputados Guadalupe López Bretón y Ricardo Castillo Peralta.

Los presidentes de la Cámara de Senadores y de Diputados, Joaquín Gamboa Pascoe y Antonio Riva Palacio, fungirán como presidente de la delegación y presidente alterno, respectivamente.

Entre los temas más importantes que serán abordados durante la novena asamblea ordinaria del **Parlamento Latinoamericano**, se encuentran la vigencia de los derechos humanos en América Latina, la situación de la democracia en Latinoamérica, la organización de los Estados Americanos y recomendaciones para el plan de trabajo durante el receso del Parlamento. Esto corresponde exponerlo a la Comisión Permanente de Integración Política.

En el campo social y económico, se analizará el funcionamiento de los organismos de integración económica regional, los energéticos, nuevo orden económico internacional y se harán recomendaciones para el plan de trabajo durante el receso del Parlamento.

Igualmente a la Comisión Cultural y de Educación, corresponderá exponer lo relacionado con cooperación tecnológica y cultural, los institutos lingüísticos de verano, etc.

Y por lo que respecta a la Comisión Legislativa, tratará sobre la revisión de proyectos de nuevos estatutos del **Parlamento Latinoamericano** y la institución del mismo. Actualmente, el **Parlamento Latinoamericano** es presidido por el diputado mexicano Víctor Manzanilla Shaffer y al término de la asamblea será sustituido.

No Aceptó el Vaticano dos Invitaciones de EU

WASHINGTON, julio 12 (UPI) — El Papa Juan Pablo Segundo tiene dos invitaciones formales para visitar Estados Unidos, pero el Vaticano no aceptó oficialmente ninguna de ellas, dijeron hoy altos dirigentes eclesíásticos.

Los dirigentes de la Conferencia Católica de Estados Unidos, organización ejecutiva de los obispos católicos, dijo que el Papa ha sido invitado formalmente por el secretario general de las Naciones Unidas, Kurt Waldheim, para que hable en la asamblea general que se inaugurará el próximo dieciocho de septiembre.

Además, la conferencia de obispos católicos también invitó al Pontífice a que venga a Estados Unidos. El Papa en su corto pontificado ha visitado México, la República Dominicana y su natal Polonia.

"El viaje no es seguro. Dios sólo sabe cuánto queremos que acepte. Mientras más pronto se tome una decisión más fácil será para todos", dijo un dirigente de la conferencia.

Ningún Aumento Prevén Para las Líneas Aéreas

MEXICO, D. F., julio 12 (Exc.-AEE). — Las líneas aéreas nacionales no tienen previsto solicitar ningún aumento a sus tarifas, coincidieron en señalar los directores de comercialización de Aeroméxico y Mexicana de Aviación, Raúl Fernández y José Patiño, respectivamente.

Patiño expresó sin embargo que los aumentos de los costos de operación, originado por el alza en el combustible, pueden afectar, pero se busca ya la forma de adquirir aviones de mayor capacidad para el transporte de pasajeros a fin de que con más volumen se resten los costos.

Ambos expresaron que por el momento queda descartado cualquier aumento a pesar de que a las líneas aéreas internacionales se les

autorizó ya un incremento del siete por ciento, pero a nivel nacional nada está programado.

Raúl Fernández, de Aeroméxico, informó también que al reanudarse los vuelos normales de los DC-10, la empresa trabaja sin ningún contratiempo. La seguridad de ese tipo de aparatos — expresó — está probada en todos los países hacia o de donde vuelan, y por ello se autorizó la reanudación de su servicio en México.

Patiño también indicó que los DC-10 eran los mejores aviones del mundo, a pesar de las fallas lamentables que tuvo uno de esos aparatos en los Estados Unidos, pero no obstante eso, dijo, su seguridad está comprobada.

A pesar de las Heladas el Café no Escaseará

LONDRES, julio 12 (AFP) — A pesar de los daños causados por las heladas a los cafetales en Brasil el mes pasado, el mundo no sufrirá escasez de ese producto en los doce meses próximos, señaló hoy la Organización Internacional del Café (OIC).

Según las estadísticas de la OIC, la producción mundial exportable llegará a sesenta punto tres millones de sacos de sesenta kilos en el año que va de julio de mil novecientos setenta y nueve a junio de mil novecientos ochenta contra cincuenta y nueve punto cinco millones el año anterior.

El consumo de los países importadores deberá elevarse a cincuenta y ocho millones de sacos contra cincuenta y siete punto cinco millones el periodo anterior.

Si considerar los stocks existentes, la oferta será así de nuevo superior a la demanda en dos puntos tres millones de sacos contra dos y medio millones el año precedente.

La OIC prevé un nuevo aumento de los stocks mundiales que llegará a veintinueve punto cuatro millones de sacos el primero de julio del año próximo o sea, trescientos mil más que actualmente.

Los precios del café robusta se elevaron al día si

Anexo L

Horas Oscuras para América Latina: JLP. El Informador. 17/07/1979a. p.11

República.

Horas Oscuras Para América Latina: JLP

MEXICO, D. F., julio 16 (Exc.-AEE). — El Presidente José López Portillo dijo hoy que el **Parlamento Latinoamericano** se constituye en estas horas oscuras de América Latina como una muestra optimista de una unión democrática; en tanto el Sen. Joaquín Gamboa Pascoe en un discurso cubierto de tonalidades severas calificó al dictador Anastasio Somoza como reo de lesa humanidad al frente de un gobierno que somete y asesina.

Al inaugurarse la novena Asamblea Ordinaria del **Parlamento Latinoamericano**, el presidente de este grupo, Víctor Manzanilla, afirmó que el genocidio de Nicaragua será una estigma para todos aquellos que apoyan al dictador Somoza.

El Presidente López Portillo al declarar inaugurados los trabajos del grupo parlamentario, dijo que entiende su acción como una terca persistencia de nuestra vocación anfictiónica.

Agregó que en estas horas oscuras de nuestra América se proyectan sus trabajos como una muestra optimista de la vocación de unión y de los valores democráticos.

Poco antes, el presidente de la delegación mexicana, Sen. Joaquín Gamboa Pascoe, condenó enérgicamente a la dictadura hereditaria que somete y asesina representada en el régimen de Anastasio Somoza al que

llamó "reo de lesa humanidad".

Tanto Manzanilla como Gamboa Pascoe precisaron que sólo el pueblo de Nicaragua debe definir el tipo de gobierno que desea en su futuro, y demandaron que cesen los intentos intervencionistas de carácter hegemónico.

Gamboa Pascoe concluyó señalando que México, por voz de su Presidente en premicia latinoamericana manifestó su decisión condenatoria al romper relaciones con el feroz y sanguinario régimen de Somoza.

BELGRADO, julio 16 (AFP). — El Presidente yugoeslavo, Mariscal Josep Broz Tito, iniciará una gira por América Latina coincidente con la reunión cumbre de países no alineados que tendrá lugar en La Habana en septiembre próximo, se supo hoy de fuentes diplomáticas.

Tito combinará un viaje oficial a Colombia y Panamá con la reunión de La Habana.

LOS ANGELES, Calif., julio 16 (AFP). — El Cardenal James Francis McIntyre, que fue Arzobispo de Los Angeles de mil novecientos cuarenta y ocho a setenta, falleció hoy aquí a los 93 años, anunció un vocero del arzobispado.

Murió en el hospital donde estaba en tratamiento desde hacía varios años.

Anexo M

Rechazo Parlamentario a Todo Tipo de Presiones. El Informador. 19/07/1979b. p.1-3

Rechazo Parlamentario a Todo Tipo de Presiones

MEXICO, D. F., julio 18 (Exc.-AEE). — El Parlamento Latinoamericano rechazó hoy las amenazas de intervención y las presiones políticas y económicas que se ejercen contra todo derecho, sobre los países productores y exportadores de petróleo. Así mismo, exhortó a todos los gobiernos de América Latina para que en la próxima sesión de la asamblea de la Organización de las Naciones Unidas, respalden y promuevan la iniciativa de reunir una conferencia universal de energía.

Durante la sesión plenaria, en la que se expusieron y aprobaron los puntos por unanimidad, también se advirtió que se promoverá en cada uno de los

gobiernos el más decidido apoyo a la puesta en práctica de las disposiciones nacionales e internacionalmente, contenidas en la Declaración de San José.

En la asamblea plenaria, que fue encabezada por Victor Manzanilla Schaffer, presidente del Parlamento Latinoamericano, se reconoció que el Sistema Económico Latinoamericano (SELA) haga una proposición concreta para que los gobiernos y parlamentos del subcontinente revisen la legislación referente al capital extranjero extra-regional, especialmente en lo que se refiere a las empresas transnacionales y la remisión de utilidades.

También se establece que las naciones de Améri-

ca Latina busquen y analicen todas las posibilidades para adoptar posturas de acción solidaria en apoyo a los propósitos del SELA.

En esa misma reunión, se expresó, además de decisiones políticas se deben tomar acuerdos básicos sobre: nuevos mecanismos para impulsar el programa de liberación; convenios de cooperación económica por pares y grupos de países; la apertura del mercado en favor de los países de menor desarrollo económico relativo y revisión de las concesiones del Pacto Andino.

MEXICO, D. F., julio 18 (Exc.-AEE). — Victor Manzanilla Schaffer, presidente

(Sigue en la Página Tres)

Rechazo Parlamentario a

Viene de la Primera Pagina

del Parlamento Latinoamericano, después de afirmar que el subcontinente jugará un papel muy importante en el siglo veintiuno, señaló que "el que trató de mantenernos divididos, incomunicados y con constantes contradicciones en nuestros desarrollos económicos, pensando en que América Latina debía ser la gran reserva de materias primas, solamente practicó un juego sucio, interesado y hegemónico".

Advirtió que "los que llevaron a cabo este juego sucio no contaban con la conciencia política de nuestros pueblos, el recuerdo histórico de sus experiencias y la certeza de nuestro subcontinente jugará un papel decisivo en los próximos años."

Dijo que "las clases políticas de América Latina estamos plenamente conscientes de estos hechos, y por ello habremos de insistir en la viabilidad del

proyecto de la patria grande, cuidando, al mismo tiempo, que en nuestros respectivos países el pueblo mantenga su fe en la libertad, independencia, democracia y justicia social, que fueron y son los principios medulares de la organización parlamentaria".

MEXICO, D. F., julio 18 (Exc.-AEE). — El Parlamento Latinoamericano en pleno fustigó a los regímenes militares sanguinarios y llenos de oprobio que permanecen en Argentina, Chile, y Uruguay, exaltando su interés democrático por el retorno a la vida libre y democrática.

El presidente de esa representación parlamentaria, Victor Manzanilla Schaffer, al rendir su informe a la novena asamblea, dijo que corresponde a los legisladores como políticos permanecer en la lucha contra las dictaduras.

Reiteró que el propósito fundamental del Parlamen-

to Latinoamericano es la integración de las naciones latinoamericanas en una patria grande, para luchar contra las hegemonías y contra las aberrantes formas de gobierno que encarcelan y asesinan, además, de buscar el equilibrio y el desarrollo justo.

Mientras esto acontecía, los sondeos iniciales ubicaban al diputado Jorge Mario Easman, presidente de la Cámara de Representantes y al senador Gilberto Avila Botis, vicepresidente del Parlamento Latinoamericano, ambos de Colombia, como posibles sucesores de Manzanilla Schaffer.

MEXICO, D. F., julio 18 (Exc.-AEE). — El Parlamento Latinoamericano aprobó hoy la petición de México para que se fortalezca el principio de no intervención y autodeterminación consagrados en la Carta de la OEA, así como respaldar al Gobierno de Reconstrucción de Nicaragua e impedir infiltraciones que desvien la voluntad popular.

En propuesta expuesta por el senador mexicano Humberto Lugo Gil, oficial mayor del PRI, el Parlamento Latinoamericano hizo suya la exigencia de que se respete en la OEA la decisión de la libre autodeterminación de los pueblos.

Se hizo hincapié en la reunión de trabajo sobre integración política el apoyo al Gobierno de Reconstrucción Nacional de Nicaragua.

**IMPORTANTE EMPRESA
EN SU RAMO**

**SOLICITA UN
SUB-CONTADOR**

Interesados acudir a Calz. González Gallo No. 2712 en horas hábiles con el SR. RICARDO MARTINEZ A.

Anexo N

Rechazán voto de confianza a la junta militar de Chile. El Siglo de Torréon. 21.02.1975.
p.3

CARACAS, (UPI).- El Parlamento latinoamericano rechazó ayer un voto de confianza contra la Junta Militar de Chile, en estricta aplicación del principio de no intervención en asuntos internos de otros países, desoyendo una resolución que en ese sentido había aprobado su comité de integración política.

Durante cinco horas senadores y diputados de la Argentina, Antillas Holandesas, Brasil, Colombia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicaragua, Surinam y Venezuela debatieron el caso chileno", antes de culminar la votación en la que no se alcanzaron los dos tercios de votos para hacer viable las resoluciones de condena.

Inmediatamente después de conocerse el resultado de la votación, parlamentarios identificados con la izquierda abandonaron el local de la Cámara de Diputados, donde finalizó ayer la VII asamblea ordinaria del Parlamento Latinoamericano. Entre los que salieron en primer lugar figuraron los chilenos Aniceto Rodríguez, Carmen Lazo y Anselmo Sule.

El Comité de Integración Política, presidido por el colombiano Diego Uribe Vargas, había resuelto antenoche "condenar enérgicamente a la Junta Militar Chilena" por supuestos atropellos contra los derechos humanos.

Anexo O

El Parlamento Latino también denuncia la ineficacia de la OEA. El Siglo de Torrón. 19.04.1979. p.6

El Parlamento latino también denuncia ineficacia de OEA

BOGOTÁ. Con una moción de apoyo a la integración continental y de condena a los gobiernos militares de tipo fascista y la carrera armamentista, concluyó ayer aquí sus deliberaciones de 1979, el Parlamento Latinoamericano, que se reunió por más de tres días con líderes de los partidos políticos con el poder y en la oposición, parlamentarios y legisladores exiliados.

El Parlamento Latinoamericano, en su declaración final, condenó enérgicamente la carrera armamentista y las dictaduras militares de tipo fascista de Uruguay, Chile, Argentina y Nicaragua.

En un riguroso análisis de las realidades políticas, económicas y sociales en América Latina, el Parlamento Latino instó a los pueblos a realizar esfuerzos conjuntos para remover los obstáculos interesados que se interponen para la culminación de la integración económica, política y social.

Al referirse a las dictaduras de Chile, Uruguay, Argentina y Nicaragua, los congresistas latinoamericanos subrayaron que esos regímenes actúan en un marco represivo continental violando los derechos del ser humano, destruyendo su dignidad, persiguiendo, asesinando y haciendo desaparecer a miles de sus pobladores forzando a sus respectivos pueblos a una emigración masiva.

Al condenar la carrera armamentista, el Parlamento subrayó que inmensos recursos se sustraen de la lucha contra el hambre, el desempleo, la insalubridad y el analfabetismo, creando además una permanente inestabilidad en América Latina por cuanto esos dineros se destinan a sostener gobiernos despóticos.

El Parlamento del hemisferio hispano denunció también la ineficacia absoluta de la Organización de Estados Americanos para defender a los pueblos agredidos, como lo prueba el genocidio del pueblo de Nicaragua. También recomendó la supresión de toda ayuda militar, económica, financiera, tecnológica y de cualquier otra forma a esos regímenes.

Anexo P

LP Inauguró IX Asamblea del Parlamento Latinoamericano. El Siglo de Torréon. Torréon. 17.07.1979b. p.1

MEXICO (Exc.-AEE).—El Presidente José López Portillo dijo ayer que el Parlamento Latinoamericano se constituye en estas horas oscuras de América Latina como una muestra optimista de una unión democrática; en tanto el senador Joaquín Gamboa Pascoe en un discurso cubierto de tonalidades severas calificó al dictador Anastasio Somoza como reo de lesa humanidad al frente de un gobierno que somete y asesina.

Al inaugurarse la IX Asamblea Ordinaria del Parlamento Latinoamericano, el presidente de este grupo, Víctor Manzanilla, afirmó que el genocidio de Nicaragua será un stigma para todos aquellos que apoyan al dictador Somoza.

El Presidente López Portillo al declarar inaugurados los trabajos del grupo parlamentario, dijo que entiende su acción como una terca persistencia de nuestra vocación anfictiónica.

Agregó que en estas horas oscuras de nuestra América se proyectan sus trabajos como una muestra optimista de la vocación de unión y de los valores democráticos.

Poco antes, el presidente de la delegación mexicana, senador Joaquín Gamboa Pascoe, condenó enérgicamente a la dictadura hereditaria que somete y asesina representada en el régimen de Anastasio Somoza al que llamó reo de lesa humanidad.

Tanto Manzanilla como Gamboa Pascoe precisaron que sólo el pueblo de Nicaragua debe definir el tipo de gobierno que desea en su futuro, y demandaron que cesen los intentos intervencionistas de carácter hegemónico.

Gamboa Pascoe concluyó señalando que México por voz de su presidente en primicia latinoamericana manifestó su decisión condenatoria al romper relaciones con el feroz y sanguinario régimen de Somoza.—

MEXICO, (Exc.-AEE).— Los legisladores de Guatemala, El Salvador, Costa Rica y Brasil, al coincidir en afirmar que el triunfo del movimiento de liberación nacional en Nicaragua, revitalizarán las luchas democráticas en América Latina, señalaron que por todos los medios se tratará de evitar que sus respectivos gobiernos asilen a Anastasio Somoza.

Entrevistados antes y después de que el presidente López Portillo inaugurara la IX asamblea ordinaria del Parlamento Latinoamericano, precisaron que ahora es el pueblo nicaragüense el que deberá decidir el cauce que se le habrá de dar al sistema de gobierno. El pueblo tiene el derecho de elegir.

Manuel Alberto Ramírez, diputado guatemalteco, explicó que el Congreso de su país, sus integrantes, donaron un día de su sueldo, para ayudar a Nicaragua en su recuperación.

Interrogado acerca de si esta ayuda era para el movimiento sandinista, contestó:

"Es para el pueblo, no para los que pretendieron tenerlo subyugado".